

**PLANO REGIONAL DE
DESENVOLVIMENTO
DO NORDESTE**

EDUCAÇÃO

Recife, setembro de 2019



EXPEDIENTE

Presidência da República Federativa do Brasil

Jair Messias Bolsonaro

Ministério do Desenvolvimento Regional

Gustavo Henrique Rigodanzo Canuto

Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

Mário de Paula Guimarães Gordilho

Diretoria de Planejamento e Articulação de Políticas

Aluizio Pinto de Oliveira

Coordenação Geral de Cooperação e Articulação de Políticas

Paulo Guedes

Coordenação Técnica Sudene

Renato Arruda Vaz de Oliveira

Robson José Alves Brandão

Consultoria PNUD

Milena Rodrigues Fernandes do Rêgo

Equipe Técnica Sudene

Albertina de Souza Leão Pereira

Maria da Glória Cané Martins Sistêlos

José Amauri do Nascimento Silva



Lista de Gráficos

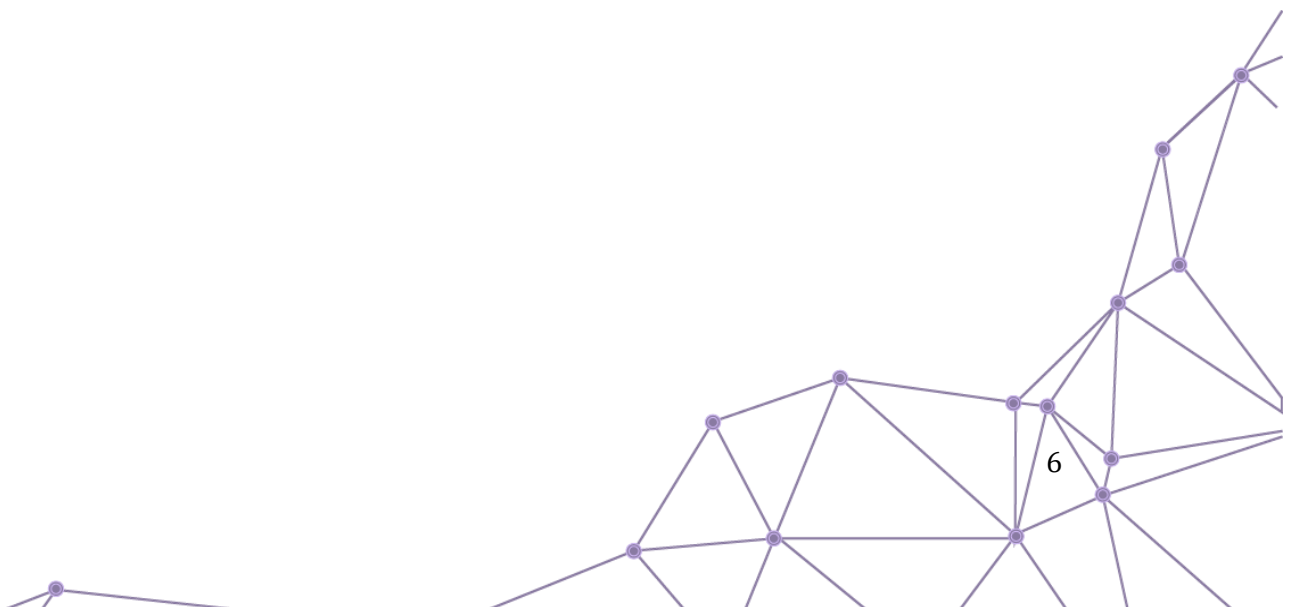
Gráfico 1 – Recorte da taxa de Analfabetismo da População dos 15 aos 29 anos de idade - 2010.....	28
Gráfico 2 – Taxa de Analfabetismo da População de 15 Anos ou mais de Idade na área de atuação da Sudene: desagregação urbano x rural – 2010	29
Gráfico 3 - Nível de instrução: distribuição das pessoas de 25 anos ou mais	31
Gráfico 4 - Percentual de Funções Docentes da educação infantil com Curso Superior, Brasil e Regiões Geográficas - 2018	40
Gráfico 5 - Taxa de escolarização bruta segundo grupos de idade no Brasil - 2016 e 2017	47
Gráfico 6- taxas de abandono das duas fases do ensino fundamental, por UF da Sudene, comparadas a média regional e nacional - 2017	48
Gráfico 7- Percentual de Funções Docentes do ensino fundamental com Curso Superior, Brasil, Regiões Geográficas - 2018.....	50
Gráfico 8- Resultado IDEB anos iniciais do ensino fundamental - Brasil, Nordeste e Estados de atuação da Sudene - 2017	54
Gráfico 9- Resultado IDEB anos finais do ensino fundamental - Brasil, Nordeste e Estados de atuação da Sudene - 2017	55
Gráfico 10- Taxa de abandono no Ensino médio - Brasil, Nordeste e Unidades da Federação de atuação da Sudene - 2017	67
Gráfico 11- Dados de distorção idade série no Brasil - ensino médio - urbanas e rurais - 2017	69
Gráfico 12- Percentual de Funções Docentes dos ensino médio com curso superior na área de atuação da Sudene - 2018 (%).....	74
Gráfico 13 - Percentual de docências de professores com formação superior adequada à área de conhecimento que lecionam, por localização – Indicadores 15A, 15B, 15C e 15D – Brasil – 2013-2016.....	77
Gráfico 14 - Resultado IDEB Ensino Médio - Brasil, Nordeste e Estados de atuação da Sudene - 2017.....	79
Gráfico 15 - Proficiência média em Língua Portuguesa por estado - Ensino Médio.....	82
Gráfico 16 - Proficiência média Matemática por estado - Ensino Médio - 2017.....	83
Gráfico 17 - Percentual de Funções Docentes da educação de jovens e adultos com Curso Superior, Brasil e Regiões Geográficas - 2018.....	92
Gráfico 18- Percentual de Funções Docentes da EJA com curso superior na área de atuação da Sudene - 2018	92
Gráfico 19 - Percentual adequação da formação docente EJA nos ensino fundamental e médio, por Brasil, grandes regiões – 2018.....	93
Gráfico 20 - Percentual adequação da formação docente EJA nos ensinos fundamental e médio, área de atuação da Sudene – 2018.....	94
Gráfico 21- Percentual de matrículas da educação de jovens e adultos na forma integrada à educação profissional, por grande região – Brasil – 2010-2017	96

Gráfico 22 - Matrículas em EPT de nível médio – Brasil – 2010-2017	100
Gráfico 23 - Participação do segmento público na expansão das matrículas em EPT de nível médio em relação a 2013 – Brasil – 2013-2017.....	102
Gráfico 24 - Expansão anual do número de matrículas de EPT, por setor público e privado – Brasil – 2011-2017	103
Gráfico 25 - Percentual de funções docentes da Educação Profissional com curso superior - Brasil e Grandes Regiões - 2018.	105
Gráfico 26 - Percentual de funções docentes da educação profissional com curso superior na área de atuação da Sudene - 2018.....	105
Gráfico 27 - taxa de escolarização bruta das crianças e jovens da zona rural na escola - Brasil - 2012-2017	107
Gráfico 28 - Escolaridade média da população de 18 a 29 anos - Campo - Brasil - 2012-2017	111
Gráfico 29 - Número de Matrículas na Educação Superior (Graduação e Sequencial) – 2007-2017	118
Gráfico 30 - Número de Ingressos em Cursos de Graduação, por Grau Acadêmico – 2007-2017	120



Lista de Mapas

Mapa 1 – Faixa de desenvolvimento humano municipal (IDHM) do Brasil – 2010.....	24
Mapa 2 – Taxa de Analfabetismo da População de 15 Anos ou mais de Idade – 2017..	27
Mapa 3 – Associações espaciais dos municípios de atuação da Sudene, de acordo com taxas de analfabetismo.....	29
Mapa 4 – Número médio de anos de estudo da população brasileira e suas regiões – 2017	32
Mapa 5 - proporção de pessoas acima de 25 anos com superior completo - 2017.....	33
Mapa 6 - Proporção de crianças de 0 a 3 anos de idade que frequentavam a escola por unidade da federação - Brasil, 2017	36
Mapa 7 - Proporção de crianças de 4 a 5 anos de idade que frequentavam a escola por unidade da federação - Brasil, 2017	39
Mapa 8 - Percentual de docentes em educação infantil de professores com formação superior adequada à área de conhecimento que lecionam, por Brasil, grande região, unidade da Federação e município – 2016.....	42
Mapa 9 - Distorção Idade-Série (Anos iniciais) - área da Sudene –Desagregação Rural - 2017	49
Mapa 10 - Distorção Idade-Série (Anos iniciais) - área da Sudene -Desagregação Urbana - 2017	49
Mapa 11 - Cenário do IDEB - anos iniciais do ensino fundamental - rede municipal - 2007	54
Mapa 12 - Cenário do IDEB - anos iniciais do ensino fundamental - rede municipal - 2017	54
Mapa 13 - taxa de escolarização bruta das pessoas de 15 a 17 anos de idade, segundo grandes regiões.....	64
Mapa 14 - Distorção Idade-Série (Ensino Médio) - área da Sudene - Desagregação Urbana - 2017	72
Mapa 15 - Distorção Idade-Série (Ensino Médio) - área da Sudene - Desagregação Rural - 2017	72
Mapa 16 - Proficiência média em Língua Portuguesa, por estado - Ensino médio.....	81
Mapa 17 - Proficiência média em Língua Portuguesa, por estado - Ensino médio.....	83



Lista de Tabelas

Tabela 1 – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - Dimensão Educação, por componente – 2010: CE e AL	25
Tabela 2 - Número de pessoas de 0 a 3 anos que não freqüentavam escola ou creche, por Brasil, região Nordeste e unidades da Federação do NE – 2016	37
Tabela 3 - Percentual de docências nos anos iniciais e finais do ensino fundamental de professores com formação superior adequada à área de conhecimento que lecionam, por Brasil, região Nordeste, unidade da Federação de atuação da Sudene – 2016	52
Tabela 4 - Metas do IDEB previstas pelo Plano Nacional de Educação.....	53
Tabela 5 – Percentual da população de 15 a 17 anos de idade que frequentava a escola ou havia concluído a educação básica, por Brasil, grande região e unidade da Federação – 2012-2017	65
Tabela 6 - Taxa de abandono do Ensino Médio - Brasil/Nordeste/Estados de atuação da Sudene - 2017.....	68
Tabela 7- Taxa de Distorção Idade-Série - Ensino médio - Brasil, Região Geográfica Nordeste e Unidades da Federação de atuação da Sudene e desagregação urbano/rural - 2018.....	69
Tabela 8- Média de Horas-Aula Diária - Ensino Fundamental - Brasil, Regiões Nordeste e Unidades da Federação de atuação da Sudene- 2018	73
Tabela 9- Percentual de docências de professores no ensino médio com formação superior adequada à área de conhecimento que lecionam, por Brasil, grande região, unidade da Federação de atuação da Sudene – 2018	76
Tabela 10 - Matrículas da Educação de Jovens e Adultos por etapa de ensino	90
Tabela 11 - Matrículas de EJA no ensino fundamental - Brasil e Grandes regiões - 2016	90
Tabela 12 - Frequência absoluta e relativa de matrículas da educação de jovens e adultos na forma integrada à educação profissional, por Brasil, regiões Nordeste e Sudeste e unidade da Federação de atuação da Sudene – 2010-2017.....	97
Tabela 13- Total de matrículas em EPT de nível médio e variação entre períodos, por grande região e unidade da Federação – Brasil – 2010-2017	101
Tabela 14 - Total de matrículas em EPT de nível médio, por tipo de oferta – Brasil – 2010 - 2017	104
Tabela 15- Escolaridade média, em anos de estudo, da população de 18 a 29 anos, por Brasil, Nordeste e unidades da Federação da Sudene – 2011-2016.....	110
Tabela 16 - Escolaridade média, em anos de estudo, da população de 18 a 29 anos residente no campo, por Brasil, Nordeste e região e unidades da Federação da Sudene – 2011- 2016.....	112
Tabela 17 - Distribuição e participação percentual de matrículas em cursos de graduação presenciais por Região Geográfica – 2017	117
Tabela 18 - Matriz de eixos educacionais prioritários propostos ao PRDNE.....	126

Tabela 19 - RESUMO DA MATRIZ LÓGICA A PARTIR DAS ÁRVORES DE PROBLEMAS E DE OBJETIVOS.....	134
Tabela 20 – Matriz de priorização dos programas e projetos indicados para o PRDNE	149

Lista de Quadros

Quadro 1 - Taxa de escolarização das crianças de 0 a 5 anos, por Grandes Regiões.....	35
Quadro 2 - Português - proporção de alunos que aprenderam o adequado na competência de leitura e interpretação de textos até o 5º ano na rede pública de ensino - Brasil - 2017	57
Quadro 3 - Matemática - Proporção de alunos que aprenderam o adequado na competência de resolução de problemas até o 5º ano na rede pública de ensino - Brasil - 2017.....	58
Quadro 4 - Português - proporção de alunos que aprenderam o adequado na competência de leitura e interpretação de textos até o 9º ano na rede pública de ensino - Brasil - 2017.	59
Quadro 5 - Matemática - proporção de alunos que aprenderam o adequado na competência de resolução de problemas até o 9º ano na rede pública de ensino - Brasil - 2017.....	60



Lista de Siglas

ACNUDH – Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos
ACNUR – Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados
ATER – Assistência Técnica E Extensão Rural
CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CIEJA – Centro Integrado de Educação de Jovens e Adultos
CNE – Conselho Nacional de Educação
CONSED – Conselho Nacional dos Secretários Estaduais de Educação
CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
EJA – Educação de Jovens e Adultos
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ENCCEJA – Exame Nacional de Certificação de Competências de Jovens e Adultos
EPT – Educação Profissional Tecnológica
FNE – Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste
FDNE – Fundo de Desenvolvimento do Nordeste
FAO – Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
FIDA – Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola
FMI – Fundo Monetário Internacional
GREPPE – Grupo de Estudo e Pesquisas em Políticas Educacionais
IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IFAN – Instituto da Infância
IFE – Instituto Federal de Educação
INSA – Instituto Nacional do Semiárido
IVJ – Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
INSA – Instituto Nacional do Semiárido
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LDB – Lei de Diretrizes e Bases

MROSC – Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil
OCDE – Organização para a Cooperação e desenvolvimento Econômico
ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ODNE – Observatório de Desenvolvimento do Nordeste
OEA – Organização dos Estados Americanos
OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
OIM - Organização Internacional para as Migrações
OIT - Organização Internacional do Trabalho
OMPI - Organização Mundial da Propriedade Intelectual
ONU Meio Ambiente - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
ONU Mulheres - Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres
ONU-HABITAT - Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos
OPAS/OMS - Organização Pan-Americana da Saúde / Organização Mundial da Saúde
OSC - Organização da Sociedade Civil
PEE – Plano Estadual de Educação
PME – Plano Municipal de Educação
PDE – Plano de Desenvolvimento do Estado
PIB – Produto Interno Bruto
PMA – Centro de Excelência contra Fome do Programa Mundial de Alimentos
PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNADc – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua
PNATER – Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
PPA – Plano Plurianual
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PNE – Plano Nacional de Educação
PRDNE – Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste
SAEB – Sistema de Avaliação da Educação Básica
SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
TPE – Todos Pela Educação
TCU – Tribunal de Contas da União

UNDIME – União Nacional dos Secretários Municipais de Educação

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

UIT – União Internacional de Telecomunicações

UNAIDS – Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS

UNFPA – Fundo de População das Nações Unidas

UNIC Rio – Centro de Informação das Nações Unidas para o Brasil

UNIDO – Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial

UNISDR – Escritório das Nações Unidas para a Redução do Risco de Desastres

UNODC – Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime

UNOPS – Escritório das Nações Unidas de Serviços para Projetos

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	15
INTRODUÇÃO	16
CAPÍTULO 1: O SISTEMA EDUCACIONAL BRASILEIRO E OS PLANOS DOS ESTADOS	20
A dimensão da educação nos Planos de Desenvolvimento dos Estados (PDEs)	21
CAPÍTULO 2 – DIAGNÓSTICO DA ÁREA DE ABRANGÊNCIA DA SUDENE – DIMENSÃO EDUCAÇÃO	24
1.1. Desenvolvimento Humano	24
1.2. Nível educacional da população	26
1.2.1. Analfabetismo	26
1.2.2. Nível de instrução	30
1.2.3. Anos de Estudo	31
1.2.4. População com ensino superior	32
<i>Principais desafios encontrados – Desenvolvimento Humano e Nível Educacional da População:</i>	33
1.3. Educação Básica	34
1.3.1. Educação Infantil	34
Acesso	35
Indicadores de Qualidade	39
Docente com Ensino Superior	39
Adequação da Formação Docente	41
<i>Principais desafios encontrados – Educação Infantil</i>	43
<i>Sugestão de recortes prioritários:</i>	45
1.3.2. Ensino Fundamental	46
Acesso	46
Taxa de escolarização	46
Indicadores de qualidade	47
Abandono	47
Distorção idade-série	48
Funções Docentes com curso superior	50
Adequação da Formação Docente	51
	12

Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB	53
Resultados de Aprendizagem do Ensino Fundamental - Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB)	56
<i>Principais desafios encontrados – Ensino fundamental</i>	60
1.3.3. Ensino Médio	63
Acesso	63
Taxa de escolarização	63
Indicadores de qualidade	66
Abandono	66
Distorção idade-série	68
Média de horas-aula diária	73
Funções Docentes com curso superior	74
Adequação da Formação Docente	75
Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB	78
Resultados de Aprendizagem do Ensino Médio - Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb)	79
<i>Principais desafios encontrados – Ensino Médio</i>	84
<i>Sugestão de recortes prioritários:</i>	87
1.3.4. Modalidades de Ensino	89
Educação de Jovens e Adultos (EJA)	89
Acesso - Frequência	89
Indicadores de Qualidade	91
Docentes com Ensino Superior	91
Adequação da Formação Docente	93
Educação de Jovens e Adultos integrada à Educação Profissional e Tecnológica	94
Educação Profissional e Tecnológica	98
Oferta - educação profissional técnica de nível médio	98
Docentes com Ensino Superior	104
Educação do Campo	106
<i>Principais desafios encontrados – Modalidades de ensino</i>	113
<i>Sugestão de recortes prioritários:</i>	115
1.4. Educação Superior	116

1.5. Levantamento de cursos voltados para atendimento das necessidades de capacitação rural	121
CAPÍTULO 3 - DIRETRIZES, PRIORIDADES E AÇÕES PARA O PRDNE	124
CAPÍTULO 4 - EVIDÊNCIAS, PROPOSTAS, PLANO DE AÇÃO E OPORTUNIDADES	133
CAPÍTULO 5 - CONSULTAS PÚBLICAS, ARTICULAÇÃO, MAPA DE PARCERIA/PACTUAÇÃO E DOCUMENTO FINAL PROPOSITIVO	146
CAPÍTULO 6 - EIXOS EDUCACIONAIS, OBJETIVOS, DESAFIOS, METAS E INDICADORES DE IMPACTO	154
CAPÍTULO 7 - MATRIZ LÓGICA PARA O MONITORAMENTO DAS AÇÕES	179
REFERÊNCIAS:	235

APRESENTAÇÃO

A Lei Complementar 125/2007, que institui a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) estabelece o Plano Regional do Desenvolvimento do Nordeste (PRDNE) como um dos instrumentos de ação da autarquia. Esse instrumento tem como objetivo a redução das desigualdades regionais em consonância com o artigo 43 da Constituição Federal de 1988. O PRDNE apresenta uma agenda de desenvolvimento para os próximos 12 anos da área de atuação da Sudene, possui vigência de quatro anos e será revisado anualmente. O Plano foi articulado em 6 eixos estratégicos, indicando a direção geral das transformações que devem provocar mudanças na realidade regional.

Para sua elaboração, foi fundamental o apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), pois foi mediante a celebração do Acordo BRA/17/019 – Projeto de Desenvolvimento Regional do Nordeste, assinado entre Sudene, Pnud e Agência Brasileira de Cooperação (ABC) que se fez possível obter o suporte e a assistência para a realização do plano, por meio de consultorias especializadas.

A Educação e o Desenvolvimento das capacidades humanas é um dos eixos que compõe o PRDNE. O Nordeste ainda enfrentar o passivo de analfabetismo e analfabetismo funcional, a baixa qualidade do ensino e da proficiência, a deficiência na escolarização do ensino médio e na formação de mão de obra. Tem-se, então, o desafio de incorporar novas tecnologias e metodologias pedagógicas que acompanhem as crescentes exigências da nova economia do conhecimento, a fim de preparar o Nordeste para o futuro.

Neste sentido, considerando o desafio de elaborar, aperfeiçoar e acompanhar as políticas públicas voltadas à promoção da Educação e Desenvolvimento das capacidades humanas, que a Sudene buscou consultoria visando detalhar a Educação na sua área de atuação. Este documento refere-se ao Produto VI e serviu de referência para a elaboração do PRDNE.

INTRODUÇÃO

O presente documento refere-se ao **Produto VI**, intitulado “**Documento final consolidado e apresentação**”. Está inserido no contrato Nº 2019/000007, da consultora Milena Rodrigues Fernandes do Rêgo, no contexto do Projeto BRA/17/019 – Desenvolvimento Regional do Nordeste. Cabe acrescentar que todos os produtos apresentados no âmbito da presente consultoria dedicaram-se à dimensão educacional de forma a subsidiar as diretrizes e proposições educacionais do Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste, a ser apresentado pela Sudene à sociedade brasileira.

Conforme descrito no termo de referência que orienta a elaboração do presente documento, espera-se ao final desta entrega contar com:

1. Documento final consolidado com o resultado dos produtos anteriores, que contemple ações para intervenções em áreas/modalidades a serem realizadas no território, no âmbito da educação objeto do escopo, visando sua inserção no Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste – PRDNE e apresentação deste produto em seminário, a ser realizado na cidade de Recife – PE, com os principais atores identificados.

Nesse sentido, o presente documento foi construído considerando todos os produtos produzidos no âmbito desta consultoria de educação, que somou a este produto VI outros cinco documentos, igualmente entregues à Sudene ao longo do primeiro semestre de 2019. Sendo assim, no total, foram 6 os produtos apresentados pela presente consultoria que corresponderam às seguintes entregas:

- **Produto I - Plano de trabalho descrevendo metodologia e referências para elaboração dos produtos II ao VI;**

- **Produto II – Diagnóstico e Revisão da Literatura: Produto II – Diagnóstico e Revisão da Literatura:** Definição dos principais eixos a serem analisados, na abrangência prevista no escopo da consultoria, considerando os recortes urbano, rural e semiárido, quando possível. Levantamento de dados estatísticos oficiais, apresentando o cenário dos eixos educacionais, em âmbito federal, estadual e regional,

bem como levantamento de programas federais e estaduais existentes, considerando os eixos temáticos sob análise. Levantamento dos principais desafios dos eixos definidos, obtidos a partir da articulação com atores regionais. Mapeamento das demandas educacionais supridas pelo setor privado, obtidas a partir da identificação e articulação com atores estratégicos da educação (atuantes no território, ou não). Identificação e articulação com organismos multilaterais para mapeamento das principais linhas de ação em execução na área educacional, assim como levantamento de possibilidades para futuras parcerias. Levantamento, por estado, das experiências de cursos de extensão/formação ofertados pelas IFE's, INSA, SENAR, Embrapa, entre outros, voltados para atendimento das necessidades de capacitação rural. Documento contendo as informações, resultantes dos levantamentos solicitados, agregadas por estados da área de atuação da Sudene, bem como revisão de literatura sobre planos educacionais, políticas, ações e estratégias adotadas/sugeridas por diversos atores do eixo educação, apresentando as diretrizes, prioridades e ações relevantes, na abrangência prevista no escopo da consultoria, considerando os recortes urbano, rural e semiárido, quando possível.

- **Produto III – Evidências, Propostas, Plano de Ação e Oportunidades:**

Levantamento das evidências considerando as demandas mapeadas por eixo temático e elaboração de Relatório Propositivo contendo ações específicas por eixo, apresentando a Teoria da Mudança e Árvore de Problemas. Relatório contendo a propositura de ações específicas voltadas à capacitação profissional não formal da população rural, urbana e do semiárido (quando possível esta agregação), especialmente dos jovens e mulheres, a partir do levantamento de experiências de cursos de extensão/formação ofertados pelas IFE's, INSA, SENAR, Embrapa, entre outros, compatibilizando com mecanismos estaduais existentes e em articulação com os sistemas de ensino. Documento identificando a contribuição das tecnologias, das universidades, dos institutos tecnológicos, dos centros de pesquisa, da iniciativa privada, ONG's e outros atores para a melhoria da qualidade do ensino e para a solução de entraves da educação.

- **Produto IV – Consultas Públicas, Articulação, Mapa de Parceria/Pactuação e Documento final Propositivo:** Documento contendo resultado de consulta pública

sobre plano de ações e plano de parcerias para as ações identificadas, por eixos, resultado da articulação com atores estratégicos, buscando potencializar políticas federais e estaduais existentes, com identificação de possíveis atores de fomento de programas e projetos. Documento que apresente o resultado da pactuação das metas propostas, obtidas em oficinas e/ou reuniões com atores regionais e parceiros.

- **Produto V – Construção do Plano de Monitoramento:** Documento que relacione os indicadores de processo, resultado e impacto das ações propostas pelo plano a serem utilizados com a finalidade de medição das metas, bem como definição dos instrumentos através dos quais se darão as ações de monitoramento do Plano.

- **Produto VI – Documento final consolidado e apresentação.** Documento final consolidado com o resultados dos produtos anteriores, que contemple ações para intervenções em áreas/modalidades a serem realizadas no território, no âmbito da educação objeto do escopo, visando sua inserção no Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste – PRDNE e apresentação deste produto em seminário, a ser realizado na cidade de Recife – PE, com os principais atores identificados.

Pretende-se com a presente consolidação, correspondente ao **Produto VI**, colaborar com a equipe gestora da Sudene para um acompanhamento processual das ações a serem implantadas a partir do PRDNE. Nesse sentido, o presente produto apresenta no capítulo 1 quais as diretrizes educacionais do país e como estas rebatem nos planos de desenvolvimento dos estados (PDE), a partir da análise das metas educacionais estabelecidas em cada plano estadual.

O capítulo 2 disserta sobre o diagnóstico educacional dos estados de atuação da Sudene, referenciado-se nas médias e metas nacionais de educação e com foco nos 6 eixos educacionais, criados para atuar no desenvolvimento das capacidades humanas propostas ao PRDNE, a saber:

- EIXO 1: ANALFABETISMO
- EIXO 2: PRIMEIRA INFÂNCIA
- EIXO 3: ENSINO FUNDAMENTAL
- EIXO 4: ENSINO MÉDIO

- EIXO 5: EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA (EPT)
- EIXO 6: EDUCAÇÃO SUPERIOR

É importante destacar que no referido capítulo 2 foram elaborados quadros sínteses de cada um dos eixos educacionais citados, de forma a sistematizar as demandas mais prementes aos estados a partir de suas realidades educacionais. Ainda no capítulo 2 foi realizada uma análise do levantamento de cursos voltados para atendimento das necessidades de capacitação rural, demonstrando a urgência de se repensar acerca desse tema a partir de novas estratégias que sejam capazes de alcançar significativa parcela da população rural que não acessa esses serviços.

O capítulo 3 elenca diretrizes, prioridades e ações para o PRDNE a partir de uma matriz de prioridades dos eixos educacionais e de quais regiões e estados precisam ser priorizados nas soluções que serão propostas a cada eixo.

O Capítulo 4 desenha uma matriz lógica a partir dos problemas até então diagnosticados demonstrando experiências exitosas capazes de ilustrar caminhos à uma teoria da mudança, portanto sugerem-se objetivos específicos em um plano de ação e oportunidades.

No Capítulo 5 são apresentados os resultados das consultas públicas, articulação, mapa de parceria/pactuação seguidos de um ranqueamento de prioridades sistematizadas em um mapa de prioridades.

O Capítulo 6 propõe uma série de indicadores de impacto em cada um dos eixos educacionais, além de objetivos, desafios, metas para cada eixo. Ainda neste capítulo, são apresentados os caminhos para o monitoramento eficaz de cada indicador, como forma de um “passo a passo” para acessar as bases de dados de cada indicador, haja vista a complexidade e abrangência a ser analisada.

O Capítulo 7 finaliza o presente documento apresentando uma Matriz Lógica para o monitoramento das ações propostas ao PRDNE, contendo 101 ações, distribuídas nos 6 eixos educacionais.

CAPÍTULO 1: O SISTEMA EDUCACIONAL BRASILEIRO E OS PLANOS DOS ESTADOS

A LDB (artigo 9º) e a Constituição Federal (artigo 214) determinam como responsabilidade da União – em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios – a elaboração do Plano Nacional de Educação¹. O Plano deve ter "*duração decenal, com o objetivo de articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas que conduzam a*"²:

I - erradicação do analfabetismo;

II - universalização do atendimento escolar;

III - melhoria da qualidade do ensino;

IV - formação para o trabalho;

V - promoção humanística, científica e tecnológica do País.

VI - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto".

Portanto, o Plano Nacional de Educação (PNE) – vigente de 2014 a 2024³ – constitui um marco fundamental para as políticas públicas brasileiras. Suas 20 metas conferiram ao País um horizonte para o qual os esforços dos entes federativos e da sociedade civil devem convergir com a finalidade de consolidar um sistema educacional capaz de concretizar o direito à educação em sua integralidade. Dessa forma deve ser capaz de dissolver as barreiras do acesso e da permanência, reduzir as desigualdades, promover

¹ A Emenda Constitucional nº 59/2009 (EC nº 59/2009) mudou a condição do Plano Nacional de Educação (PNE), que passou de uma disposição transitória da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) para uma exigência constitucional com periodicidade decenal, o que significa que planos plurianuais devem tomá-lo como referência. Portanto, o PNE deve ser a base para a elaboração dos planos estaduais, distrital e municipais, que, ao serem aprovados em lei, devem prever recursos orçamentários para a sua execução. (BRASIL, MEC, pg. 5, 2014)

² Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009

³ Aprovado pela Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014

os direitos humanos e garantir a formação para o trabalho e para o exercício autônomo da cidadania.

A dimensão da educação nos Planos de Desenvolvimento dos Estados (PDEs)

Dentre os 10 principais objetivos do Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste (PRDNE) três são ligados diretamente à educação⁴, a saber: redução da taxa de analfabetismo; universalização dos níveis de ensino infantil, fundamental e médio; e fortalecimento do processo de interiorização do ensino superior. Além da formulação do PRDNE, compete a Sudene⁵ sua articulação com os planos de desenvolvimento dos estados para a construção de uma agenda integrada de desenvolvimento. Analisaremos aqui – sob a ótica da educação – as agendas que estão sendo priorizadas pelos estados, em um processo de escuta das demandas educacionais locais.

Do conjunto dos 11 estados de atuação da Sudene observa-se que 10 (Alagoas, Bahia, Ceará, Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba, Maranhão, Sergipe, Minas Gerais e Espírito Santo) deles pontuam a necessidade de se investir no ensino técnico e profissionalizante como uma das categorias chave para o desenvolvimento local.

Chama atenção do foco dado pela **Paraíba** que pretende **ampliar em cerca de 80% a formação profissionalizante, com ênfase em trabalhadores informais, desempregados e beneficiários da assistência social.**

Apenas **Pernambuco** não utiliza palavras-chave ligadas à categoria "educação técnica e profissionalizante" dentre suas prioridades. No entanto, Pernambuco destacou "*a educação como um fator fundamental para dar um salto para o futuro, melhorar a competitividade e reduzir a desigualdade social*" (PDE-PE, pg. 50, 2015), estabelecendo assim três metas centrais:

- 1. Elevar a média de anos de escolaridade da população;**
- 2. Aumentar nota IDEB;**

⁴ Cf. capítulo IV da Lei Complementar n o 125, de 3 de janeiro de 2007

⁵ Cf. Artigo 4o, Inciso II da Lei Complementar n o 125, de 3 de janeiro de 2007

3. Aumentar para 81,1% escolarização líquida do ensino médio.

No estado de **Sergipe** a **educação não aparece contemplada nos eixos de desenvolvimento** do Plano de Desenvolvimento do Estado, destacando-se como problemas e potencialidades para Sergipe: o Agronegócio e Desenvolvimento Rural; o Turismo; a Indústria, Comércio e Serviços.

O estado do **Ceará** deu grande **destaque** em seu Plano de desenvolvimento ao **ensino e pesquisa profissionalizantes no setor agropecuário**, agregando-se um caráter tecnológico nas cadeias de ovinocaprinocultura, piscicultura e pesca e fruticultura irrigada.

Já o estado do **Maranhão** chamou atenção por apresentar a **transversalidade** do papel **da educação** em seu plano de desenvolvimento, considerando investimentos direcionados não só para a **melhoria** de diversos fatores associados **à Educação Básica, mas também para educação em direitos humanos, educação ambiental, educação fiscal** etc.

Em **Minas Gerais** ha uma clara **relação entre a agenda da educação e a da ciência, tecnologia e inovação**, na medida em que esta última pretende: **promover a educação superior e a qualificação profissional, fomentar a cultura de inovação por meio de ações de iniciação científica e tecnológica, no âmbito da Educação Básica, média, profissionalizante e ensino superior, articular uma rede estadual de educação tecnológica e ampliar a oferta de educação à distância e democratizar o seu acesso**. Ações de **iniciação científica e tecnológica para a Educação Básica, média e profissionalizante** são diferenciais na proposta de Minas Gerais.

O Plano de desenvolvimento do estado do **Espírito Santo** observou as quatro microrregiões correspondentes a área de atuação da Sudene, a saber: Rio Doce, Centro-oeste, Nordeste e Noroeste do Estado. Dessa forma, **tem como foco fortalecer a educação técnica e superior relacionadas às atividades econômicas das 4 regiões do Estado**.

Alagoas destacou em seu Plano de desenvolvimento a importância da **interiorização do ensino técnico e universitário; promoção de ambiente favorável e erradicação do analfabetismo.**

Na **Bahia a Educação Profissionalizante** é o único destaque apresentado no seu Plano de Desenvolvimento.

No **Piauí** as ações prioritárias são: **melhorar qualidade**, aprendizado efetivo dos estudantes **do ensino básico**, em particular do ensino fundamental e médio; **Acelerar melhora dos padrões de escolarização**; **Fortalecer** e articular **o ensino técnico** no estado; Diversificar e **fortalecer a formação profissional**; **Aproximar a formação do mercado**, dos potenciais e dos existentes; **Aumentar** percentual de pessoas com **ensino superior**; Mapear **novas demandas para formação profissional**; Parcerias com empresas privadas para implementar uma **política de estágio profissional remunerado para todas as escalas de ensino**; Incentivo a **cursos tecnológicos**; **Corrigir** problemas na qualidade e **fluxo no ensino básico**; Criar instâncias de **articulação** e troca de informações **entre instituições do ensino superior e** representantes dos **setores produtivos** do estado.

O Rio Grande do Norte foca na **ampliação** da cobertura **do ensino infantil** para 71,1% das crianças até 6 anos; **Elevar o IDEB** para 6.6; **Ampliar cobertura do ensino médio** para 80% aos jovens de 15 a 17 anos **e elevar IDEB** para 6.5; **Ampliar** matrículas em **ensino técnico concomitante** para 30% **e integrado** para 50%; e **aumentar cobertura do ensino superior** para as pessoas com mais de 25 anos para 19,8%.

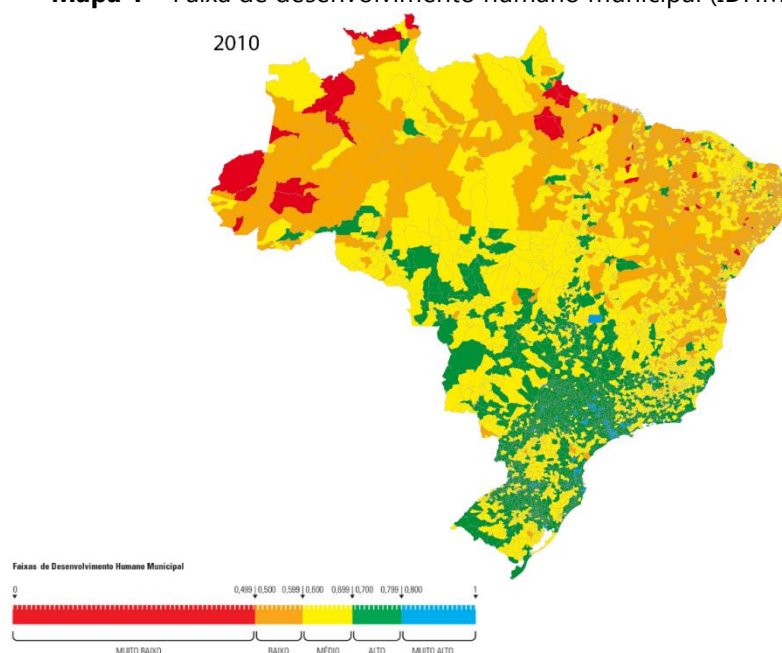
CAPÍTULO 2 – DIAGNÓSTICO DA ÁREA DE ABRANGÊNCIA DA SUDENE – DIMENSÃO EDUCAÇÃO

1.1. Desenvolvimento Humano

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é utilizado mundialmente para medir o grau de avanço dos diferentes países quanto a vários aspectos da qualidade de vida população, a partir de três dimensões básicas do desenvolvimento humano: renda, educação e saúde. As faixas de desenvolvimento humano são fixadas da seguinte forma: Baixo Desenvolvimento Humano: menor que 0,550; Médio entre 0,550 e 0,699, Alto entre 0,700 e 0,799 e Muito Alto Desenvolvimento Humano acima de 0,800. O IDH do Brasil, em 2010, foi de 0,727, o que representa estar na faixa de desenvolvimento alta.

O Brasil foi um dos pioneiros em adaptar o IDH ao nível municipal, em 1998. Dentre os estados da área de atuação da Sudene, apenas Espírito Santo e Minas Gerais estão alinhados na mesma faixa da média nacional, mas a realidade dos seus municípios que compõem a área de atuação da Sudene – localizados ao norte dos dois estados – é diferente. Como pode ser observado no mapa 1

Mapa 1 – Faixa de desenvolvimento humano municipal (IDHM) do Brasil – 2010



Fonte: Atlas do
Desenvolvimento Humano –
PNUD.

Para calcular a **dimensão**

educação, o IDHM considera como categorias a **escolaridade da população adulta** (medida pelo percentual de pessoas de 18 anos ou mais de idade com ensino fundamental completo) e o **fluxo escolar da população jovem** (medida pela média aritmética do percentual de crianças de 5 a 6 anos freqüentando a escola, do percentual de crianças e adolescentes de 11 a 13 anos freqüentando os anos finais do ensino fundamental, do percentual de jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo e do percentual de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo).

Dentre os estados nordestinos o Ceará apresentou melhores níveis em contraponto com Alagoas, que apresentou o pior resultado do grupo. Quando observado cada componente do índice, percebe-se que os **maiores desafios ao estado de Alagoas estão ligados às políticas educacionais voltadas à população jovem**. Apenas 39,56% dos jovens de 15 a 17 anos possuem fundamental completo e 25,86% de 18 a 20 anos com ensino médio completo.

Tabela 1 – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - Dimensão Educação, por componente – 2010: CE e AL

Índice de Desenvolvimento Humano Municipal 2010		
Dimensão Educação	Ceará	Alagoas
IDHM Educação	0,615	0,520
% de 18 anos ou mais com fundamental completo	48,83	40,57
% de 5 a 6 anos na escola	96,29	88,74
% de 11 a 13 anos nos anos finais do fundamental regular seriado ou com fundamental completo	86,02	81,57
% de 15 a 17 anos com fundamental completo	56,89	39,56
% de 18 a 20 anos com médio completo	37,39	25,86

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano – PNUD.

1.2. Nível educacional da população

1.2.1. Analfabetismo

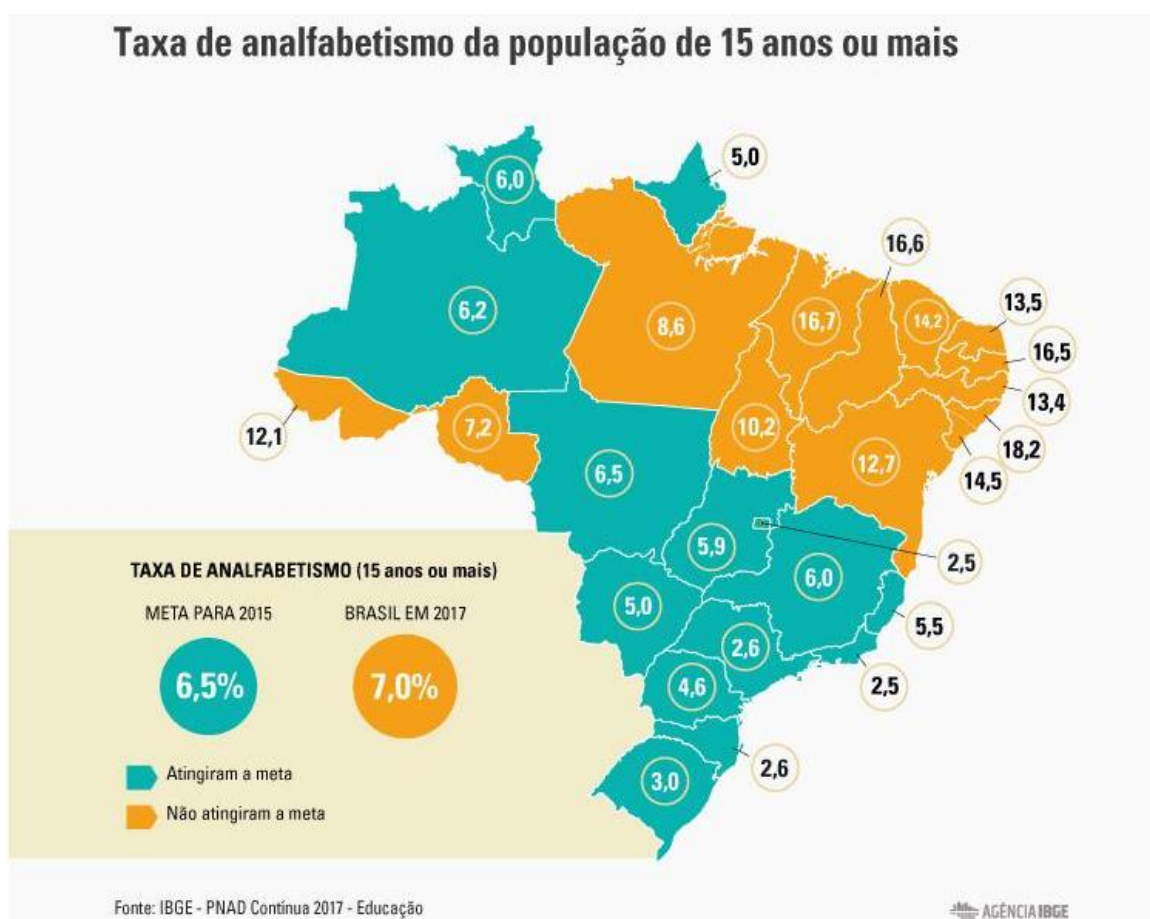
Desde a Conferência Mundial da Educação para Todos, ocorrida em 1990, em Jomtiem, Tailândia, o grave problema do analfabetismo no mundo passou a ser destacado como um dos grandes temas prioritários a serem solucionados globalmente. Foi **consenso de que a alfabetização é um dos fatores chave para resolver um dos problemas mais urgentes da sociedade**, que a realização plena do ser humano só se dá através da educação e promovê-la é fundamental para o desenvolvimento das nações. O evento reuniu 157 países, tendo o Brasil como signatário, e instituiu aquele ano como o “Ano Internacional da Alfabetização”.

Em dezembro de 2009, os 144 Estados-Membros da UNESCO (dentre eles o Brasil) reuniram-se em Belém do Pará, no Brasil, para a realização da Sexta Conferência Internacional de Educação de Adultos (CONFINTEA VI). Na ocasião, os países reunidos aprovaram e adotaram o documento intitulado “Marco de Ação de Belém”. As recomendações do documento servem para orientar todos os Estados-membros em torno de eixos considerados fundamentais à educação de jovens e adultos. O documento destaca que “os desafios específicos enfrentados pela alfabetização nos levam a priorizar a alfabetização de adultos”. Nesse sentido, o Marco de Ação de Belém passa a ser um importante instrumento global de alerta à alfabetização de jovens e adultos, afirmando ser o alicerce mais importante para o alcance das demais aprendizagens que esse público necessita alcançar ao longo da vida.

Além dos acordos internacionais firmados pelo Brasil, o atual marco brasileiro que orienta as ações educacionais do país é o Plano Nacional de Educação. Nele são estabelecidas metas e ações para o seu alcance, de forma a facilitar o monitoramento do seu alcance. A **meta 9** do Plano Nacional de Educação (PNE) previa “***eleva a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais para 93,5% até 2015 e, até o final da vigência deste PNE (2024), erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional***”.

A taxa de analfabetismo da população com 15 anos ou mais de idade no Brasil caiu de 7,2% em 2016 para 7,0% em 2017, mas não alcançou em 2015 o índice de 6,5% estipulado pelo PNE. As taxas de analfabetismo de toda a região nordeste são as mais altas do Brasil e muito superiores que a média nacional. O abismo regional ainda é grande, na medida em que o Nordeste registrou a taxa de 14,5% contra os índices de 8,0% da região Norte, 5,2% da região Centro-Oeste e 3,5% das regiões Sul e Sudeste. Dentre os estados de atuação da Sudene, o que possui maior taxa de analfabetismo é o estado de **Alagoas, com 18,2% de analfabetos, seguidos do Maranhão (16,7%), Piauí (16,6%) e Paraíba (16,5%).**

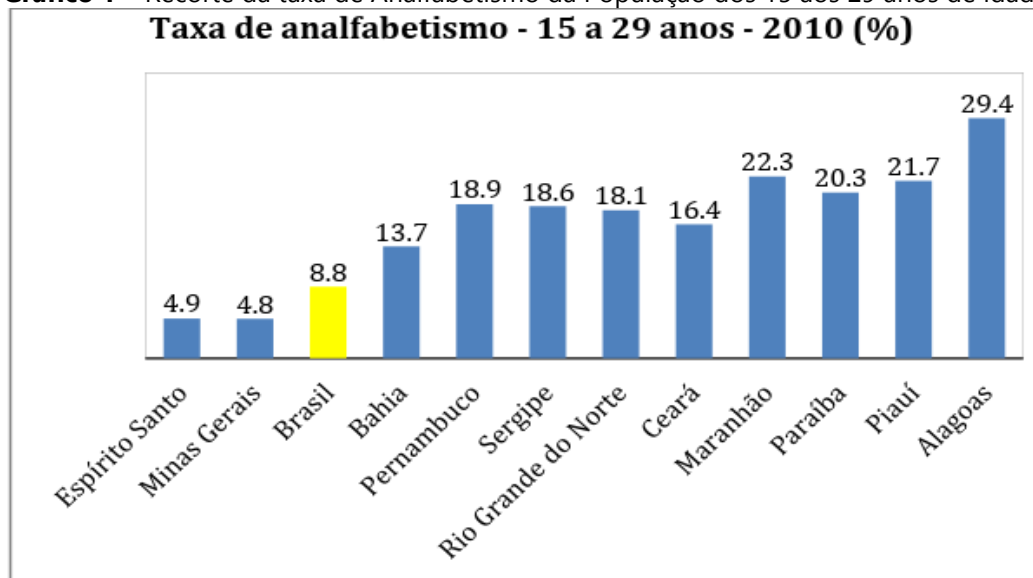
Mapa 2 – Taxa de Analfabetismo da População de 15 Anos ou mais de Idade – 2017



Quando realizado recorte para a faixa definida como jovem no Brasil (entre 15 e 29 anos) os índices de analfabetismo reduzem, em comparação a média citada anteriormente (15 anos ou mais), nos estados do Espírito Santo, Minas Gerais, Bahia, Rio Grande do Norte, Ceará, Paraíba e Piauí. Já os estados de **Pernambuco, Sergipe, Maranhão e Alagoas registraram resultados preocupantes diante do recorte**

etário, com valores maiores que suas próprias médias no espectro populacional mais alargado, conforme gráfico 1.

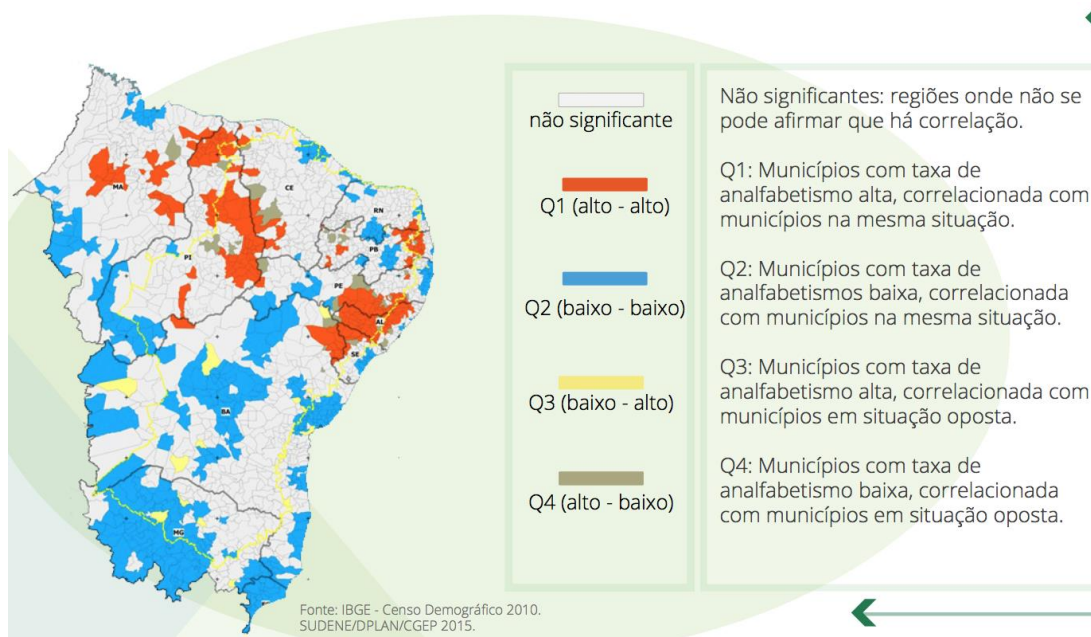
Gráfico 1 – Recorte da taxa de Analfabetismo da População dos 15 aos 29 anos de idade - 2010



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano – PNUD.

O Observatório de Desenvolvimento do Nordeste (ODNE) – um instrumento de sistematização de base de dados de indicadores prioritários criado pela Sudene – analisou a categoria do analfabetismo na região de atuação da Sudene considerando a necessidade de análise espacial no território. Foi possível identificar os aglomerados de municípios que possuem alta taxa de analfabetismo, bem como sua vizinhança com municípios em situação oposta, com baixos índices de analfabetos.

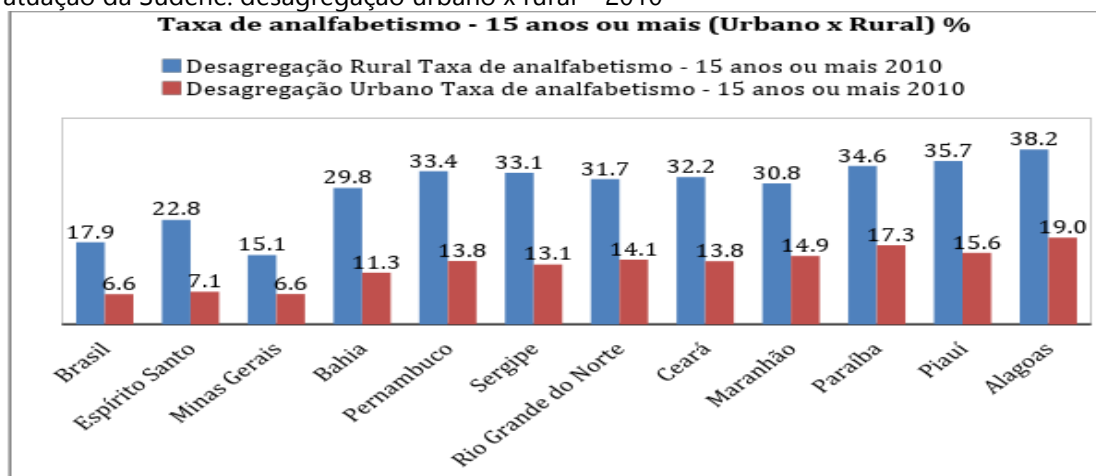
Mapa 3 – Associações espaciais dos municípios de atuação da Sudene, de acordo com taxas de analfabetismo



Fonte: Sudene, Boletim Temático – Social do ODNE – Analfabetismo

O percentual de analfabetos com 15 anos ou mais na área rural mais que duplica quando comparado com a população urbana de mesma faixa etária. Conforme apresenta o gráfico 2, o estado de Alagoas possuía, em 2010, 38,2% de analfabetos na área rural contra 19% na área urbana, quando a média nacional era de 17,9% e 6,6%, respectivamente, conforme pode ser observado no gráfico 2.

Gráfico 2 – Taxa de Analfabetismo da População de 15 Anos ou mais de Idade na área de atuação da Sudene: desagregação urbano x rural – 2010



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano – PNUD.

Além dos graves dados apresentados em relação ao analfabetismo, o Brasil possui altos índices de analfabetismo funcional – incapacidade que uma pessoa demonstra ao não compreender textos simples. De acordo com o IBGE⁶, a taxa de analfabetismo funcional (proporção de pessoas de 15 anos ou mais de idade com menos de quatro anos de estudo em relação ao total de pessoas do mesmo recorte etário) reduziu de 17,6% (2014) para 17,1% (2015). A região Nordeste manteve-se com o percentual mais alto (26,6%), enquanto o sudeste (12,4%) e o Sul (13,4%) apresentaram os indicadores mais baixos.

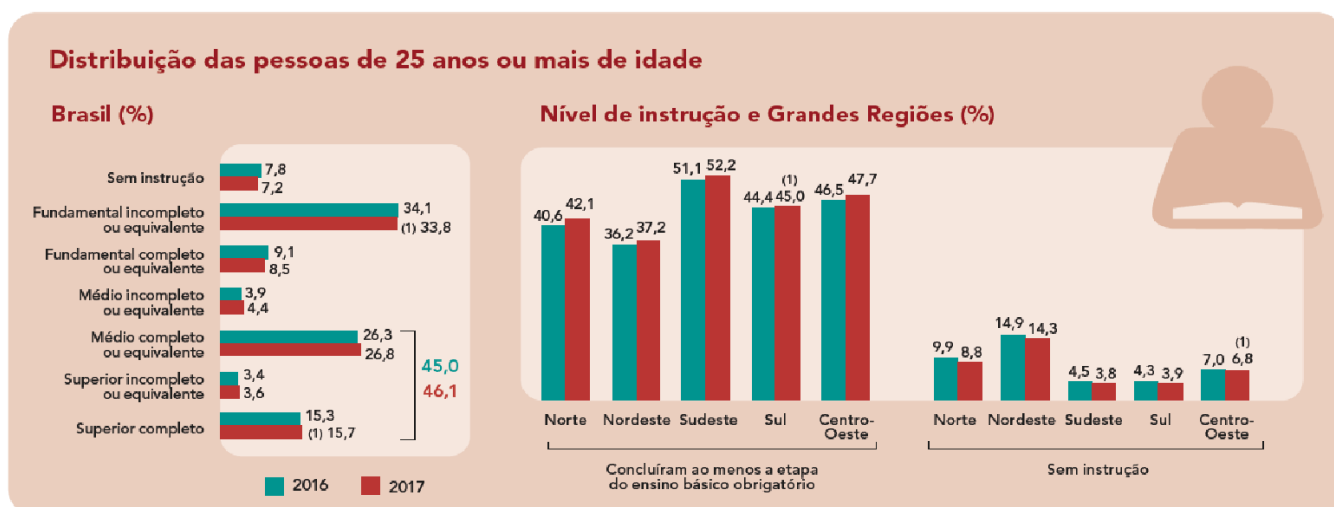
1.2.2. Nível de instrução

O nível de instrução é o indicador que capta o nível educacional alcançado por cada pessoa, independentemente da duração dos cursos por ela frequentado. Geralmente é medido entre a população de 25 anos ou mais por já terem alcançado idade suficiente para terem concluído o seu processo regular de escolarização. Segundo a PNAD 2017, no Brasil, a proporção de pessoas de 25 anos ou mais de idade que finalizaram a Educação Básica obrigatória, ou seja, concluíram, no mínimo, o ensino médio, passou de 45,0%, em 2016, para 46,1%, em 2017. Esse aumento, também foi acompanhado por uma redução de 0,6 p.p. tanto na proporção de pessoas sem instrução, quanto na de pessoas com o fundamental completo.

Nas Grandes Regiões, exceto a Região Sul, também foi observado o aumento da proporção de pessoas de 25 anos ou mais de idade que concluíram, ao menos, a Educação Básica obrigatória. Contudo, o Nordeste permanece em situação desigual comparativamente às demais regiões, apresentando um percentual de apenas 37,2% da população acima de 25 anos tendo concluído ao menos o ensino básico completo e 14,3% das pessoas com mais de 25 anos são consideradas sem instrução. Quando comparados aos índices das demais regiões brasileiras os dados tornam claras as disparidades em termos educacionais do Nordeste, conforme pode ser visto no gráfico 3.

⁶ disponível em <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/9461-pnad-2015-rendimentos-tem-queda-e-desigualdade-mantem-trajetoria-de-reducao>. Acesso em 30/01/19.

Gráfico 3 - Nível de instrução: distribuição das pessoas de 25 anos ou mais

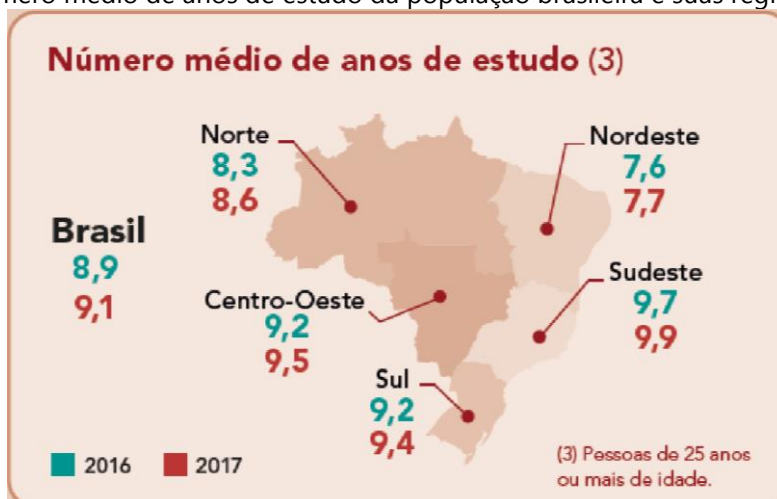


1.2.3. Anos de Estudo

A média de anos de estudo da população adulta mostra o quanto a sociedade está alcançando os padrões de escolaridade básica e obrigatória definidos nacionalmente. A recente Pesquisa Nacional por Amostra de domicílios Contínua (PNAD Contínua) retratou que Brasil alcançou no ano 2017 uma média de 9,1 anos de estudos entre a população de 25 anos ou mais de idade, o que representou um acréscimo de 0,2 pontos maior que o ano anterior, conforme apresenta o Mapa 4. Todas as regiões do país apresentaram crescimento, inclusive as regiões Sudeste, Centro-Oeste e Sul apresentaram valores acima da média nacional (9,9, 9,5 e 9,4 anos, respectivamente) e as Regiões Norte e Nordeste ficaram abaixo da média nacional, com 8,6 anos e 7,7 anos, respectivamente, conforme pode ser visto no mapa 4.

O resultado demonstra que **a população acima de 25 anos de idade da região nordeste passa menor quantidade de tempo estudando do que deveria se passar no ensino fundamental obrigatório**, de nove anos, demonstrando que os alunos evadem mesmo antes do término dessa etapa do ensino.

Mapa 4 – Número médio de anos de estudo da população brasileira e suas regiões – 2017



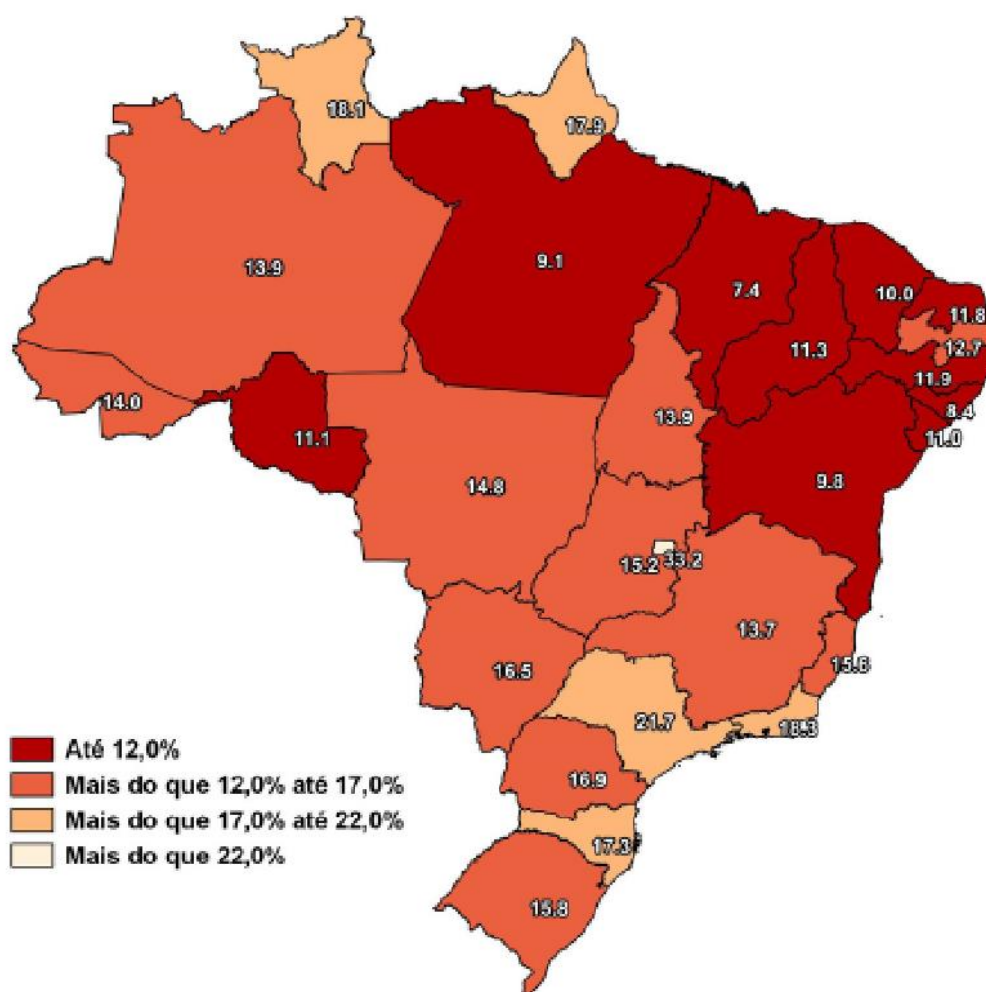
Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD Contínua 2017

1.2.4. População com ensino superior

Dentre os países da OCDE⁷ o Brasil é o País com o pior nível de desigualdade entre suas Unidades da Federação no que tange a conclusão do ensino superior. Conforme pode ser conferido no mapa 5, todos os estados do Nordeste, com exceção da Paraíba, possuem menor proporção de pessoas acima de 25 anos com ensino superior do Brasil. **Dentre os nordestinos a pior situação é a do estado do Maranhão, que tem apenas 7,4% de pessoas acima de 25 anos com nível superior, seguido de Alagoas, com 8,4% e Bahia com 9,8%.**

⁷ dados disponíveis para níveis subnacionais no Education at a glance 2018: OECD indicators

Mapa 5 - proporção de pessoas acima de 25 anos com superior completo - 2017



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2017

Principais desafios encontrados – Desenvolvimento Humano e Nível Educacional da População:

IDH: Alagoas possui os piores resultados no indicador IDHM Educação. Os maiores desafios ao estado estão ligados às políticas educacionais voltadas à população jovem. Apenas 39,56% dos jovens de 15 a 17 anos possuem fundamental completo e 25,86% de 18 a 20 anos com ensino médio completo.

Analfabetismo: Dentre os estados de atuação da Sudene, o que possui maior taxa de analfabetismo é o estado de Alagoas, com 18,2% de analfabetos, seguidos do Maranhão (16,7%), Piauí (16,6%) e Paraíba (16,5%).

Analfabetismo entre jovens de 15 a 29 anos: Estados com maiores taxas são

Pernambuco (18,9%), Sergipe (18,6%), Maranhão (22,3%) e Alagoas (29,4%).

Analfabetismo Urbano e Rural: maiores taxas de analfabetismo rural Alagoas (38,2%), Piauí (35,7%), Paraíba (34,6%), Pernambuco (33,4%), Sergipe (33,1%), Ceará (32,2%), Rio grande do Norte (31,7%) e Maranhão (30,8%).

Bolsões de Analfabetismo: Recorte para o bolsão destacado em vermelho pelo mapa 3, locais que possuem alta taxa de analfabetismo e vizinhos com a mesma realidade

Analfabetismo funcional: A região Nordeste possui o percentual mais alto do Brasil de Analfabetos funcionais, com taxa de 26,6%.

Nível de Instrução: Apenas 37,2% da população do Nordeste acima de 25 anos concluiu ao menos o ensino básico completo.

Anos de Estudo: O Nordeste possui a menor média de anos de estudo do país com 7,7 anos. Este resultado indica a importância de projetos que trabalhem a permanência dos jovens nas escolas, reduzindo a as taxas de abandono no final do ensino fundamental (que, vale lembrar, é de nove anos).

População com ensino Superior: Os estados que possuem menor proporção de pessoas acima de 25 anos com nível superior no Nordeste são: Maranhão, com 7,4%, Alagoas, com 8,4% e Bahia com 9,8%.

1.3. Educação Básica

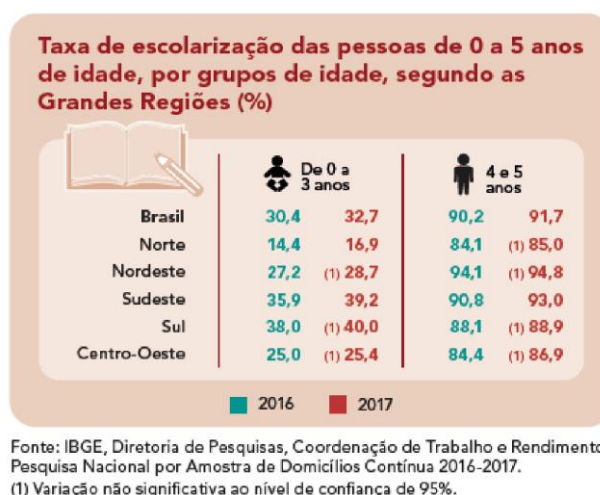
1.3.1. Educação Infantil

O desenvolvimento, a educação, a saúde e as necessidades da criança compõem um conjunto complexo e indissociável de fatores individuais e coletivos que exigem abordagem multidimensional para a primeira infância. Os contextos psicológico, social, educacional, de saúde e qualidade de vida são promotores do pleno desenvolvimento infantil e, portanto, exigem uma abordagem multisetorial na proposição de políticas voltadas à primeira infância. Nesse sentido, tornam-se inovadoras as políticas multidisciplinares, que serão capazes de dar respostas aos múltiplos problemas da atualidade ligados à criança.

Acesso

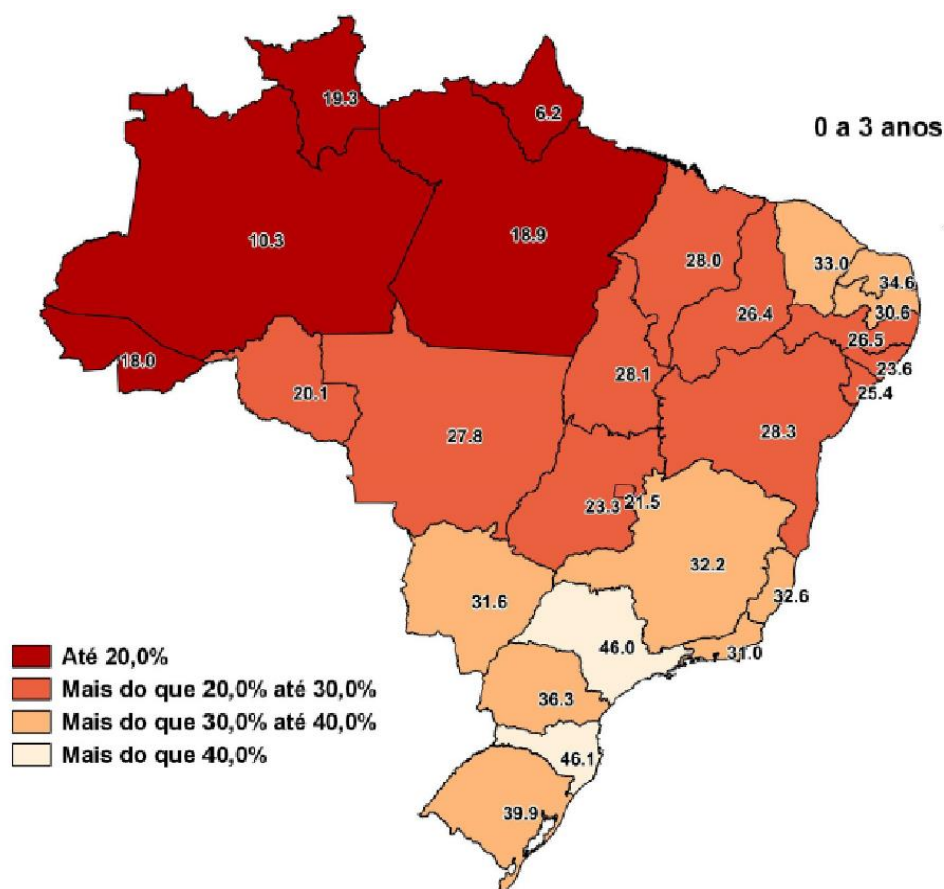
O Plano Nacional de Educação (PNE) apresenta como sua primeira meta: "universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches, de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PNE", que se encerra em 2024. As metas estabelecidas pelo PNE ainda não foram alcançadas. Com relação às crianças de 0 a 3 anos, no ano de 2017 nenhuma Unidade da Federação, como demonstradas no quadro 1.

Quadro 1 - Taxa de escolarização das crianças de 0 a 5 anos, por Grandes Regiões



Ao aprofundar o recorte para análise da região de atuação da Sudene percebe-se que com relação às crianças de 0 a 3 anos, os maiores percentuais de frequência escolar estão nos estados do Rio Grande do Norte (34,6%), Ceará (33%), Espírito Santo (32,6%), Minas Gerais (32,2%) e Paraíba (30,6%), estando os dois primeiros acima da média nacional (32,7%), de acordo como pode ser visto no mapa 6. **Os estados de Alagoas, Sergipe, Piauí e Pernambuco apresentam as menores taxas de escolarização para o público da creche com resultados de 23,6% e 25,4%, 26,4%, 26,5%, respectivamente.**

Mapa 6 - Proporção de crianças de 0 a 3 anos de idade que frequentavam a escola por unidade da federação - Brasil, 2017



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2017.

Conforme o relatório de monitoramento das metas do PNE - 2018⁸, o número de pessoas de 0 a 3 anos de idade que em 2016 estavam fora da escola na região Nordeste era superior a 2,2 milhões de crianças. Em valores absolutos o estado da Bahia representa uma fatia de mais de meio milhão de crianças fora da creche, conforme pode ser visto na Tabela 2. Cabe esclarecer que o quantitativo citado não incluiu os estados de Minas Gerais e Espírito Santo por se considerar que o recorte de atuação da Sudene nessas grandes regiões não representa volume significativo com a proporcionalidade da Unidade Federativa.

⁸ Brasil, Inep, 2018

Tabela 2 - Número de pessoas de 0 a 3 anos que não freqüentavam escola ou creche, por Brasil, região Nordeste e unidades da Federação do NE – 2016

Região/UF	n. de pessoas
Nordeste	2.222.015
Maranhão	320.549
Piauí	127.153
Ceará	305.573
Rio Grande do Norte	118.216
Paraíba	152.018
Pernambuco	365.359
Alagoas	137.812
Sergipe	98.484
Bahia	596.853

Fonte: Elaborada pela Dired/Inep com base em dados da Pnad/IBGE (2004-2015) e Pnad contínua/IBGE (2016). (adaptado pela consultora)

No tocante à universalização da pré-escola para crianças de 4 e 5 anos, os resultados nacionais são melhores que os apresentados em relação à creche. Esse resultado que distância o acesso da creche em relação ao da pré-escola acontece a partir da Emenda Constitucional Nº 59, DE 11 de novembro de 2009, que tornou obrigatória a matrícula apenas de crianças de 4 e 5 anos na pré-escola.

O Plano Nacional de Educação⁹ estabeleceu um prazo até 2016 para que os municípios se ajustassem para a garantia da inclusão de 100% das crianças de 4 a 5 anos. Além disso, o Plano também estabeleceu uma meta para a cobertura das crianças de 0 a 3 anos de idade em creche de forma a alcançar a marca de, pelo menos, 50% até o fim da vigência do Plano (2024). No entanto a meta não tem vinculação constitucional obrigatória como no caso da pré-escola.

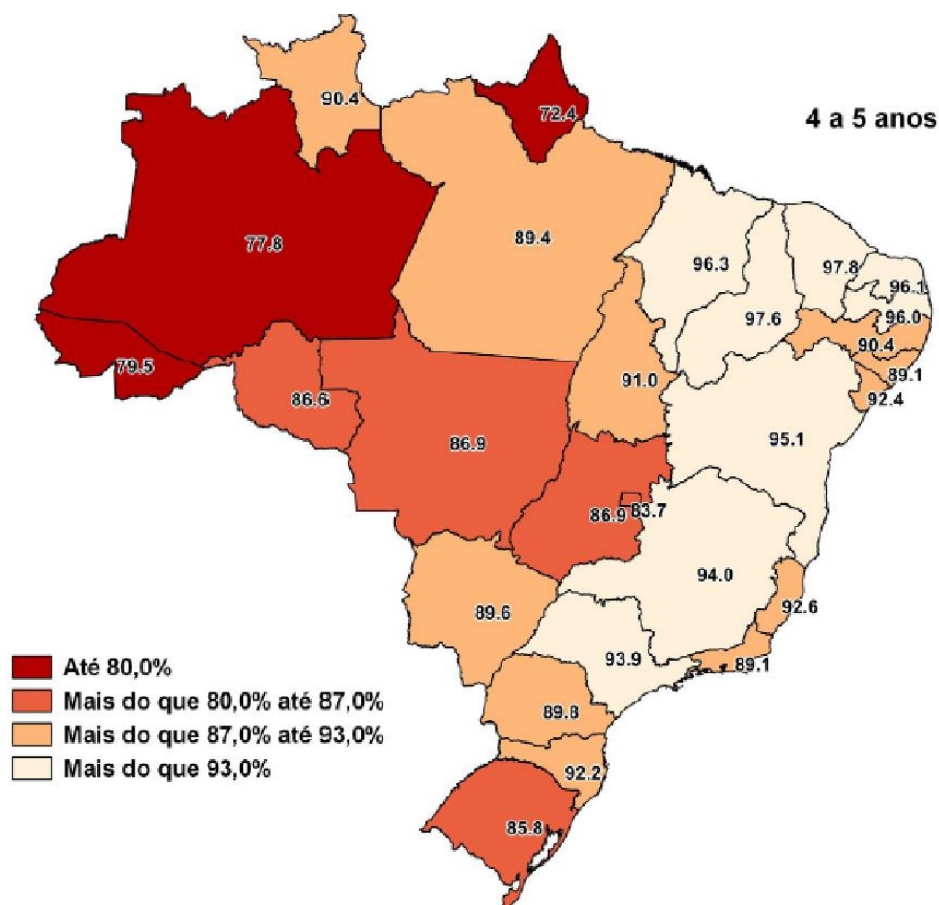
Apesar de nenhuma Grande Região ou Unidade da Federação ter alcançado a meta da universalização no ano de 2016, o Brasil contou (em 2017) com 91,7% de crianças de 4 e 5 anos matriculadas em pré-escolas. Nesse cenário, a região Nordeste apresentou os melhores resultados entre as regiões, tendo 94,8% de suas crianças de 4 e 5 anos matriculadas na pré-escola, superando a média nacional.

No recorte de atuação da Sudene os estados do Ceará e do Piauí se destacaram com as melhores taxas de escolarização bruta¹⁰ entre as crianças de 4 e 5 anos, com 97,8% e 97,6%, respectivamente. Os estados com piores resultados **foram: Alagoas (89.1%), Pernambuco (90,4%), Sergipe (92,4%) e Espírito Santo (92,4%)**, conforme apresentado no mapa 7.

⁹ Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.

¹⁰ A Taxa de Escolarização Bruta é a razão entre o número total de matrículas (independente da faixa etária) e a população correspondente na faixa etária prevista (4 e 5 anos) para a fase de ensino.

Mapa 7 - Proporção de crianças de 4 a 5 anos de idade que frequentavam a escola por unidade da federação - Brasil, 2017



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2017.

Conforme a Síntese dos Indicadores Sociais do IBGE, quando realizado o recorte entre as áreas urbanas e rurais do país é possível perceber que o percentual de crianças de 0 a 3 anos que freqüenta escola ou creche na área rural é muito preocupante. Enquanto 35,4% das crianças de 0 a 3 anos de área urbana está na creche apenas 18,3% está em mesma situação de matrícula na área rural. A desigualdade também ocorre (porém em menor proporção) quando comparadas as taxas de freqüência da faixa entre 4 e 5 anos, tendo 92,4% na área urbana e 88,3% para a área rural.

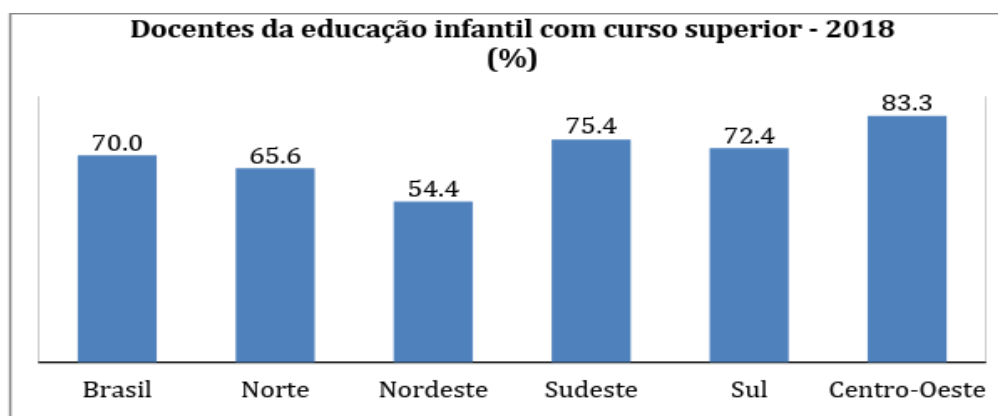
Indicadores de Qualidade

Docente com Ensino Superior

Ademais da garantia do **acesso** à educação infantil, torna-se premente garantir o debate acerca da agenda da **qualidade** da educação nessa fase da vida. Pelo olhar da

educação escolar, um dos indicadores que analisa a qualidade do serviço oferecido às crianças – e que está consensuado nos Parâmetros Nacionais de Qualidade para a educação infantil – é a formação específica das professoras e dos professores dessa etapa do ensino. O gráfico 4 demonstra dados de desigualdades regionais no que se refere à formação superior do docente da educação infantil no Brasil. A região Nordeste possui a menor taxa de professores da educação infantil com nível superior, com pouco mais da metade dos professores (54,4%) nessa condição de formação. A diferença para a região Centro-oeste, que possui maior percentual de formação docente com nível superior (83,3%), é de 28,9 pontos percentuais.

Gráfico 4 - Percentual de Funções Docentes da educação infantil com Curso Superior, Brasil e Regiões Geográficas - 2018



Fonte: Censo da Educação Básica 2018/INEP.

As fragilidades ligadas às questões docentes conseguem ser mais profundas que os graves problemas de ter ou não formação superior. Referenciamo-nos na pesquisadora Bernadete Gatti, em livro publicado pela UNESCO (2009), sobre os impasses e desafios dos professores do Brasil, demonstrando características importantes que compõem o perfil do professor no Brasil, dentre eles o professor da educação infantil, as quais podemos resumir da seguinte forma:

1. O nível de escolaridade (medido pelo número de anos de estudo) dos professores da educação infantil é o de menor média dentre Educação Básica.
2. 70% dos ingressantes em Pedagogia em 2015 obtiveram notas no Enem

(Exame Nacional do Ensino Médio) abaixo da média nacional (TPE, 2018a).

3. Os atuais cursos superiores de licenciatura preparam concomitantemente o professor para atuar na educação infantil e no ensino fundamental, mas o foco é a formação do professor dos primeiros anos do ensino fundamental.
4. Os Cursos de Pedagogia e licenciaturas em grande medida não estão voltados para os desafios da prática em sala de aula.
5. Os atuais estudantes dos cursos de nível superior para a docência se concentram (50,4%) nas faixas de renda familiar média de três a dez salários mínimos e mais de 70% dos são também trabalhadores.
6. Pais e mães dos estudantes de Pedagogia são sistematicamente menos escolarizados que os dos estudantes dos demais cursos, fato que compromete a bagagem cultural dos estudantes.

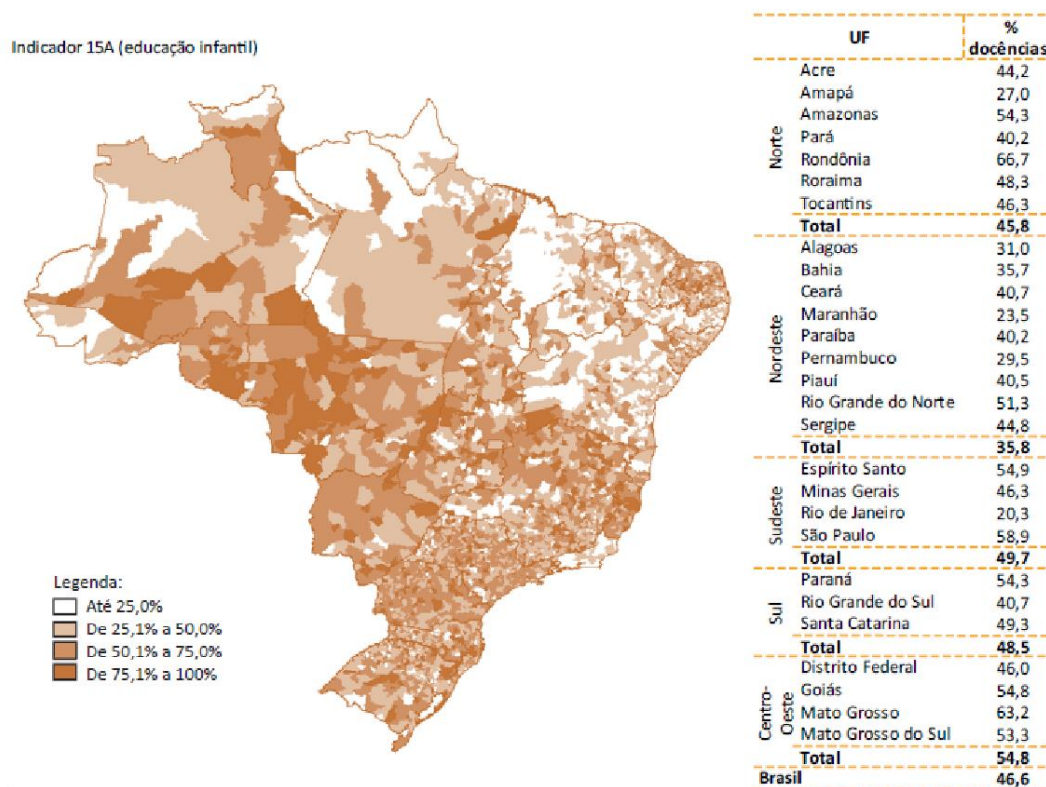
Adequação da Formação Docente

Outra questão problemática de igual dimensão ao nível de formação do professor é a constante alocação de docentes em disciplinas diferentes de sua formação acadêmica inicial. Trata-se da "adequação da formação docente", que relaciona a formação do professor e a disciplina que ele leciona. O indicador é acompanhado para o alcance da meta 15 do Plano Nacional de Educação (PNE), que tem por objetivo *"assegurar que todos os professores da Educação Básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam, por meio de uma política nacional de formação dos profissionais da educação em regime de colaboração entre a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios"*. Para a educação infantil o indicador analisado é: Indicador 15 A: Proporção de docentes da educação infantil com professores cuja formação superior está adequada à área de conhecimento que lecionam.

A educação infantil é a etapa de ensino que possui menor percentual de adequação da formação docente no Brasil, com 46,6% (menos da metade) dos professores atuando de acordo com sua formação inicial. No mapa 8 é possível observar as **diferenças**

regionais nos resultados dos indicadores, que colocam o Nordeste com os piores resultados, tendo apenas 35,8% de seus professores com formação superior considerada adequada à área em que atuam.

Mapa 8 - Percentual de docentes em educação infantil de professores com formação superior adequada à área de conhecimento que lecionam, por Brasil, grande região, unidade da Federação e município – 2016



Fonte: BRASIL, INEP, 2018

Os indicadores do INEP "docentes com ensino superior" e "adequação da formação docente" demonstram que o Nordeste está em total desvantagem na oferta qualificada de seus professores para a educação infantil. **Além de possuir a menor taxa de professores da educação infantil com nível superior do Brasil, com pouco mais da metade dos professores (54,4%), a região Nordeste tem apenas 35,8% de seus professores com formação superior considerada adequada à área em que atuam. Somam-se a estes problemas questões ligadas à formação inicial dos estudantes de pedagogia, que além de ingressarem nas faculdades com baixos níveis de escolaridade e de bagagem cultural não recebem boa preparação para o ensino**

na educação infantil e tudo isso reflete diretamente na baixa qualidade do ensino para a primeira infância. Todos os dados demonstram a necessidade de se fortalecer políticas que reduzam essas fragilidades para se alcançar qualidade na educação oferecida à população brasileira.

Principais desafios encontrados – Educação Infantil

Desigualdade e renda (0 a 3 anos) – Priorizar investimentos para os mais desfavorecidos: Investir no desenvolvimento da primeira infância de crianças socialmente desfavorecidas, desde o nascimento até os cinco anos de idade, produz retornos futuros que aumentam a produtividade econômica do país. A cobertura das crianças de 0 a 3 anos, em 2016, para o quintil superior da renda foi de 48,2%, enquanto o quintil inferior da renda alcançou cobertura 22,3%. A cobertura para crianças de 0 a 3 anos apresenta tendência de crescimento da desigualdade entre regiões, áreas urbana e rural, pobres e ricos. Sugestão: Necessitam-se políticas para estimular os municípios a ampliarem a cobertura de creches e atender com prioridade às crianças do grupo de renda mais baixa.

Transversalidade nos cuidados à primeira infância: O Cuidar e o educar são indissociáveis na primeira infância. Só é possível avançar na perspectiva do desenvolvimento integral da criança quando consideradas suas necessidades a partir dos diversos campos afetos à infância, como o da saúde e o da assistência social, que precisam ser associadas à dimensão educacional. Sugestão: Articulação de uma rede ampla de integração de ações à primeira infância entre os seguintes ministérios: Educação, Saúde, Cidadania, Mulher, Família e Direitos Humanos (Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente), Ministério do desenvolvimento Regional (Sudene). Políticas educacionais para a primeira infância – principalmente em se tratando de crianças socialmente desfavorecidas – só obtêm sucesso quando se entende a intersecção entre os campos e teorias e remetem ao “cuidar” somados ao “educar”.

Escolarização 0 a 3 anos: A Região Nordeste possui 28,7% de taxa de escolarização

para crianças de 0 a 3 anos de idade, sendo a meta para 2024 alcançar taxa de 50%. As menores taxas de escolarização da região para o público da creche foram de Alagoas (23,6%), Sergipe (25,4%), Piauí (26,4%), e Pernambuco (26,5%). Sugestão: Propor a formação de um consórcio entre os estados e municípios (com apoio da Sudene) que possuem as piores taxas para pactuação frente a fusão de interesses comuns para o alcance da meta para 2024.

Escolarização 4 e 5 anos: Nenhum estado do Nordeste (nem do Brasil) alcançou em 2016 a meta de universalização da pré-escola (crianças de 4 e 5 anos). No entanto, foi a região Nordeste que apresentou os melhores resultados para o alcance da meta, tendo 94,8% de escolarização na pré-escola, mas com fragilidades nos estados de Pernambuco, Alagoas e Sergipe¹¹, além do Espírito Santo, quando considerando a área de atuação da Sudene. Sugestão: Propor campanhas de busca ativa nos três estados com maior fragilidade nas taxas.

Formação inicial do Docente da educação infantil: Fatores relacionados com o baixo nível de escolaridade e de bagagem cultural do estudante de pedagogia somado à baixa preparação para o ensino na educação infantil; a baixa articulação da teoria com a atuação prática do professor; a baixa carga horária destinada a didática e a métodos de ensino; e a baixa importância para os estágios supervisionados refletem diretamente na baixa qualidade do ensino para a primeira infância. Sugestão: Promover maior aproximação entre as universidades e os municípios para articular maneiras de superar os desafios dos professores que já estão na sala de aula há tempo e sem reciclagem adequada às novas teorias. Além disso, torna-se importante uma política de adequação na grade curricular dos cursos ligados à docência, de forma que dêem maior ênfase às disciplinas voltadas às práticas pedagógicas para primeira infância, bem como para toda a Educação Básica.

Docentes com ensino superior: A região Nordeste é a que tem o menor percentual de docentes com curso superior do Brasil. O estado de atuação da Sudene que possui menor percentual de professores com curso superior é o Maranhão, com taxa de apenas 41,1%, seguido de Alagoas (48,3%) e Pernambuco (48,4%). Os percentuais de

¹¹ adaptado de Brasil, INEP, 2018

todos os estados são piores para a fase da creche do que da pré-escola. Sugestão: Apoiar e promover junto as instituições da sociedade civil e do Ministério da Educação ações de estímulo à carreira docente para atuação educação infantil. É imprescindível focar na valorização docente, oferecendo salários atrativos para que estudantes que possuem bons resultados no ensino básico se motivem ao ingresso em cursos de licenciaturas, ou seja, se motivem a serem professores. Aumentando a atratividade da carreira docente será possível ir mudando o perfil do professor da Educação Básica brasileiro.

Adequação da formação docente: O Nordeste tem os piores resultados de adequação de formação docente, tendo apenas 35,8% de seus professores com formação superior considerada adequada à área em que atuam. Dentre os estados de atuação da Sudene os que apresentam piores resultados são Maranhão (com 23,5%), Pernambuco (com 29,5%) e Alagoas (com 31%).

Sugestão de recortes prioritários:

1) Recorte etário: 0 a 3 anos

Localidades: Alagoas, Sergipe, Piauí e Pernambuco - Urbano e Rural (menores taxas de frequência a creche)

2) Recorte etário: 4 e 5 anos

Localidades (Rural): Alagoas, Pernambuco, Sergipe e Espírito Santo (menores taxas de frequência a pré-escola)

3) Adequação de Formação docente para os estados do Maranhão, Pernambuco e Alagoas.

1.3.2. Ensino Fundamental

A universalização da Educação Básica representa o passo inicial para a efetividade do direito ao cidadão e o Ensino Fundamental está nesse bojo. Nesse sentido, o Plano Nacional de Educação (PNE) apresenta em sua **meta 2** o desafio de **"universalizar o ensino fundamental para toda a população de seis a quatorze anos, buscando garantir que a conclusão dessa etapa seja na idade recomendada para, ao menos, 95% dos estudantes até 2024"**. E no que diz respeito ao acesso, a porcentagem de estudantes no Ensino Fundamental indica o cumprimento da meta.

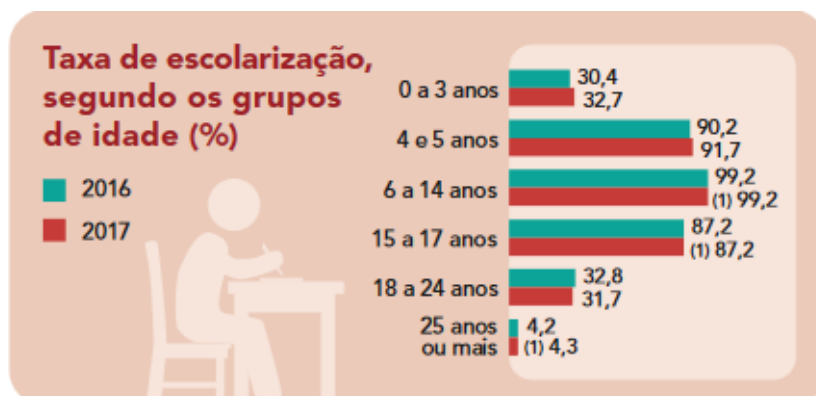
Acesso

Taxa de escolarização

Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD C. 2017), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a taxa de escolarização bruta¹² na faixa dos 6 aos 14 anos de idade, nos anos de 2016 e 2017, chegou aos 99,2% — o que significa o atendimento de mais de 26 milhões de educandos no sistema de ensino brasileiro e o que supera as taxas de escolarização das demais etapas da Educação Básica, como demonstra o gráfico 5. Essa taxa nacional é significativa porque demonstra que no **questito acesso ao ensino fundamental o Brasil praticamente já conseguiu garantir sua universalização**.

¹² A Taxa de Escolarização Bruta é a razão entre o número total de matrículas (independente da faixa etária) e a população correspondente na faixa etária prevista para o curso na etapa de ensino.

Gráfico 5 - Taxa de escolarização bruta segundo grupos de idade no Brasil - 2016 e 2017



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento. PNAD Contínua 2016-2017.

Indicadores de qualidade

Abandono

No Brasil, os avanços nos índices de matrículas do ensino fundamental (e até mesmo nas demais etapas da Educação Básica) evidenciam que o país tem conseguido garantir o processo de democratização do acesso à escola. No entanto, essa conquista lança luz a um outro desafio de igual importância: a questão da permanência. Dentre os indicadores educacionais, o INEP apresenta dados referentes a taxa de rendimento, que traz dados sobre aprovação, reprovação e abandono.

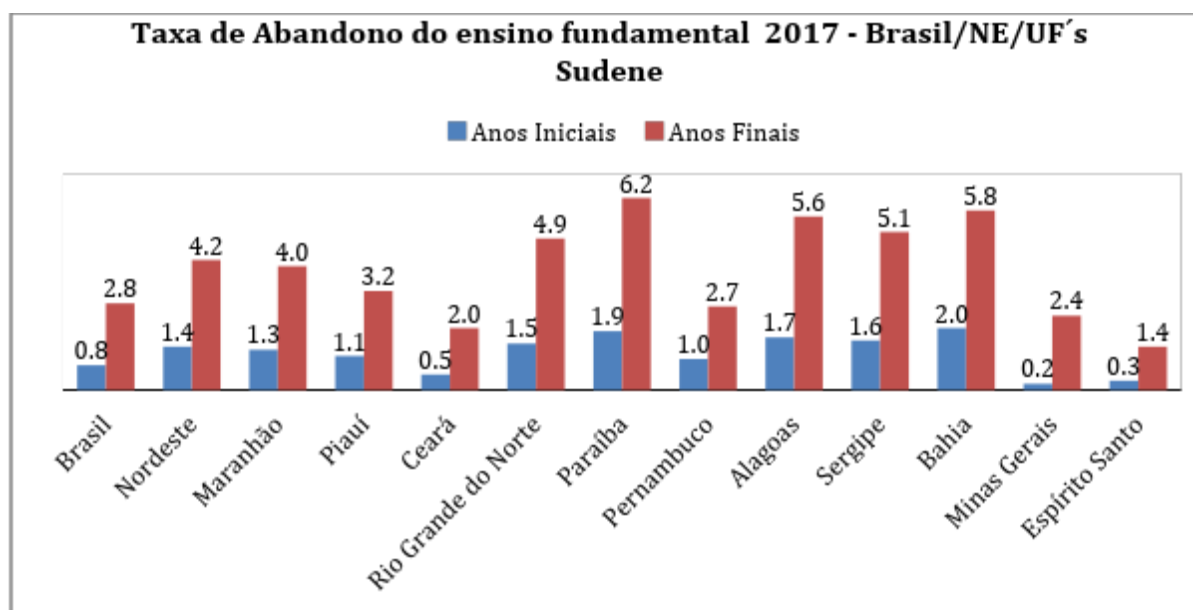
Em relação ao abandono¹³, segundo os dados do Inep de 2017¹⁴, 1,6% dos alunos brasileiros deixaram o Ensino Fundamental antes de concluir essa etapa de ensino, percentual que chegou a 2,9% nas zonas rurais, ante 1,4% nas áreas urbanas. As diferenças regionais também são grandes em relação a este indicador. Enquanto as regiões Norte e Nordeste apresentam taxa de abandono de 2,9% e 2,7%, respectivamente, nas regiões Centro-oeste, Sul e Sudeste o índice é de 0,9%. A mais alta taxa de abandono no Ensino Fundamental é registrada nos anos finais representando taxa de 2,8% para o Brasil e 4,2% no Nordeste.

¹³ Deu-se prioridade para análise da categoria abandono (em detrimento de aprovação e reprovação), tendo em vista que em análise da categoria distorção idade-série será possível contemplar a aprovação e reprovação.

¹⁴ disponíveis em <http://portal.inep.gov.br/web/guest/indicadores-educacionais>

Ao se fazer o recorte para a área de atuação da Sudene, é possível observar que, além dos índices serem mais altos nos anos finais em todos os estados, a **Paraíba, a Bahia e Alagoas são os que apresentam maior abandono na segunda fase do ensino fundamental, com taxas de 6,2%, 5,8% e 5,6%**, respectivamente, conforme pode ser conferido no gráfico 6.

Gráfico 6- taxas de abandono das duas fases do ensino fundamental, por UF da Sudene, comparadas a média regional e nacional - 2017



Fonte: Elaboração própria, baseada no *Censo da Educação Básica 2017/INEP*.

Ao se aprofundar a análise acerca dos anos finais, mais uma categoria de observação merece luz aos dados. A desagregação por localidade demanda atenção para a área rural, já que em mais de 60% dos estados o abandono dos estudantes de área rural nos anos finais do ensino fundamental é maior que os de área urbana. Os **estados com maior taxa de abandono rural são: Bahia, Sergipe, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Piauí e Maranhão**. No estado do Espírito Santo a taxa de abandono mantém-se igual nas áreas urbana e rural e nos estados de Minas Gerais, Alagoas, Ceará as taxas de abandono rural é menor que o urbano.

Distorção idade-série

A Meta 2 do Plano Nacional de Educação (PNE), além de buscar "universalizar o ensino fundamental para toda a população de seis a quatorze anos" (primeiro objetivo da

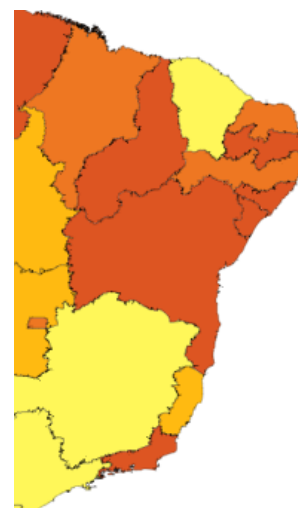
meta) , pretende (em seu segundo objetivo) **"garantir que a conclusão dessa etapa seja na idade recomendada para, ao menos, 95% dos estudantes até 2024"**.

O Brasil apresenta distorção idade-série de 12% nos anos iniciais e 26% nos anos finais do ensino fundamental. Cabe observar que existem dados de distorção desde o ingresso no primeiro ano do ensino fundamental. Os índices vão aumentando gradativamente ao longo da primeira fase do fundamental, de forma a refletir uma somatização extremamente preocupante no ingresso ao 6º ano, correspondente a entrada da segunda fase do ensino fundamental, com 27% dos alunos em idade errada ao nível escolar. O índice se repete no 7º ano e cai para 25% e 24% nos 8º e 9º anos, respectivamente. **Os dados demonstram que o grande "gargalo" está na saída do 5º ano e ingresso no 6º ano, portanto os esforços precisam ser redobrados considerando este recorte.** Os mapas 10 e 11 fazem uma demonstração das desigualdades na área da Sudene em relação a categoria da localidade (urbano x rural) para os anos iniciais do ensino fundamental.

Mapa 10 - Distorção Idade-Série
(Anos iniciais) - área da Sudene -
Desagregação Urbana - 2017

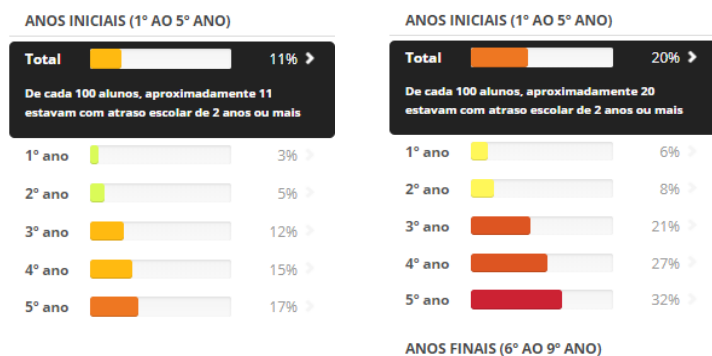


Mapa 9 - Distorção Idade-Série
(Anos iniciais) - área da Sudene -
Desagregação Rural - 2017



Legenda





Fonte: Inep, 2017. Organizado por QEd, 2017

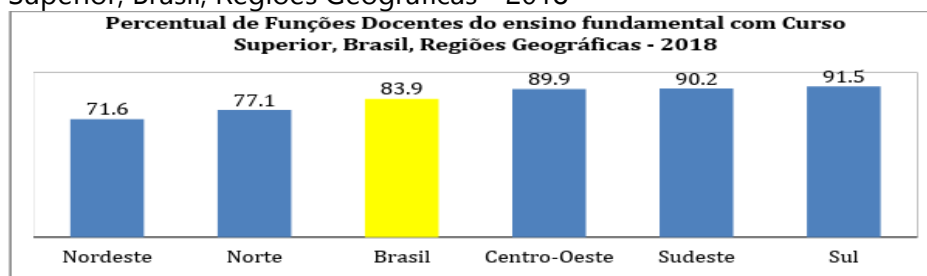
No recorte feito para a área de atuação da Sudene percebe-se que a taxa de distorção idade-série no ano 2018 no Nordeste foi 23,1%, sendo maior que a média nacional de 17,2%. **Os estados que possuem piores resultados de distorção são Sergipe, com 28,9% e Bahia com 28,5%, seguidos dos estados de Alagoas e Piauí, ambos com 24,8%.**

Funções Docentes com curso superior

O Plano Nacional da Educação estabeleceu, em sua Meta 15, que **“todos os professores e as professoras da Educação Básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam”** (BRASIL, 2014).

O gráfico 7 apresenta o percentual de professores do ensino fundamental que possuem ensino superior no Brasil, distribuídos por regiões geográficas. Os resultados demonstram que o Nordeste é a região que possui menor percentual de professores do ensino fundamental com curso superior do país, sendo 71,6% dos docentes, ficando inclusive abaixo da média nacional para a etapa que é de 83,9%.

Gráfico 7- Percentual de Funções Docentes do ensino fundamental com Curso Superior, Brasil, Regiões Geográficas - 2018



Fonte: Censo da Educação Básica 2018/INEP.

Adequação da Formação Docente

A Meta 15 do PNE prevê que *"todos os professores e as professoras da Educação Básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam"*. No tocante ao ensino fundamental o PNE detalha o indicador 15B e 15C: *"Proporção de docências dos anos iniciais (15B) e anos finais (15C) do ensino fundamental com professores cuja formação superior está adequada à área de conhecimento que lecionam"*. A meta desse indicador é ter: *"100% das docências dos anos iniciais e finais do ensino fundamental com professores com formação superior adequada à área de conhecimento em que atuam até 2024"*.

A respeito dos anos iniciais do ensino fundamental, é possível observar que na área de atuação da Sudene os estados de Minas Gerais, Espírito Santo, Sergipe e Rio Grande do Norte possuem taxas de adequação da formação docente maiores que a média do Brasil. O Maranhão e Pernambuco são os que possuem maior distorção entre a formação e a atuação do professor. Apenas 28,3% dos professores dos anos iniciais do Maranhão e 37,4% dos professores de Pernambuco lecionam em área adequada às suas formações, conforme pode ser visto na tabela 3.

Acerca dos anos finais, os resultados são mais preocupantes, na medida em que o número de docentes com formação adequada a área que lecionam é ainda menor. O pior resultado está no estado do Maranhão, onde apenas 20% dos professores estão lecionando conforme sua formação inicial. A segunda pior colocação ficou para o estado da Bahia com 31,6%, seguido do Ceará com 32,4%. Os estados em melhor adequação da formação docente são Minas Gerais (60,5%), Espírito Santo (51,7%) e Sergipe (51,6%), conforme tabela 3.

Tabela 3 - Percentual de docências nos anos iniciais e finais do ensino fundamental de professores com formação superior adequada à área de conhecimento que lecionam, por Brasil, região Nordeste, unidade da Federação de atuação da Sudene – 2016

UF	% Docências A.I	% Docências A.F.
Brasil	59,0	50,9
Nordeste	43,1	33,9
Maranhão	28,3	20
Pernambuco	37,4	31,6
Bahia	42,6	32,4
Alagoas	43,6	36,9
Piauí	44,8	39,6
Ceará	45,8	39,7
Paraíba	51,2	43,4
Sergipe	63,3	44,6
Rio Grande do Norte	66,6	51,6
Minas Gerais	74,2	51,7
Espírito Santo	77,1	60,5

Fonte: Elaborado pela Dired/Inep com base em dados do Censo da Educação Básica/Inep (2016)

Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, Ideb, mensura o desempenho do sistema educacional brasileiro a partir da combinação entre a proficiência obtida pelos estudantes em avaliações externas de larga escala (Saeb)¹⁵ e a taxa de aprovação, indicador que tem influência na eficiência do fluxo escolar, ou seja, na progressão dos estudantes entre etapas/anos na Educação Básica.

O Plano Nacional de Educação tem como meta 7 "fomentar a qualidade da Educação Básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o IDEB:"

Tabela 4 - Metas do IDEB previstas pelo Plano Nacional de Educação

Nível de ensino	2015	2017	2019	2021
Anos iniciais do ensino fundamental	5,2	5,5	5,7	6,0
Anos finais do ensino fundamental	4,7	5,0	5,2	5,5
Ensino médio	4,3	4,7	5,0	5,2

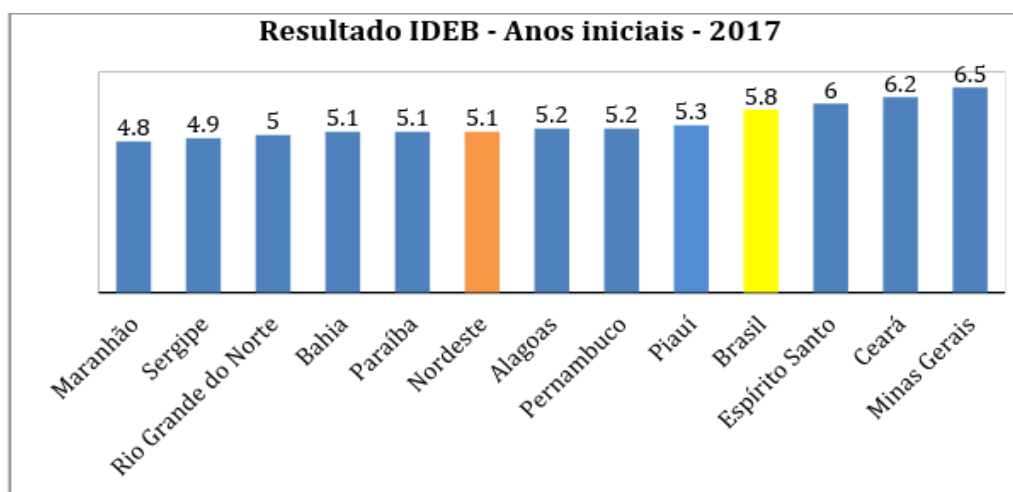
Fonte: BRASIL, INEP, 2018

Anos iniciais

Considerando os estados de atuação da Sudene, merecem destaque os estados do Ceará – que superou a meta proposta para 2017 em 1,4 ponto, além de ultrapassar a meta prevista para 2021 – e Alagoas – que superou a expectativa em 1,0 ponto. Dos estados que alcançaram Ideb maior ou igual a 6,0 foram: Minas Gerais, Espírito Santo e Ceará, superando inclusive, a média nacional que foi de 5,8, conforme detalha o gráfico 8 e até a meta estabelecida pelo PNE para 2021 que era 6,0 pontos. As três menores notas do recorte da Sudene foram para os estados do Maranhão (4,8), Sergipe (4,9) e Rio Grande do Norte (5,0).

¹⁵ O Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) é composto por um conjunto de avaliações externas em larga escala que permitem ao Inep realizar um diagnóstico da Educação Básica brasileira. É composto por duas avaliações: a Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb) – que funciona de forma amostral, em escolas e alunos das redes públicas e privadas do País que não atendem aos critérios de participação da Anresc/Prova Brasil – e a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Anresc), conhecida como Prova Brasil, criada com o objetivo de avaliar censitariamente a qualidade do ensino ministrado nas escolas das redes públicas para os alunos de 5º ano e no 9º ano do Ensino Fundamental.

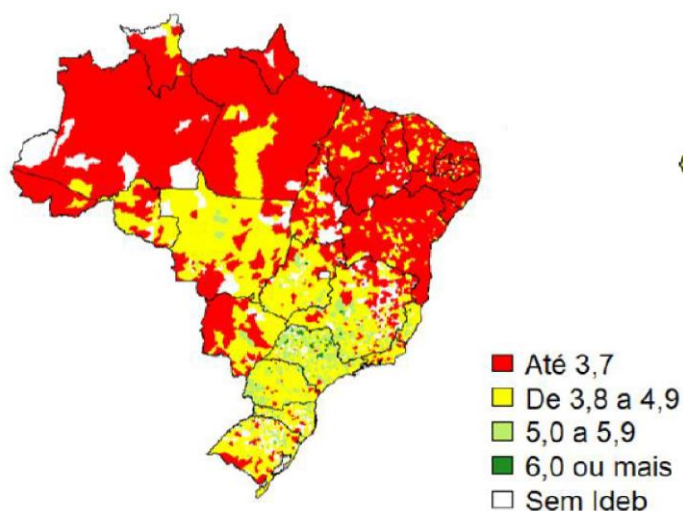
Gráfico 8- Resultado IDEB anos iniciais do ensino fundamental - Brasil, Nordeste e Estados de atuação da Sudene - 2017



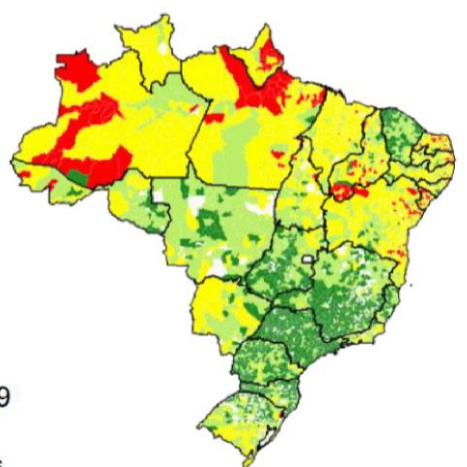
Fonte: MEC/Inep. (disponível em <http://ideb.inep.gov.br/>). Adaptado pela consultora

Pela observação espacial dos Mapas 11 e 12 os resultados referentes aos anos iniciais do IDEB nas redes municipais destacam positivamente os estados do Ceará, Minas Gerais e Espírito Santo. O recorte comparativo de 10 anos demonstra que em um tempo curto é possível mudar o cenário educacional de uma região. Já não se sustenta evitar investimentos na educação pelo argumento de uma promessa apenas de longo prazo.

Mapa 11 - Cenário do IDEB - anos iniciais do ensino fundamental - rede municipal - 2007



Mapa 12 - Cenário do IDEB - anos iniciais do ensino fundamental - rede municipal - 2017



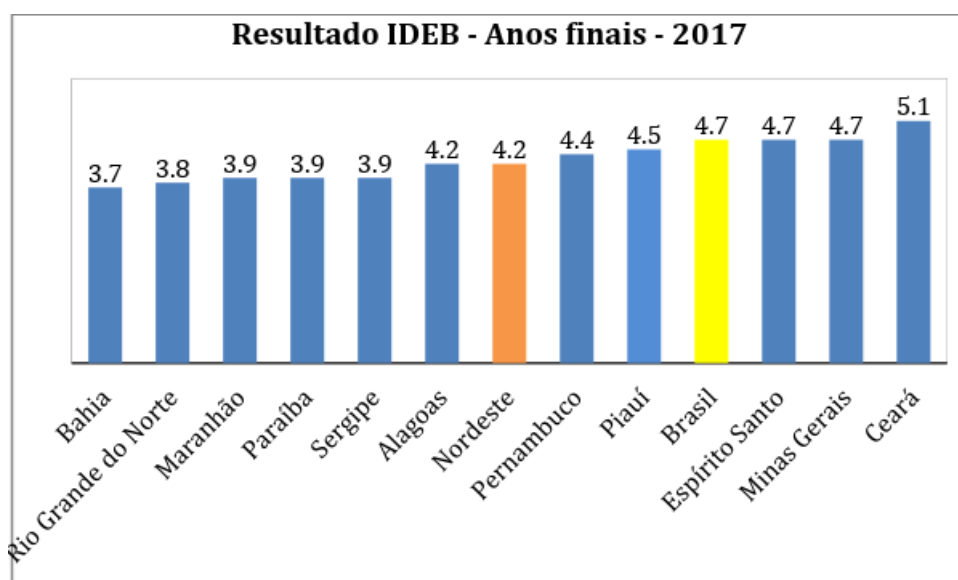
Fonte: MEC/INEP (extraído de INEP, 2017)

Anos Finais

Os resultados do Ideb nos anos finais do ensino fundamental demonstram o quão se torna necessário centrar atenção para esta fase. Apesar de o país ter melhorado seu desempenho nos anos finais, ficando um índice igual a 4,7 no ano 2017, a meta proposta não foi atingida, assim como na região Nordeste. Apenas 7 unidades da Federação alcançaram a meta proposta para 2017: Rondônia, Amazonas, **Ceará, Pernambuco, Alagoas**, Mato Grosso e Goiás, destas três são da área de atuação da Sudene. O registro mais negativo foi a queda do Ideb nos anos finais do ensino fundamental no estado de Minas Gerais.

Considerando os estados de atuação da Sudene, **o pior resultado para os anos finais foi o do estado da Bahia (3,7), Rio grande do Norte (3,8)**. Os estados do Maranhão, Paraíba e Sergipe obtiveram a mesma nota (3,9) ficando com terceiro pior IDEB dos estados da Sudene. Assim como observado na fase dos anos iniciais, o estado do Ceará merece destaque, liderando a maior nota do grupo e superando a média nacional, conforme ilustra o gráfico 9.

Gráfico 9- Resultado IDEB anos finais do ensino fundamental - Brasil, Nordeste e Estados de atuação da Sudene - 2017



Fonte: MEC/Inep. (disponível em <http://ideb.inep.gov.br/>). Adaptado pela consultora

Resultados de Aprendizagem do Ensino Fundamental - Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB)

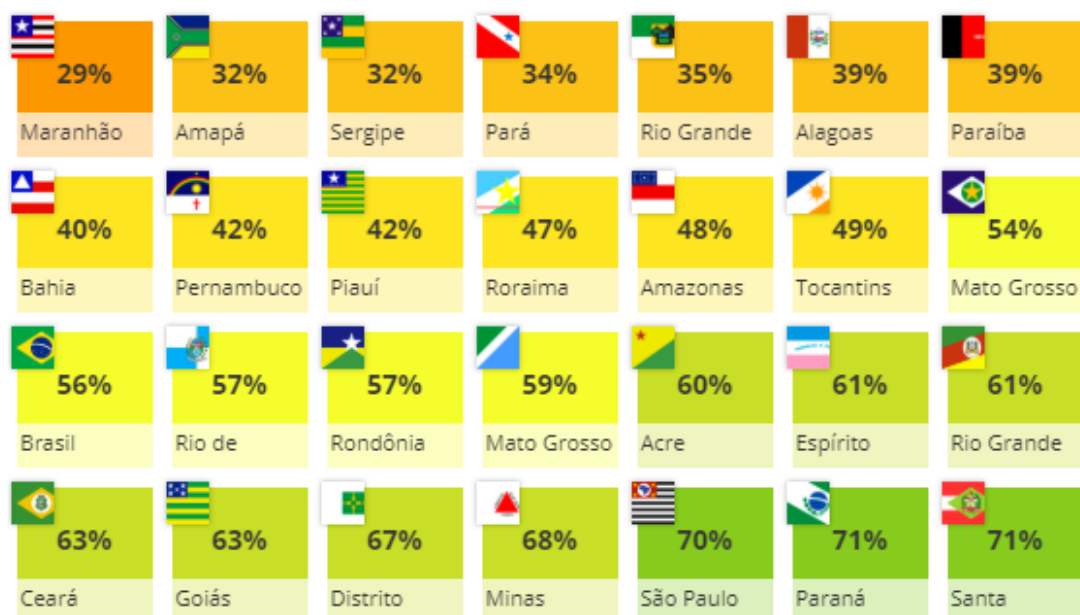
Propõe-se aqui uma análise aprofundada de um dos componentes utilizados no cálculo do IDEB. Trata-se da Prova Brasil, que procura avaliar o aprendizado realizado ao longo da trajetória escolar do aluno. Assim, são avaliadas habilidades relativas há anos anteriores ao que ele está matriculado e também há anos posteriores. O conjunto dessas habilidades é organizado em competências. Na Prova Brasil, o resultado do aluno é apresentado em pontos numa escala (Escala SAEB). De acordo com o número de pontos obtidos na Prova Brasil, os alunos são distribuídos em 4 níveis em uma escala de proficiência: Insuficiente, Básico, Proficiente e Avançado.

A plataforma QEdu colabora para análise dos dados educacionais sistematizando os resultados de avaliações como a Prova Brasil de forma gráfica, o que facilita a leitura dos dados. Cabe acrescentar que segundo o movimento Todos Pela Educação, a proporção ideal de alunos que deve aprender o adequado até 2022 deve ser de 70%. Portanto, todos os estados teriam pouco menos de 4 anos para o alcance da meta proposta.

Língua Portuguesa - anos iniciais

O quadro 2 apresenta a proporção de alunos do 5º ano do ensino fundamental que aprenderam o adequado na competência de leitura e interpretação de textos, revelando os estados de atuação da Sudene que ficaram abaixo da média nacional, que foi de 56%: Maranhão (29%), Sergipe (32%), Rio grande do Norte (35%), Alagoas (39%), Paraíba (39%), Bahia (40%), Pernambuco (42%) e Piauí (42%). Superou a média nacional apenas os estados do Espírito Santo (61%), Ceará (63%) e Minas Gerais (68%). Os dados revelam que quase mais de 60% dos alunos do 5º ano do ensino fundamental não alcançaram competências de leitura e interpretação adequadas.

Quadro 2 - Português - proporção de alunos que aprenderam o adequado na competência de leitura e interpretação de textos até o 5º ano na rede pública de ensino - Brasil - 2017

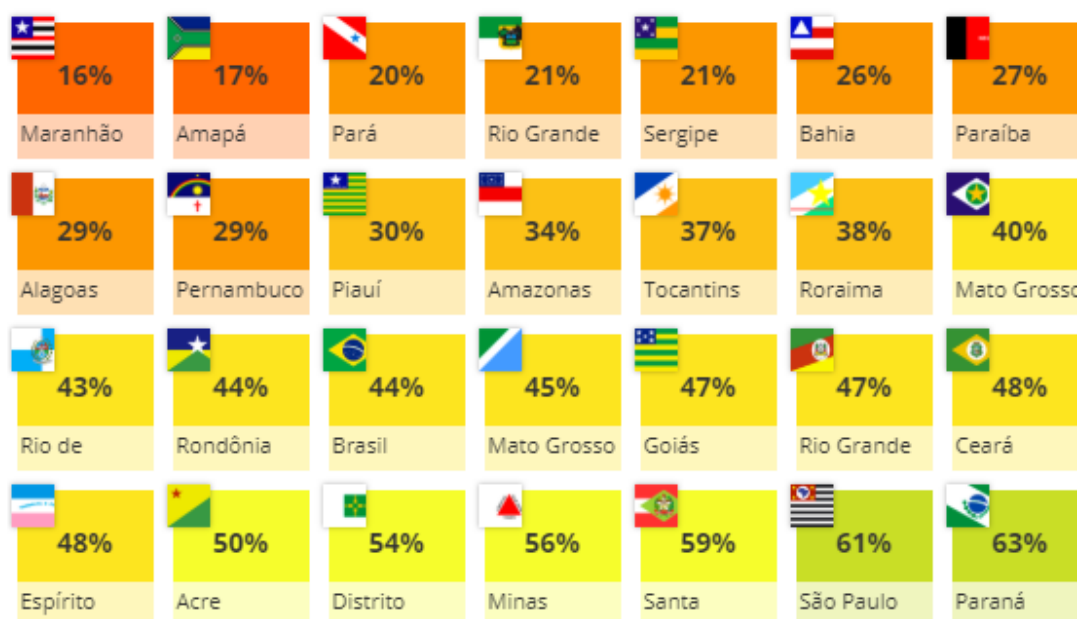


Fonte: Prova Brasil 2017, Inep. Adaptado QEdu. Classificação não oficial.

Matemática - anos iniciais

Em matemática a média nacional alcançada para os anos iniciais do ensino fundamental foi de 44% dos estudantes que alcançaram o aprendizado adequado na resolução de problemas. Em resumo, são crianças para as quais as formas elementares numéricas ainda estão por ser incorporadas. Nos estados no nordeste os valores chegaram a taxas abaixo de 20%, como foi o caso do Maranhão, que apresentou apenas 16% de seus estudantes com competências adequadas a série, seguidos pelo Rio Grande do Norte (21%) e Sergipe (21%), conforme demonstra o quadro 3. Novamente os estados do Ceará (48%), Espírito Santo (48%) e Minas Gerais (56%) superaram a média nacional.

Quadro 3 - Matemática - Proporção de alunos que aprenderam o adequado na competência de resolução de problemas até o 5º ano na rede pública de ensino - Brasil - 2017.

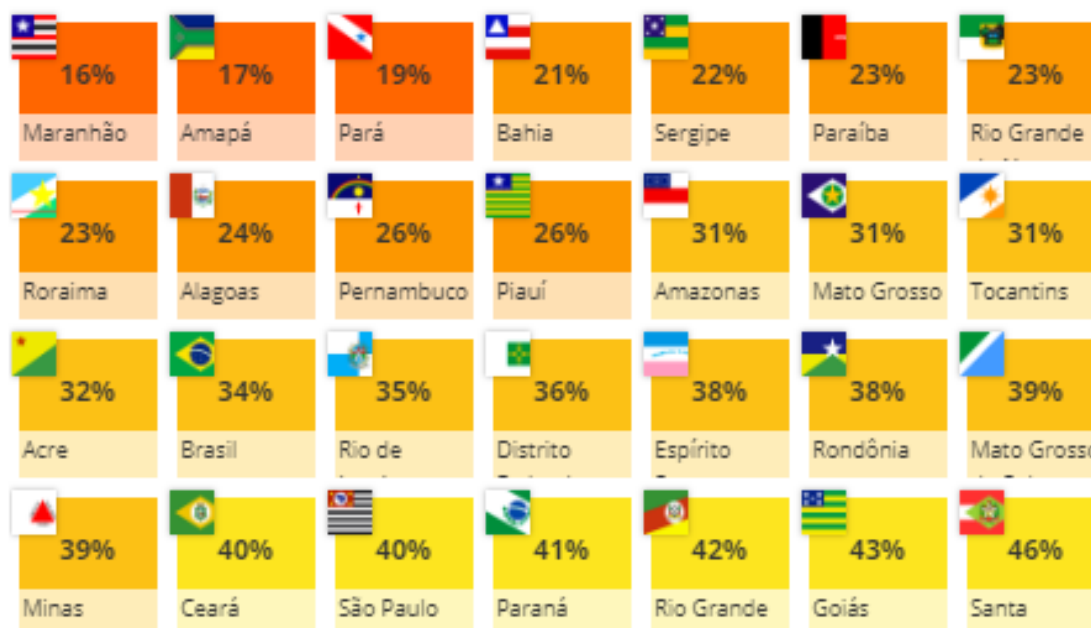


Fonte: Prova Brasil 2017, Inep. Adaptado QEdu. Classificação não oficial.

Língua Portuguesa - anos finais

Os anos finais do ensino fundamental apresentam dados ainda mais preocupantes em relação ao aprendizado das crianças e adolescentes. As desigualdades regionais se repetem quando se observa que 8 estados (dos nove) no Nordeste ficaram com percentuais abaixo da média nacional (34%) e muito aquém do esperado para a série. O Maranhão liderou como pior estado para a aprendizagem dos estudantes de língua portuguesa dos anos finais do ensino fundamental, tendo apenas 16% de seus alunos com aprendizagem adequada. A Bahia com 21% e Sergipe 22%. No sentido oposto, o Ceará (com 40%), Minas Gerais (39%) e o Espírito Santo (38%) ficaram com resultados acima da média nacional, conforme ilustrado no quadro 4. No entanto, há de se alertar que mesmo com os melhores resultados ainda estão distantes da meta de 70% dos alunos em 2022 com aprendizagem adequada.

Quadro 4 - Português - proporção de alunos que aprenderam o adequado na competência de leitura e interpretação de textos até o 9º ano na rede pública de ensino - Brasil - 2017.



Fonte: Prova Brasil 2017, Inep. Adaptado QEdu. Classificação não oficial.

Matemática - anos finais

Se os resultados em língua portuguesa são preocupantes o resultado acerca das aprendizagens em matemática exige uma atitude firme e urgente na construção de políticas capazes de mudar o cenário posto. Os dados do quadro 5 falam "por si mesmos" e revelam que o país fracassou com mais de 70% de seus estudantes. Notadamente estes jovens ingressam no ensino médio sem condições de avançarem academicamente, o que reflete em desestímulo e abandono, conforme será analisado no próximo item que disserta sobre essa etapa do ensino. No Maranhão só 5% dos estudantes tem aprendizado adequado em matemática, na Bahia, Paraíba e Sergipe 8%, Rio Grande do Norte (9%), Pernambuco (10%), Alagoas (11%) e Piauí (12%). Todos abaixo da média nacional, que já é baixa (15%).

Quadro 5 - Matemática - proporção de alunos que aprenderam o adequado na competência de resolução de problemas até o 9º ano na rede pública de ensino - Brasil - 2017.



Fonte: Prova Brasil 2017, Inep. Adaptado QEdu. Classificação não oficial.

Principais desafios encontrados – Ensino fundamental

Acesso: O ensino fundamental é a única etapa da Educação Básica que está praticamente universalizada no Brasil, com cobertura bruta de 99,2% e líquida de 97,8%. No recorte de atuação da Sudene a menor taxa de cobertura líquida é em Alagoas, com 97% e a maior taxa é no Piauí, com 98,8%. Cabe também acrescentar que também é praticamente nula a diferença estimada em 2017 de acordo com a localidade, quando a cobertura foi de 97,8% da população de 6 a 14 anos no ensino fundamental nas áreas urbanas e 97,6% nas áreas rurais. Apesar do baixo percentual fora da escola, ainda é necessário um esforço coletivo para promover a busca ativa dos que estão nessa situação para garantia do direito universal à educação.

Abandono: No Brasil 1,6% dos alunos deixaram o Ensino Fundamental antes de concluir essa etapa de ensino. No entanto, as diferenças regionais são grandes, pois na região Nordeste a taxa sobe para 2,7% e no recorte dos anos finais do

ensino fundamental a taxa sobre ainda mais no Nordeste para 4,2%. Os mais altos índices para os anos finais nos estados da Sudene são Paraíba (6,2%), Bahia (5,8%) e Alagoas (5,6%). A desagregação por localidade demanda atenção para a área rural nos estados da Paraíba (7,3%), Bahia (6,9%), Rio Grande do Norte (6,8%), Sergipe (6,5%), Maranhão (5,1%) e Piauí (4,1%).

Distorção idade série: O Brasil possui uma distorção idade série de 17,2%, quando a meta para 2024 é que seja de 5%. Na área de atuação da Sudene os estados que possuem piores resultados de distorção são Sergipe, com 28,9% e Bahia com 28,5%, seguidos dos estados de Alagoas e Piauí, ambos com 24,8%. A situação se agrava no recorte dos anos finais do ensino fundamental, levando o Piauí à taxa de 40,7%. Na região de atuação da Sudene, as menores taxas de distorção idade-série foram em Minas Gerais, com 10,8% e Ceará com 13,2%. Na desagregação por localidade os resultados são ainda mais alarmantes. Quando observadas as áreas rurais no 6º ano, por exemplo, os adolescentes que abandonam a escola chegam a mais da metade em alguns estados. Os piores resultados são: Sergipe (51,7%), Rio Grande do Norte (48,5%), Bahia (48,3%), Paraíba (44,7%) e Piauí (44,1%).

Qualificação dos professores: O Nordeste é a região que possui menor percentual de professores do ensino fundamental com curso superior do país, apresentando 71,6% dos docentes, ficando abaixo da média nacional para a etapa que é de 83,9%. Maranhão, Alagoas e Bahia são inferiores a média da região Nordeste, nas duas fases do ensino fundamental.

Adequação da formação docente: O Maranhão e Pernambuco são os que possuem maior distorção entre a formação e a atuação do professor. Apenas 28,3% dos professores dos anos iniciais do Maranhão e 37,4% dos professores da mesma fase em Pernambuco lecionam em área adequada às suas formações. Nos anos finais, os resultados são mais preocupantes. O pior resultado está no estado do Maranhão, onde apenas 20% dos professores estão lecionando conforme sua formação inicial, seguido da Bahia com 31,6% e do Ceará com 32,4%.

IDEB: os esforços acerca dos resultados do IDEB devem ser dedicados aos anos

finais do ensino fundamental, pois nos anos iniciais todas as metas foram alcançadas. Os estados do Maranhão, Sergipe e Bahia foram os que mais distanciaram a nota obtida da meta projetada, faltando 0,6 pontos para o esperado.

Aprendizagem: Quase todos os estados de atuação da Sudene apresentam baixo percentual (abaixo da média nacional de 56%) de estudantes com competências de leitura e interpretação de textos nos anos iniciais: Maranhão (29%), Sergipe (32%), Rio grande do Norte (35%), Alagoas (39%), Paraíba (39%), Bahia (40%), Pernambuco (42%) e Piauí (42%). Em matemática nos anos iniciais a situação se agrava em relação ao percentual de estudantes que alcançaram competências adequadas à etapa: Maranhão (16%), Rio Grande do Norte (21%) e Sergipe (21%). Nos anos finais a situação se agrava ainda mais. Em língua portuguesa o Maranhão teve apenas 16% de seus alunos com aprendizagem adequada, a Bahia com 21% e Sergipe 22%. No Maranhão só 5% dos estudantes tem aprendizado adequado em matemática, na Bahia, Paraíba e Sergipe 8%, no Rio Grande do Norte (9%), Pernambuco (10%), Alagoas (11%) e Piauí (12%). Todos abaixo da média nacional, que já é baixa (de 15%).

1.3.3. Ensino Médio

No Brasil, em 2009, a escolaridade mínima obrigatória subiu de 14 para 17 anos de idade, com a aprovação da Emenda Constitucional 59/2009¹⁶. A Constituição Federal passou, então, em seu artigo 208, inciso I, a determinar como dever do Estado garantir a todo cidadão a Educação Básica obrigatória e gratuita dos quatro aos 17 dezoito anos de idade, organizada da seguinte forma: a) pré-escola; b) ensino fundamental; c) ensino médio. Dessa maneira, o ensino médio passa a ser escolaridade obrigatória aos jovens do país. A medida buscou ampliar o acesso de forma a universalizar essa etapa do ensino, indo ao encontro das novas necessidades educacionais cada vez mais exigidas pelo contexto global.

A universalização e a permanência dos alunos no ensino médio ainda são desafios no Brasil que precisam ser vencidos em concomitância ao debate acerca da qualidade. Por isso, o Plano Nacional de Educação (PNE) estabeleceu como sua Meta 3 "*universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezoito) anos e elevar, até o final do período de vigência do PNE (2024), a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento)*". Vejamos a seguir as análises dos indicadores que colaboram para mensurar em que medida o Brasil está conseguindo superar seus desafios relacionados a essa etapa de ensino.

Acesso

Taxa de escolarização

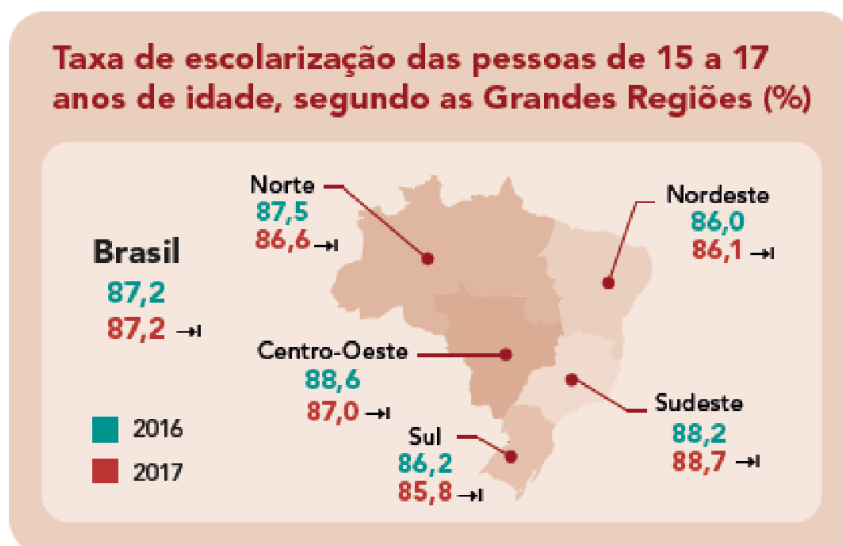
Conforme apresentado anteriormente no gráfico 5, a taxa de escolarização bruta¹⁷ no Brasil entre os jovens de 15 a 17 anos, em 2017, manteve-se no mesmo percentual de 2016, 87,2%, portanto inferior a universalização necessária a esta faixa etária, conforme preconizado pela LDB e estipulado pelo PNE. O Mapa 13 demonstra que não há indícios de alta desigualdade regional no que concerne à taxa de escolarização, pois a

¹⁶ Emenda Constitucional Nº 59, de 11 de Novembro de 2009

¹⁷ A Taxa de Escolarização Bruta é a razão entre o número total de matrículas (independente da faixa etária) e a população correspondente na faixa etária prevista (15 a 17 anos) para o curso na etapa de ensino.

diferença entre a região de menor taxa de escolarização (Nordeste, com 86,1%) e a maior taxa (sudeste, com 88,7%) é de 2,5 p.p.

Mapa 13 - taxa de escolarização bruta das pessoas de 15 a 17 anos de idade, segundo grandes regiões



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisa, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2016-2017.

Nota: As setas indicam variação significativa, quando direcionadas para cima (crescimento) ou para baixo (declínio), ou variação não significativa, quando direcionadas para a direita (estabilidade), ao nível de confiança de 95%.

A primeira parte da meta 3 do PNE, que corresponde a "*universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos*" não foi alcançada. Conforme tabela 5, a cobertura escolar no Brasil (independente da série que o adolescente esteja matriculado) foi de 91,3%, em 2017, para os adolescentes de 15 a 17 anos. O resultado indica que cerca de 900 mil estão fora da escola e não concluíram a Educação Básica.

No recorte feito para a área de atuação da Sudene é possível observar que, no ano de 2017, nove, dos 11 estados estão abaixo da média nacional de cobertura escolar para esta faixa. **Apenas os estados do Piauí (93,5%) e Minas Gerais¹⁸ (91,9%) superaram**

¹⁸ Cabe alertar que os estados de Minas Gerais e Espírito Santo não estão em sua totalidade na área de atuação da Sudene. Apenas um conjunto de municípios da região norte dessas Unidades Federativas integram-se ao campo de abrangência da Sudene, são 168 municípios de Minas Gerais e 28 do Espírito Santo, Conforme Lei Complementar 125, de 03/01/2007. No entanto, apesar de não ter sido possível (na maioria dos levantamentos realizados) levantar dados desagregados para estes grupos específicos, optou-se por apresentar os dados gerais dos referidos Estados no presente documento, como forma de garantir diretrizes de atuação para estas regiões.

a média nacional. O estado de Alagoas foi o que apresentou menor cobertura, com 86,8% dos adolescentes de 15 a 17 anos na escola ou tendo concluído a Educação Básica, seguido do Ceará e Espírito Santo, ambos com 88,7% e Paraíba com 88,8% de cobertura, conforme tabela 5.

Tabela 5 – Percentual da população de 15 a 17 anos de idade que frequentava a escola ou havia concluído a educação básica, por Brasil, grande região e unidade da Federação – 2012-2017

Brasil/Região/UF	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Variação 2012/2017 (p.p.)
Brasil	89,1%	89,1%	89,6%	90,3%	91,2%	91,3%	2,2
Norte	89,2%	88,5%	89,5%	89,3%	90,6%	89,9%	0,7
Rondônia	84,2%	85,8%	87,5%	88,7%	89,1%	89,7%	5,5
Acre	90,0%	89,9%	88,9%	88,2%	90,0%	87,1%	-2,9
Amazonas	88,0%	88,7%	89,1%	89,0%	89,1%	91,9%	3,9
Roraima	91,2%	90,0%	91,6%	89,6%	92,7%	92,0%	0,8
Pará	89,8%	88,5%	89,6%	89,8%	91,5%	88,5%	-1,3
Amapá	93,5%	88,3%	89,8%	88,1%	92,8%	89,5%	-4,0
Tocantins	92,0%	90,5%	91,1%	89,4%	89,8%	94,8%	2,8
Nordeste	88,0%	87,9%	88,2%	88,6%	89,4%	89,9%	1,9
Maranhão	88,6%	87,5%	89,1%	88,5%	90,2%	89,1%	0,5
Piauí	92,3%	90,0%	88,0%	89,5%	90,9%	93,5%	1,2
Ceará	86,4%	88,1%	86,6%	86,8%	86,2%	88,7%	2,3
Rio Grande do Norte	87,5%	89,7%	84,8%	90,1%	90,4%	90,0%	2,5
Paraíba	86,0%	86,9%	86,1%	88,4%	89,9%	88,8%	2,8
Pernambuco	87,6%	88,1%	89,5%	88,3%	88,4%	89,8%	2,2
Alagoas	85,6%	84,1%	86,6%	86,4%	86,7%	86,8%	1,2
Sergipe	86,6%	87,5%	90,3%	89,4%	88,8%	90,8%	4,2
Bahia	89,5%	88,5%	89,4%	89,7%	91,3%	91,1%	1,6
Sudeste	91,1%	90,1%	91,2%	92,3%	93,0%	93,2%	2,1
Minas Gerais	90,0%	89,3%	88,4%	88,6%	90,1%	91,9%	1,9
Espírito Santo	88,0%	87,3%	88,8%	91,1%	89,2%	88,7%	0,7
Rio de Janeiro	92,2%	91,7%	92,1%	93,3%	92,5%	94,9%	2,7
São Paulo	91,5%	90,2%	92,5%	93,9%	95,0%	93,6%	2,1
Sul	86,2%	88,6%	89,1%	89,8%	90,2%	91,2%	5,0
Paraná	85,4%	87,6%	88,9%	89,1%	90,0%	90,9%	5,5
Santa Catarina	86,8%	88,2%	89,4%	89,5%	90,8%	93,1%	6,3
Rio Grande do Sul	86,5%	89,9%	89,2%	90,7%	90,1%	90,4%	3,9
Centro-Oeste	89,1%	89,8%	88,5%	88,9%	91,9%	90,1%	1,0
Mato Grosso do Sul	85,1%	85,0%	83,9%	84,4%	89,2%	90,5%	5,4
Mato Grosso	88,9%	89,4%	86,9%	87,4%	91,3%	89,5%	0,6
Goiás	90,3%	90,6%	89,3%	90,0%	92,3%	88,8%	-1,5
Distrito Federal	90,1%	93,0%	92,7%	91,9%	93,9%	93,3%	3,2

Fonte: Elaborada pela Direção/Inep com base em dados da Pnad contínua/IBGE (2012-2017). (Brasil, INEP, 2018, p.42). (Adaptada)

O segundo objetivo da Meta 3 do PNE pretende *"elevar, até o final do período de vigência do PNE (2024), a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento)"*. Esta meta busca integrar a adequação idade-ano escolar, de forma que ao menos 85% dos adolescentes de 15 aos 17 anos estejam matriculados no ensino médio¹⁹.

No contexto da região de atuação da Sudene, os estados com melhores desempenhos foram Minas Gerais, com 75,6% e Ceará com 70,6% da população de 15 a 17 cursando ou tendo concluído o ensino médio, superando inclusive as médias nacional e do Nordeste. Por outro lado, os estados de Sergipe, Bahia e Alagoas apresentaram os piores resultados com 54,3%, 58,5% e 59,7%, respectivamente.

Cabe esclarecer que os estados de Minas Gerais e Espírito Santo não estão em sua totalidade na área de atuação da Sudene, portanto não é possível aqui se fazer uma comparação direta a partir dos resultados apresentados. Apenas um conjunto de municípios da região norte dessas Unidades Federativas integram-se ao campo de abrangência da Sudene, são 168 municípios de Minas Gerais e 28 do Espírito Santo, Conforme Lei Complementar 125, de 03/01/2007. No entanto, apesar de não ter sido possível (na maioria dos levantamentos realizados) levantar dados desagregados para estes grupos específicos, optou-se por apresentar os dados gerais dos referidos Estados no presente documento, como forma de garantir diretrizes de atuação para estas regiões.

Indicadores de qualidade

Abandono

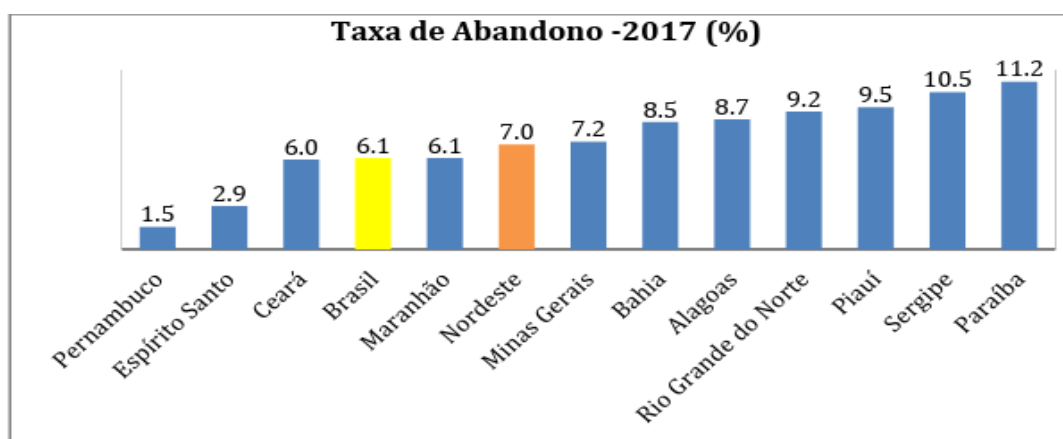
A taxa de abandono indica o percentual de alunos matriculados no ensino médio que deixam de frequentar a escola durante o andamento do ano letivo, mas que volta a se matricular no ano seguinte, diferente da "evasão escolar", quando o aluno não retorna

¹⁹ Consideram-se para o cálculo do indicador os adolescentes de 15 a 17 anos que estejam frequentando o ensino médio; não frequentam a escola, mas já concluíram a Educação Básica; ou estejam estudando em níveis superiores ao médio. (BRASIL, INEP, 2018)

no período letivo subsequente. As taxas de abandono no ensino médio no Brasil (6,1%) são superiores as médias do ensino fundamental (1,6%) e representam mais um agravante para a distorção idade-série nessa etapa de ensino.

No recorte da área de atuação da Sudene o estado da Paraíba foi o que apresentou maior taxa de abandono dos estudantes do ensino médio, com 11,2%, seguido do Sergipe (10,5%), Piauí (9,5%) e Rio grande do Norte (9,2%). O estado que mais se destacou positivamente foi o de Pernambuco com taxa de apenas 1,5%, seguido do Espírito Santo (2,9%) e Ceará (6%), conforme gráfico 10.

Gráfico 10- Taxa de abandono no Ensino médio - Brasil, Nordeste e Unidades da Federação de atuação da Sudene - 2017



Fonte: Censo da Educação Básica 2017/INEP.

A tabela 6 demonstra o detalhamento por ano de ensino e retrata que as maiores taxas de abandono estão no primeiro ano do ensino médio, tendo os estados da Paraíba com 14,5% de abandono na primeira série do ensino médio, seguido de Sergipe com 14,1%, Alagoas e Piauí, ambos com 12,2% e Rio Grande do Norte com 12,1%. Associando estes dados aos referenciais citados anteriormente sobre o abandono nos anos finais do ensino fundamental percebe-se que a passagem de uma etapa para outra é o momento crucial que exige atenção e esforço redobrado para a garantia de permanências dos jovens estudantes na escola.

Nesse sentido, é necessário lançar mão de diversas estratégias com programas e projetos específicos que aumentem o interesse e a motivação dos jovens, principalmente os que estão em situação de maior vulnerabilidade social, e,

consequentemente, a participação nas atividades acadêmicas e sociais da escola ainda nas classes iniciais, antes que essa situação de risco se torne irremediável.

Tabela 6 - Taxa de abandono do Ensino Médio - Brasil/Nordeste/Estados de atuação da Sudene - 2017

Ano	Unidade Geográfica	Localização	Taxa de Abandono					
			Ensino Médio					*
			Total	1ª série	2ª série	3ª série	4ª série	Não-Seriado
2017	Brasil	Total	6,1	7,8	5,7	4,0	7,8	6,6
2017	Nordeste	Total	7,0	9,3	6,4	4,5	3,6	5,2
2017	Maranhão	Total	6,1	7,5	6,0	4,2	7,5	9,3
2017	Piauí	Total	9,5	12,2	8,9	6,7	0,9	5,2
2017	Ceará	Total	6,0	8,1	5,9	3,2	1,3	4,8
2017	Rio Grande do Norte	Total	9,2	12,1	8,4	6,2	1,8	14,0
2017	Paraíba	Total	11,2	14,5	10,0	7,0	9,5	5,2
2017	Pernambuco	Total	1,5	1,8	1,2	0,8	4,9	4,9
2017	Alagoas	Total	8,7	12,2	7,4	4,8	2,8	0,0
2017	Sergipe	Total	10,5	14,1	9,6	6,2	3,1	6,4
2017	Bahia	Total	8,5	11,0	7,7	5,9	3,4	3,3
2017	Minas Gerais	Total	7,2	9,3	6,3	4,1	14,3	3,2
2017	Espírito Santo	Total	2,9	4,2	2,6	1,5	2,7	0,0

Fonte: Censo da Educação Básica 2017/INEP.

* A 4ª série do ensino médio corresponde ao ensino estendido (como ocorre em uma escola de ensino técnico, por exemplo).

A desagregação por localidade revela dados preocupantes em relação às áreas rurais, tendo de 9 dos 11 estados de atuação da Sudene com maiores taxas de abandono nessas localidades. **Os piores resultados com desigualdades urbano-rural são o Piauí que tem 16,6% de abandono na área rural contra 9% na urbana e Sergipe com 13,2% na localidade rural e 10,4% na urbana.** O estado de Pernambuco, apesar de ser exemplo por possuir a menor taxa de abandono de todo o grupo, tem uma taxa três vezes maior em sua área rural.

Distorção idade-série

Cabe lembrar que a distorção idade-série refere-se à proporção de alunos com mais de dois anos de atraso escolar. Conforme pode ser conferido no gráfico 11, o Brasil apresenta taxa de 28% de distorção idade-série no ensino médio. Isso significa que a cada 100 alunos 28 estão em atraso escolar. Os dados apenas corroboram os

problemas apresentados desde os anos finais do ensino fundamental, que contavam com taxa de 26% de distorção. O gráfico 11 ainda demonstra que o percentual mais alto está justo na entrada do ensino médio tendo no 1º ano uma taxa de 33% de distorção idade-série.

Gráfico 11- Dados de distorção idade série no Brasil - ensino médio - urbanas e rurais - 2017



Fonte: Inep, 2017. Organizado por QEd, 2017

No recorte feito para a área de atuação da Sudene percebe-se que a taxa de distorção idade-série no Nordeste em 2018 foi de 35,2%, sendo maior que a média nacional de 28,2%, conforme demonstra o Tabela 7. **Os estados que possuem piores resultados de distorção são: Bahia com 43,8%, Sergipe, com 43% e Rio Grande do Norte 42,4%.**

Tabela 7- Taxa de Distorção Idade-Série - Ensino médio - Brasil, Região Geográfica Nordeste e Unidades da Federação de atuação da Sudene e desagregação urbano/rural - 2018

Unidade Geográfica	Localização				
		Total	1ª Série	2ª Série	3ª Série
Brasil	Total	28,2	33,2	26,6	22,7
	Urbana	27,7	32,8	26,1	22,0

	Rural	39,0	42,1	37,9	36,0
Nordeste	Total	35,2	39,4	34,2	30,8
	Urbana	34,7	39,0	33,7	30,3
	Rural	42,3	45,6	41,8	38,3
Maranhão	Total	36,4	38,4	36,0	34,1
	Urbana	34,5	36,3	34,0	32,3
	Rural	47,3	49,2	47,2	44,5
Piauí	Total	36,5	40,3	35,8	32,6
	Urbana	35,4	39,3	34,6	31,5
	Rural	54,5	56,2	54,4	51,9
Ceará	Total	26,0	28,0	25,6	23,8
	Urbana	26,1	28,2	25,6	23,9
	Rural	23,6	24,9	23,9	21,4
Rio Grande do Norte	Total	42,4	47,8	41,5	36,5
	Urbana	42,2	47,6	41,3	36,2
	Rural	48,3	54,5	48,4	43,6
Paraíba	Total	34,6	39,2	33,8	28,6

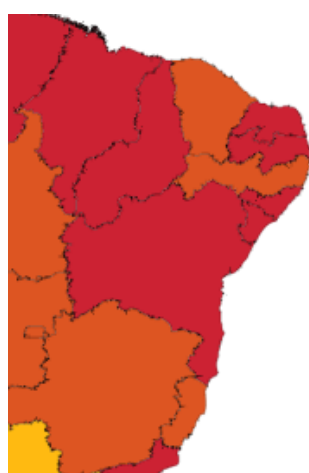
	Urbana	34,3	39,0	33,5	28,3
	Rural	43,2	45,2	41,7	41,5
Pernambuco	Total	25,4	29,8	24,2	20,4
	Urbana	24,8	29,2	23,7	20,0
	Rural	33,2	38,9	32,0	26,9
Alagoas	Total	34,8	40,0	33,2	28,9
	Urbana	34,7	39,9	33,2	28,8
	Rural	35,7	41,8	31,8	29,9
Sergipe	Total	43,0	48,6	41,8	36,1
	Urbana	42,4	48,0	41,1	35,7
	Rural	53,6	57,5	55,0	45,0
Bahia	Total	43,8	49,3	42,4	38,7
	Urbana	43,7	49,2	42,2	38,5
	Rural	46,7	51,0	46,0	42,1
Minas Gerais	Total	26,4	31,5	24,2	17,1
	Urbana	26,5	31,6	24,2	17,0
	Rural	25,7	27,0	26,2	20,7

Espírito Santo	Total	26,1	34,7	24,2	15,9
	Urbana	26,3	35,0	24,3	16,0
	Rural	20,8	25,9	20,2	15,5

Fonte: Censo da Educação Básica 2018/INEP.

A desagregação por localidade demonstra agravamento na localidade rural de 11 p.p. maior que a área urbana. Ou seja, se na área urbana a cada 100 alunos do ensino médio 27,7 estão em distorção idade-série, na área rural esse valor sobe para 39 por cada 100. Os mapas 14 e 15 fazem uma demonstração das desigualdades na área da Sudene em relação a categoria da localidade para ensino médio. Mais detalhes em relação a essa desagregação também estão apresentados na Tabela 7. A tabela mostrou que mais da metade dos estudantes do ensino médio da área rural dos estados do **Piauí (54,5%)** e de **Sergipe (53,6%)** está em situação de distorção idade-série. Os resultados da área urbana dessas localidades também são altos, com taxas de 35,4% para o Piauí e 42,4% para Sergipe. O Espírito Santo e o Ceará são os que possuem menor distorção na área Rural, com 20,8 e 23,6%, respectivamente.

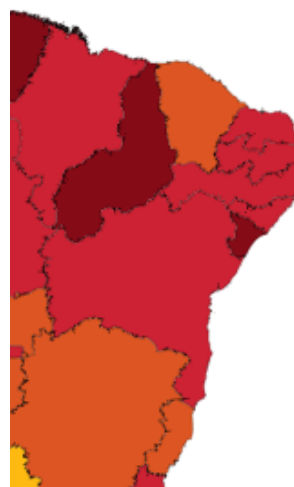
Mapa 14 - Distorção Idade-Série (Ensino Médio) - área da Sudene - Desagregação Urbana - 2017



Legenda



Mapa 15 - Distorção Idade-Série (Ensino Médio) - área da Sudene - Desagregação Rural - 2017





Fonte: Inep, 2017. Organizado por QEdu, 2017

Média de horas-aula diária

Outro indicador educacional apresentado pelo Censo Escolar é a “Média de horas-aula diária”. Ela avalia o tempo médio de permanência do aluno na escola em diferentes etapas de ensino e por níveis de agregação (escolas, municípios, regiões, entre outros). De acordo com o Censo Escolar de 2018, observa-se que a região Nordeste se mantém próxima a média nacional de horas-aula por dia no ensino médio. Enquanto a média do Brasil é de 5,1 horas-aula por dia, o Nordeste soma 5,3 horas-aula. O estado de Pernambuco é o que dedica maior tempo escolar aos estudantes do ensino médio com 6,6 horas-aula por dia. Em contraponto, o estado da Bahia possui oferece ao jovem o menor tempo de exposição à escola com 4,5 horas-aula/dia (ver tabela 8).

Tabela 8- Média de Horas-Aula Diária - Ensino Fundamental - Brasil, Regiões Nordeste e Unidades da Federação de atuação da Sudene- 2018

Unidade Geográfica	Total
Bahia	4,5
Minas Gerais	4,6
Maranhão	4,9
Rio Grande do Norte	5,0
Brasil	5,1

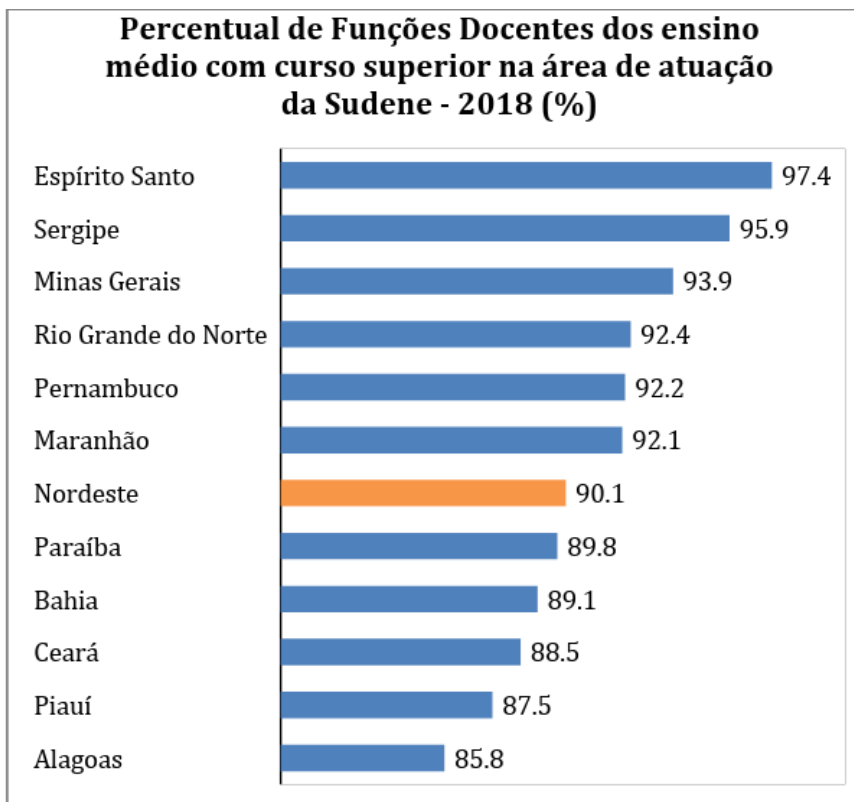
Sergipe	5,1
Nordeste	5,3
Alagoas	5,3
Piauí	5,4
Ceará	5,5
Paraíba	5,6
Espírito Santo	5,6
Pernambuco	6,6

Fonte: Censo da Educação Básica 2018/INEP.

Funções Docentes com curso superior

Ao se fazer um recorte para a área de atuação da Sudene, observa-se que o percentual de funções docentes do ensino médio com curso superior dos estados de Alagoas (85,8%), Piauí (87,5%), Ceará (88,5%), Bahia (89,1%) e Paraíba (89,8%) são inferiores a média da região Nordeste. Os melhores resultados de formação docente são nos estados do Espírito Santo (97,4%) e Sergipe (95,9%), conforme gráfico 12.

Gráfico 12- Percentual de Funções Docentes do ensino médio com curso superior na área de atuação da Sudene - 2018 (%)



Fonte: Censo da Educação Básica 2018/INEP.

Adequação da Formação Docente

A Meta 15 do Plano Nacional de Educação (PNE) tem por objetivo assegurar que todos os professores da Educação Básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam, por meio de uma política nacional de formação dos profissionais da educação em regime de colaboração entre a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios. Os resultados apresentados²⁰ pelos indicadores educacionais do INEP demonstram os imensos desafios para o alcance da Meta 15 do PNE.

Sendo o ensino médio uma das etapas da Educação Básica, um dos objetivos da meta 15 do PNE é ter 100% das docências do ensino médio com professores com formação superior adequada à área de conhecimento em que atuam até 2024. O Brasil alcançou em 2018 o percentual de 61,9% de adequação da formação docente no ensino médio, no entanto, com fortes disparidades regionais. Na região Nordeste, em média, verifica-

²⁰ Foram considerados apenas os docentes com formação superior de licenciatura específica na disciplina que lecionam ou com bacharelado na mesma área, desde que tenham concluído o respectivo curso de complementação pedagógica.

se que pouco mais da metade (51,7%) dos professores está em adequação da formação docente, conforme pode ser visto na tabela 9. Os piores resultados de adequação docente na área de atuação da Sudene estão nos estados da Bahia (38,1%), Pernambuco (48,4%) e Maranhão (52,8%). Apenas o Rio Grande do Norte (65,1%), Minas Gerais (68,8%) e Sergipe (75,1%) apresentaram percentual superior ao da média nacional.

Tabela 9- Percentual de docências de professores no ensino médio com formação superior adequada à área de conhecimento que lecionam, por Brasil, grande região, unidade da Federação de atuação da Sudene – 2018

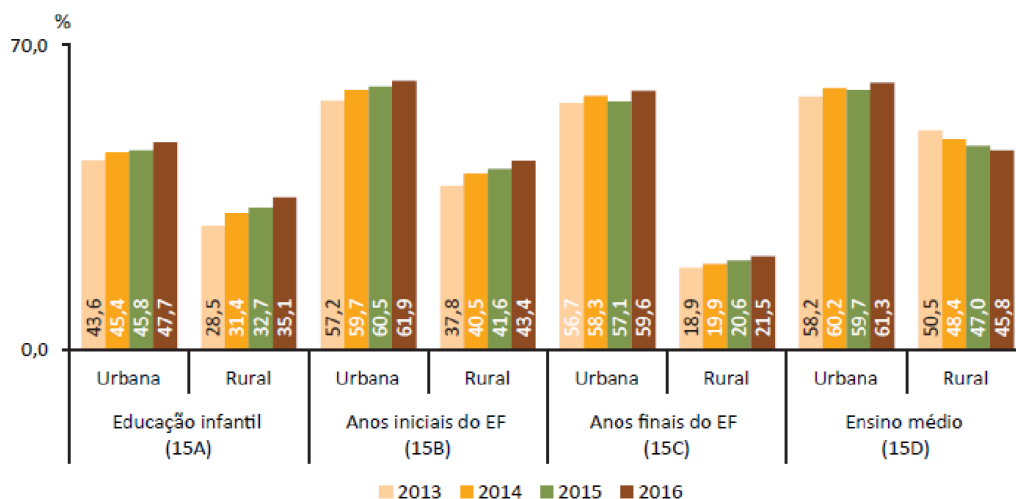
Unidade Geográfica	Total (%)
Brasil	61,9
Nordeste	51,7
Bahia	38,1
Pernambuco	48,4
Maranhão	52,8
Piauí	54,4
Alagoas	56,5
Espírito Santo	57,8
Ceará	59,3
Paraíba	61,3
Rio Grande do Norte	65,1

Minas Gerais	68,8
Sergipe	75,1

Fonte: Censo da Educação Básica 2018/INEP.

Acerca da localização da escola, também é possível visualizar desigualdades entre as áreas urbanas e rurais (Gráfico 13). Essas desigualdades se aprofundam nos anos finais do ensino fundamental, tendo havido, em 2016, percentuais de adequação da formação docente em nível nacional de 59,6% para a área urbana e 21,5% para a rural, caracterizando uma diferença de quase 40 p.p. Tais disparidades também são significativas no ensino médio – 61,3% na área urbana e 45,8% na rural, em 2016 – e na educação infantil – 47,7% na área urbana e 35,1% na rural. Esses dados revelam, ainda, uma tendência de declínio no percentual de adequação da formação docente, no ensino médio na área rural, ao longo do período analisado. (INEP, 2018)

Gráfico 13 - Percentual de docências de professores com formação superior adequada à área de conhecimento que lecionam, por localização – Indicadores 15A, 15B, 15C e 15D – Brasil – 2013-2016



Fonte: Elaborado pela Direção/Inep com base em dados do Censo da Educação Básica/Inep (2013-2016).

Os indicadores “docentes com ensino superior” e “adequação da formação docente” há pouco mencionados, são apenas alguns pontos categorizados como indicadores de qualidade pelo MEC, que integram um grande emaranhado de questões ligadas a uma temática que precisa ser priorizada de forma ampla e profunda: os profissionais da

educação. Enquanto o perfil desses profissionais não for qualificado sob diversas dimensões (acadêmica, cultural, salarial, de condições de trabalho etc.) não será possível pensar com seriedade na melhoria da qualidade da educação oferecida às crianças e jovens do país.

De modo geral, as condições de formação de professores por meio dos cursos de licenciatura do Brasil estão muito distantes de serem satisfatórias. Os currículos não se voltam para o campo da prática profissional, seus fundamentos metodológicos e às formas de trabalho em sala de aula. Os conhecimentos pedagógicos são preteridos em relação aos conhecimentos da área disciplinar. Além disso, os estágios obrigatórios são fragilizados pelo baixo planejamento e acompanhamento. Outro enorme problema que precisa ser considerado são as condições de formação anterior dos estudantes de licenciatura, visto que 68,4% cursaram todo o ensino médio no setor público e 14,2% o fizeram parcialmente. As instituições formadoras e as políticas precisam trabalhar com esse dado. (GATTI, 2009, p.257-258).

Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB

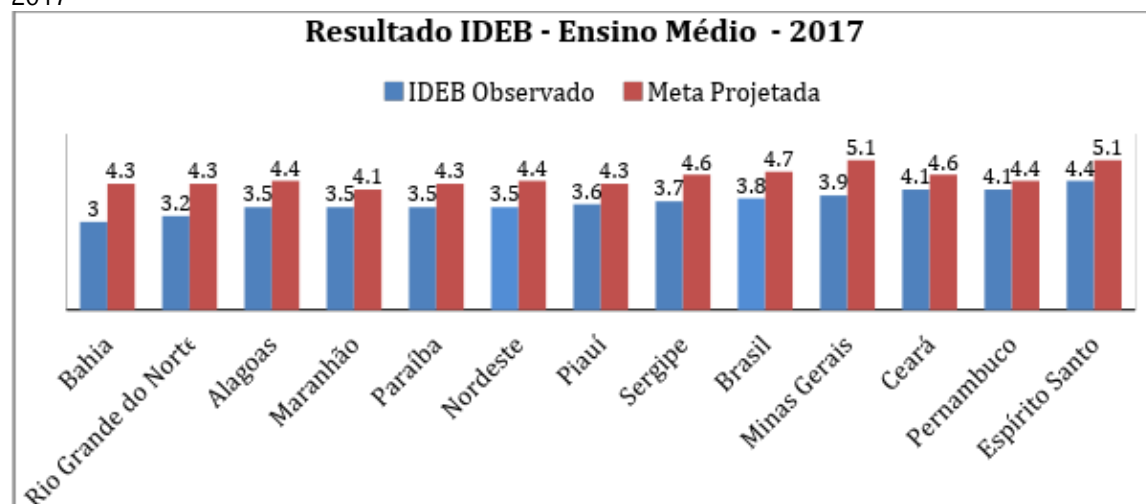
Em sendo o Plano Nacional de Educação principal instrumento da política educacional do país, sua meta 7 busca "*fomentar a qualidade da Educação Básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, de modo a atingir as seguintes médias nacionais no IDEB para o Ensino Médio: **2015: 4,3; 2017: 4,7; 2019: 5,0 e 2021: 5,2***", conforme apresentado anteriormente na "*tabela 4 - Metas do IDEB previstas pelo Plano Nacional de Educação*".

O último resultado de **IDEB foi calculado em 2017** e tinha como **meta para o ensino médio no Brasil alcançar 4,7 pontos**, no entanto **o resultado foi de apenas 3,8 pontos**.

No recorte da área de atuação da Sudene 7 dos 11 estados tiveram nota menor que a média nacional e 5 com notas menores que a média do Nordeste (3,5). **A Bahia registrou a menor nota do Nordeste, alcançando apenas 3 pontos. O Rio Grande**

do Norte ficou com a segunda menor nota, com 3,2 pontos e os estados de Alagoas, Maranhão e Paraíba empataram o terceiro lugar com média 3,5. Os estados que mais se aproximaram da meta nacional (de 4,7) foram: Espírito Santo (4,4 pontos), Ceará e Pernambuco, ambos com nota 4,1. No entanto, é importante observar que nenhum dos estados de atuação da Sudene alcançou suas próprias metas para o ensino médio, conforme pode ser conferido no gráfico 14. Cabe acrescentar que quando se trata apenas da rede estadual de ensino os estados de Pernambuco e Goiás foram os únicos do Brasil a alcançarem em 2017 as metas a eles estipuladas, sendo de 4,0 para Pernambuco, que registrou a mesma nota e 4,2 para Goiás, alcançando nota 4,3.

Gráfico 14 - Resultado IDEB Ensino Médio - Brasil, Nordeste e Estados de atuação da Sudene - 2017



Fonte: MEC/Inep. (disponível em <http://ideb.inep.gov.br/>). Adaptado pela consultora

Resultados de Aprendizagem do Ensino Médio - Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb)

Os resultados de aprendizagem dos estudantes apurados no Saeb, juntamente com as taxas de aprovação, reprovação e abandono apuradas no Censo Escolar, compõem o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). Apresentar os dados do Saeb e do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) separadamente possibilita um aprofundamento que dê maior visibilidade para os resultados de aprendizagens facilitando maior reflexão sobre essas evidências. Torna-se importante perceber em maior detalhe o que simbolizam as notas obtidas pelos estados, de forma que tais

informações possam se tornar subsídios para a elaboração, o monitoramento e o aprimoramento de políticas, permitindo que os diversos níveis governamentais avaliem a qualidade da educação praticada em suas regiões e no país.

Por meio de testes e questionários, o Saeb reflete os níveis de aprendizagem demonstrados pelo conjunto de estudantes avaliados. Esses níveis de aprendizagem estão descritos e organizados de modo crescente em Escalas de Proficiência de Língua Portuguesa e de Matemática para cada uma das etapas avaliadas. Os níveis da escala de proficiência dos estudantes do ensino médio são consolidados pelo Saeb da seguinte forma: **conhecimento insuficiente** - quando os desempenhos enquadram-se nos níveis de 0 a 3; **conhecimento básico** - desempenhos enquadram-se nos níveis entre 4 e 6; e **conhecimento adequado** - quando os desempenhos enquadram-se nos níveis 7 e 8²¹.

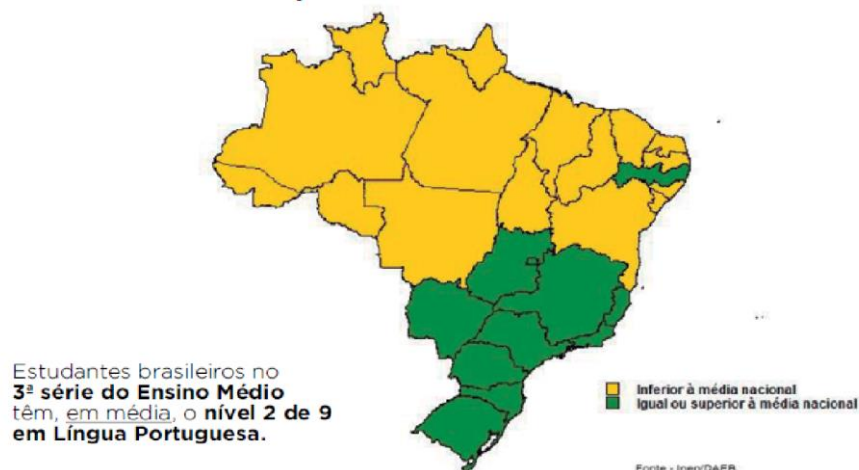
Língua Portuguesa - Ensino Médio

De acordo com o Saeb 2017, os estudantes brasileiros matriculados na 3ª série do **ensino médio** possuem, em média, o **Nível 2 de proficiência em Língua Portuguesa**, considerado como insuficiente para a etapa de ensino. Apenas 5% dos estudantes do país que participaram do Saeb 2017 apresentaram aprendizagem adequada (níveis 7 e 8 da Escala de Proficiência). Do ponto de vista das diferenças de aprendizagem entre estudantes de nível socioeconômico mais baixo e mais alto, o estado de Pernambuco é o que apresenta a menor diferença, ao passo que o Distrito Federal apresenta a maior diferença de aprendizagem. Dos 11 estados com desempenho acima da média nacional, 3 estão na área de atuação da Sudene: Espírito Santo, Minas Gerais e Pernambuco, conforme demonstra o Mapa 16 e detalha o gráfico 15²².

²¹ Interpretação dada pela Secretaria de Educação Básica do Ministério de Educação - Gestão 2018

²² Extraído de *presskit_saeb2017*. Disponível em http://download.inep.gov.br/educacao_basica/saeb/2018/documentos/presskit_saeb2017.pdf. Acesso em 20/02/19.

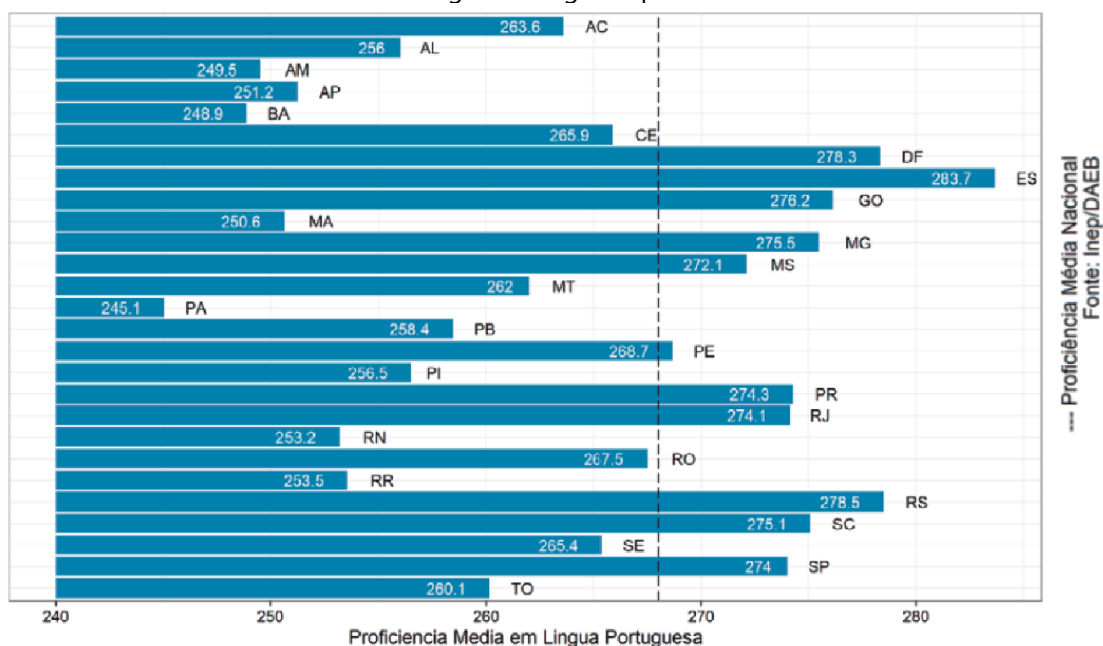
Mapa 16 - Proficiência média em Língua Portuguesa, por estado - Ensino médio



Fonte: Saeb, 2017

Analisando os resultados por cada estado da área de atuação da Sudene, apesar do mapa 16 demonstrar que três estados estão acima da média nacional (PE, ES e MG), é possível extrair do gráfico 15 que em **todos** os estados da Sudene os desempenhos dos estudantes do ensino médio foi muito baixo. O resultado demonstra que ao término da Educação Básica os jovens possuem **conhecimento insuficiente em Língua Portuguesa**, alcançando os seguintes níveis: Alagoas (Nível 2), Bahia (Nível 1), Ceará (Nível 2), Espírito Santo (nível 3), Maranhão (nível 2), Minas Gerais (Nível 3), Paraíba (Nível 2), Pernambuco (nível 2), Piauí (Nível 2), Rio Grande do Norte (Nível 2) e Sergipe (Nível 2).

Gráfico 15 - Proficiência média em Língua Portuguesa por estado - Ensino Médio

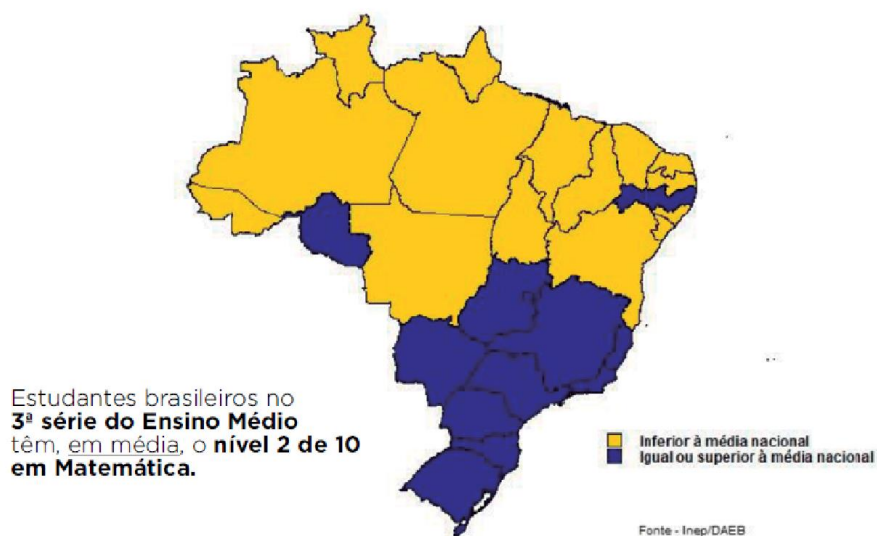


Fonte: Saeb, 2017

Matemática - Ensino Médio

De acordo com o Saeb 2017, os estudantes brasileiros matriculados na 3ª série do ensino médio possuem, em média, o Nível 2 de proficiência em Matemática, considerado como insuficiente para esta etapa de ensino. Apenas cerca de 7% dos estudantes do país que participaram do Saeb 2017 apresentaram aprendizagem adequada (níveis 7 a 10 na Escala de Proficiência). Neste componente desta etapa, não apenas o Brasil apresentou pouca evolução em relação à última edição do Saeb, como apresenta elevada desigualdade na aprendizagem entre estados. Por exemplo, a diferença entre o Maranhão e Espírito Santos é de 43 pontos, o que representa uma diferença de quase dois níveis de proficiência. Conforme o mapa 17 é possível perceber na área de atuação da Sudene que os estados de Pernambuco, Minas Gerais e Espírito Santo obtiveram resultados igual ou superior a média nacional.

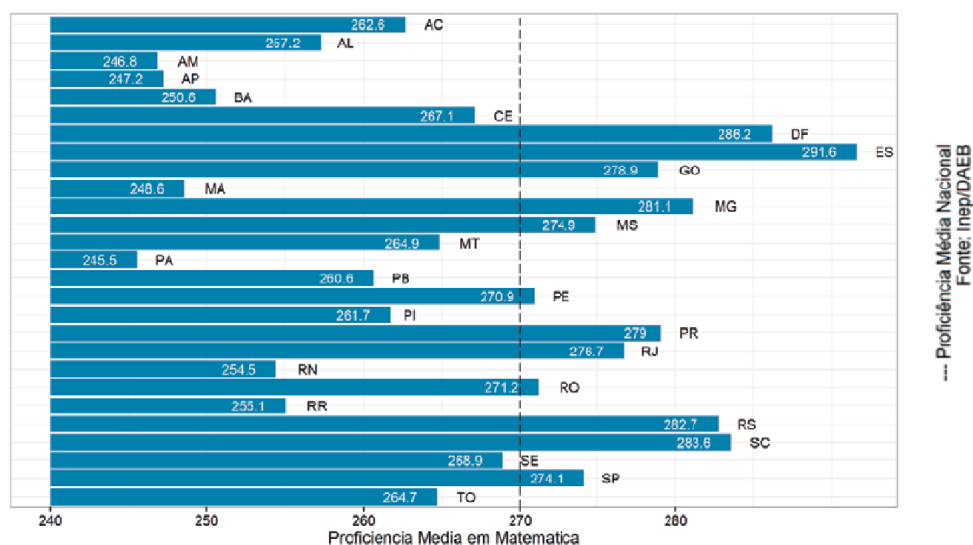
Mapa 17 - Proficiência média em Língua Portuguesa, por estado - Ensino médio



Fonte: Saeb, 2017

Ao observar os resultados de cada estado da área de atuação da Sudene é possível extrair do gráfico 16 que em **todos** os estados da Sudene o desempenho dos estudantes do ensino médio foi muito baixo, o que demonstra que ao término da Educação Básica os jovens possuem **conhecimento insuficiente em Matemática**, alcançando os seguintes níveis: Alagoas (Nível 2), Bahia (Nível 2), Ceará (Nível 2), Espírito Santo (nível 3), Maranhão (nível 1), Minas Gerais (Nível 3), Paraíba (Nível 2), Pernambuco (nível 3), Piauí (Nível 2), Rio Grande do Norte (Nível 2) e Sergipe (Nível 2).

Gráfico 16 - Proficiência média Matemática por estado - Ensino Médio - 2017



Fonte: Saeb, 2017

Os resultados são desastrosos. Após 12 anos de escolaridade, cerca de 70% dos estudantes terminam a Educação Básica sem conseguir ler e entender um texto simples e sem conhecimentos mínimos de Matemática. As evidências demonstram um Ensino Médio praticamente estagnado desde 2009, e que tem agregado muito pouco ao desenvolvimento cognitivo dos estudantes brasileiros. De forma geral, a baixa qualidade do ensino nessa etapa prejudica a formação dos estudantes e, conseqüentemente, atrasa o desenvolvimento social e econômico do país. (SAEB, 2017). Não se admira os altos índices de abandono e baixa taxa de escolarização nessa etapa do ensino, como foi visto ao longo deste diagnóstico.

A partir de resultados como estes a motivação da juventude em prosseguir seus estudos²³ para outros níveis de ensino só diminui. O insucesso na escola os leva, em geral, a outros caminhos que não consideram a educação como trilha. Repensar o ensino escolar parece ser o único caminho para que a educação seja eixo do desenvolvimento das pessoas.

Cabe reforçar que é preciso se pensar em políticas educacionais conforme as desigualdades econômicas sofridas pelos estudantes. A carência das famílias usuárias das escolas públicas, que não podem complementar a educação dos estudantes com acesso a bens culturais (e ainda são penalizadas com o recebimento de serviços precários de educação) precisa ser considerada para que seja possível incluir essa questão ao processo educacional dos menos favorecidos.

Principais desafios encontrados – Ensino Médio

Acesso (Cobertura): A cobertura escolar no Brasil para adolescentes de 15 a 17 anos foi de 91,3%, em 2017, não tendo conseguido alcançar a primeira parte da meta 3 do PNE de "universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos". Cerca de 900 mil estão fora da escola e não concluíram a Educação

²³ Como estabelecido na Lei nº 9.394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em seu artigo 22.

Básica, mas freqüentaram a escola e se evadiram em algum momento da trajetória escolar. Assim, o primeiro desafio para a universalização do ensino médio está ligado à evasão escolar. O estado de Alagoas foi o que apresentou menor cobertura, com 86,8% dos adolescentes de 15 a 17 anos na escola ou tendo concluído a Educação Básica, seguido do Ceará e Espírito Santo, ambos com 88,7% e Paraíba com 88,8% de cobertura.

Acesso (desigualdade pela renda): Quando se faz o desagregado de 15 a 17 anos por quartil de renda domiciliar per capita os resultados demonstram que os 25% mais ricos estavam em vantagem em relação aos 25% mais pobres em 14,2 p.p., em 2015, quando 94,9% dos mais ricos freqüentava a escola ou havia concluído a Educação Básica e apenas 80,7% dos mais pobres estava na mesma situação.

Acesso (em idade adequada): O segundo objetivo da Meta 3 do PNE pretende "*e/levar, até o final do período de vigência do PNE (2024), a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento)*". Em 2017, a matrícula líquida ajustada no ensino médio de adolescentes de 15 a 17 anos foi de 70,1% no Brasil, estando ainda distante da segunda parte da meta 3 do PNE de 85%. O ritmo de crescimento médio desse indicador sofreu uma queda de 1,57 p.p. para 1,24 p.p. ao ano, quando se comparam os períodos de 2004 a 2015 e 2012 a 2017. Assim, o Brasil chegará, no máximo, ao patamar de 80% até 2024, caso não se aumente o esforço de combate à evasão e repetência escolar. No recorte regional o Nordeste está em desvantagem tendo apenas 62% dos adolescentes de 15 a 17 anos cursando o ensino médio ou já o tendo concluído. Os estados que apresentaram os piores resultados são Sergipe (com 54,3%), Bahia (58,5%) e Alagoas (59,7%).

Abandono: As taxas de abandono no ensino médio no Brasil (6,1%) são muito superiores as médias do ensino fundamental (1,6%). No recorte da área de atuação da Sudene o estado da Paraíba foi o que apresentou maior taxa de abandono dos estudantes do ensino médio, com 11,2%, seguido do Sergipe (10,5%), Piauí (9,5%) e Rio grande do Norte (9,2%). O estado que mais se destacou positivamente foi o de Pernambuco com taxa de apenas 1,5%. As maiores taxas de abandono estão no primeiro ano do ensino médio, tendo a Paraíba com 14,5% de abandono na primeira série do ensino médio, seguido de Sergipe com 14,1%, Alagoas e Piauí, ambos com 12,2% e Rio Grande do

Norte com 12,1%. Percebe-se que a passagem de do ensino fundamental para o ensino médio é o momento crucial que exige atenção e esforço redobrado para a garantia de permanências dos jovens estudantes na escola. Os piores resultados com desigualdades urbano-rural são o Piauí que tem 16,6% de abandono na área rural contra 9% na urbana e Sergipe com 13,2% na localidade rural e 10,4% na urbana.

Distorção idade série: No Brasil a cada 100 alunos do ensino médio 28 estão em atraso escolar. O percentual mais alto está na entrada do ensino médio tendo o 1º ano taxa de 33% de distorção. A taxa de distorção idade-série no Nordeste em 2018 foi de 35,2%, sendo maior que a média nacional de 28,2%. Os estados da Sudene que possuem piores resultados de distorção são: Bahia com 43,8%, Sergipe, com 43% e Rio Grande do Norte 42,4%. Quando feita desagregação urbano/rural percebe-se que mais da metade dos estudantes do ensino médio da área rural dos estados do Piauí (54,5%) e de Sergipe (53,6%) está em situação de distorção idade-série. No entanto, os resultados da área urbana dessas localidades também são altos, com taxas de 35,4% para o Piauí e 42,4% para Sergipe.

Qualificação dos professores: o Nordeste é a região que possui menor percentual de professores do ensino médio com curso superior do país, apresentando 90,1% docentes, ficando inclusive abaixo da média nacional para a etapa que é de dos 94,3%. O percentual de funções docentes do ensino médio com curso superior dos estados de Alagoas (85,8%), Piauí (87,5%), Ceará (88,5%), Bahia (89,1%) e Paraíba (89,8%) são inferiores a média da região Nordeste.

Adequação da formação docente: Na região Nordeste, em média, verifica-se que pouco mais da metade (51,7%) dos professores está em adequação da formação docente. Os piores resultados de adequação docente na área de atuação da Sudene estão nos estados da Bahia (38,1%), Pernambuco (48,4%) e Maranhão (52,8%).

IDEB: No recorte da área de atuação da Sudene, a Bahia registrou a menor nota apresentando apenas 3 pontos. O Rio Grande do Norte ficou com a segunda menor nota, com 3,2 pontos e os estados de Alagoas, Maranhão e Paraíba empataram o terceiro lugar com média 3,5. No entanto, é importante observar que nenhum dos estados de atuação

da Sudene alcançou suas próprias metas para o ensino médio. Cabe acrescentar que quando se trata apenas da rede estadual de ensino os estados de Pernambuco e Goiás foram os únicos do Brasil que alcançaram em 2017 as metas a eles estipuladas, que foram de 4,0 para Pernambuco, que registrou a mesma nota e 4,2 para Goiás, que pontuou nota 4,3.

Aprendizagem Língua Portuguesa: os estudantes brasileiros matriculados na 3ª série do ensino médio possuem, em média, o Nível 2 de proficiência em Língua Portuguesa, considerado como insuficiente para a etapa de ensino. Apenas 5% dos estudantes do país apresentaram aprendizagem adequada (níveis 7 e 8 da Escala de Proficiência). Todos os estados de atuação da Sudene tiveram desempenho muito baixo dos estudantes do ensino médio, demonstrando que ao término da Educação Básica os jovens possuem conhecimento insuficiente em Língua Portuguesa. O Estado que obteve pior nível de proficiência em Língua Portuguesa foi a Bahia.

Aprendizagem Matemática: Os estudantes brasileiros matriculados na 3ª série do ensino médio possuem, em média, o Nível 2 de proficiência em Matemática, considerado como insuficiente para esta etapa de ensino. Apenas cerca de 7% dos estudantes do país apresentaram aprendizagem adequada (níveis 7 a 10 na Escala de Proficiência). Na área de atuação da Sudene que os estados de Pernambuco, Minas Gerais e Espírito Santo obtiveram resultados igual ou superior a média nacional. O Estado que obteve pior nível de proficiência em Matemática foi o Maranhão.

Sugestão de recortes prioritários:

1) Recorte Acesso

Localidades:

Alagoas - menor cobertura, com 86,8% dos adolescentes de 15 a 17 anos na escola ou tendo concluído a Educação Básica), seguido do Ceará e Espírito Santo, ambos com 88,7% e Paraíba com 88,8% (meta 100% em 2016)

Sergipe (com 54,3%), Bahia (58,5%) e Alagoas (59,7%) - possuem os menores percentuais os adolescentes de 15 a 17 anos cursando o ensino médio ou já o tendo concluído (acesso em idade adequada - meta até 2024 é de taxa de 85%).

2) Recorte Abandono

Localidades:

Paraíba apresentou maior taxa de abandono (11,2%) dos estudantes do ensino médio, com seguido do Sergipe (10,5%), Piauí (9,5%) e Rio grande do Norte (9,2%).

Foco também na área rural: Piauí que tem 16,6% de abandono na área rural contra 9% na urbana e Sergipe com 13,2% na localidade rural e 10,4% na urbana.

3) Recorte adequação idade-série

Localidades:

Bahia com distorção idade-série de 43,8%, Sergipe, com 43% e Rio Grande do Norte 42,4%.

Foco também na área rural: Piauí (54,5%) e de Sergipe (53,6%) de distorção idade-série rural.

4) Recorte Docentes

Localidades:

Formação superior dos professores: Alagoas (85,8%), Piauí (87,5%), Ceará (88,5%), Bahia (89,1%) e Paraíba (89,8%)

Adequação da formação docente: Bahia (38,1%), Pernambuco (48,4%) e Maranhão (52,8%).

5) IDEB

Localidades:

Bahia (nota 3), Rio Grande do Norte (nota 3,2), Alagoas, Maranhão e Paraíba empataram o terceiro lugar com nota 3,5.

6) Aprendizagem português e matemática**Localidades:**

Todos os estados de atuação da Sudene

1.3.4. Modalidades de Ensino***Educação de Jovens e Adultos (EJA)******Acesso - Frequência***

O Movimento Todos Pela Educação (TPE) publica anualmente uma análise dos principais problemas brasileiros do ponto de vista da educação para colaborar com o monitoramento do Plano Nacional de Educação (PNE), além de analisar os cenários de desigualdades no âmbito da educação no Brasil. A versão mais recente é o "Anuário Brasileiro de Educação Básica 2018". Os dados foram levantados com base em pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e do Ministério da Educação e apontam que **o Brasil conta com cerca de 3,5 milhões de pessoas matriculadas na Educação de Jovens e Adultos (EJA)**. No entanto, segundo o Observatório PNE²⁴, cerca de 1 milhão desses estudantes ainda estão em idade escolar: **30% das matrículas de EJA do Brasil são de jovens com idades entre 15 e 19 anos**. Cabe acrescentar que em 2007, eles somavam 26% dos estudantes da rede. Para a maioria

²⁴ Cf. <http://www.observatoriodopne.org.br/conteudo/30-dos-alunos-da-eja-tem-entre-15-e-19-anos-no-brasil>

desses alunos, a EJA é a via rápida, alternativa à escola regular, como forma de recuperar o tempo perdido decorrente da evasão ou da defasagem idade-série.

Os dados de 2016 mostram a queda de matrículas em quase todas as modalidades hoje ofertadas. Os números gerais apontam para a redução de 0,28% entre 2015 e 2016. Assim, em uma década, a EJA perdeu 1,5 milhões de matrículas (tabela 10).

Tabela 10 - Matrículas da Educação de Jovens e Adultos por etapa de ensino

Educação de Jovens e Adultos (EJA)

Matrículas por etapa de ensino – Brasil – 2008-2016

Matrículas na Educação de Jovens e Adultos por etapa de ensino									
Ano	Total geral	Ensino Fundamental					Ensino Médio		
		Total	Anos Iniciais	Anos Finais	Integrado à Educação Profissional	Projovem (Urbano)	Total	Médio	Integrado à Educação Profissional
2008	4.945.424	3.295.240	1.127.077	2.164.187	3.976	0	1.650.184	1.635.245	14.939
2009	4.661.332	3.094.524	1.035.610	2.055.286	3.628	0	1.566.808	1.547.275	19.533
2010	4.287.234	2.860.230	923.197	1.922.907	14.126	0	1.427.004	1.388.852	38.152
2011	4.046.169	2.681.776	935.084	1.722.697	23.995	0	1.364.393	1.322.422	41.971
2012	3.906.877	2.561.013	870.181	1.618.587	18.622	53.623	1.345.864	1.309.871	35.993
2013	3.772.670	2.447.792	832.754	1.551.438	20.194	43.406	1.324.878	1.283.609	41.269
2014	3.592.908	2.284.122	774.352	1.451.627	9.153	48.990	1.308.786	1.265.911	42.875
2015	3.491.869	2.182.611	736.763	1.378.454	16.821	50.573	1.309.258	1.270.198	39.060
2016	3.482.174	2.105.535	676.526	1.367.097	17.613	44.299	1.376.639	1.342.137	34.502
Δ % 2015/2016	-0,28%	-3,53%	-8,18%	-0,82%	4,71%	-12,41%	5,15%	5,66%	-11,67%

Fonte: MEC/Inep/DEED – Microdados Censo Escolar – Elaboração: Todos Pela Educação.

Nota: (15).

No recorte por grandes regiões, o **Nordeste apresenta o maior número de matrículas no ensino fundamental na modalidade EJA em números absolutos**, representando quase 50% de toda a matrícula do país, conforme a tabela 11.

Tabela 11 - Matrículas de EJA no ensino fundamental - Brasil e Grandes regiões - 2016

Educação de Jovens e Adultos (EJA)

Matrículas no Ensino Fundamental – Brasil e regiões – 2016

	Total	Presencial	Semipresencial	Educação a Distância	Integrada presencial	Integrada - Educação a Distância
Brasil	2.105.535	1.874.319	157.334	11.970	61.889	23
Norte	277.345	258.617	11.150	303	7.275	-
Nordeste	955.469	887.711	22.111	1.049	44.575	23
Sudeste	538.225	415.980	111.222	5.480	5.543	-
Sul	214.713	196.257	12.084	4.406	1.966	-
Centro-Oeste	119.783	115.754	767	732	2.530	-

Fonte: MEC/Inep/DEED – Microdados do Censo Escolar 2016.

Nota: O mesmo aluno pode ter mais de uma matrícula.

A modalidade integrada à Educação Profissional inclui as matrículas do Projovem Urbano.

Baseado em dados do Censo 2010²⁵, o Relato de Pesquisa 39, é possível sintetizar que **a demanda não atendida de EJA no Brasil é enorme, correspondendo a 90,5% dos 65 milhões que ainda não completaram o ensino fundamental e 77,9% dos 22 milhões que teriam ainda o ensino médio a completar, para ter garantido o seu direito à Educação Básica.** (RIBEIRO; JÚNIOR; HADDAD, p. 14, 2015).

Indicadores de Qualidade

A carência de dados avaliativos acerca da qualidade da Educação de Jovens e adultos demonstra o quanto à modalidade é preterido de atenção por parte gestores de políticas públicas e até mesmo da sociedade. Dos indicadores educacionais anteriormente sistematizados pelo INEP, e utilizados no presente documento, estão disponíveis apenas o percentual de funções docentes com curso superior e adequação da formação docente. Não são disponibilizados dados de abandono (ou até os dados de aprovação e reprovação também integrantes do indicador de rendimento), média de alunos por turma e média de horas-aula diária. Quanto aos resultados de avaliação das competências dos estudantes da EJA, ainda são escassos os estudos que possam avaliar o Exame Nacional de Certificação de Competências de Jovens e Adultos - ENCCEJA²⁶, tanto por conta da fragilidade da consolidação da política – que teve diversas suspensões nos exames –, quanto pela falta de análise criteriosa acerca dos resultados e da qualidade dos exames aplicados. É sabido que o ENCCEJA gerou diversos debates políticos, mas pouco se avançou para seu aperfeiçoamento e consolidação por parte dos beneficiários e dos Estados da Federação que a oferecem (RIBEIRO; JÚNIOR; HADDAD, p.32, 2015).

Docentes com Ensino Superior

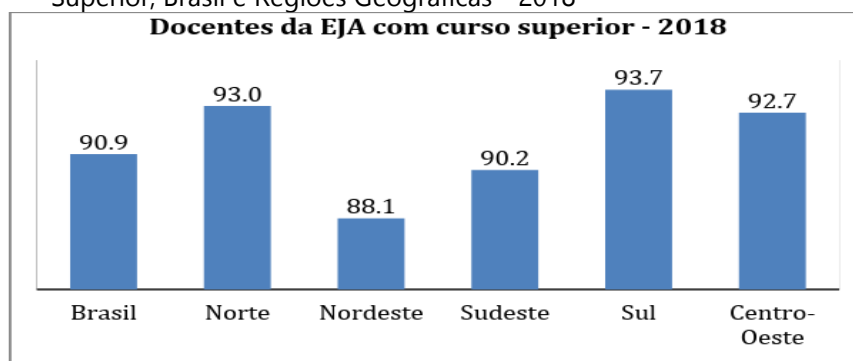
No tocante a formação superior dos professores da EJA os dados demonstram as desigualdades regionais no que se refere à formação superior do docente conforme as grandes regiões do Brasil. A região Nordeste – Assim como em todas outras etapas da Educação Básica – possui a menor taxa de professores da educação de jovens e

²⁵ No entanto, os estudos mostram que os dados não mudaram muito em relação à matrícula, tendo em 2017 praticamente o mesmo percentual de matrículas que em 2010.

²⁶ Criado em 2002 pela portaria n. 2.270 do Ministério da Educação.

adultos com nível superior, com 88,1% (gráfico 17) nessa condição de formação. A diferença para a região Sul, que possui maior percentual de formação docente com nível superior (93,7%), é de 5,6 pontos percentuais (p.p.).

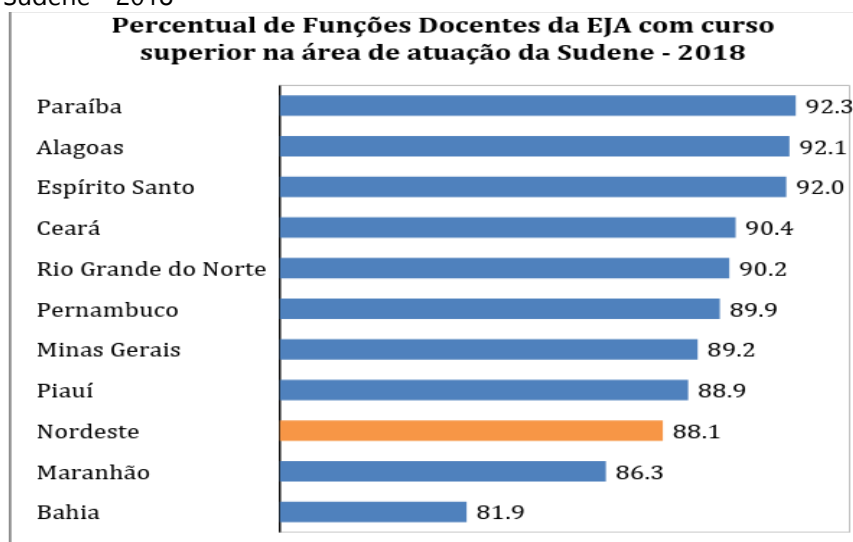
Gráfico 17 - Percentual de Funções Docentes da educação de jovens e adultos com Curso Superior, Brasil e Regiões Geográficas - 2018



Fonte: Censo da Educação Básica 2018/INEP.

Ao se fazer um recorte para a área de atuação da Sudene, observa-se que o percentual de funções docentes da EJA com curso superior dos estados da Bahia (81,9%) e Maranhão (86,3%) são inferiores a média da região Nordeste. Os melhores resultados de formação docente são nos estados da Paraíba (92,3%), Alagoas (92,1%) e Espírito Santo (92%), conforme gráfico 18.

Gráfico 18 - Percentual de Funções Docentes da EJA com curso superior na área de atuação da Sudene - 2018



Fonte: Censo da Educação Básica 2018/INEP.

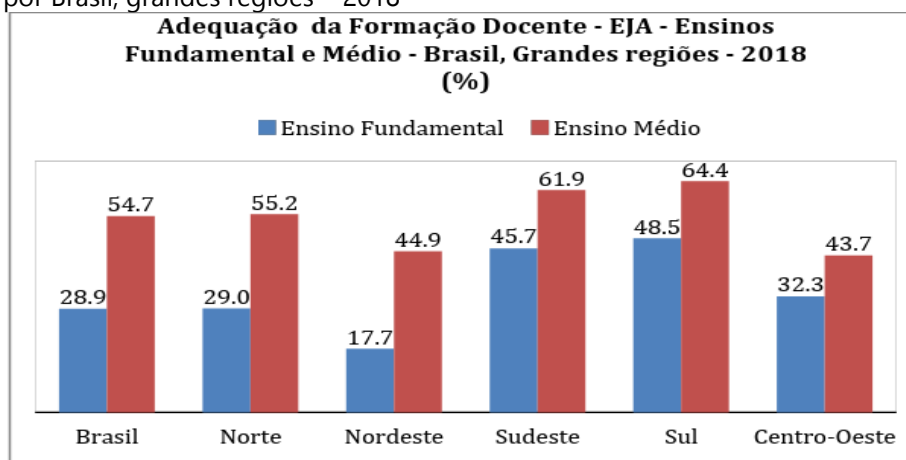
Adequação da Formação Docente

Conforme prevê a Meta 15 do Plano Nacional de Educação (PNE), pretende-se que *"todos os professores e as professoras da Educação Básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam"*.

Como foi observada no gráfico 18, a realidade do Nordeste é inferior à média nacional no tocante à formação docente em nível superior. No entanto, a situação de adequação à atuação dos docentes conforme suas áreas de formação agravam ainda mais o cenário. O indicador de adequação da formação docente colabora para compreender a segunda parte da meta 15 do PNE, que exige que o curso de nível superior dos professores seja "na área de conhecimento em que atuam".

Conforme o gráfico 19, **apenas 17,7% dos docentes do ensino Fundamental na EJA do Nordeste está em adequação às suas formações. Trata-se do pior resultado entre as regiões do Brasil.** No que se refere aos docentes da EJA no ensino médio o Nordeste fica em segunda pior colocação, com 44,9% de adequação da formação docente, atrás apenas da região Centro-oeste que tem 43,7% de adequação (gráfico 19). Mudar esse cenário de forma que as taxas cheguem a 100% até 2024 (conforme meta do PNE) parece ser um desafio em que apenas com a união de esforços de todas as esferas administrativas seja possível alcançar.

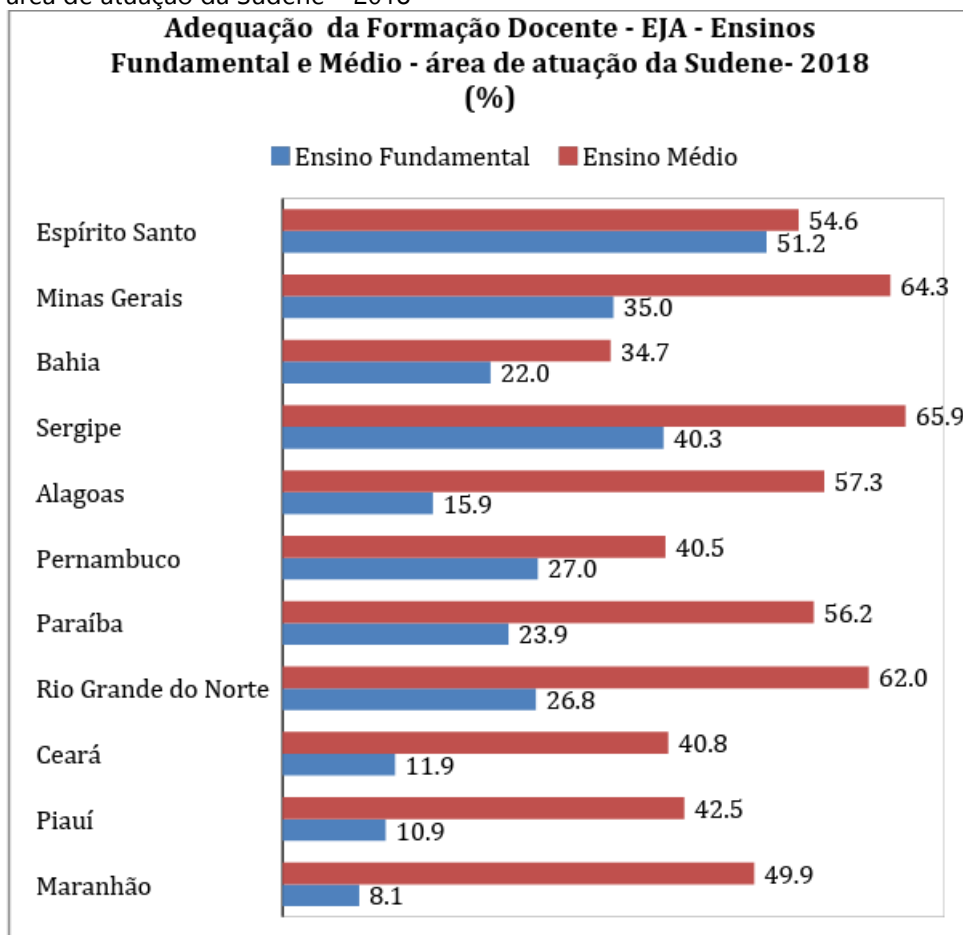
Gráfico 19 - Percentual adequação da formação docente EJA nos ensino fundamental e médio, por Brasil, grandes regiões – 2018



Fonte: Censo da Educação Básica 2018/INEP.

No recorte de atuação da Sudene (gráfico 20) os professores de EJA do ensino fundamental possuem menor adequação de formação na área em que atuam do que os docentes do ensino médio. **Os piores resultados de adequação da formação docente são: no EJA ensino fundamental: Maranhão (8,1%), Piauí (10,9%) e Ceará (11,9%) e no EJA Ensino médio: Pernambuco (40,5%), Ceará (40,8%) e Piauí (42,5%).** O estado do Ceará está com baixa adequação de seus professores com formação superior considerada adequada nas duas etapas de ensino (fundamental e médio).

Gráfico 20 - Percentual adequação da formação docente EJA nos ensinos fundamental e médio, área de atuação da Sudene – 2018



Fonte: Censo da Educação Básica 2018/INEP.

Educação de Jovens e Adultos integrada à Educação Profissional e Tecnológica

A Meta 10 do Plano Nacional de Educação (PNE) estabelece que, no mínimo, 25% das matrículas da educação de jovens e adultos (EJA) sejam ofertadas de forma integrada à educação profissional tecnológica (EPT). A meta articula-se aos esforços de ampliação

da escolarização de jovens e adultos – objeto das Metas 8 e 9 – e da universalização da Educação Básica, qualificando a oferta de educação para esse público ao integrá-la à educação profissional, de modo a proporcionar condições mais favoráveis à inserção no mundo do trabalho. Para o monitoramento da Meta 10, definiu-se o seguinte indicador:

– Indicador 10A: Percentual de matrículas da educação de jovens e adultos na forma integrada à educação profissional.

O indicador foi calculado com base nos dados do Censo da Educação Básica, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e faz análises contemplando algumas desagregações relevantes para o presente documento, tais como etapas de ensino (fundamental e médio), grandes regiões e unidades da Federação.

No Brasil o percentual de matrículas da EJA na forma integrada à educação profissional cresceu de 2010 a 2012, estabilizado na casa de 2,8% durante o período de 2012 a 2016 (salvo em 2015, quando atingiu 3,0%). Em 2017, no entanto, houve uma queda significativa nesse percentual para 1,5%, aproximando-o dos percentuais obtidos nos dois primeiros anos (2010 e 2011) da série histórica e distanciando-o da meta estabelecida para 2024 (25%), sendo necessário aumentar em 23,5 pontos percentuais (p.p.) para o alcance da meta. Os resultados são desanimadores e demonstram que o atendimento da educação profissional para jovens e adultos tem caminhado na contramão do proposto pela Meta 10 do PNE.

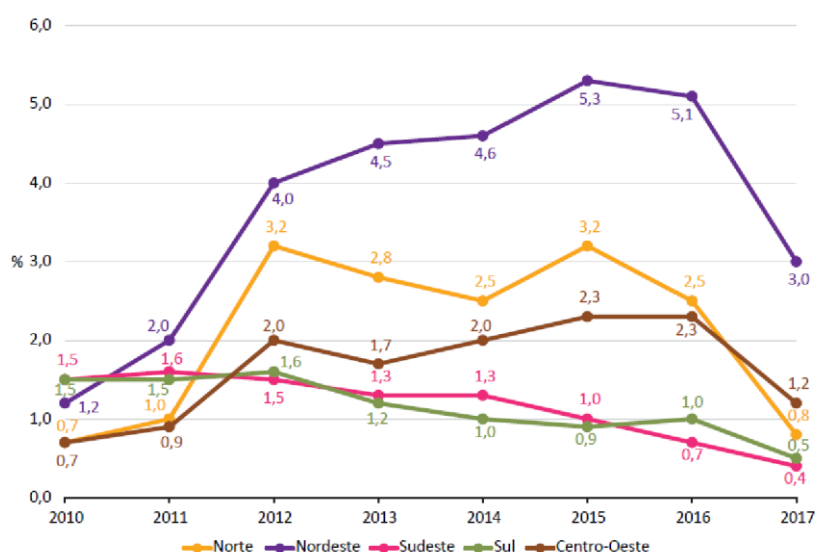
Apesar de todas as grandes regiões apresentarem quedas significativas a partir de 2015 em quase todas as regiões (com exceção do Sul), nota-se que desde 2012 **o Nordeste apresentou os maiores percentuais de matrículas da EJA na forma integrada à educação profissional em comparação às demais regiões** (Gráfico 21). A queda dos índices para a região nordeste se deu apenas a partir do ano de 2015, tendo anteriormente uma tendência de crescimento.

Ao observar a tabela 12 – que detalha a evolução de cada estado – é possível perceber que o Maranhão e o Piauí foram os estados que mais influenciaram negativamente o

resultado regional no nordeste nos anos de 2016 e 2017. O Piauí alcançou em 2015 o resultado de 17,30% das matrículas da educação de jovens e adultos na forma integrada à educação profissional, caiu para 10,40% em 2016 e 4% em 2017.

O ano de 2015 foi, sem dúvida, um divisor de águas na oferta das matrículas de EJA integrada à educação profissional, principalmente para a região nordeste. Os anos posteriores foram marcados por resultados que regressaram a percentuais negativos quando comparados os anos de 2017 e 2010.

Gráfico 21- Percentual de matrículas da educação de jovens e adultos na forma integrada à educação profissional, por grande região – Brasil – 2010-2017



Fonte: Elaborado pela Direção/Inep com base em dados do Censo da Educação Básica/Inep (2010-2017).

Ao analisar os dados referentes às unidades da Federação, nota-se que, em 2017, os cinco estados que apresentaram os maiores percentuais das matrículas da educação de jovens e adultos na forma integrada à educação profissional pertencem à região Nordeste: Bahia (4,7%), Ceará (4,5%), Piauí (4,0%), Pernambuco (3,1%) e Rio Grande do Norte (2,3%). Já os percentuais mais baixos desse indicador (menores de 0,3%) estão representados por unidades federativas de todas as regiões do País: **Minas Gerais (0,2%)**, Paraná (0,2%), Mato Grosso do Sul (0,2%), **Alagoas (0,1%)** e Rondônia (0%).

A tabela 12 apresenta os dados com o recorte dos estados de atuação da Sudene. Observa-se que o estado da Bahia sempre teve tendência crescente, com pequena oscilação em 2016 e pouca variação ano a ano. Já o Ceará teve crescimento até 2014,

quando teve uma primeira queda, seguido de nova queda em 2015 e partir dali retomou o crescimento. Um dado específico destaca-se ante os demais: **em 2015 o estado do Piauí alcançou o resultado de 17,30% das matrículas da educação de jovens e adultos na forma integrada à educação profissional, trata-se do maior valor alcançado entre todos os estados do país dentro da série histórica 2010-2017.**

Sem dúvida, trata-se de uma informação importante para ser questionada junto ao governo daquele estado, de forma que seja possível se referenciar em estratégias que possam levar a tão bons resultados como esse. No entanto, a velocidade das quedas nas taxas se deu na mesma medida que o crescimento naquele estado. Torna-se importante compreender que fatos ocorreram entre 2016 e 2017 que despencaram as taxas para 4% de matrículas EJA integradas à educação profissional no Piauí. **Os estados que apresentaram piores percentuais de matrículas da EJA integrada à educação profissional dentre as UFs de atuação da Sudene em 2017 foram Alagoas (0,1%), Minas Gerais (0,2%) e Maranhão (0,7%).**

Tabela 12 - Frequência absoluta e relativa de matrículas da educação de jovens e adultos na forma integrada à educação profissional, por Brasil, regiões Nordeste e Sudeste e unidade da Federação de atuação da Sudene – 2010-2017

Brasil/ Região/ UF	Ano															
	2010		2011		2012		2013		2014		2015		2016		2017	
	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%	n	%
Brasil	53.161	1,30	67.123	1,60	109.039	2,80	106.008	2,80	101.714	2,80	106.454	3,0	96.414	2,80	54.502	1,50
Nordeste	18.592	1,20	32.009	2,00	61.865	4,00	68.499	4,50	67.286	4,60	72.621	5,30	68.481	5,10	42.096	3,00
Maranhão	2.670	1,30	2.069	1,10	3.319	1,90	4.748	2,60	8.631	4,80	11.626	6,80	4.864	3,40	1.218	0,70
Piauí	1.353	1,30	3.365	3,40	7.619	7,80	9.001	9,20	5.455	5,90	15.151	17,30	14.821	10,40	7.146	4,00
Ceará	4.140	2,20	3.360	1,80	8.548	4,30	12.242	6,50	9.534	5,20	5.848	3,60	6.957	4,20	7.528	4,50
Rio Grande do Norte	2.592	2,80	2.971	3,20	2.872	3,30	4.301	4,80	4.277	5,20	2.828	3,70	5.001	6,90	1.567	2,30
Paraíba	878	0,60	695	0,50	5.405	3,70	5.717	3,80	10.048	6,60	6.035	4,50	9.264	7,10	1.389	1,20
Pernambuco	1.699	0,70	8.974	3,80	13.742	5,90	10.374	4,80	10.075	4,70	10.266	5,00	8.152	4,30	5.865	3,10
Alagoas	471	0,50	940	0,90	3.139	3,00	2.116	2,10	2.673	2,40	2.919	2,60	2.668	2,50	170	0,10
Sergipe	1.468	2,60	1.331	2,40	3.063	5,40	2.868	5,20	524	1,10	1.687	3,90	2.155	5,20	368	0,90
Bahia	3.321	0,70	8.304	1,90	14.158	3,20	17.132	4,00	16.069	4,00	16.261	4,40	14.599	4,30	16.845	4,70
Sudeste	22.291	1,50	21.627	1,60	18.891	1,50	14.589	1,30	13.762	1,30	10.413	1,00	8.382	0,70	4.067	0,40
Minas Gerais	16.250	4,20	15.479	4,10	5.395	1,50	3.152	0,90	2.821	0,80	2.453	0,80	1.052	0,30	526	0,20
Espírito Santo	1.549	2,20	1.258	1,80	1.178	1,60	1.020	1,40	1.226	1,70	1.168	1,80	967	1,50	746	1,10
Rio de Janeiro	4.164	1,00	4.532	1,30	8.669	2,70	7.994	2,90	8.034	3,40	5.458	2,20	3.723	1,50	1.185	0,50
São Paulo	328	0,10	358	0,10	3.649	0,80	2.423	0,50	1.681	0,40	1.334	0,30	2.640	0,60	1.610	0,40

Fonte: Elaborada pela Direção/Inep com base em dados do Censo da Educação Básica/Inep (2010-2017). Adaptado pela consultora

Educação Profissional e Tecnológica

A LDB define a educação profissional e tecnológica nas modalidades de qualificação profissional, técnica de nível médio e tecnológica de graduação e pós-graduação, conforme seu artigo 39: *"A educação profissional e tecnológica, no cumprimento dos objetivos da educação nacional, integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia."*

§ 1º Os cursos de educação profissional e tecnológica poderão ser organizados por eixos tecnológicos, possibilitando a construção de diferentes itinerários formativos, observadas as normas do respectivo sistema e nível de ensino.

§ 2º A educação profissional e tecnológica abrangerá os seguintes cursos:

I – de formação inicial e continuada ou qualificação profissional;

II – de educação profissional técnica de nível médio;

III – de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação".

A educação profissional técnica de nível médio compreende os seguintes tipos de oferta: curso técnico integrado, inclusive à educação de jovens e adultos (EJA); curso técnico concomitante e curso técnico subsequente, nos termos do artigo 36-B e do artigo 36-C da Lei nº 9.394/1996; e normal/magistério.

Oferta - educação profissional técnica de nível médio

O Plano Nacional de Educação tem como sua meta 11 *"Triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público"*. Apesar da vigência do PNE ser de 2014 a 2024, a meta estabelecida considera como marco inicial da contagem os valores de 2013 – utilizados como referência à aprovação da Lei nº 13.005 em 25/06/2014, que aprova o PNE. Nesse sentido, considerando que o valor de matrículas em 2013 era de 1.602.946, o objetivo a ser alcançado em 2024 é de um total

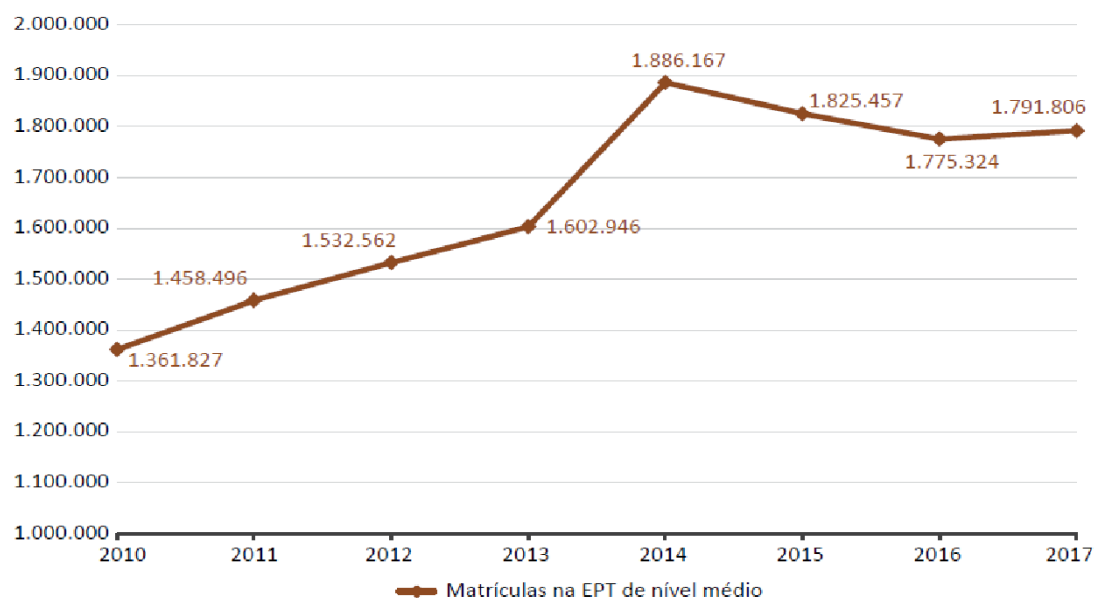
de 4.808.838 matrículas, o que significa ser necessária uma expansão de 3.205.892 matrículas para o alcance da meta.

O Gráfico 22 mostra a trajetória do número absoluto de matrículas em EPT de nível médio, no período de 2010 a 2017, apontando que houve uma expansão do número absoluto de matrículas de educação profissional técnica de nível médio no Brasil, de 1.361.827 em 2010 para 1.791.806 em 2017, perfazendo um crescimento de 31,6%. Não obstante, observa-se, em 2015, uma descontinuidade na tendência de crescimento do indicador, com um decréscimo de -3,2% em relação a 2014, seguido de nova queda em 2016 (-2,7%). Em 2017, ocorre uma leve recuperação de 16.482 matrículas em relação a 2016.

Considerando o período de 2013 a 2017, a expansão é de 11,8%, correspondendo a 188.860 matrículas. Essa expansão representa apenas 5,9% da meta de 3.205.892 de matrículas a ser atingida até 2024. Ao se tomar o avanço desde 2013, constata-se que o ritmo de crescimento foi de 47 mil matrículas novas por ano, onze vezes menores do que o necessário para o alcance da meta em 2024 (BRASIL, INEP, 2018).

Nesse sentido, conforme analisado a partir da série histórica, a tendência de queda nas taxas de expansão na modalidade Educação Profissional Técnica demonstra que o Brasil está caminhando no sentido contrário para ampliar as oportunidades dos jovens no mundo do trabalho e dificilmente conseguirá triplicar o número de matrículas de EPT até 2024.

Gráfico 22 - Matrículas em EPT de nível médio – Brasil – 2010-2017



Fonte: Elaborado pela Direção de Inep com base em dados do Censo da Educação Básica/Inep (2010-2017).

A análise das matrículas de EPT de nível médio por unidade da Federação (UF) evidenciou um aumento na oferta na maior parte das UFs, no período de 2010 a 2017, conforme aponta a Tabela 13. Ainda que oscilações tenham ocorrido no período, apenas cinco UFs apresentaram variações negativas: Minas Gerais, Espírito Santo, Santa Catarina, Mato Grosso do Sul e Goiás. Na região Nordeste, os estados que tiveram maior crescimento percentual nas matrículas de EPT na série histórica foram Sergipe (77,9%) e Piauí (61,8%).

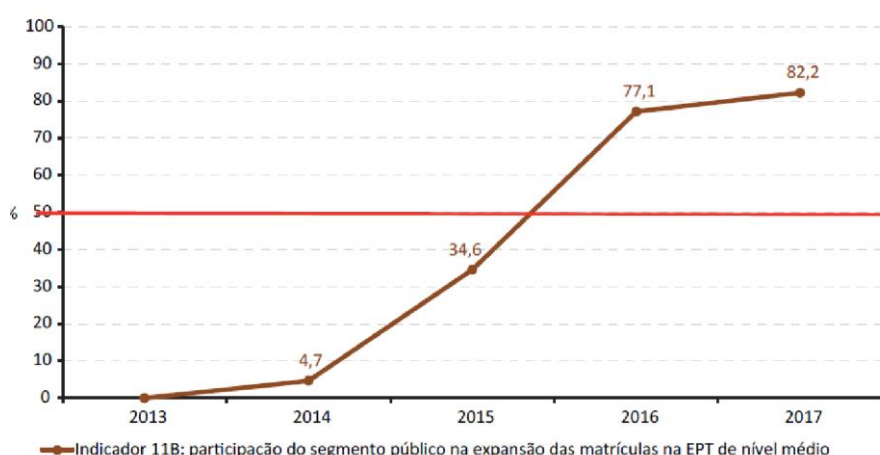
Tabela 13- Total de matrículas em EPT de nível médio e variação entre períodos, por grande região e unidade da Federação – Brasil – 2010-2017

Região/UF	2010-2017								Variação 2013-2017	
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Absoluto	%
Brasil	1.361.827	1.458.496	1.532.562	1.602.946	1.886.167	1.825.457	1.775.324	1.791.806	188.860	11,8%
Norte	58.664	67.955	82.501	88.898	107.598	110.441	107.461	106.379	17.481	19,7%
Rondônia	5.005	6.047	6.725	9.048	10.310	10.833	10.480	9.868	820	9,1%
Acre	1.776	1.551	3.676	3.192	7.696	6.675	5.352	3.924	732	22,9%
Amazonas	17.887	21.889	26.245	25.273	32.051	32.404	30.261	29.363	4.090	16,2%
Roraima	3.267	3.255	3.164	4.000	3.657	4.346	4.241	6.114	2.114	52,9%
Pará	18.116	20.785	27.246	30.819	34.957	36.565	34.918	38.456	7.637	24,8%
Amapá	3.701	4.372	5.695	5.577	6.932	7.825	7.624	5.914	337	6,0%
Tocantins	8.912	10.056	9.750	10.989	11.995	11.793	14.585	12.740	1.751	15,9%
Nordeste	281.700	309.533	339.908	356.580	484.742	485.372	451.508	487.045	130.465	36,6%
Maranhão	24.554	23.394	25.894	27.517	30.769	35.001	31.709	35.751	8.234	29,9%
Piauí	27.695	28.479	31.311	32.108	39.994	48.386	40.625	51.956	19.848	61,8%
Ceará	43.398	49.569	56.200	63.081	73.727	86.157	82.363	80.901	17.820	28,2%
Rio Grande do Norte	19.612	22.407	22.697	26.227	34.662	40.176	34.862	38.922	12.695	48,4%
Paraíba	17.613	16.862	18.917	20.130	26.488	23.893	22.363	25.997	5.867	29,1%
Pernambuco	59.477	65.125	65.947	72.450	124.081	100.817	92.085	95.511	23.061	31,8%
Alagoas	14.102	16.489	20.270	15.869	26.961	24.609	22.525	23.024	7.155	45,1%
Sergipe	10.863	8.771	8.000	7.028	15.720	12.202	10.358	12.506	5.478	77,9%
Bahia	64.386	78.437	90.672	92.170	112.340	114.131	114.618	122.477	30.307	32,9%
Sudeste	696.217	742.852	760.312	792.811	880.806	803.496	804.323	806.210	13.399	1,7%
Minas Gerais	172.917	194.056	168.655	180.235	195.888	160.505	164.346	161.416	-18.819	-10,4%
Espírito Santo	31.591	42.691	45.897	48.350	49.438	46.288	41.533	37.644	-10.706	-22,1%
Rio de Janeiro	138.775	139.155	159.082	167.057	188.936	176.080	165.580	171.409	4.352	2,6%
São Paulo	352.934	366.950	386.678	397.169	446.544	420.623	432.864	435.741	38.572	9,7%
Sul	269.017	273.894	274.412	279.245	307.161	310.205	310.105	302.258	23.013	8,2%
Paraná	113.086	112.208	110.802	107.637	118.228	115.857	125.089	121.455	13.818	12,8%
Santa Catarina	54.429	54.179	58.257	66.311	72.400	62.547	59.519	60.770	-5.541	-8,4%
Rio Grande do Sul	101.502	107.507	105.353	105.297	116.533	131.801	125.497	120.033	14.736	14,0%
Centro-Oeste	56.229	64.262	75.429	85.412	105.860	115.943	101.927	89.914	4.502	5,3%
Mato Grosso do Sul	9.543	13.094	16.484	21.847	25.124	26.380	22.663	17.598	-4.249	-19,4%
Mato Grosso	13.679	16.612	18.994	21.256	24.633	25.227	24.662	23.572	2.316	10,9%
Goiás	19.666	21.315	24.654	27.091	31.555	39.149	32.275	26.239	-852	-3,1%
Distrito Federal	13.341	13.241	15.297	15.218	24.548	25.187	22.327	22.505	7.287	47,9%

Fonte: Elaborada pela Dired/Inep com base em dados do Censo da Educação Básica/Inep (2010-2017).

A Meta 11 do PNE estabelece que pelo menos 50% da expansão das matrículas de EPT de nível médio até 2024 ocorra no segmento público. Conforme já exposto, em termos numéricos a expansão requerida é de 3.205.892 de matrículas até o fim da vigência do PNE (2024). Se 50% da expansão deve ocorrer no segmento público, o número de matrículas nesse segmento deve ser de, no mínimo, 1.602.946 matrículas. O crescimento verificado no período de 2013 a 2017 mostra que o segmento público alcançou percentual superior a 50% de participação na expansão das matrículas de EPT, conforme gráfico 23. O setor público registrou uma ampliação de 17,2% em suas matrículas, no período de 2013 a 2017, o que representou 82,2% do total da expansão, ultrapassando a meta mínima prevista no PNE de 50% para o setor (BRASIL, INEP, 2018).

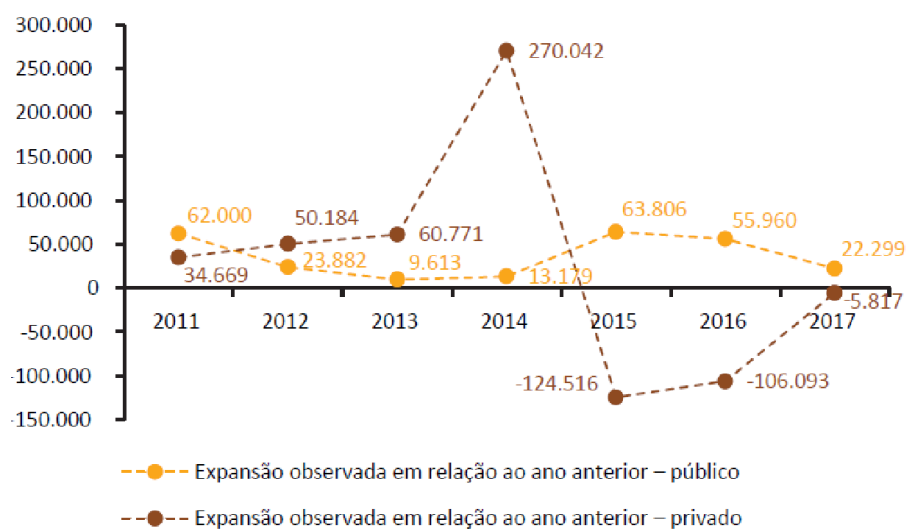
Gráfico 23 - Participação do segmento público na expansão das matrículas em EPT de nível médio em relação a 2013 – Brasil – 2013-2017



Fonte: Elaborado pela Direção/Inep com base em dados do Censo da Educação Básica/Inep (2013-2017).

No entanto, esse resultado se dá em parte pela retração das matrículas ocorridas no setor privado a partir de 2015, conforme expressa o Gráfico 24. O setor privado perdeu um total de 236.426 matrículas entre 2015 e 2017, após uma forte expansão ocorrida em 2014. O setor público apresentou crescimento anual positivo em todo o período, embora a taxas decrescentes entre 2011 e 2013 e entre 2015 e 2017, dados que indicam distanciamento na perspectiva de ampliação da oferta. (BRASIL, INEP, 2018).

Gráfico 24 - Expansão anual do número de matrículas de EPT, por setor público e privado – Brasil – 2011-2017



Fonte: Elaborado pela Dired/Inep com base em dados do Censo da Educação Básica/Inep (2011-2017).

Cabe também observar como se apresentaram as matrículas de EPT por tipo de oferta, no período de 2010 a 2017. A Tabela 14 expõe que nesse período houve uma expansão das matrículas dos cursos técnicos integrados, concomitantes e subseqüentes de 243.753, 110.903 e 166.188, respectivamente. Entretanto, ocorreram reduções no número de matrículas nos cursos técnicos integrados à EJA (3.121) e nos cursos normal/magistério (87.744). Os resultados são preocupantes principalmente no tocante aos que afetam a EJA, além da educação infantil e primeiros anos do ensino fundamental. A redução só demonstra que a carreira docente está cada vez mais desaparecendo do quadro da educação profissional, o que limita ainda mais a mobilização da juventude para a carreira docente.

Tabela 14 - Total de matrículas em EPT de nível médio, por tipo de oferta – Brasil – 2010 - 2017

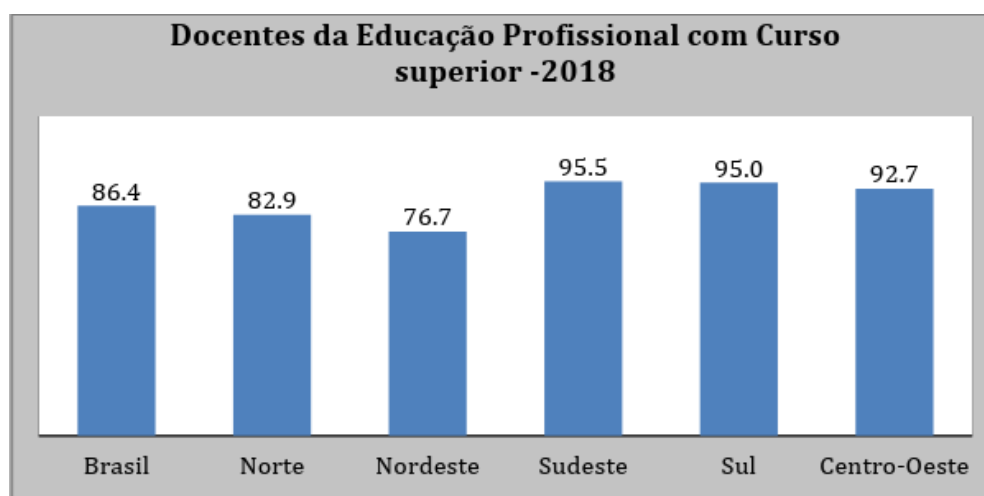
Etapa de EPT de nível médio	Dependência administrativa	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Brasil	Total	1.361.827	1.458.496	1.532.562	1.602.946	1.886.167	1.825.457	1.775.324	1.791.806
Técnico integrado	Total	215.773	257.736	298.569	338.417	366.988	391.766	429.010	459.526
	Federal	76.137	92.378	104.957	117.747	127.455	133.562	151.279	173.360
	Estadual	108.585	133.776	158.369	183.637	199.921	224.739	246.516	257.996
	Municipal	8.846	9.975	10.105	10.738	10.489	9.798	10.053	9.149
	Privada	22.205	21.607	25.138	26.295	29.123	23.667	21.162	19.021
Técnico integrado – EJA	Total	38.164	41.976	35.993	41.269	42.875	38.228	32.710	35.043
	Federal	14.078	14.530	14.107	13.011	11.595	9.301	8.282	8.280
	Estadual	19.919	23.033	17.171	22.011	19.276	21.593	22.120	25.122
	Municipal	40	84	634	382	429	840	806	613
	Privada	4.127	4.329	4.081	5.865	11.575	6.494	1.502	1.028
Técnico concomitante	Total	217.170	188.812	240.516	310.218	328.740	278.212	329.033	328.073
	Federal	25.953	25.057	25.008	30.175	27.486	29.611	31.365	28.303
	Estadual	72.785	64.739	77.139	74.727	82.374	60.514	62.768	68.299
	Municipal	5.801	4.883	4.153	4.490	5.284	3.832	3.684	3.647
	Privada	112.631	94.133	134.216	200.826	213.596	184.255	231.216	227.824
Técnico subsequente	Total	708.183	805.172	823.876	792.796	1.046.340	1.023.332	881.738	874.371
	Federal	63.265	72.553	80.820	80.540	83.070	152.309	151.390	137.870
	Estadual	216.868	249.133	253.231	232.764	235.107	231.026	233.831	239.157
	Municipal	17.578	17.541	16.230	14.938	13.856	11.922	12.644	13.093
	Privada	410.472	465.945	473.595	464.554	714.307	628.075	483.873	484.251
Normal/ magistério	Total	182.537	164.800	133.608	120.246	101.224	93.919	102.833	94.793
	Federal	0	0	0	0	0	314	143	0
	Estadual	157.239	145.828	118.175	108.680	92.548	84.551	95.747	87.649
	Municipal	18.084	13.514	10.807	6.679	4.808	3.592	2.836	3.225
	Privada	7.214	5.458	4.626	4.887	3.868	5.462	4.107	3.919

Fonte: Elaborada pela Direção/Inep com base em dados do Censo da Educação Básica/Inep (2010-2017).

Docentes com Ensino Superior

Outro indicador que colabora para analisar a qualidade da educação profissional oferecida é o grau de formação docente dessa modalidade de ensino. A média do Brasil é de 86,4% de seus docentes da EPT serem de nível superior. Na realidade da região Nordeste esse percentual cai para 76,7%, conforme gráfico 25.

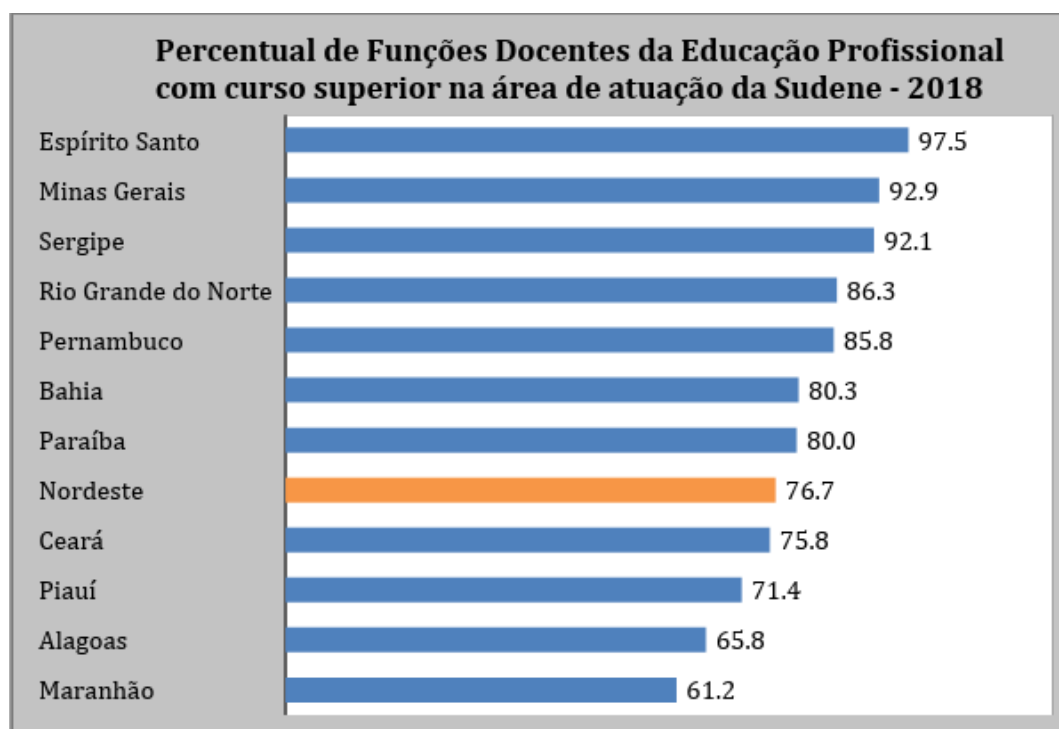
Gráfico 25 - Percentual de funções docentes da Educação Profissional com curso superior - Brasil e Grandes Regiões - 2018.



Fonte: Censo da Educação Básica 2018/INEP.

No recorte da área de atuação da Sudene, os estados que estão com taxas inferiores a média do Nordeste são: Maranhão (61,2%) Alagoas (65,8%), Piauí (71,4%) e Ceará (75,8%), conforme gráfico 26.

Gráfico 26 - Percentual de funções docentes da educação profissional com curso superior na área de atuação da Sudene - 2018



Fonte: Censo da Educação Básica 2018/INEP.

Cabe lembrar que os estados de Minas Gerais e Espírito Santo não estão em sua totalidade na área de atuação da Sudene. Apenas um conjunto de municípios da região norte dessas Unidades Federativas integram-se ao campo de abrangência da Sudene, são 168 municípios de Minas Gerais e 28 do Espírito Santo, Conforme Lei Complementar 125, de 03/01/2007. No entanto, apesar de não ter sido possível (na maioria dos levantamentos realizados) levantar dados desagregados para estes grupos específicos, optou-se por apresentar os dados gerais dos referidos Estados no presente documento, como forma de garantir diretrizes de atuação para estas regiões.

Além da importância de se ampliar a formação de nível superior para os docentes da EPT, outro grande desafio está ligado à qualidade da formação dos docentes para a modalidade. Políticas de valorização docente também precisam ser fortalecidas na EPT de forma a atrair professores qualificados e com perfil mais prático para a docência de cursos médios de nível técnico. Cabe esclarecer que aqui a valorização docente envolve diversas questões como salários, infraestrutura adequada para o trabalho, formação continuada etc.

A escolha pela Educação Profissional deve ser vista como uma agenda de sustentação da renda, de geração de oportunidades para a juventude, de competitividade para o ambiente de negócios e um compromisso social, pois pode ajudar o Brasil a ser mais equânime. Os resultados observados em relação ao crescimento da oferta da modalidade não são animadores e colocam um enorme desafio aos gestores de políticas públicas: promover um ensino médio cada vez mais conectado com as aspirações dos estudantes, fazendo a ponte com suas vidas profissionais, promovendo mais cidadania para a juventude e ampliando as perspectivas de crescimento do país.

Educação do Campo

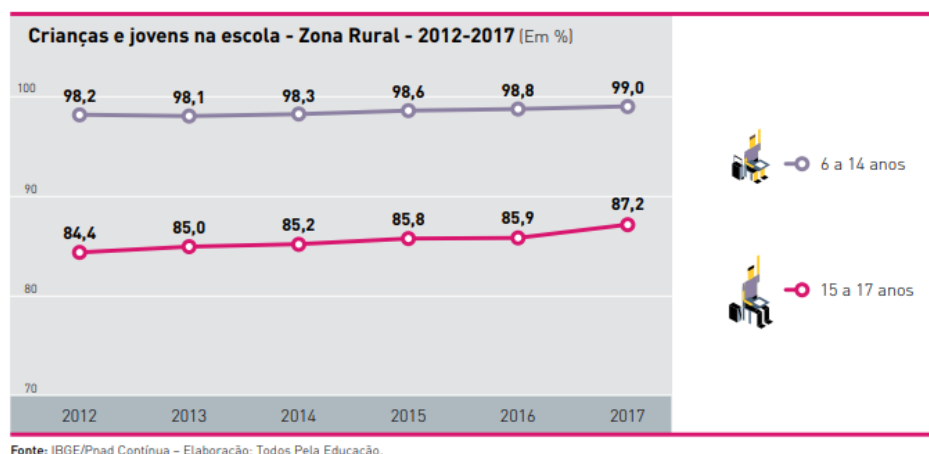
A Educação do campo é uma modalidade de ensino que objetiva a educação de crianças, jovens e adultos que vivem no campo. Portanto, trata-se de uma política pública que possibilita o acesso ao direito à educação de milhares de pessoas que vivem fora do meio urbano, mas igualmente necessitam dos serviços educacionais voltados ao pleno desenvolvimento humano, com respeito à peculiaridade da vida no campo. É importante esclarecer que a educação do campo é assim denominada não só

por sua localização espacial e geográfica, mas também pela cultura da população camponesa, diferenciada da cultura das pessoas que vivem no meio urbano (RODRIGUES; BONFIM, 2017).

Diante de todos os preceitos legais estabelecidos no Brasil, fica esclarecido que a política de educação do campo não se restringe apenas à Educação Básica, buscando também a garantia do ensino superior a esta parcela da população. O decreto 7.352/2010 também se preocupa em estabelecer a garantia de infraestrutura e transporte para a população camponesa, bem como outros insumos pedagógicos e materiais de forma a oferecer iguais condições educacionais para a população camponesa.

Com base na PNAD Contínua o Movimento Todos pela Educação elaborou um gráfico com a taxa de escolarização da população do campo, revelando que 99% das crianças de 6 a 14 anos estavam na escola em 2017 e 87,2% dos jovens de 15 a 17 anos, conforme gráfico 27.

Gráfico 27 - taxa de escolarização bruta das crianças e jovens da zona rural na escola - Brasil - 2012-2017



As populações do campo, assim como outros grupos que registram historicamente menores percentuais de acesso à escolarização: os mais pobres, os negros e os residentes nas regiões de menor escolaridade são foco da meta 8 do Plano Nacional de Educação (PNE). O PNE pretende "*Elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12*

(doze) anos de estudo no último ano de vigência deste Plano (2024), para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros, declarados ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE".

As estratégias para alcançar tais objetivos são ações de correção de fluxo, programas de educação de jovens e adultos, exames de certificação, ampliação da oferta de educação profissional e ações de busca ativa de jovens fora da escola. Para acompanhar os objetivos contidos na Meta 8, foram utilizados quatro indicadores que mensuram a escolaridade por meio dos anos de estudo (Brasil, INEP, 2018):

- Indicador 8A: Escolaridade média, em anos de estudo, da população de 18 a 29 anos de idade.
- Indicador 8B: Escolaridade média, em anos de estudo, da população de 18 a 29 anos de idade residente na área rural.
- Indicador 8C: Escolaridade média, em anos de estudo, da população de 18 a 29 anos de idade pertencente aos 25% mais pobres (renda domiciliar per capita)
- Indicador 8D: Razão percentual entre a escolaridade média de negros e não negros a faixa etária de 18 a 29 anos.

Em resposta ao indicador 8A, de acordo com a Pnad-C, a média de anos de estudos para a população de 18 a 29 anos de idade era, em 2016, de 10,2 anos. Assim, o valor registrado para o Brasil está abaixo da meta estipulada para 2024, isto é, no mínimo 12 anos de estudo. Em 2016, a escolaridade média estimada tanto para a população da região Norte quanto da Nordeste era de 9,4 anos de estudo, apresentando as menores médias entre as regiões. Esses resultados significam que nos próximos 4 anos (até 2024) as populações do Nordeste e do Norte precisam aumentar mais 2,6 anos de estudos e o Brasil 1,8 anos para o alcance da meta do PNE.

A desagregação do indicador por unidades da Federação ajuda a compreender as desigualdades regionais. Em 2016, todos os estados das regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste apresentaram média de escolaridade igual ou superior a 10 anos de estudo. Na

região Nordeste, os nove estados registraram médias inferiores a 10 anos de estudo; na região Norte, cinco dos sete estados também apresentaram médias inferiores a 10 anos.

No recorte da área de atuação da Sudene é possível perceber que o estado que possui menor escolaridade média da população de 18 a 29 anos é o de Alagoas, com apenas 8,8 anos de estudos, seguido do Maranhão, com 9,2 anos e Sergipe, com 9,3 anos. Os estados que apresentam melhores médias para o recorte etário são Minas Gerais e Espírito Santo, ambos com 10,4 anos de estudo e Rio Grande do Norte, com 9,8 anos, conforme tabela 15.

É sempre importante lembrar que os estados de Minas Gerais e Espírito Santo não estão em sua totalidade na área de atuação da Sudene. Apenas um conjunto de municípios da região norte dessas Unidades Federativas integram-se ao campo de abrangência da Sudene, são 168 municípios de Minas Gerais e 28 do Espírito Santo, Conforme Lei Complementar 125, de 03/01/2007. No entanto, apesar de não ter sido possível (na maioria dos levantamentos realizados) levantar dados desagregados para estes grupos específicos, optou-se por apresentar os dados gerais dos referidos estados no presente documento, como forma de garantir diretrizes de atuação para estas regiões.

Tabela 15- Escolaridade média, em anos de estudo, da população de 18 a 29 anos, por Brasil, Nordeste e unidades da Federação da Sudene – 2011-2016

Brasil/Região/UF	Anos					
	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Brasil	9,5	9,7	9,8	9,9	10,1	10,2
Nordeste	8,6	8,8	9,0	9,1	9,3	9,4
Maranhão	8,3	8,4	8,7	9,0	9,0	9,2
Piauí	8,5	8,6	8,9	9,0	9,1	9,5
Ceará	9,0	9,2	9,3	9,4	9,7	9,6
Rio Grande do Norte	9,0	9,2	9,4	9,1	9,5	9,8
Paraíba	8,4	8,8	9,1	8,8	9,2	9,4
Pernambuco	8,5	8,8	9,1	9,2	9,3	9,6
Alagoas	8,1	8,3	8,3	8,4	8,7	8,8
Sergipe	8,7	8,8	8,9	8,8	9,1	9,3
Bahia	8,6	8,9	8,9	9,2	9,2	9,4
Sudeste	10,2	10,3	10,4	10,5	10,6	10,7
Minas Gerais	9,5	9,8	9,9	10,0	10,2	10,4
Espírito Santo	9,7	10,0	9,9	10,1	10,3	10,4

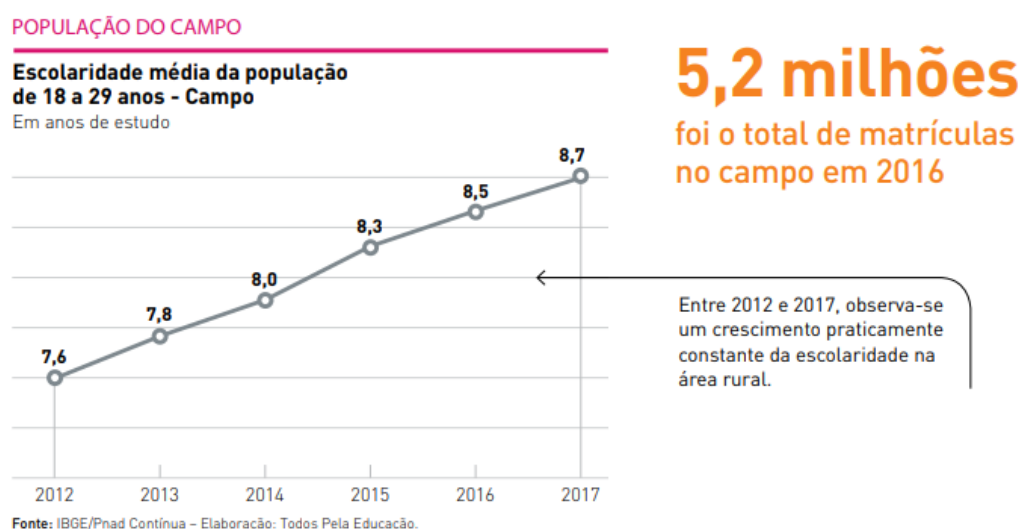
Fonte: Elaborada pela Dired/Inep com base em dados da Pnad/IBGE (2011-2015) e Pnad continua/IBGE (2016).

No Tocante ao indicador 8B, que trata de medir a "*Escolaridade média, em anos de estudo, da população de 18 a 29 anos de idade residente na área rural*", a meta é alcançar, no mínimo, escolaridade média igual a 12 anos de estudos em 2024 para esse público. No entanto, a escolaridade média dos jovens residentes no campo foi, em 2016, de 8,5 anos, sendo 3,5 anos abaixo da meta de 12 anos de estudo estipulada pelo PNE. Para fins comparativos, os jovens que habitavam áreas urbanas possuíam, em média, 10,5 anos de estudo no mesmo período.

O Anuário Brasileiro da Educação Básica 2018 – elaborado pelo Todos pela Educação (TPE) – traz o dado acerca dos anos de estudo da população do campo de 18 a 29 anos tendo um ano a mais atualizada que o Relatório do 2º ciclo de monitoramento das metas do plano nacional de educação – 2018. O gráfico 28 (elaborado pelo TPE) demonstra que no ano de 2017 a média de anos de estudos dos jovens do campo continuou crescente no Brasil em relação aos anos anteriores. A série histórica

demonstra que o Brasil cresceu a cada ano, desde 2012, uma média de 0,2 anos de estudo. Caso o país continue crescendo nessa progressão média em 2024 alcançaria 10,1 anos de estudos entre a população jovem do campo. Portanto para se conquistar a meta estabelecida de 12 anos de estudos será necessário um esforço maior do que está em curso desde 2012.

Gráfico 28 - Escolaridade média da população de 18 a 29 anos - Campo - Brasil - 2012-2017



A desagregação do indicador por regiões e unidades da federação revela que as regiões Norte e Nordeste são as que apresentam as menores médias de escolaridade, respectivamente, 7,8 e 8,0 anos de estudos, em 2016. Nessas regiões, também estão os estados com as menores médias de escolaridade para a população de 18 a 29 anos de idade.

No recorte de atuação da Sudene a menor escolaridade média da população de 18 a 29 anos residente no campo foi registrada pelo estado de Alagoas, com apenas 7,2 anos de estudo, em 2016. Empataram com segunda menor escolaridade para esse público, com 7,8 anos de estudo os estados da Paraíba, Pernambuco e Sergipe, conforme tabela 16.

Se no contexto dos dados nacionais será necessário aumentar os esforços para superar a média histórica de crescimento dos anos de estudos da população do campo de 18 a

29 anos, no caso dos estados da região de atuação da Sudene os esforços precisam ser ainda mais intensos, visto que a média do nordeste em 2016 foi, para este recorte, de 8 anos de estudos, contra 8,5 da média nacional.

Tabela 16 - Escolaridade média, em anos de estudo, da população de 18 a 29 anos residente no campo, por Brasil, Nordeste e região e unidades da Federação da Sudene – 2011- 2016

Brasil/Região/UF	Anos					
	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Brasil	7,3	7,6	7,8	8,1	8,3	8,5
Nordeste	6,9	7,2	7,4	7,8	7,9	8,0
Maranhão	7,0	7,2	7,4	8,2	8,1	8,1
Piauí	6,9	7,1	7,4	7,5	7,6	8,0
Ceará	7,7	7,8	8,2	8,5	8,4	8,6
Rio Grande do Norte	7,4	7,7	7,7	7,7	8,0	8,7
Paraíba	6,7	7,0	6,9	7,2	7,5	7,8
Pernambuco	6,1	6,5	7,2	7,1	7,6	7,8
Alagoas	6,4	6,8	6,7	7,2	7,3	7,2
Sergipe	6,4	6,9	7,1	7,6	7,6	7,8
Bahia	6,8	7,3	7,3	7,9	7,8	8,0
Sudeste	8,2	8,4	8,6	8,7	8,9	9,2
Minas Gerais	7,6	8,0	8,3	8,3	8,5	8,7
Espírito Santo	7,8	8,4	8,3	8,7	8,7	9,0

Fonte: Elaborada pela Dired/Inep com base em dados da Pnad/IBGE (2011-2015) e Pnad continua/IBGE (2016).

Ainda para o alcance da meta 8 do Plano Nacional de Educação torna-se necessário analisar o indicador 8C, que observa a "*escolaridade média, em anos de estudo, da população de 18 a 29 anos de idade pertencente aos 25% mais pobres (renda domiciliar per capita)*". A meta é alcançar, no mínimo, escolaridade média igual a 12 anos de estudos em 2024.

Em 2016, utilizando dados da Pnad-c, foi possível estimar em 8,4 anos a escolaridade média da população de 18 a 29 anos de idade pertencente aos 25% mais pobres. Esse valor posicionou o grupo 3,6 anos distante da meta de 12 anos de estudo que deve ser

alcançada até 2024 e distanciava-se mais ainda ao se comparar a escolaridade do grupo com os jovens e adultos entre 18 e 29 anos de idade pertencentes aos 25% de maior renda estimada, em 2016, que era de 12,2 anos.

A desagregação do indicador por grandes regiões e unidades da Federação demonstra que ocorreram avanços em todo País. Apesar disso, **algumas unidades registraram valores baixos quando comparadas às demais, especificamente Alagoas e Sergipe, com médias de 7,1 e 7,4 em 2016**, respectivamente.

A população negra (pretos e pardos) apresenta historicamente desvantagens em relação aos brancos no que tange à escolaridade. Como uma das formas de enfrentar tal desigualdade, a Meta 8D estabelece que a escolaridade de negros e não negros seja igualada até o final do período de sua vigência. No entanto, a escolaridade média da população negra com idade entre 18 e 29 anos era, em 2016, igual a 9,6 anos de estudo, enquanto que a da população não negra era de 11 anos. A análise do indicador por grandes regiões e unidades da Federação ajuda a compreender a distribuição das desigualdades pelo País. Nesse caso, a situação de menor desigualdade foi verificada em Sergipe, 95,6%, e Roraima, 94,6%. Já as situações de maior desigualdade foram registradas em Santa Catarina, 86,7%, e Alagoas, 87,3%.

Principais desafios encontrados – Modalidades de ensino

EJA integrada à Educação Profissional: No Brasil o percentual de matrículas da EJA na forma integrada à educação profissional é de apenas 1,5%, muito distante da meta estabelecida pelo PNE para 2024 (25%), sendo necessário aumentar em 23,5 pontos percentuais (p.p.) para o alcance da meta. O Nordeste registrou o percentual de 3,0%. Ao analisar os dados referentes às unidades da Federação, nota-se que, em 2017, os cinco estados que apresentaram os maiores percentuais das matrículas da educação de jovens e adultos na forma integrada à educação profissional pertencem à região Nordeste: Bahia (4,7%), Ceará (4,5%), Piauí (4,0%),

Pernambuco (3,1%) e Rio Grande do Norte (2,3%). Já os percentuais mais baixos desse indicador (menores de 0,3%) estão representados por unidades federativas de todas as regiões do País: Minas Gerais (0,2%), Paraná (0,2%), Mato Grosso do Sul (0,2%), Alagoas (0,1%) e Rondônia (0%).

Qualificação dos professores (EJA): A região Nordeste possui a menor taxa de professores da educação de jovens e adultos com nível superior, com 88,1% – o pior resultado para o NE se repete, assim como em todas as outras etapas da Educação Básica. Na área de atuação da Sudene os estados da Bahia (81,9%) e Maranhão (86,3%) são os que possuem percentual inferiores da média da região Nordeste.

Adequação da formação docente (EJA): Apenas 17,7% dos docentes do ensino Fundamental na EJA do Nordeste estão em adequação às suas formações. Trata-se do pior resultado entre as regiões do Brasil. No ensino médio o valor sobe para 44,9%, ficando em vantagem apenas em relação ao centro-oeste que tem 43,7% de adequação da formação docente. Na área de atuação da Sudene, os piores resultados de adequação da formação docente são: no EJA ensino fundamental: Maranhão (8,1%), Piauí (10,9%) e Ceará (11,9%) e no EJA Ensino médio: Pernambuco (40,5%), Ceará (40,8%) e Piauí (42,5%).

Educação Profissional e Tecnológica: A expansão do número de matrículas de EPT de nível médio no Brasil (Indicador 11A), desde o início da vigência do PNE até 2017, foi de 188.860 matrículas (de 1.602.946 em 2013 para 1.791.806 em 2017). Considerando o propósito da Meta 11 de triplicar o número de matrículas de EPT de nível médio observado no início da vigência do PNE, a expansão ocorrida representa 5,9% da meta a ser atingida até 2024 (acrécimo de 3.205.892 de matrículas).

Educação Profissional e Tecnológica: Em relação à participação do segmento público em pelo menos 50% da expansão das matrículas de EPT de nível médio (Indicador 11B), verifica-se que, das 188.860 matrículas criadas no período de 2013 a 2017, 82,2% (155.244) foram no segmento público, superando, portanto, a meta.

Contudo, essa participação relativa do setor público na expansão se deve, em parte, à redução das matrículas no setor privado entre os anos de 2015 e 2017.

Educação Profissional e Tecnológica: A expansão acumulada de matrículas de EPT no segmento público (Indicador 11C) de 2013 (ano de referência) a 2017, totalizou 17,2%, enquanto no setor privado foi de 4,8%.

População de 18 a 29 anos (escolaridade): Em 2016, a média de escolaridade para os jovens de 18 a 29 anos de idade no Brasil era de 10,2 anos. Jovens de 18 a 29 anos das regiões Norte e Nordeste possuem menor escolaridade que os residentes nas demais regiões, apresentando diferenças superiores a 1 ano de estudo na média de escolaridade.

Educação do Campo (escolaridade): A população de 18 a 29 anos de idade residente no campo apresentou, em 2016, escolaridade média de apenas 8,5 anos de estudo, valor 3,5 anos distante do estabelecido como meta pelo plano para o ano de 2024 e 2 anos inferior à média registrada entre os que viviam nas áreas urbanas. No recorte de atuação da Sudene a menor escolaridade média da população de 18 a 29 anos residente no campo foi registrada pelo estado de Alagoas, com apenas 7,2 anos de estudo. Empataram com segunda menor escolaridade para esse público, com 7,8 anos de estudo os estados da Paraíba, Pernambuco e Sergipe.

Sugestão de recortes prioritários:

1) Recorte EJA

Localidades:

Alagoas (0,1%) e Minas Gerais (0,2%) - menores percentuais de EJA integrada à Educação Profissional;

professores da EJA com nível superior - menores taxas Bahia (81,9%) e Maranhão

(86,3%) ;

adequação da formação docente na EJA ensino fundamental com menores taxas - Maranhão (8,1%), Piauí (10,9%) e Ceará (11,9%) e no EJA Ensino médio: Pernambuco (40,5%), Ceará (40,8%) e Piauí (42,5%).

EJA integrada à educação profissional - apesar do Nordeste apresentar os maiores percentuais de matrículas do Brasil (em 2017 com 3,0%), está longe da meta de 25% do PNE. O foco maior deve ser dado a Minas Gerais (0,2%), Alagoas (0,1%) e Maranhão (0,7%) que estão entre os menores percentuais do país.

2) Recorte Educação Profissional e Tecnológica

Localidades:

funções docentes da Educação Profissional com curso superior - taxas inferiores a média do Nordeste são Maranhão (61,2%) Alagoas (65,8%), Piauí (71,4%) e Ceará (75,8%).

3) Recorte Educação do Campo

Localidades:

menor escolaridade média da população de 18 a 29 anos residente no campo - Alagoas, com apenas 7,2 anos de estudo, Paraíba, Pernambuco e Sergipe, todos com 7,8 anos de estudo.

1.4. Educação Superior

Dentre os 10 principais objetivos do Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste (PRDNE) está o fortalecimento do processo de interiorização do ensino superior. No mais recente censo da educação superior publicado (2017) os dados atualizados

demonstram que o Brasil possui atualmente 296 Instituições de Ensino Superior (IES) públicas e 2.152 IES privadas. De acordo com o atual Plano Nacional de Educação (PNE), a taxa bruta de matrículas no ensino superior (número total de estudantes matriculados, independentemente da idade divididos pela população de 18 a 24 anos) precisa chegar a 50% até 2024. Atualmente, está em 34,6%.

É inegável que todo processo de interiorização, somado aos programas de ampliação de acesso ao ensino superior como o Programa Universidade para Todos (ProUni), o Programa de Financiamento Estudantil (Fies), o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), o aumento da oferta de cursos superiores a distância e as políticas de cotas trouxeram importantes conquistas e exerceram relevante papel no processo de inclusão ao ensino superior.

Quando verificamos o quantitativo de matrículas em cursos de graduação por região geográfica, o Censo da Educação Superior 2010 e 2017 mostrou que houve crescimento nas Regiões Norte, Nordeste, Sul e Centro-Oeste. Em contrapartida, houve queda na Região Sudeste (tabela 17).

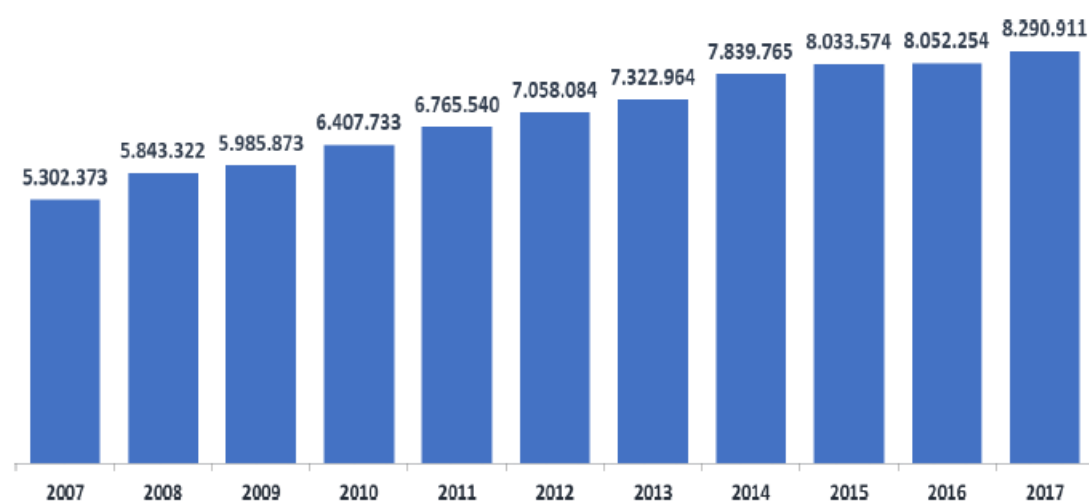
Tabela 17 - Distribuição e participação percentual de matrículas em cursos de graduação presenciais por Região Geográfica – 2017

Unidade da Federação / Categoria Administrativa	Total 2010	% 2010	Total 2017	% 2017
Brasil	5.449.120	100%	8.286.663	100%
Norte	352.358	6,5%	673.777	8,1%
Nordeste	1.052.161	19,3%	1.746.656	21%
Sudeste	2.656.231	48,7%	3.705.394	44,7%
Sul	893.130	16,4%	1.388.211	16,7%
Centro-Oeste	495.240	9,1%	772.300	9,3%

Fonte: Elaboração própria com base nos Censos da educação superior do INEP

É fato que nos últimos 15 as matrículas em cursos superiores (presenciais e a distância) quase triplicaram de 3.036.113, em 2001, passaram para 8.290.911, em 2017. A atualização dos dados de matrícula, trazidas pelo censo da educação superior²⁷, demonstram que entre 2007 e 2017, a matrícula na educação superior aumentou 56,4%, sendo a média de crescimento anual (nos últimos 10 anos) de 4,6%, no entanto de 2016 para 2017 a variação positiva foi de 3,0%, apresentando um crescimento menor que a média (Gráfico 29).

Gráfico 29 - Número de Matrículas na Educação Superior (Graduação e Sequencial) – 2007-2017



Fonte: INEP - Censo da educação superior 2017

Cabe ainda acrescentar que em 2017 as matrículas na rede privada (75,3%) foram bem maiores que na rede pública (24,7%), o que se justifica pelo enorme crescimento de unidades da rede privada, descrito anteriormente. Na educação básica mais de 70% dos alunos estudam na rede pública e na mudança para o nível superior esse percentual médio passa a ser na rede privada. Torna-se relevante analisar que o crescimento da rede privada pode demonstrar indicadores preocupantes em relação à qualidade da educação básica brasileira. Sendo o processo de seleção das faculdades privadas menos rigoroso que o das públicas, os estudantes que possuem menores aprendizados acadêmicos muitas vezes só conseguem acessar as faculdades e universidades particulares quando almejam um curso superior. Trata-se de um cenário

²⁷ Cf.

http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2018/censo_da_educacao_superior_2017-notas_estatisticas2.pdf

preocupante, pois retrata diversos problemas que exigem políticas públicas e empenho para solucioná-los, tais como:

1) baixa qualidade da educação pública no ensino médio – que deixa o jovem (principalmente os de baixa renda) com poucas condições de concorrência às universidades públicas. Cabe lembrar que nos dados trazidos anteriormente pelo eixo educacional do Ensino médio, os estudantes brasileiros matriculados no 3º ano do ensino médio possuem proficiência insuficiente tanto em Língua Portuguesa quanto em matemática para aquela etapa de ensino. Apenas 5% dos estudantes do país apresentaram aprendizagem adequada em português e 7% em matemática. O desafio da qualidade do Ensino Superior só começará a ser resolvido quando o País produzir egressos do Ensino Médio com um nível de aprendizagem adequado.

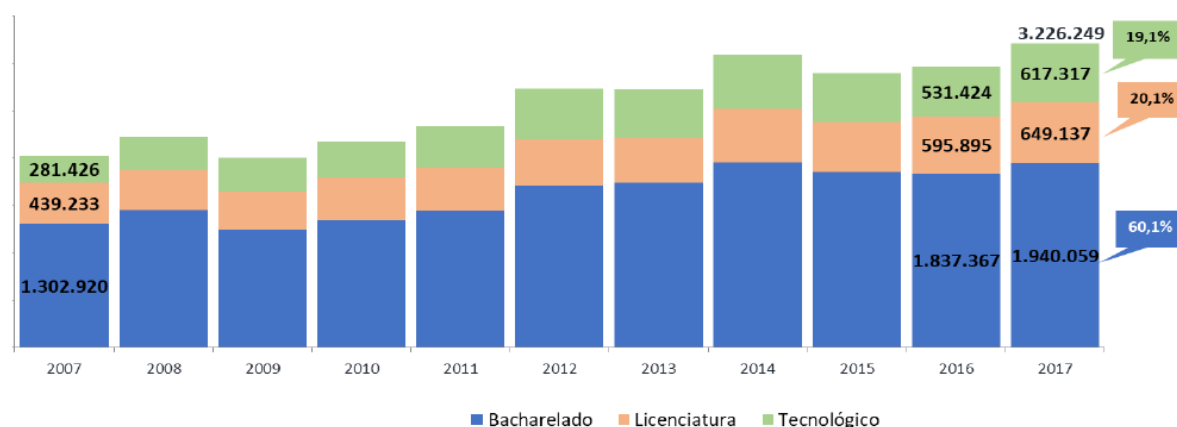
2) Baixa qualidade dos recursos humanos formados na maioria das IES privadas, pois ao receber egressos da educação básica com dificuldades acadêmicas, muitas IES desqualificam os critérios de exigência nos processos avaliativos de seus programas, a fim de garantir a permanência do aluno (cliente), baseando-se a concepção de universidade calcada em princípios mercantilistas e produtivistas e oferecendo a estes padrões mínimos de qualidade. É importante reconhecer que existem IES tanto privadas quanto públicas de excelência no Brasil, mas essas são exceções quando comparadas com a maioria ofertada. O progresso de uma nação depende em grande parte da quantidade e da qualidade de intelectual de seu povo, e isso está diretamente relacionado à qualidade do Ensino Superior.

3) Dificuldades de permanência dos jovens que ingressam nas IES privadas e muitas vezes são advindos de escolas públicas, portanto são estudantes socialmente vulneráveis, com dificuldades de manter-se durante quatro ou cinco anos pagando faculdade, e falta de condições de permanência, tais como: transporte, moradia estudantil, recursos para a alimentação, assistência médica, bolsas de estudo e pesquisa, dentre outras. Acrescenta-se a isso o agravante dos jovens terem menos acesso ao emprego e renda no atual cenário brasileiro. Os desafios do ensino superior se tornam ainda mais contundentes em tempos de crise no cenário nacional – quando as instituições educacionais sofrem com cortes de verbas e programas do governo,

diminuição da disponibilidade de recursos para financiamento estudantil, evasão de alunos, inadimplência, aumento da taxa de desemprego, dentre outros problemas.

Na análise em relação ao grau acadêmico, no período de 2007 a 2017, o grau tecnológico registrou o maior crescimento em termos percentuais: 119,4%. Apesar disto, os cursos de bacharelado continuar concentrando a maioria dos ingressantes da educação superior (60,1%), seguidos pelos cursos de licenciatura (20,1%) e de tecnólogos (19,1%), conforme gráfico 30. Entre 2016 e 2017 houve um aumento no número de ingressantes no grau de bacharelado (5,6%). O grau de tecnológico apresentou a maior variação positiva com 16,2% de ingressantes em 2017. Já os cursos de licenciatura registraram uma alta de 8,9% nesse período (2016 – 2017).

Gráfico 30 - Número de Ingressos em Cursos de Graduação, por Grau Acadêmico – 2007-2017



Fonte: Censo da educação Superior 2017 – INEP

Diversos estudos demonstram que as vagas atualmente disponíveis nas IES são superiores ao número de egressos do último ano no ensino médio, o que aponta para universalização na oferta desse nível de ensino, mas não no acesso. Infelizmente é possível concluir que a baixa qualidade do Ensino Fundamental e Médio é o principal problema para o reduzido número de jovens brasileiros matriculados em universidades. Mais uma vez, o desafio até do ensino superior no Brasil aponta para a necessidade de mais políticas e investimentos na educação básica. Uma educação de baixa qualidade reduz as chances de nossos estudantes maximizarem o seu potencial, submetendo-os à marginalidade, a subempregos ou a trabalhos manuais de pouco valor agregado, levando assim o país inteiro para o mesmo destino.

1.5. Levantamento de cursos voltados para atendimento das necessidades de capacitação rural

O presente subitem prevê o levantamento, por estado, das experiências de cursos de extensão/formação ofertados pelas IFE's, INSA, SENAR, Embrapa, entre outros, voltados para atendimento das necessidades de capacitação rural. Segundo Dados do Censo Agropecuário 2017 (IBGE, 2018), o Brasil possui cerca de 5 milhões de produtores rurais e destes cerca de 23% não sabe ler e escrever, o que corresponde a mais de 1 milhão de produtores analfabetos. Essa realidade se agrava ainda mais em alguns estados brasileiros, a exemplo de Alagoas que tem mais de 46% dos produtores sem saber ler ou escrever. Nesse sentido, é preciso alertar que muitas das formações profissionais e técnicas oferecidas aos produtores pelas instituições qualificadas na prestação do serviço exigem como requisito mínimo que o produtor seja alfabetizado – o que exclui o percentil que mais precisa de apoio e qualificação.

Cabe analisar que o debate acerca da assistência técnica e extensão rural (ATER) possuem vasto referencial ao longo das diferentes fases históricas do país, de forma que as políticas de extensão rural foram se adaptando a cada momento vivido no Brasil.

A Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – PNATER – foi criada com o objetivo de viabilizar uma atuação mais justa da ATER em âmbito nacional, em que a mesma, através de uma melhor estrutura e capacitação de profissionais, pudesse melhorar seus serviços principalmente junto a agricultores familiares (ALMEIDA *et al*, 2017). Segundo a PNATER o sistema nacional de Ater deve alocar os recursos financeiros para assegurar a universalização da oferta de serviços de Ater pública, gratuita e de qualidade a todos os agricultores familiares do país (MDA, 2004). Nesse sentido o MDA deve incluir no Plano Plurianual - PPA e no Orçamento Geral da União - OGU o volume de recursos necessários para viabilizar as ações de Ater requeridas pela Agricultura Familiar, indispensáveis à implementação e continuidade da oferta de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural, em suas várias modalidades (voltada para agricultores familiares, assentados, quilombolas, pescadores artesanais, povos indígenas e outros).

É importante reforçar o viés inclusivo que a PNATER se propõe e garantir uma real acessibilidade do produtor rural familiar, na medida em que se urge adaptabilidade e flexibilização nos requisitos de ingresso nos cursos de formação e capacitação. Busca-se com isso dizer que – em tendo o Brasil mais de 25% dos produtores rurais analfabetos – os sistemas de capacitação precisam adaptar-se a esta realidade no processo da oferta de formação profissional e técnica dos produtores, se verdadeiramente possuem a missão de colaborar com avanços sociais no campo.

Ao analisar os cursos de formação profissional e formação técnica oferecidos pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR, por exemplo, é possível perceber nos cursos de formação profissional o requisito mínimo é que o produtor seja alfabetizado. Os cursos técnicos vão além dessas exigências, pois foca na oferta de cursos técnicos de nível médio e nível superior de tecnologia, além do fato dos cursos serem oferecidos à distância, metodologia que de partida já exclui os que não são incluídos no mundo digital. Esse recorte não alcança os pequenos produtores rurais que mais precisam de assistência, deixando-os à margem de um serviço público necessário à continuidade de sua atividade enquanto produtor rural. Atualmente o Senar oferece 60 cursos²⁸ à distância, destinados a todos os estados brasileiros.

- AGRICULTURA DE PRECISÃO (7 cursos oferecidos)
- CAMPO SUSTENTÁVEL (3 cursos oferecidos)
- CAPACITAÇÃO TECNOLÓGICA (33 cursos oferecidos)
- EMPREENDEDORISMO E GESTÃO DE NEGÓCIOS (1 curso oferecido)
- GESTÃO DE RISCOS (4 cursos oferecidos)
- INCLUSÃO DIGITAL (7 cursos oferecidos)
- MINHA EMPRESA RURAL (1 curso oferecido)
- PRODUÇÃO VEGETAL (2 cursos oferecidos)

²⁸ Cf. <http://ead.senar.org.br/cursos/>

- QUALIDADE DE VIDA (2 cursos oferecidos)

Cabe destacar que os cursos técnicos oferecidos também possuem escolaridades mínimas exigidas maiores que as possuídas pela maioria dos produtores rurais observados a partir dos dados do censo agropecuário. O curso de formação inicial de agricultor familiar (160 horas) do Instituto Federal do Ceará, por exemplo, exige o ensino fundamental do 1º ao 5º ano completo em um contexto de mais de 40% dos produtores sendo analfabetos. Esse é apenas um exemplo recorrente em todos os contextos dos cursos técnicos, de qualificação continuada ou inicial oferecidos por todos os estados analisados, demonstrando, portanto, um visível processo de exclusão social aos que mais precisam.

Após a observação de diversas redes capazes de oferecer capacitação profissional e técnica ao trabalhador do campo **é possível inferir a necessidade de maiores investimentos do governo justamente para os produtores que mais precisam da assistência técnica, são aqueles ligados a agricultura familiar, com baixa escolaridade – muitas vezes invisíveis às grades oferecidas pelas instituições aptas ao ensino e assistência técnica rural. Estes são notadamente os que menos recebem apoio sendo os que mais dele precisam.**

CAPÍTULO 3 - DIRETRIZES, PRIORIDADES E AÇÕES PARA O PRDNE

As diretrizes educacionais propostas ao novo PRDNE pelo presente documento estão ancoradas nos próprios princípios norteadores do atual PRDNE, que são: o da participação social, o da seletividade, o de que não há um único caminho para o desenvolvimento, o da necessidade da integração horizontal e vertical.

É com base nesses princípios que as prioridades adiante elencadas sinalizam a necessidade de melhoria dos resultados educacionais mais críticos vividos pelos estados de atuação da Sudene, de forma a superar as desigualdades regionais vividas no Nordeste e, inclusive, intraregionalmente. Nesse sentido, o presente documento consolida, na tabela 18, os eixos educacionais prioritários propostos ao PRDNE, considerando todas as etapas e modalidades de ensino da Educação Básica. Em resumo, as prioridades podem ser categorizadas em 18 focos de necessidades mais prementes, que se distribuem em linhas de ação, nas diferentes etapas e modalidades, a saber:

1. Aumentar taxa de frequência;
2. Melhorar adequação de formação docente;
3. Reduzir taxas de distorção idade-série;
4. Aumentar o percentual de professores com curso superior;
5. Aumentar a taxa de cobertura líquida;
6. Melhorar competências em leitura e interpretação de textos (língua portuguesa);
7. Melhorar competências em matemática;
8. Reduzir abandono;
9. Melhorar resultados de IDEB;
10. Aumentar taxa de cobertura líquida para população dos 15 aos 17 anos;
11. Aumentar o percentual de acesso em idade adequada ao ensino médio;

12. Aumentar os percentuais de EJA integrada à Educação Profissional;
13. Aumentar percentuais de matrículas da EJA integrada à educação profissional;
14. Reduzir os índices de analfabetismo dos estados mais vulneráveis;
15. Reduzir analfabetismo entre os jovens de 15 a 29 anos;
16. Reduzir analfabetismo na área rural;
17. Reduzir analfabetismo em grupos regionais em vizinhança que possuem altas taxas de analfabetismo (Bolsões de Analfabetismo);
18. Aumentar a média de anos de estudos da população de 18 a 29 anos residente no campo.

Dessa forma, a atuação deve ser orientada pela diretriz que reconhece a importância de reduzir as diferenças mais gritantes dos indicadores educacionais em todas as suas fases e modalidades, de forma a melhorar seus resultados e promover maior igualdade intraregional e promover a convergência e o equilíbrio regional.

Tabela 18 - Matriz de eixos educacionais prioritários propostos ao PRDNE

Etapas e modalidades	Fases	público prioritário (faixa etária)	Espacialidade (estado/região) prioritária	Recorte de classificação de domicílio (urbano/rural/semiárido)	FOCO
Educação infantil	Creche	0 a 3 anos	Alagoas, Sergipe, Piauí e Pernambuco - menores taxas de frequência a creche	Urbano e Rural	Aumentar taxa de frequência
			Maranhão, Pernambuco e Alagoas	Urbano e Rural	Melhorar adequação de Formação docente
	Pré-escola	4 e 5 anos	Alagoas, Pernambuco, Sergipe e Espírito Santo - menores taxas de frequência a pré-escola	Rural	Aumentar taxa de frequência
Ensino Fundamental	E.F. Anos iniciais e finais		Sergipe (28,9%), Bahia (28,5%), Alagoas e Piauí (ambos com 24,8%)	Urbano e Rural	Reduzir taxas de distorção idade-série
			Maranhão, Alagoas e Bahia	Urbano e Rural	Aumentar o percentual de professores do ensino

					fundamental com curso superior
			Alagoas	Urbano e Rural	Aumentar a taxa de cobertura líquida de 97% para 100%
Ensino Fundamental	E.F. Anos iniciais		Maranhão e Pernambuco	Urbano e Rural	Melhorar adequação da formação docente
			Maranhão (29%), Sergipe (32%), Rio grande do Norte (35%), Alagoas (39%), Paraíba (39%), Bahia (40%), Pernambuco (42%) e Piauí (42%).	Urbano e Rural	Melhorar competências em leitura e interpretação de textos (língua portuguesa)
			Maranhão (16%), Rio Grande do Norte (21%) e Sergipe (21%)	Urbano e Rural	Melhorar competências em matemática
	E.F. Anos Finais		Paraíba (6,2%), Bahia (5,8%) e Alagoas (5,6%).	Urbano e Rural	Reduzir abandono nos anos finais
			Paraíba (7,3%), Bahia (6,9%), Rio Grande do Norte (6,8%), Sergipe (6,5%), Maranhão (5,1%) e Piauí	Rural	Reduzir abandono dos anos finais do E.F. nas áreas rurais

			(4,1%)		
			Sergipe (49,0%)	Rural	Reduzir taxas de distorção idade-série nas áreas rurais
			Maranhão, Bahia e do Ceará	Urbano e Rural	Melhorar adequação da formação docente
			Maranhão, Sergipe e Bahia	Urbano e Rural	Melhorar resultados de IDEB
			Maranhão (16%), Bahia (21%) e Sergipe (22%).	Urbano e Rural	Melhorar competências em leitura e interpretação de textos (língua portuguesa)
			Maranhão (5%), Bahia, Paraíba e Sergipe (8%), Rio Grande do Norte (9%), Pernambuco (10%), Alagoas (11%) e Piauí (12%)	Urbano e Rural	Melhorar competências em matemática
Ensino Médio	----	15 a 17 anos	Alagoas (86,8%) Ceará e Espírito Santo (Alagoas ambos com 88,7%) e Paraíba (88,8%)	Urbano e Rural	Aumentar taxa de cobertura líquida para população dos 15 aos 17 anos

			Sergipe (54,3%), Bahia (58,5%) e Alagoas (59,7%)	Urbano e Rural	Aumentar o percentual de acesso em idade adequada ao ensino médio
			Paraíba (11,2%), Sergipe (10,5%), Piauí (9,5%) e Rio grande do Norte (9,2%)	Urbano e Rural	Reduzir abandono
			Piauí (16,6%) e Sergipe (13,2%) abandono na localidade rural	Rural	Reduzir abandono
			Bahia (43,8%), Sergipe (43%) e Rio Grande do Norte (42,4%)	Urbano e Rural	Reduzir taxas de distorção idade-série
			Piauí (54,5%) e Sergipe (53,6%)	Rural	Reduzir taxas de distorção idade-série
			Alagoas (85,8%), Piauí (87,5%), Ceará (88,5%), Bahia (89,1%) e Paraíba (89,8%)	Urbano e Rural	Aumentar o percentual de professores com curso superior
			Bahia (38,1%), Pernambuco (48,4%) e Maranhão (52,8%)	Urbano e Rural	Melhorar adequação de Formação docente

			Bahia (nota 3), Rio Grande do Norte (nota 3,2), Alagoas, Maranhão e Paraíba (todos com nota 3,5)	Urbano e Rural	Melhorar IDEB
			Todos os estados de atuação da Sudene	Urbano e Rural	Melhorar aprendizagem em português e matemática
Educação de Jovens e Adultos	----	15 aos 29 anos	Alagoas (0,1%) e Minas Gerais (0,2%)	Urbano e Rural	Aumentar os percentuais de EJA integrada à Educação Profissional
			(81,9%) e Maranhão (86,3%);	Urbano e Rural	Aumentar o percentual de professores com curso superior
			Maranhão (8,1%), Piauí (10,9%) e Ceará (11,9%)	Urbano e Rural	Melhorar adequação da formação docente na EJA ensino fundamental
			Pernambuco (40,5%), Ceará (40,8%) e Piauí (42,5%)	Urbano e Rural	Melhorar adequação da formação docente na EJA ensino médio
			<u>Minas Gerais</u> (0,2%), <u>Alagoas</u> (0,1%) e Maranhão (0,7%)	Urbano e Rural	Aumentar percentuais de matrículas da EJA integrada à

					educação profissional
			Alagoas (com 18,2% de analfabetos), Maranhão (16,7%), Piauí (16,6%) e Paraíba (16,5%)	Urbano e Rural	Reduzir os índices de analfabetismo dos estados mais vulneráveis
			Pernambuco (18,9%), Sergipe (18,6%), Maranhão (22,3%) e Alagoas (29,4%).	Urbano e Rural	Reduzir analfabetismo entre os jovens de 15 a 29 anos
			Alagoas (38,2%), Piauí (35,7%), Paraíba (34,6%), Pernambuco (33,4%), Sergipe (33,1%), Ceará (32,2%), Rio grande do Norte (31,7%) e Maranhão (30,8%).	Rural	Reduzir analfabetismo na área rural
			Lista dos municípios do mapa 3, localizados nos estados de Alagoas, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe.	Urbano e Rural	Reduzir analfabetismo em grupos regionais em vizinhança que possuem altas taxas de analfabetismo (Bolsões de Analfabetismo)
Educação Profissional e Tecnológica			Maranhão (61,2%), Alagoas (65,8%), Piauí (71,4%) e Ceará (75,8%).	Urbano e Rural	Aumentar o percentual de professores com curso superior

Educação do Campo			<u>Alagoas</u> (7,2 anos de estudo), <u>Paraíba</u> , <u>Pernambuco</u> e <u>Sergipe</u> , todos com 7,8 anos de estudo	Rural	Aumentar a média de anos de estudos da população de 18 a 29 anos residente no campo
--------------------------	--	--	---	-------	---

CAPÍTULO 4 - EVIDÊNCIAS, PROPOSTAS, PLANO DE AÇÃO E OPORTUNIDADES

A Matriz de Marco Lógico que compõe o presente capítulo foi elaborada no âmbito do produto 3 da presente consultoria e foi construída a partir da sistematização e priorização dos problemas centrais de cada eixo educacional analisado no diagnóstico educacional do Nordeste (produto 2). Com base na **árvore de problemas** e nas **evidências** de experiências bem sucedidas relacionadas à solução de problemas de natureza similar, foi construída uma árvore de objetivos (gerais e específicos) de cada eixo educacional.

Nesse sentido, trata-se da demonstração do processo metodológico construído até o alcance da última matriz de marco lógico apresentada no último capítulo deste produto 6. As evidências apresentadas foram trazidas a partir de estudos de casos e de publicações ou avaliações de pesquisas que apontam soluções já testadas ou avaliadas anteriormente no Brasil. Nesse sentido, foram aqui listadas como forma de apoiar futuras trocas de experiências entre os estados para realização de ações previstas no PRDNE.

A tabela 19 representa o início do processo da teoria de mudança, que começa quando são identificados os problemas e definidas as metas de longo prazo, assim como o trabalho e as condições necessárias para se alcance dos resultados esperados. Esses elementos mapeados darão base para identificar quais tipos de ações ou intervenções devem ser previstas como precondições para atingir a meta e colaborar com a mudança de cenários.

Tabela 19 - RESUMO DA MATRIZ LÓGICA A PARTIR DAS ÁRVORES DE PROBLEMAS E DE OBJETIVOS

EIXO	PROBLEMA CENTRAL	OBJETIVO CENTRAL	CAUSAS DO PROBLEMA CENTRAL	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	EVIDÊNCIAS
1. ANALFABETISMO	A) Altos índices de analfabetismo e de analfabetismo funcional da população com 15 anos ou mais no Nordeste	B) Erradicar o analfabetismo absoluto e de analfabetismo funcional da população com 15 anos ou mais no Nordeste	A.1) Poucas políticas educacionais e investimentos em EJA (desatenção à EJA);	B.1) Ampliar a abrangência e os investimentos das políticas de EJA para alcance dos grupos mais excluídos nas áreas com índices persistentes de analfabetos;	Escola Agrotécnica Federal de Cáceres (MT) – associa alfabetização e educação de jovens e adultos a cursos de qualificação (inicial e continuada) para o trabalho dando sentido ao processo de aprendizagem e garantindo a permanência. Prefeitura de Osasco (SP) – associa EJA à iniciação profissional de jovens com cursos e programas ligados ao primeiro emprego. Projeto de EJA em Divinópolis (MG) – Metodologia em que a vivência dos educandos é subsídio para o planejamento dos conteúdos, além de trabalhar a partir da Pedagogia de Projetos
			A.2) Baixa adesão pelos analfabetos aos programas existentes, pela vergonha e crença de sua incapacidade para aprender;	B.2) Fomentar / Estimular a adesão dos analfabetos nos programas e Alfabetização e EJA;	
			A.3) Abandono da escola pelos mais pobres frente a necessidade de trabalhar o sustento;	B.3) Associar Programas de EJA às empresas contratantes dos analfabetos e analfabetos funcionais;	
			A.4) Métodos e práticas aplicadas na EJA	B.4) Ajustar conteúdos e métodos da alfabetização	

			descontextualizados às peculiaridades do nordeste.	de jovens e adultos à realidade do Nordeste.	
2. EDUCAÇÃO INFANTIL	A) Baixos acesso e qualidade na atenção à primeira infância no Nordeste	B) Ampliação do acesso e melhoria da qualidade na atenção à primeira infância no Nordeste	A.1) Baixa cobertura de creches e nos cuidados com a primeira infância para as crianças mais pobres de 0 a 3 anos;	B.1) Fortalecer as políticas de estímulo aos estados e municípios na ampliação da cobertura de creches e de cuidados com a primeira infância;	Programa de Apoio ao Desenvolvimento Infantil – Padin (CE) – Metodologia do programa composta por visita domiciliar, encontros comunitários e coletivos, formação inicial e continuada e distribuição de material didático. O compromisso dos estados e municípios e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários são destaques. Programa Mãe Coruja Pernambucana – modelo intersetorial envolvendo várias secretarias estaduais, municipais e outros parceiros, para atenção à mãe gestante e
			A.2) Visão desintegrada de atenção à primeira infância;	B.2) Articular uma ampla rede de integração regional de ações à primeira infância entre as diferentes instituições governamentais e sociais;	
			A.3) Falta de universalização no acesso à pré-escola às crianças de 4 a 5 anos	B.3) Garantir Vagas e realizar busca ativa das crianças de 4 a 5 anos para matrícula na pré-escola;	

			A.4) Baixa qualificação dos professores na educação infantil.	B.4) Melhorar a formação dos profissionais da educação infantil para a qualificação à atuação junto a este nível de ensino, considerando suas peculiaridades	à criança desde a gestação. PIM – Primeira Infância Melhor (RS) - Ação transversal de promoção do desenvolvimento integral na primeira infância, por meio de visitas domiciliares e comunitárias a famílias em risco, fortalecendo as competências para o cuidado das crianças. Residência Docente para formação de professores em exercício (Feira Nova/PE) - Forma professores e alunos através de práticas pedagógicas inovadoras alinhadas ao projeto de formação continuada e desenvolve atividades extensionistas nas escolas para mitigar problemas do cotidiano.
3. ENSINO FUNDAMENTA	A) Baixa qualidade do ensino fundamental	B) Melhoria da qualidade do ensino	A.1) Baixos níveis de valorização e qualificação dos profissionais do ensino	B.1) Apoiar a valorização e qualificação dos profissionais do ensino	Matemática para todos surge a partir de diferentes linguagens – o projeto

L	no Nordeste	fundamental no Nordeste	fundamental;	fundamental;	"Festival de curtas, uma viagem às mil e uma noites" levou estudantes a resolverem coletivamente um desafio matemático presente na obra escolhida usando os contos para explicar equações do primeiro grau, operações com números racionais, entre outros Educação aplicada à vida no sertão –na Paraíba – o projeto "Uma solução alternativa para o tratamento simplificado da água" demonstra que o ensino contextualizado à solução das problemáticas vividas no dia-a-dia da população traz sentido aos conteúdos ampliando a compreensão dos estudantes e, consequentemente, sua motivação para aprender. Desenvolveu-se a competência 2 da BNCC, que é o Pensamento científico, crítico e criativo.
			A.2) Distorção idade-série;	B.2) Realizar programas de aceleração para os alunos em atraso escolar;	
			A.3) Fragilidade nas implementações das propostas pedagógicas das redes;	B.3) Promover ações de fortalecimento das propostas pedagógicas nas redes;	
			A.4) Pouca infraestrutura nas escolas sem bibliotecas, laboratórios e banda larga.	B.4) Melhorar a infraestrutura das escolas com bibliotecas, laboratórios e banda larga.	

					Salvador tem experiência que garante a preservação e valorização patrimonial da escola – o projeto “Seja bem-vindo e volte sempre! Ajuda a conservar o patrimônio escolar e educar estudantes sobre a preservação do espaço público. Dessa forma, foi trabalhada a competência 3 da BNCC ligada ao repertório cultural dos estudantes. Curiosidade científica é estimulada no 4º ano do ensino fundamental a partir de experiência prática - Na cidade de Pinhal Grande (RS), os banheiros infestados por insetos de uma escola levou a professora do 4º ano a explorar a pesquisa científica com seus alunos, de forma que puderam aprender noções de metodologia de pesquisa e testaram hipóteses práticas para entender o que causou a infestação. Fábulas favorecem alfabetização de crianças - o
--	--	--	--	--	---

					projeto começou com fábulas clássicas, evoluiu para lendas da região, até trabalhar a autoria própria das crianças, usando diferentes linguagens e melhorando o processo de alfabetização, explorando tópicos como vocabulário e separação silábica Sobral (CE) - foco na aprendizagem dos estudantes, apoiando o trabalho do professor em sala de aula, com formações mensais em serviço, alinhadas ao material didático; monitorando os resultados de aprendizagem dos estudantes. Arranjos de Desenvolvimento da Educação (ADE), metodologia homologada pelo MEC que favorece o trabalho colaborativo entre Secretarias de Educação de municípios próximos geograficamente. para a melhoria dos
--	--	--	--	--	---

					indicadores da Educação.
4. ENSINO MÉDIO	A) Baixa qualidade do ensino médio no Nordeste	B) Melhoria da qualidade do ensino médio no Nordeste	A.1) Modelo de ensino médio desinteressante ao atual contexto juvenil;	B.1) Ensino médio aderente a realidade dos jovens e adaptado à vida no século XXI;	Aplicativo para a saúde do jovem da Bahia – uma Incubadora de projetos para a construção do jogo digital exercitou a curiosidade de estudantes interessados em programação para criar um game que ajudasse os jovens a refletir sobre a saúde Experimentação robótica fortalece o ensino de física no ensino médio – na atividade o professor de física coordena fundamentos da robótica no contraturno escolar para criar soluções que podem ser úteis à sociedade, além dos alunos produzirem artigos científicos, trabalhando não apenas física, como também leitura e escrita. O Programa Meu Primeiro Negócio –evidencia que a inserção de experiências práticas ligadas ao mundo do
			A.2) Distorção idade-série;	B.2) Desenvolver políticas de correção de fluxo para estudantes com distorção idade série;	
			A.3) Ensino médio desconectado da realidade sócio econômica dos jovens e do mundo do trabalho;	B.3) Promover um ensino médio que desenvolva competências para o mundo do trabalho;	
			A.4) Qualificação dos professores não dialogam com os contextos juvenis;	B.4) Apoiar a valorização e a qualificação dos profissionais do ensino médio.	

					trabalho empodera os jovens para posteriores vivências profissionais, tornando-os mais seguros e capacitados à cultura empreendedora. Melhores práticas em escolas de ensino médio no Brasil (Ceará, São Paulo, Paraná e Acre) - aprendizagem como foco; expectativas elevadas sobre o desempenho dos alunos; elevado senso de responsabilidade dos docentes em relação ao sucesso dos alunos; normas de convivência claras, aceitas e incorporadas à dinâmica da escola; preservação e otimização do tempo escolar; trabalho em equipe e lideranças reconhecidas; clima harmonioso; a escola como um lugar agradável para ensinar e aprender; autonomia e criatividade por parte da equipe escolar. Educação integral torna Pernambuco referência nacional - O programa foi
--	--	--	--	--	---

					gerado a partir de uma experiência feita em parceria com o Instituto de Co-responsabilidade Educacional (ICE), em 2007, com 20 centros de ensino experimental. Houve reestruturação do quadro docente, que passaram a trabalhar em regime exclusivo; disciplinas eletivas que envolvam temas recorrentes e necessários para a vida em sociedade, como Sociologia, Filosofia, Direitos Humanos e Empreendedorismo. Há também a possibilidade de realizar cursos de robótica ou jogos digitais. Além disso, as escolas contam com parcerias de empresas que contribuem com a concessão de materiais usados em determinadas disciplinas, ou que dão apoio financeiro.
5.1. EDUCAÇÃO	A) Baixa qualificação	B) Promover	A.1) Analfabetismo e Baixo	B.1) Ofertar qualificação	Programa de qualificação

PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA (EPT) – Formação Inicial e Continuada ou Qualificação Profissional	profissional entre os jovens e as populações socialmente mais vulneráveis do Nordeste	qualificação profissional aos jovens e às populações mais vulneráveis à inserção econômica e social dessa fatia de nordestinos	nível de escolaridade da população adulta	profissional para os analfabetos e pessoas com baixa escolaridade	profissional desenvolvido por um grupo empresarial sucroalcooleiro localizado no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba – associa acompanhamento social, psicológico e apoio financeiro para possibilitar os trabalhadores rurais se qualificarem
			A.2) Juventude pouco estimulada aos cursos de formação profissional existentes	B.2) Promover formação profissional atraente aos jovens e adequada à realidade regional	
			A.3) Cursos de qualificação com pré-requisitos excludentes	B.3) Ampliar e melhorar a qualidade e o acesso aos cursos de qualificação profissional	
5.2. EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA (EPT) – Educação Profissional Técnica de Nível Médio (EPTNM)	A) Educação profissional técnica de nível médio enfraquecida	B) Fortalecer a oferta Do ensino médio integrado dos estados e municípios, a partir da expansão, interiorização e qualificação das escolas técnicas/profissionais/Centros Vocacionais Tecnológicos;	A.1) Baixos investimentos em infraestrutura para modernização de escolas	B.1) Melhorar a infraestrutura física e tecnológica, com padrões mínimos adequados	Pernambuco é referencial para o Brasil no ensino médio integralizado ao profissional - a base acadêmica, estrutural e filosófica que sustenta toda a dimensão da educação profissional de Pernambuco E a importância de um planejamento que desafie e supere as expectativas preparação estrutural, além do
			A.2) Baixa qualidade na formação docente da EPTNM	B.2) Melhorar a qualidade da formação docente na EPTNM	

					fortalecimento pedagógico para adotar o ensino médio integralizado ao técnico, são alguns dos caminhos apontados pelo governo do Estado
6. ENSINO SUPERIOR	A) Falta de oportunidades de formação superior de qualidade para os nordestinos	B) Ampliação das oportunidades de formação superior de qualidade dos jovens nordestinos	A.1) Currículos dos cursos superiores não dialogam com as necessidades dos territórios nem com o ecossistema empreendedor das cidades	B.1) Desenvolver ações de inovação nas universidades para apoio ao desenvolvimento local	Universidade de São Paulo – exemplo de sucesso no fomento a startups e à empregabilidade no setor, ofertando 153 disciplinas sobre inovação, cultura empreendedora, criação de negócio e comercialização e vendas. Liga empreendedora de Uberlândia – associação sem fins lucrativos, composta por universitários que desenvolve projeto de mentoria com grandes empresários para fomentar a mentalidade empreendedora no ambiente universitário. Protagonismo juvenil e empreendedorismo. Extensão da UFPB beneficia
			A.2) Baixo aproveitamento das estruturas já existentes dos cursos de nível superior interiorizados	B.2) Otimizar e interiorizar os cursos de nível superior associados às estruturas já existentes	
			A.3) Baixa capacitação e apoio aos professores universitários para o fortalecimento de uma	B.3) Capacitar e apoiar os professores universitários para a criação de ações e programas de	

			cultura empreendedora no ambiente universitário	fortalecimento da cultura empreendedora no ambiente universitário	alunos e comunidades - extensão explicita o que as universidades tem feito além dos muros e de sua atuação tradicional. A UFPB tem várias experiências no território do que tem sido feito para levar conhecimento e mudar a realidade local com a extensão.
--	--	--	---	---	---

CAPÍTULO 5 - CONSULTAS PÚBLICAS, ARTICULAÇÃO, MAPA DE PARCERIA/PACTUAÇÃO E DOCUMENTO FINAL PROPOSITIVO

Este capítulo 5 trata da sistematização do resultado das consultas públicas sobre plano de ações propostos no PRDNE pela Sudene à sociedade e do plano de ações e mapa de parcerias propostos a cada eixo educacional.

Resumidamente, dentre os 5 eixos estratégicos do PRDNE – 1) segurança hídrica e conservação ambiental; 2) ciência, tecnologia e inovação; 3) dinamização e diversificação produtiva; 4) desenvolvimento social e 5) desenvolvimento das capacidades humanas – a agenda mais fortemente ligada a educação esta inserida no eixo 5. No entanto, dentre as contribuições enviadas pela sociedade à consulta pública foram apresentadas questões educacionais ligadas aos seguintes eixos estratégicos:

Eixo Inovação

1. **pesquisas aplicadas** orientando soluções de problemas e desafios locais;
2. **Fomento de startups** para diversificação econômica com produção de conteúdos digitais criativos e plataformas de serviços tecnológicos;
3. **instituições de pesquisa** para atração de recursos humanos qualificados;
4. **pesquisa no âmbito das ICTs (Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas)** instaladas no interior e consolidação das redes de ITCPs já existentes.

Eixo Desenvolvimento Social

1. Atenção especial aos que nem estudam e nem trabalham;
2. Albetização de adultos;
3. Fomento de formação profissional de curta e média duração para vocações locais (cabeleireiro, cuidados de saúde, construção civil etc.).

Eixo Desenvolvimento das Capacidades Humanas

1. Incluir na grade curricular **disciplinas ligadas à lógica de programação**;

2. **Economia criativa** para fortalecimento de APLs criativos ou comunidades artísticas, bem como aproveitamento das potencialidades que o Nordeste dispõe para oferta dos serviços ligados ao turismo;
3. **Redução do analfabetismo absoluto e funcional** de jovens e adultos;
4. Adotar o sistema de **dedicação exclusiva dos professores** nas escolas públicas;
5. **Educação Financeira** nas ações educacionais desde a primeira infância;
6. Valorização da cultura e **Profissionalização de empreendedores culturais**;
7. **Formação empreendedora** dos jovens;
8. Ensino da **língua inglesa** para estimular a competitividade internacional;
9. Ações para o fortalecimento **do controle social**;
10. Ampliação da rede com **escolas e creches**;
11. Qualidade do ensino em **português, matemática e ciências**;
12. **Formação ética** e cidadã;
13. Formação de **profissionais para a Educação infantil**;
14. Fortalecer e ampliar o **ensino profissionalizante**;
15. Políticas Públicas que promovam uma **Educação Inclusiva**;
16. Ações de **financiamento privado às pesquisas** da Embrapa;
17. **Ampliação** do acesso e qualidade **do ensino superior**
18. Fortalecimento da **política de ATER** e parceria com as universidades;
19. **Pesquisas** sobre valor agregado dos produtos **do semiárido**;
20. **Valorização** e reconhecimento dos **trabalhadores em educação**;
21. fomentar **parcerias com empresas estatais**;
22. estímulo à prática de pesquisa e **inovação tecnológica no Ensino Básico**;
23. Melhoria do nível educacional local;
24. Universalizar o ensino fundamental e escolas em **tempo integral**;
25. Ações focadas na redução do abandono escolar e da defasagem idade-série;
26. Elevar a **permanência** no **ensino médio** e a oferta de **tempo integral**;
27. **Educação profissional integrada** ao ensino médio, integrando o jovem ao mundo do trabalho;

28. eliminar os **gargalos da qualificação profissional** na região;
29. Promover uma política educacional às **populações tradicionais**;
30. **Infraestrutura física e de suporte** às redes de ensino;
31. Redes de computadores das **escolas públicas conectados à banda larga**;
32. **Boas práticas pedagógicas** para qualificação pedagógica e gestão educacional;
33. **Conteúdos pedagógicos** padronizados para as redes de ensino **para integração entre** os ensinos **fundamental e médio**;
34. **capacitação e qualificação profissiona**l adequada às exigências dos processos produtivos;
35. **Serviços técnicos especializados** às empresas, envolvendo consultorias especializadas.

Além das contribuições enviadas pela sociedade em geral, a Sudene contou com o recebimento de 951 propostas enviadas pelos governos estaduais, a partir da consulta realizada a cada estado, a Sudene sistematizou as demandas em 146 projetos e ações indicativas ao Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste (PRDNE), definindo assim uma carteira de projetos para a região. A construção de uma agenda elaborada de forma coletiva e reunida em um único plano consolida um pacto regional para o desenvolvimento do Nordeste, mobilizando todos os atores necessários à transformação esperada.

Considerando a amplitude da agenda, foi realizada uma priorização das ações, de forma a colaborar com a tomada de decisões para o início da implementação das ações em cada programa. O ranqueamento das prioridades foi baseado nos seguintes critérios:

- Abrangência Regional - Enfrenta estrangulamentos ou aproveita potencialidades da maioria dos Estados - peso 3
- Integração Regional - Contribuir para a integração territorial do Nordeste (com foco nas regiões intermediárias) - peso 3

- Impacto Estruturador - Promove impacto estruturador de mudança na realidade regional (promove a competitividade e a inovação, valoriza a conservação ambiental e tem forte impacto ambiental) - peso 5
- Transversalidade - Potencial de impacto em outros projetos - peso 4

Ao final, os projetos do PRDNE serão encaminhados para o Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) e, posteriormente, remetidos ao Congresso Nacional para apreciação. Estes projetos também serão encaminhados aos demais ministérios setoriais para que influenciem nas discussões do Plano Plurianual Federal (PPA), onde poderão ser melhor especificados para posterior acompanhamento e monitoramento.

As ações de educação – ligadas no PRDNE ao eixo Desenvolvimento das capacidades humanas – possuem 6 programas e priorizou 1 ação ligada ao seu programa 1: Analfabetismo zero; 3 ações ligadas ao programa 2: Primeiro a primeira infância; 4 ações ligadas ao programa 3: Elevação da qualidade do ensino fundamental; 4 ações ligadas ao programa 4: Elevação da qualidade do ensino médio; 3 ações ligadas ao programa 5: capacitação profissional; e 2 ações ligadas ao programa 6: Fortalecimento da educação superior, conforme detalhado na tabela 20, a seguir:

Tabela 20 – Matriz de priorização dos programas e projetos indicados para o PRDNE

	Programas e Projetos	Programa
PROJETOS PRIORITÁRIOS	Formação e valorização dos profissionais da educação infantil, com especialização para este nível de ensino (docentes, gestores públicos, técnicos das secretarias municipais, entre outros)	Primeiro a primeira infância
	Construção de um pacto regional sistêmico intersetorial para a primeira infância, que dê coerência às políticas educacionais para a Primeira Infância, articulando as diferentes instituições governamentais e da sociedade, incluindo fomento a iniciativas dos Estados e Municípios.	Primeiro a primeira infância
	Adaptação de métodos de atendimento à população de 0 a 5 anos (creches ou visitas domiciliares) de acordo com as especificidades do território.	Primeiro a primeira infância

	Orientação dos cursos e curricular para à realidade do mercado de trabalho e às necessidades dos territórios e APLs – Arranjos Produtivos Locais apoiada em duas iniciativas: a) criar Fórum Regional Permanente que analise as conexões entre oferta de ensino pr	Capacitação Profissional
	Ampliação e melhoria da qualidade do ensino profissional em parceria com o sistema S, IF's, IFES e Órgãos do Governo e integração das redes estaduais e federais.	Capacitação Profissional
	Reestruturação dos cursos superiores e seus currículos com adequação às características e necessidades de conhecimento dos territórios e às necessidades e demandas atuais e futuras do mercado.	Fortalecimento da educação superior
	Formação e valorização dos profissionais de educação no ensino médio (docentes, gestores públicos, técnicos das secretarias, etc.), incluindo a utilização de critérios técnicos para a seleção dos gestores escolares.	Elevação da qualidade do ensino médio
	Ampliação da oferta de cursos médios integrados à educação Profissional.	Elevação da qualidade do ensino médio
	Ampliação do ensino em tempo integral como forma de viabilizar uma nova proposta de escola.	Elevação da qualidade do ensino médio
	Formação e valorização dos profissionais de educação no ensino fundamental (docentes, gestores públicos, técnicos das secretarias, etc.) e garantia da adequação da formação docente e utilização de critérios técnicos para a seleção dos gestores escolares.	Elevação da qualidade do ensino fundamental
	Melhoria da infraestrutura básica das escolas e implantação de bibliotecas, laboratórios de ensino e banda larga.	Elevação da qualidade do ensino fundamental
	Melhoria da infraestrutura básica das escolas e implantar bibliotecas, laboratórios de ensino e banda larga.	Elevação da qualidade do

		ensino médio
	Promoção da articulação pedagógica dos anos finais do Ensino Fundamental ao novo modelo do Ensino Médio.	Elevação da qualidade do ensino fundamental
	Contextualização dos processos didático-pedagógicos dos cursos de alfabetização e nos Programas de Educação de Jovens e Adultos, a fim de considerar as peculiaridades da Região Nordeste do Brasil, buscando aumentar a eficácia dos referidos processos.	Analfabetismo zero
	Melhoria da infraestrutura física e da infraestrutura tecnológica, com padrões mínimos adequados (laboratórios, sistemas de gestão, sistemas de avaliação da aprendizagem do aluno, entre outros)	Capacitação Profissional
	Divulgação e popularização da Ciência e da Tecnologia nos anos iniciais e finais do ensino fundamental, promovendo a sua importância, despertando o interesse das crianças e jovens pelas disciplinas básicas.	Elevação da qualidade do ensino fundamental
	Melhoria da qualidade do ensino superior	Fortalecimento da educação superior
	Expansão, interiorização e qualificação das Escolas Técnicas/Profissionais/Centros de Vocações Tecnológicas (CVT).	Capacitação Profissional
	Divulgação e popularização da Ciência e da Tecnologia, promovendo a sua importância, despertando o interesse dos jovens.	Elevação da qualidade do ensino médio
	Promoção da alfabetização com concentração nas áreas com índices persistentes de analfabetismo (mapeamento)	Analfabetismo zero
	Ampliação da oferta de educação integral (compreende o sujeito em todas as suas dimensões), em tempo integral e territorializada.	Elevação da qualidade do ensino médio

Ampliação da oferta de educação integral (compreendendo o sujeito em todas as suas dimensões) em tempo integral e territorializada.	Elevação da qualidade do ensino fundamental
Promoção da cultura empreendedora entre estudantes do ensino médio, proporcionando a experiência prática em negócios, economia e gestão (preferencialmente das áreas de marketing, finanças, recursos humanos e produção), incluindo a organização e operacional	Elevação da qualidade do ensino médio
Fomento a iniciativas dos Estados e Municípios nos cuidados com a Primeira Infância	Primeiro a primeira infância
Contextualização dos processos didático-pedagógicos dos cursos de alfabetização, a fim de considerar as peculiaridades da Região Nordeste do Brasil, buscando aumentar a eficácia dos referidos processos.	Analfabetismo zero
Ampliação da oferta de educação de jovens e adultos (priorizando a faixa etária dos 18 aos 29 anos) articulada com a educação profissional.	Capacitação Profissional
Promoção da cultura empreendedora e do desenvolvimento de negócios dentro do ambiente universitário.	Fortalecimento da educação superior
Capacitação e apoio dos professores universitários para a criação de ações e programas que dêem aos alunos a oportunidade de desenvolverem comportamento empreendedor	Fortalecimento da educação superior
Introdução do empreendedorismo e da educação financeira nos anos finais do ensino fundamental	Elevação da qualidade do ensino fundamental
Fomento à criação de startups nas escolas de educação profissional;	Capacitação Profissional

Acreditação da Educação Profissional como meio de atrair mais jovens para o ensino profissional a partir da valorização da atividade;	Capacitação Profissional
Otimização e interiorização de cursos de nível superior associados às estruturas já existentes;	Fortalecimento da educação superior
Promoção do aumento da densidade de startups no âmbito universitário.	Fortalecimento da educação superior

CAPÍTULO 6 - EIXOS EDUCACIONAIS, OBJETIVOS, DESAFIOS, METAS E INDICADORES DE IMPACTO

A soma de ações dedicadas aos eixos educacionais ora propostos deve buscar o desenvolvimento das capacidades humanas, de forma a colaborar para a superação da defasagem do nível educacional e melhoria da qualidade da educação e da formação profissional da população nordestina – que na maioria das vezes apresenta resultados inferiores em relação à média nacional e, principalmente, diante dos padrões internacionais de formação humana e aprendizagem.

Desenvolvimento das Capacidades Humanas

Objetivo geral: melhorar o nível e a qualidade educacional da população do Nordeste

Impacto: Redução das desigualdades sociais e da pobreza, por meio da geração de oportunidades educacionais iguais de partida para todas as crianças e jovens e adultos do Nordeste.

Indicador de Impacto: Escolaridade média em anos de estudo da população de 18 a 29 anos de idade (Média de número de anos de estudo).

Para orientar as equipes de monitoramento da Sudene, junto aos indicadores apresentados apontam-se os caminhos de acesso aos dados de forma a facilitar os percursos em relação às coletas de dados. No entanto, tendo em vista a amplitude de bases de dados que serão apresentadas a seguir, sugere-se a construção de uma plataforma capaz de consolidar todos os indicadores a serem monitorados no âmbito do Plano Regional de Desenvolvimento para o Nordeste.

Cabe acrescentar que a maioria das bases de dados que disponibiliza os indicadores ora apresentados possibilita a extração das informações em formato excel, de forma a facilitar a construção de uma nova plataforma – customizada e capaz de consolidar dados de diferentes outras bases.

EIXO 1: ANALFABETISMO

Objetivo: Erradicar o analfabetismo absoluto e analfabetismo funcional da população com 15 anos ou mais no Nordeste.

Desafios/Diretrizes:

1.1 Eliminação do persistente analfabetismo no Nordeste;

1.2 Contribuição para a ampliação da cidadania dos nordestinos.

Metas:

- Erradicar, até 2032, o analfabetismo da população de 15 anos ou mais de idade;
- Reduzir, até 2024, em 50% a taxa de analfabetismo funcional.

INDICADORES DE IMPACTO	Tipo de pesquisa	Formas de acesso aos dados e às informações já sistematizadas	Observações
-------------------------------	-------------------------	--	--------------------

Taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais de idade	IBGE, Pesquisa Nacional Por Amostra De Domicílios Contínua - módulo Educação	https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?=&t=resultados	Os dados levantados são anualmente sistematizados e publicados pelo IBGE. As tabelas completas de cada pesquisa são publicadas pelo link indicado em formato excel e podem ser filtradas de acordo com a necessidade da informação, por nível territorial (Grandes Regiões), abertura territorial (UF), Ano da pesquisa (possibilitando análise de série histórica) etc. Divulgação anual > 2018 Educação > Tabelas > tabelas completas - em formato xls. Abrindo o arquivo excel: A variável de abertura a ser analisada neste item é "Grupos de idade – analfabetismo" > categoria: 15 anos ou mais
---	---	--	--

Taxa de analfabetismo funcional da população de 15 anos ou mais de idade	Indicador de Alfabetismo Funcional - INAF - 2018	https://drive.google.com/file/d/1ez-6jrlrRRUm9JJ3MkwxEUfltjCTEI6/view	O Indicador de Alfabetismo Funcional (Inaf) é uma pesquisa idealizada em parceria entre o Instituto Paulo Montenegro e a ONG Ação Educativa e realizado com o apoio do IBOPE Inteligência com o objetivo de mensurar o nível de alfabetismo da população brasileira entre 15 e 64 anos, avaliando suas habilidades e práticas de leitura, de escrita e de matemática aplicadas ao cotidiano. É considerada analfabeta funcional a pessoa que, mesmo sabendo ler e escrever algo simples, não tem as competências necessárias para satisfazer as demandas do seu dia a dia e viabilizar o seu desenvolvimento pessoal e profissional. A partir da edição de 2007, o Inaf passou a medir simultaneamente as habilidades de letramento e numeramento. Seguiram-se as de 2009, 2011 e 2015, perfazendo 9 edições do indicador ao longo de 15 anos. https://ipm.org.br/inaf
--	--	---	--

EIXO 2: PRIMEIRA INFÂNCIA

Objetivo: Melhoria na qualidade da atenção à primeira infância no Nordeste

Desafios/Diretrizes:

2.1 Amplo atendimento à população de 0 a 5 anos para formação e desenvolvimento integral da criança;

2.2 Preparação das futuras gerações de nordestinos com oportunidades educacionais iguais de partida desde os primeiros anos de vida.

Metas:

- Universalizar, até 2022, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade;
- Ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% das crianças de até 3 (três) anos até 2024;
- Reduzir, até 2022, em 50% o número de agressões contra crianças de até 5 anos sobre o total de crianças da mesma idade;
- Reduzir a 0, até 2029, os índices de sobrepeso/obesidade infantil como um grave e emergente problema de saúde que necessita de ações imediatas, tanto em termos de preparação dos profissionais quanto dos serviços de saúde para o manejo adequado dessa doença;
- Alcançar 100% das crianças até 5 anos com imunização básica completa

INDICADORES DE IMPACTO	Tipo de pesquisa	Formas de acesso aos dados e às informações já sistematizadas	Observações
Percentual da população de 0 a 3 anos que frequenta escola ou creche	IBGE, Pesquisa Nacional Por Amostra De Domicílios Contínua - módulo Educação	https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101576_informativo.pdf	Os dados levantados são anualmente sistematizados e publicados pelo IBGE. Os dados do informativo ora apresentado têm como fonte o questionário dos anos 2017. Para acesso à base de dados da pesquisa, sugere-se solicitação formal ao IBGE, especificamente à PNAD Contínua
Percentual da população de 4 a 5 anos que frequenta escola	IBGE, Pesquisa Nacional Por Amostra De Domicílios Contínua - módulo Educação		

Percentual de casos de agressões físicas contra crianças de até 5 anos sobre o total de crianças da mesma idade ²⁹	Ministério dos Direitos Humanos	https://www.mdh.gov.br/informacao-ao-cidadao/ouvidoria/dos-disque-100/relatorio-balanco-digital.pdf	O balanço ora apresentado demonstra ser insuficiente para análise mais detalhada da região de atuação da Sudene, para o monitoramento constante sugere-se solicitação por ofício dos dados ao referido Ministério (Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos).
	Ministério da Saúde, por meio da Secretaria de Vigilância em Saúde – registro no SINAN - SISTEMA DE INFORMAÇÃO DE AGRAVOS DE NOTIFICAÇÃO	http://www.saude.gov.br/saude-de-a-z/acidentes-e-violencias/notificacao-de-violencia-interpessoal	Indica-se envio de ofício ao Ministério da Saúde, solicitando os dados referentes à “Notificação de Violência Interpessoal/Autoprovocada” com recorte para público em questão (até 5 anos de idade) Os acidentes e as violências correspondem às causas externas de morbidade e mortalidade, representadas no capítulo XX da Classificação Internacional de Doenças – CID-10. Os acidentes englobam as quedas, o envenenamento, o afogamento, as queimaduras, o acidente de trânsito, entre outros; já as violências são eventos considerados intencionais e compreende a agressão, o homicídio, a violência sexual, a negligência/abandono, a violência psicológica, a lesão autoprovocada, entre outras. Tanto os acidentes quanto as violências são eventos passíveis de prevenção.

²⁹ Sugere-se a elaboração de indicador que considere a ponderação entre os dados levantados entre as duas fontes oficiais indicados (Ministério da Saúde e Ministério de Mulher, Família e Direitos Humanos). Para tanto será necessária a elaboração de metodologia adequada e testada.

Percentual relativo a nutrição, a partir de três indicadores: 1) peso para a idade, 2) peso para a altura/comprimento e 3) altura/comprimento para a idade³⁰	Ministério da Saúde – DATASUS³¹	Indica-se envio de ofício ao Ministério da Saúde, solicitando os dados referentes aos indicadores de crescimento infantil no SISVAN (Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional), que corresponde a um sistema de informações que tem como objetivo principal promover informação contínua sobre as condições nutricionais da população e os fatores que as influenciam. Esta informação irá fornecer uma base para decisões a serem tomadas pelos responsáveis por políticas, planejamento e gerenciamento de programas relacionados com a melhoria dos padrões de consumo alimentar e do estado nutricional. O SISVAN – módulo municipal encontra-se instalado em praticamente todos os municípios brasileiros. Trata-se de uma ferramenta informatizada, desenvolvida pelo DATASUS, que apresenta a possibilidade de registro de informações para monitoramento do estado nutricional da população atendida por demanda espontânea nos Estabelecimentos Assistenciais de Saúde o por profissionais da Estratégia Saúde da Família e Programa de Agentes Comunitários de Saúde.
--	---	---

³⁰ A forma mais adequada para o acompanhamento do crescimento de uma criança, nos serviços básicos de saúde, é o registro periódico do peso no Gráfico Peso/Idade do Cartão da Criança. Tendo como referência as curvas do National Center for Health Statistics (NCHS), então recomendadas pela Organização Mundial da Saúde, que leva em conta a idade, sexo, peso e altura. Cf. National Center for Health Statistics. Growth curves for children, birth -18 years. United States. Department of Health, Education and Welfare (PHS). Hyattsville: NCHS; 1977. (Publ Nº 78-1650, Série 11 Nº 165.)

³¹ Departamento de Informática do SUS (DATASUS)

Percentual de crianças até 5 anos com imunização básica completa sobre o total de crianças da mesma idade	Ministério da Saúde – Cadernos de Informação de Saúde - DATASUS	http://tabnet.datasus.gov.br/tabdata/cadernos/cadernosmap.htm	Estão disponíveis, nesta página, os Cadernos de Informações de Saúde para cada Unidade da Federação e para cada município, também sendo possível extrair os dados consolidados por Região. O Caderno consiste de uma planilha (em formato Excel®), contendo indicadores obtidos das diversas bases de dados do Ministério da Saúde. Estas planilhas podem ser exibidas diretamente pelo navegador (browser) ou copiadas para o seu equipamento. EM uma das abas da planilha, intitulada “Atenção Básica” é possível encontrar o indicador que demonstra o “% de crianças c/ esq.vacinal básico em dia”. Caso os dados não estejam suficientemente atualizados para a análise desejada, sugere-se solicitação das informações ao DATASUS por meio de ofício.
---	---	---	---

EIXO 3: ENSINO FUNDAMENTAL

Objetivo: Melhoria da qualidade do ensino fundamental no Nordeste

Desafios/Diretrizes:

- 3.1. Melhoria na aprendizagem dos estudantes do ensino fundamental oportunizando a todos os adolescentes e jovens nordestinos as condições para uma trajetória escolar de sucesso e a contibuidade de seus estudos;
- 3.2. Expansão das competências e habilidades para um Ensino Fundamental de qualidade;
- 3.3. Contribuição para a redução da pobreza e das desigualdades sociais na região.

Metas:

- Alcançar, até 2021, média 6 nos anos iniciais do ensino fundamental em todas as escolas da área de atuação da Sudene;
- Alcançar, até 2021, média 5,5 nos anos iniciais do ensino fundamental em todas as escolas da área de atuação da Sudene;
- Garantir, até 2024, 100% de alcance da população de 6 a 14 anos que frequenta ou que já concluiu o ensino fundamental (taxa de escolarização líquida ajustada).
- Reduzir, até 2024, para 5% as taxas de distorção idade-série no ensino fundamental nos estados e municípios de atuação da Sudene;
- Assegurar, até 2022, que 100% dos professores do ensino fundamental possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.³²
- Formar, até 2024, em nível de pósgraduação 50% dos professores do ensino fundamental;³³

INDICADORES DE IMPACTO	Fonte / Tipo de pesquisa	Formas de acesso aos dados e às informações já sistematizadas	Observações
------------------------	--------------------------	---	-------------

³² Referenciada na Meta 15 do PNE

³³ Referenciada na meta 16 do PNE

IDEB dos anos iniciais do ensino fundamental	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira - INEP - MEC	A página do INEP: http://portal.inep.gov.br/web/guest/ideb Levará às diversas formas de se obter os resultados. Indica-se a opção "IDEB – Resultados e Metas": http://ideb.inep.gov.br/	O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) foi criado em 2007 e reúne, em um só indicador, os resultados de dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: o fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações. Ele é calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar, e das médias de desempenho nas avaliações do Inep, o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) – para as unidades da federação e para o país, e a Prova Brasil – para os municípios. Ao entrar no sistema http://ideb.inep.gov.br/ escolher a opção "Consultar resultado por: Estado" > UF: Todas > Rede / Dependência administrativa: Total > Série / Ano: 4ª Série / 5º ano.
IDEB dos anos finais do ensino fundamental			Ao entrar no sistema http://ideb.inep.gov.br/ escolher a opção "Consultar resultado por: Estado" > UF: Todas > Rede / Dependência administrativa: Total > Série / Ano: 8ª Série / 9º ano.

Taxa de escolarização líquida	IBGE, Pesquisa Nacional Por Amostra De Domicílios Contínua - módulo Educação	https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?=&t=resultados	Os dados levantados são anualmente sistematizados e publicados pelo IBGE. As tabelas completas de cada pesquisa são publicadas pelo link indicado em formato excel e podem ser filtradas de acordo com a necessidade da informação, por nível territorial (Grandes Regiões), abertura territorial (UF), Ano da pesquisa (possibilitando análise de série histórica) etc. Divulgação anual> 2018 Educação> Tabelas > tabelas completas - em formato xls. Abrindo o arquivo excel: A variável de abertura a ser analisada neste item é "Taxa ajustada de frequência escolar líquida (%)" > categoria: 6 a 14 anos no Ensino Fundamental
Taxa de distorção idade/série	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira - INEP - MEC	http://portal.inep.gov.br/web/guest/indicadores-educacionais	Dentre os indicadores educacionais é possível encontrar as "Taxas de distorção idade-série" anuais por "Brasil, Regiões e UFS", disponibilizadas em tabela excel. Os diversos critérios de filtro possibilitam o acesso aos dados da região Nordeste para o ensino fundamental e ensino médio
Proporção de docentes do ensino fundamental com formação superior	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira - INEP - MEC	http://portal.inep.gov.br/web/guest/indicadores-educacionais	Dentre os indicadores educacionais é possível encontrar "Percentual de Docentes com Curso Superior", disponibilizadas em tabela excel, por etapa e modalidade de ensino, sendo possível, a partir dos filtros selecionar os resultados por Grandes Regiões do Brasil.

Percentual de professores do ensino fundamental com pós-graduação lato sensu ou stricto sensu.	Censo da Educação Básica	http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica	Nas publicações periódicas “Sinopses Estatísticas da Educação Básica” é possível levantar a escolaridade e formação acadêmica dos professores do ensino fundamental no item “2.19 – Número de Docentes do Ensino Fundamental Regular, por Nível de Escolaridade e Formação Acadêmica, segundo a Região Geográfica, a Unidade da Federação e o Município – 2018”. Os dados são apresentados em tabela excel e podem ser filtrados por regiões, estados e até municípios do país. Esclarece-se que para se obter os resultados já sistematizados faz-se necessário acesso à Plataforma de dados do INEP, ou solicitação formal das informações tratadas àquele órgão, a partir do levantamento que realiza no Censo escolar.
--	--------------------------	---	--

EIXO 4: ENSINO MÉDIO

Objetivo: Melhoria da qualidade do ensino médio no Nordeste

Desafios/Diretrizes:

- Promoção de habilidades relevantes e desenvolvimento de competências no Ensino Médio;
- Contribuição para a redução da pobreza e das desigualdades sociais na região;
- Preparação dos jovens para as exigências crescentes do mercado de trabalho;
- Modelo de ensino médio desinteressante ao atual contexto juvenil;
- Distorção idade-série provocando evasão e abandono dos jovens nas escolas;
- Ensino Médio desconectado da realidade socioeconômica dos jovens e do mundo do trabalho;
- Qualificação dos professores não dialogam com os contextos juvenis.

Metas:

- Promoção de habilidades relevantes e desenvolvimento de competências no Ensino Médio;
- Contribuição para a redução da pobreza e das desigualdades sociais na região;
- Preparação dos jovens para as exigências crescentes do mercado de trabalho.

INDICADORES DE IMPACTO	Fonte / Tipo de pesquisa	Formas de acesso aos dados e às informações já sistematizadas	Observações
IDEB do Ensino Médio	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira - INEP - MEC	A página do INEP: http://portal.inep.gov.br/web/guest/ideb Levará às diversas formas de se obter os resultados. Indica-se a opção "IDEB – Resultados e Metas": http://ideb.inep.gov.br/	O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) foi criado em 2007 e reúne, em um só indicador, os resultados de dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: o fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações. Ele é calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar, e das médias de desempenho nas avaliações do Inep, o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) – para as unidades da federação e para o país, e a Prova Brasil – para os municípios. Ao entrar no sistema http://ideb.inep.gov.br/ escolher a opção "Consultar resultado por: Estado" > UF: Todas > Rede / Dependência administrativa: Total > Série / Ano: 3ª série EM.

Taxa de Evasão do Ensino Médio³⁴	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira - INEP – MEC – Censo Escolar	http://portal.inep.gov.br/web/guest/indicadores-educacionais	Os dados de “taxa de evasão” levantados são anualmente sistematizados e publicados pelo INEP, a partir dos dados do Censo Escolar. Ao Acessar o link indicado São abertas as variáveis com diversos indicadores educacionais. A evasão é um dos Indicadores da “Taxa de Transição”. Ao optar por este item é possível baixar planilhas, em formato excel, que podem ser filtradas de acordo com a necessidade da informação, por nível territorial (Grandes Regiões), abertura territorial (UF), nível de ensino etc. Os caminhos são: http://portal.inep.gov.br/web/guest/indicadores-educacionais > Clique na caixa abaixo para selecionar o conteúdo que você procura> Taxas de Transição > escolher o ano e a abrangência territorial desejada (Brasil, Regiões e Ufs ou Municípios) > baixar o arquivo em formato xls. (excel)> o indicador de taxa de evasão para o ensino médio é o terceiro dentre os apresentados.
--	---	--	---

³⁴ Indicador de fluxo escolar

Taxa de escolarização líquida	IBGE, Pesquisa Nacional Por Amostra De Domicílios Contínua - módulo Educação	https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?=&t=resultados	Os dados levantados são anualmente sistematizados e publicados pelo IBGE. As tabelas completas de cada pesquisa são publicadas pelo link indicado em formato excel e podem ser filtradas de acordo com a necessidade da informação, por nível territorial (Grandes Regiões), abertura territorial (UF), Ano da pesquisa (possibilitando análise de série histórica) etc. Divulgação anual > 2018 Educação > Tabelas > tabelas completas - em formato xls. Abrindo o arquivo excel: A variável de abertura a ser analisada neste item é "Taxa ajustada de frequência escolar líquida (%)" > categoria: 15 a 17 anos no Ensino Médio
--------------------------------------	---	--	---

Taxa de Proficiência em Português e Matemática	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira - INEP – MEC – INEPDATA	https://inepdata.inep.gov.br/analytics/saw.dll?Dashboard	O Painel educacional estadual é apresentado pelo Saeb com informações resumidas em um Painel que dizem respeito às escolas da rede estadual (RE) e às escolas das redes municipais dos estados (RME) que oferecem Anos Iniciais, Anos Finais e Ensino Médio. Ao abrir o link “Selecione uma UF para exibir os dados” diversas tabelas e gráficos são expostos. Na parte superior no sistema > Menu Aprendizagem > Ensino Médio > Resultados > Língua Portuguesa ou Matemática. Os resultados dos testes de aprendizagem realizados são apresentados em uma Escala de Proficiência, composta por níveis progressivos e cumulativos, da menor para a maior proficiência. Significa dizer que quando um percentual de estudantes está posicionado em determinado nível da escala, pressupõe-se que, além de terem desenvolvido as habilidades referentes a este nível, provavelmente também desenvolveram as habilidades referentes aos níveis anteriores.
Percentual de alunos do ensino médio matriculados na educação em tempo integral e que estão em jornada de tempo integral	Observatório PNE	http://www.observatoriopne.org.br/indicadores/metas/6-educacao-integral/indicadores/porcentagem-de-escolas-publicas-de-educacao-infantil-ensino-fundamental-e-ensino-medio-com-matriculas-em-tempo-integral/108/	No Observatório PNE é possível observar a porcentagem de escolas públicas da educação básica com matrículas em tempo integral, por UF, Regiões e país, a partir do filtro oferecido pelo sistema. Além da representação por meio de gráficos, é possível baixar os resultados em planilhas no formato excel para análise numérica a cada ano.

EIXO 5: EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA (EPT)

Objetivo: Promover qualificação profissional aos jovens e às populações mais vulneráveis à inserção econômica e social dessa fatia de nordestinos

Desafios/Diretrizes:

- Analfabetismo e Baixo nível de escolaridade da população adulta;
- Juventude pouco estimulada aos cursos de formação profissional existentes;
- Cursos de qualificação com pré-requisitos excludentes;
- Baixos investimentos em infraestrutura para modernização de escolas profissionais e técnicas;
- Baixa qualidade na formação docente da Educação Profissional Técnica de Nível Médio - EPTNM.

Metas:

- Aumento do interesse dos jovens pela formação profissional através de um modelo atraente, eficaz e sustentável e adequado à realidade regional;
- Preparação dos jovens para as crescentes exigências do mercado de trabalho ampliando as oportunidades de emprego e renda;
- Contribuição para a redução da pobreza e das desigualdades sociais na região;
- Contribuição para o aumento da produtividade e da competitividade da economia nordestina.
- Oferecer, no mínimo, 25% das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional.

INDICADORES DE IMPACTO	Fonte / Tipo de pesquisa	Formas de acesso aos dados e às informações já sistematizadas	Observações
-----------------------------------	-------------------------------------	--	--------------------

Nº absoluto de matrículas em Educação Profissional Técnica de Nível Médio	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira - INEP – MEC – Censo Escolar	https://inepdata.inep.gov.br/analytics/saw.dll?Dashboard	No Inepdata pode-se consultar as informações e estatísticas educacionais por dois caminhos: 1. Consulta geral – Para ter acesso à tabela completa de dados, composta pelos totais, de acordo com o Ano do Censo; Região, Unidades da Federação, Níveis de Ensino, entre outros. 2. Consulta por filtros – Por filtro, por Ano do Censo; Região, Unidades da Federação, Níveis de Ensino, entre outros. Na Consulta geral, o usuário clica direto no link Exibir Resultados e visualiza a tabela completa de dados. Já na Consulta por filtros, o usuário clica sobre o tipo de informação de seu interesse e depois clica no link Exibir Resultados e visualiza somente a tabela com os dados previamente selecionados. Vale lembrar que a ferramenta permite o uso de um ou mais filtros por consulta. Pelo filtro seguir os passos > Nome Região é igual a NORDESTE > Nome Rede Ensino é igual a PÚBLICA; PRIVADA > Nome Nível 02 é igual a EDUCAÇÃO PROFISSIONAL > Nome Nível 03 é igual a CONCOMITANTE; SUBSEQÜENTE; MISTA > Nome Situação Escola é igual a/está em EM ATIVIDADE > Nome Modalidade Ensino é igual a/está em ENSINO REGULAR
--	---	--	--

Percentual de matrículas de EJA na forma integrada a Educação Profissional	Observatório PNE	http://www.observatoriodopne.org.br/indicadores/metas/10-eja-integrada-a-educacao-profissional/indicadores	No Observatório PNE é possível observar a porcentagem de matrículas de educação de jovens e adultos no ensino fundamental integradas à educação profissional por UF, Regiões e país, a partir do filtro oferecido pelo sistema. Além da representação por meio de gráficos, é possível baixar os resultados em planilhas no formato excel para análise numérica a cada ano. Na opção "indicadores" > "10 - EJA integrada à Educação Profissional" > "Porcentagem de matrículas de educação de jovens e adultos no ensino fundamental, integradas à educação profissional"> Região Nordeste > baixar arquivo excel
Novas formações na estrutura curricular das Escolas Técnicas	MEC – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica	Ofício ao MEC	Como este indicador trata de novas estratégias de implementação de novas estruturas curriculares, sugere-se solicitar relatórios periódicos ao MEC para o levantamento das novas formações realizadas e novas estruturas curriculares implementadas nas escolas técnicas.

EIXO 6: EDUCAÇÃO SUPERIOR

Objetivo: Ampliação das oportunidades de formação superior de qualidade dos jovens nordestinos

Desafios/Diretrizes:

- Currículos dos cursos superiores não dialogam com as necessidades dos territórios nem com o ecossistema empreendedor das cidades;

- Baixo aproveitamento das estruturas já existentes dos cursos de nível superior interiorizados;
- Baixa capacitação e apoio aos professores universitários para o fortalecimento de uma cultura empreendedora no ambiente universitário.

Metas:

- Formação de competências humanas de nível superior;
- Ampliação das oportunidades de formação superior de qualidade dos jovens nordestinos;
- Contribuição para a redução da pobreza e das desigualdades sociais na região;
- Contribuição para o desenvolvimento regional com o aumento da produtividade e da competitividade da economia nordestina.

INDICADORES DE IMPACTO	Fonte / Tipo de pesquisa	Formas de acesso aos dados e às informações já sistematizadas	Observações
------------------------	--------------------------	---	-------------

Percentual da população com nível superior completo	Atlas do Desenvolvimento Humano PNUD	http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/consulta/	O Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil é um site que traz o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) e outros 200 indicadores de demografia, educação, renda, trabalho, habitação e vulnerabilidade para os municípios brasileiros. Desenvolvido pelo PNUD em parceria com a Fundação João Pinheiro e IPEA, sistematiza diversas informações levantadas pelo IBGE e outros institutos de pesquisa. No módulo “consulta” é possível optar pela espacialidade > Estados > todos os estados do Brasil e pelos indicadores a serem analisados > Educação > Escolaridade > % de 25 anos ou mais com superior completo. É possível baixar o arquivo no formato excel para consolidação em qualquer plataforma de monitoramento de dados.
---	--------------------------------------	---	--

Nº absoluto de matrículas em IES	IBGE: Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA	https://sidra.ibge.gov.br/tabela/1972#resultado	Agregados das pesquisas do Censo Demográfico, permitindo a filtragem dos indicadores desejados. No caso da taxa líquida de escolarização da educação superior o filtro é o seguinte: SIDRA > PESQUISAS > POPULAÇÃO > CENSO DEMOGRÁFICO > CENSO DEMOGRÁFICO 2010 > EDUCAÇÃO E DESLOCAMENTO > “1973 - Pessoas que frequentavam creche ou escola por nível de ensino, sexo e grupos de idade” > REALIZAR OS FILTROS: Variável > Pessoas que frequentavam escola ou creche (Pessoas): 0 de 8 casas decimais: 2 de 5 casas decimais; Nível de ensino ou curso que frequentavam [1/19] > Superior de graduação; Sexo [1/3] > Total; Grupo de idade [1/18] > Total; Ano [1/2] > 2010; Unidade Territorial [6/6382] > Brasil e Grande Região > VIZUALIZAR
Novas formações na estrutura curricular das IES	Relatórios apresentados	----	Tendo em vista que o indicador faz parte de uma estratégia de mudança ainda a ser realizada, sugere-se o acompanhamento a partir de relatórios sistemáticos a serem solicitados ao MEC a partir da implementação das mudanças.

Taxa líquida de escolarização na Educação Superior	IBGE: Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA	https://sidra.ibge.gov.br/tabela/1972#resultado	O sistema SIDRA, do IBGE, apresenta tabelas com dados agregados das pesquisas do Censo Demográfico, permitindo a filtragem dos indicadores desejados. No caso da taxa líquida de escolarização da educação superior o filtro é o seguinte: SIDRA > PESQUISAS > POPULAÇÃO > CENSO DEMOGRÁFICO > CENSO DEMOGRÁFICO 2010 > EDUCAÇÃO E DESLOCAMENTO > “1973 - Pessoas que frequentavam creche ou escola por nível de ensino, sexo e grupos de idade” > REALIZAR OS FILTROS: Variável > Pessoas que frequentavam escola ou creche - percentual do total geral (%): 2 de 5 casas decimais; Nível de ensino ou curso que frequentavam [1/19] > Superior de graduação; Sexo [1/3] > Total; Grupo de idade [1/18] > Total; Ano [1/2] > 2010; Unidade Territorial [6/6382] > Brasil e Grande Região > VIZUALIZAR
Número de cursos em nível de pós graduação multidisciplinar	CAPES	-----	Sugere-se solicitação por ofício ao MEC dos dados.

Índice de doutores e mestres por 100 mil habitantes em atuação nas IES.	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira - INEP – MEC – INEPDATA	-----	Os dados levantados pelo Censo da Educação Superior apresentam os percentuais de professores de ensino superior que possuem mestrado e doutorado. No entanto, as informações são disponibilizadas pelo INEPData da educação superior, mas o referido sistema encontrava-se fora do ar até o momento de fechamento do presente documento. O InepData tem por objetivo fornecer dados sobre o número de estabelecimentos de ensino, matrículas e funções docentes na educação básica e superior. Nesse sentido, sugere-se solicitação por ofício ao INEP dos dados.
--	--	--------------	--

CAPÍTULO 7 - MATRIZ LÓGICA PARA O MONITORAMENTO DAS AÇÕES

O Plano de Monitoramento apresentado no presente documento irá subsidiar os gestores da Sudene no acompanhamento contínuo das ações necessárias ao fortalecimento das capacidades humanas no Nordeste. Trata-se, portanto, de uma agenda arrojada, que envolve 101 ações aqui propostas para o alcance de metas relacionadas aos seis eixos educacionais que serão trabalhados na temática da educação. Considerando que os indicadores de impacto e de resultado são mensurados ao final dos projetos, também se apresentou no presente Plano os indicadores de processo de cada uma das 101 ações previstas. Dessa forma, o monitoramento será um instrumento capaz de 1) armazenar de forma organizada e sistêmica todas as informações produzidas pelas diversas ações propostas; 2) dar transparência a todas as etapas do processo de cada ação, facilitando a fiscalização e o controle de recursos durante a execução; e 3) possibilitar a criação de dados para uma avaliação global, posterior ao processo de implantação e desenvolvimento das ações de cada eixo.

No entanto, diante da grande dimensão territorial e de ações descentralizadas previstas, sugere-se como suporte técnico à uma metodologia de monitoramento a criação de ferramentas informacionais que possam consolidar o maior número de dados e informações em um único espaço gerencial. Com a viabilização de tal instrumento seria possível fazer uma leitura a partir de uma perspectiva mais ampla da gestão do projeto e gerar relatórios mais sólidos quanto aos resultados alcançados *versus* os investimentos alocados.

Realizar o monitoramento da execução física unificado entre todos os parceiros aqui propostos irá garantir a atualização permanente dos dados, além de viabilizar ao gestor da Sudene uma leitura mais ampla e sistêmica de todas as ações, já que ambas as informações estarão no mesmo ambiente. Portanto, entende-se que a plataforma ora sugerida deva compor a metodologia de monitoramento, inclusive das demais agendas inscritas no Plano regional de Desenvolvimento do Nordeste – PRDNE.

Desenvolvimento das Capacidades Humanas

Objetivo geral: melhorar o nível e a qualidade educacional da população do Nordeste

Impacto: Redução das desigualdades sociais e da pobreza, por meio da geração de oportunidades educacionais iguais de partida para todas as crianças e jovens e adultos do Nordeste.

Indicador de Impacto: Escolaridade média em anos de estudo da população de 18 a 29 anos de idade (Média de número de anos de estudo).

EIXO 1		ANALFABETISMO
OBJETIVO CENTRAL		Erradicar o analfabetismo absoluto e analfabetismo funcional da população com 15 anos ou mais no Nordeste
METAS	Erradicar, até 2032, o analfabetismo da população de 15 anos ou mais de idade	
	Reduzir, até 2024, em 50% a taxa de analfabetismo funcional	
INDICADOR DE IMPACTO	Taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais de idade	
	Taxa de analfabetismo funcional da população de 15 anos ou mais de idade	

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	ESTADOS DE ABRANGÊNCIA E/OU EMERGENTES PARA AÇÃO	INDICADOR DE RESULTADO	AÇÕES	INDICADOR DE PROCESSO	MAPA DE PARCEIROS
1) Ampliar a abrangência e os investimentos das políticas de EJA para alcance dos grupos mais excluídos nas áreas com índices persistentes de analfabetos;	Abrangência: Todos os estados da área de atuação da Sudene Emergentes: Alagoas (Urbano e Rural), Minas Gerais (Urbano e Rural), Bahia (Urbano e Rural), Maranhão (Urbano e Rural), Piauí (Urbano e Rural), Ceará (Urbano e Rural), Pernambuco (Urbano e Rural).	Oportunidades de acesso à educação para jovens e adultos garantidas	Ação 1.1.: Articulação com Ministério da Educação e FNDE para ampliação dos repasses dos recursos destinados à Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos aos estados e municípios do Nordeste;	Memória das agendas das reuniões realizadas, com respectivos encaminhamentos; Demonstrativo de ajustes/mudanças no PDDEWeb (sistema de repasse da União aos estados e municípios)	• Ministério da Educação; • FNDE; • Estados; • Municípios • Sudene
			Ação 1.2.: Realizar pacto regional (com metas e estratégias) entre os estados e municípios mapeados com piores índices do Nordeste como condição para recebimento dos novos recursos para EJA.	Proposta de adesão ao Pacto (com metas estabelecidas) elaborada e publicada em portaria; Documento do pacto regional assinado por todos os parceiros publicado.	• Estados; • Municípios mapeados com piores índices de analfabetismo do Nordeste; • Ministério da educação; • FNDE; • Empresas locais; • Sociedade civil organizada;
			Ação 1.3.: Envolver Organizações Sociais locais na oferta de	Campanhas publicitárias de chamadas às Organizações	• Organizações Sociais locais em cada Estado

			alfabetização de jovens e adultos, com base nos modelos de mutirões anteriormente experimentados;	Sociais para convocação à ação; Registros de reuniões de convite às organizações e apresentação da proposta de mutirão; Publicação de editais de seleção de organizações sociais para apoio à implementação da ação.	• Universidades (para capacitação de estudantes voluntários) • Municípios; • Estados
			Ação 1.4.: Criar e implementar grupo de monitoramento das metas regionais desenhadas – composto por representações dos entes federados e demais parceiros da ação.	Atas das reuniões de mobilização/sensibilização com as instituições para a criação do grupo; Proposta de modelo de monitoramento criada e publicada em portaria;	• Sudene; • Estados; • Municípios; • Governo Federal; • SESI • SENAI • Representações dos Sindicatos da Construção Civil, empregados domésticos e dos agricultores
2) Fomentar / Estimular a adesão dos analfabetos nos programas e Alfabetização e EJA;	Abrangência: Todos os estados da área de atuação da Sudene Emergentes: Minas Gerais, Alagoas,	População mobilizada para erradicação do analfabetismo	Ação 2.1.: Realizar campanha publicitária nos diversos meios de comunicação (formais e alternativos) associada a instrumentos de acesso à informação (por meio de 0800 e equipes técnicas e escolares das redes estaduais e municipais de educação) para divulgar a ampliação da oferta de programas de alfabetização e	Peças publicitárias divulgadas; Número 0800 instituído; Circulares de divulgação das campanhas junto às escolas; Documentos das prefeituras com comprovações de ações de divulgação articuladas com demais entes federativos;	Meio de comunicação formais e comunitários; Redes de educação dos estados e municípios; Organizações sociais;

	Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Sergipe, Piauí, Ceará, Rio grande do Norte (todos: Urbano e Rural); Lista dos municípios do mapa 3, localizados nos estados de Alagoas, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe.		educação de jovens e adultos;		
			Ação 2.2.: Realizar busca ativa dos analfabetos e analfabetos funcionais nas comunidades por meio de ações de mobilização pelas escolas junto aos pais dos estudantes nelas matriculados;	Relatórios dos treinamentos feitos com os municípios e destes com as escolas para inserção ou ajustes nos questionários de matrícula; Novas fichas de matrícula dos jovens e adultos matriculados; Percentual de jovens e adultos matriculados em comparação ao ano anterior;	Secretarias de educação dos Estados e municípios;
			Ação 2.3.: Envolver Organizações Sociais locais para mapeamento e mobilização dos analfabetos e analfabetos funcionais nas comunidades de difícil acesso.	Relatórios de sensibilização e treinamento de integrantes das OS para busca ativa fora dos ambientes institucionais Número de inscritos/matriculados na EJA pelas OS	Organizações Sociais locais; Secretarias de educação dos Estados e municípios;
3) Associar Programas de EJA às empresas	Abrangência: Todos os estados da área de atuação	Capacidades profissionais dos	Ação 3.1.: Elaborar/formatar programas de EJA a serem desenvolvidos dentro das empresas, a	Documento com programas elaborados especialmente para as empresas;	Estados; Municípios; Associações empresariais

contratantes dos analfabetos e analfabetos funcionais;	da Sudene	analfabetos ampliadas	partir de parceria firmada entre estas e os entes federados;		(construção civil, agricultura etc.)
			Ação 3.2.: Realizar mobilização junto às empresas/contratantes (principalmente na economia rural, construção civil e serviços domésticos – onde se encontram as mais altas taxas de analfabetismo funcional) para adesão aos programas de EJA pelos seus funcionários.	Relatórios com resultados das reuniões com associações empresariais; Pacto regional entre empresas e governos para realização do Programa;	Governo Federal; Governos estaduais; Governos municipais; Associações empresariais (CBIC – Câmara Brasileira da Indústria da Construção, Federação da agricultura etc.); Sistema S
			Ação 3.3.: Realizar parcerias com instituições de qualificação para elaboração e implantação de programas de EJA a serem desenvolvidos em concomitância com os cursos de qualificação. Incluir como condicionante a participação do público em EJA quando as capacitações envolverem recursos públicos.	Termos de cooperação assinados entre instituições para inserção do programa de EJA em seus cursos de qualificação Relatórios de monitoramento com número de jovens e adultos matriculados no programa.	Sistema S, Embrapa, INSA, SENAR, entre outros Estados; Municípios; Associações empresariais

4) Ajustar conteúdos e métodos da alfabetização de jovens e adultos à realidade do Nordeste.	Abrangência: Todos os estados da área de atuação da Sudene	Processos didático-pedagógicos de alfabetização no Nordeste com eficácia ampliada	Ação 4.1.: Criar GT de trabalho com as equipes de EJA das secretarias de educação dos estados do Nordeste para propor avaliação diagnóstica dos conteúdos e métodos adotados nas turmas de alfabetização, identificando as dificuldades a serem superadas;	Portarias publicadas instituindo os Grupos de Trabalho; Relatórios periódicos dos encaminhamentos e ajustes de adequação de métodos; Documentos ajustados demonstrando as estratégias de mudança de implantação de novos conteúdos e métodos.	Equipes de EJA das secretarias de educação dos estados do Nordeste; Secretários estaduais e municipais de educação;
			Ação 4.2.: Apoiar tecnicamente as equipes das redes de educação para a proposição de ajustes aos conteúdos e métodos da alfabetização de jovens e adultos, com a participação ativa dos professores que atuam nessa modalidade;	Relatórios das reuniões técnicas com instituições e profissionais para levantamento e alinhamentos dos ajustes necessários aos conteúdos e métodos; Sistematização dos encaminhamentos de ajustes indicados.	MEC Redes de educação dos Estados e municípios Sindicatos dos professores dos estados;
			Ação 4.3.: Realizar mudanças/ ajustes nos materiais didáticos utilizados;	Documentos e materiais didáticos e pedagógicos ajustados resultantes dos trabalhos técnicos realizados.	Redes de educação dos Estados e municípios Organizações sociais educacionais nos estados
			Ação 4.4: Capacitar professores das redes de educação para os novos	Relatórios das ações de capacitação dos professores;	Redes de educação dos Estados e municípios

			conteúdos e métodos propostos	Avaliação das capacitações pelos professores; Avaliação dos novos materiais e métodos pelos professores.	Associação Nacional dos Professores; Sindicatos dos professores dos estados; Organizações Sociais; MEC
--	--	--	-------------------------------	---	---

EIXO 2		PRIMEIRA INFÂNCIA
OBJETIVO CENTRAL	Melhoria na qualidade da atenção à primeira infância no Nordeste	
METAS	Universalizar, até 2022, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade;	
	Ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% das crianças de até 3 (três) anos até 2024;	
	Reduzir, até 2022, em 50% o número de agressões contra crianças de até 5 anos sobre o total de crianças da mesma idade;	
	Reduzir a 0, até 2029, os índices de sobrepeso/obesidade infantil como um grave e emergente problema de saúde que necessita de ações imediatas, tanto em termos de preparação dos profissionais quanto dos serviços de saúde para o manejo adequado dessa doença;	
	Alcançar 100% das crianças até 5 anos com imunização básica completa	
INDICADOR DE IMPACTO	Percentual da população de 0 a 3 anos que frequenta escola ou creche;	
	Percentual da população de 4 a 5 anos que frequenta escola;	
	Percentual de casos de agressões físicas contra crianças de até 5 anos sobre o total de crianças da mesma idade;	

	Percentual relativo à nutrição, a partir de três indicadores: 1) peso para a idade, 2) peso para a altura/comprimento e 3) altura/comprimento para a idade;
	Percentual de crianças até 5 anos com imunização básica completa sobre o total de crianças da mesma idade;

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	ESTADOS DE ABRANGÊNCIA E/OU EMERGENTES PARA AÇÃO	INDICADOR DE RESULTADOS	AÇÕES	INDICADOR DE PROCESSO	MAPA DE PARCEIROS
1) Fortalecer as políticas de estímulo aos estados e municípios na ampliação da cobertura de creches e de cuidados com a primeira infância;	Abrangência: Todos os estados da área de atuação da Sudene Emergentes: Alagoas, Sergipe, Piauí, Pernambuco (Urbano e Rural) e Espírito Santo (Rural)	Cobertura e atenção às crianças de 0 a 3 anos ampliada	Ação 1.1.: Ampliar assistência financeira para a construção, reforma e aquisição de equipamentos e mobiliário, bem como de manutenção para creches e pré-escolas;	Atas memórias das reuniões de articulação junto ao MEC, estados e municípios; Relatórios das soluções apontadas para efetivação da proposta; Comprovação de aumento do número de municípios do Nordeste a serem contemplados com apoio financeiro;	FNDE / MEC Estados Municípios
			Ação 1.2.: Realizar estudos de viabilidade financeira (com base na Lei de Responsabilidade Fiscal) para oferta de atendimento adequado às crianças da creche e pré-escola por parte dos municípios, bem como articulações (inclusive para ajustes legais) para as soluções propostas nos estudos;	Ofícios-consulta junto ao MEC, Câmara dos Deputados e Senado, solicitando pareceres técnicos das consultorias legislativas sobre a LRF e as mudanças em curso na legislação que tenham impacto sobre o tema;	FNDE / MEC Governos dos Estados Municípios Câmara dos deputados e senado federal

				Relatório de análise da viabilidade contendo proposição de novas soluções;	Tribunal de Contas da União e dos Estados
			Ação 1.3.: Realizar estudos para análise da necessidade de acesso à creche conforme características da população dos municípios;	Resultados/achados de estudo contratado para analisar os desafios colocados aos municípios diante da meta 1 do PNE	Secretarias de educação dos estados e municípios; Institutos de pesquisa
			Ação 1.4.: Propor a formação de um consórcio entre os estados e municípios (com apoio da Sudene) que possuam as piores taxas de escolarização (e de demanda) para crianças de 0 a 3 anos para pactuação frente à fusão de interesses comuns para o alcance da meta de 50% até 2024.	Relatórios com resultados de reuniões entre estados e municípios acerca da proposta; Consórcio publicado com metas propostas e fontes de financiamento definidas	Governos estaduais; Governos municipais; Poderes legislativos dos estados e municípios; Governo Federal- MEC
B.2) Articular uma ampla rede de integração regional de ações à primeira infância entre as diferentes instituições governamentais e	Abrangência: Todos os estados da área de atuação da Sudene	Ações articuladas em rede regional e recursos otimizados melhorando resultados na atenção à primeira	Ação 2.1.: Integrar os ministérios afins (educação, saúde, assistência, direitos humanos etc.) no apoio à elaboração e implementação dos planos municipais e estaduais da Primeira Infância por meio de um pacto interfederativo;	portaria interministerial com definição de papéis de cada ministério de dos municípios na elaboração e implementação dos planos municipais da primeira infância;	Ministério da Educação; Ministério da Saúde; Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos; Ministério da Cidadania; Secretarias estaduais e

sociais;		infância			municipais correspondentes aos ministérios mencionados; Associações comunitárias locais; Universidades;
			Ação 2.2.: Fortalecer o Comitê Intersetorial de Políticas Públicas para a Primeira Infância , envolvendo ministérios afins e ampliando o apoio ao protagonismo da sociedade civil, dos estados e municípios;	Documento com resultado da articulação junto ao MDS – responsável pela secretaria executiva do comitê – para a inclusão da sociedade civil organizada ter representação junto ao comitê;	Ministério do da Cidadania; Casa Civil da Presidência da República; Ministério da Educação; Ministério da Cultura; Ministério da Saúde; Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão; e Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos; sociedade civil, indicados pelos seguintes órgãos: a) Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - Conanda; b) Conselho Nacional de Saúde - CNS; c) Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS; d) Conselho Nacional de

					Educação - CNE; e e) Conselho Nacional de Política Cultural - CNPC.
			Ação 2.3.: Desenvolver um programa de apoio e indução do governo federal para estados estabelecerem políticas intersetoriais de Primeira Infância em colaboração com seus municípios, frente à baixa capacidade financeira e técnica dos municípios;	Programa criado e apresentado aos estados; Portaria com apoio financeiro aos estados para assistência técnica aos municípios;	Ministério da Cidadania; Ministério da Educação; Ministério da Saúde; Governos dos Estados Governos dos Municípios Sudene
			Ação 2.4.: Promover um pacto regional entre os governos estaduais, municipais e federal, incluindo universidades e organizações sociais para a construção de uma agenda coletiva voltada à primeira infância;	Relatórios de articulações junto as universidades e demais instituições com encaminhamentos dados; Evento de lançamento do Pacto regional; Decreto com atribuições de cada agente no pacto	Governo federal (intersectorial); Governos dos Estados (intersectorial); Governos dos Municípios (intersectorial); Sudene Universidades Organizações sociais

			Ação 2.5.: Acompanhar avaliação de implantação do Programa Criança Feliz, iniciado em 2018, que tem bases metodológicas no PIM para disseminar os resultados e apoiar os estados e municípios em sua implantação.	Resultados das primeiras avaliações realizadas sobre o Criança Feliz; Reuniões com estados e municípios para divulgação dos resultados; Relatórios contendo encaminhamentos com as demandas dos estados e municípios para implantação do Programa	Ministério da Cidadania MEC Sudene Governos dos estados; Governos dos Municípios
3) Garantir Vagas e realizar busca ativa das crianças de 4 a 5 anos para matrícula na pré-escola;	Abrangência: Todos os estados da área de atuação da Sudene Emergentes: Alagoas, Sergipe, Piauí, Pernambuco (Urbano e Rural) e Espírito Santo (Rural)	Oferta da pré-escola universalizada e cumprimento legal por parte dos municípios efetivados	Ação 3.1.: Promover campanhas junto às redes de educação e suas respectivas escolas para levantamento das crianças (irmãos dos alunos) de 4 a 5 anos quando não estão matriculados;	Ofício às Secretarias de educação com modelo de circular de envio às escolas para inserção de perguntas para levantamento no ato de matrículas sobre irmãos que estariam fora da escola; Fichas de encaminhamento das crianças de 4 a 5 anos para as Secretarias de educação; Novas fichas de matrícula das crianças de 4 a 5 anos matriculadas; Percentual de crianças de 4 a 5 anos matriculadas em comparação ao ano anterior;	MEC Secretarias estaduais de educação; Secretarias municipais de educação;

			Ação 3.2.: Realizar parceria com as redes de assistência e de saúde para inserção em seus cadastros da informação de matrícula (ou não) das crianças de 4 a 5 anos, bem como capacitação e orientação aos agentes de saúde e assistentes sociais para encaminhamento à rede de ensino;	Relatórios com memórias das reuniões realizadas com secretários de saúde e assistência para articulação sobre o tema; Ofícios com modelo de questão a ser inserida em formulários de saúde e assistência sobre matrícula das crianças de 4 a 5 anos fora da escola; Relatórios das capacitações e sensibilizações dos agentes de saúde e de assistência; Fichas de encaminhamento das crianças de 4 a 5 anos para as Secretarias de educação;	Secretarias de assistência Social dos estados e municípios; Secretarias de saúde dos estados e municípios; Secretarias de educação dos estados e municípios; Institutos de Pesquisa governamentais
			Ação 3.3.: Apoio técnico aos municípios com estudos de mapeamento das crianças de 4 a 5 anos pelos cadastros integrados das plataformas federais.	Memórias de reuniões técnicas com Ministério da Cidadania para solicitar acesso ao mapeamento das crianças de 4 a 5 anos; Documento com lista das crianças de 4 a 5 anos mapeadas; Memórias das reuniões técnicas com estados e municípios para levantamento em outras bases de dados;	Governo Federal (Ministério da Cidadania – Cadúnico), Ministério da Mulher, família e DH Governos estaduais;

				Documento contendo sistematização de todos os mapeamentos realizados;	
4) Melhorar a formação dos profissionais da educação infantil para a qualificação à atuação junto a este nível de ensino, considerando suas peculiaridades	Abrangência: Todos os estados da área de atuação da Sudene Emergentes: Maranhão, Pernambuco e Alagoas (Urbano e Rural)	Ações educacionais de qualidade e desenvolvimento integral (cognitivo e não-cognitivo) das crianças promovidos	Ação 4.1.: Articular junto ao MEC a proposição de uma política de adequação na grade curricular dos cursos ligados à docência, de forma que dêem maior ênfase às disciplinas voltadas às práticas pedagógicas para primeira infância;	Solicitação de parecer técnico do CNE sobre a importância de reforma curricular para melhoria das práticas pedagógicas na primeira infância; Relatórios de reuniões junto às universidades para discutir sobre a importância da reforma curricular; Relatórios das reuniões técnicas junto a SESU do MEC (Secretaria de Educação Superior) para tratar sobre a proposta de reforma curricular;	MEC Universidades Sudene CNE – conselho Nacional de Educação;
			Ação 4.2.: Articular termos de cooperação entre as universidades e os municípios para o planejamento conjunto de maneira a superar os desafios dos professores que já estão na sala de aula há tempo e sem reciclagem adequada às novas teorias. As soluções podem partir de projetos de extensão, de forma a aproximar universidades e comunidades, a	Relatórios de reuniões técnicas de articulação com pró-reitorias de extensão das universidades; Relatórios das reuniões técnicas com secretarias municipais de educação sobre proposta de programa de extensão como formação continuada dos professores	Universidades (pró-reitorias de extensão) Governos municipais – secretarias de educação; Sudene

			exemplo da evidência de Feira Nova (PE);	das redes; Termos de cooperação assinados entre universidades e municípios para implantação do programa;	
			Ação 4.3.: Apoiar e promover junto às instituições da sociedade civil e o Ministério da Educação ações de estímulo à carreira docente para atuação educação infantil, por meio do fortalecimento do debate acerca da valorização docente no Brasil;	Relatórios de reuniões técnicas com os sindicatos sobre apoio às agendas de valorização à carreira; Ofícios-consulta junto ao MEC, Câmara dos Deputados e Senado, solicitando pareceres técnicos das consultorias legislativas sobre a pauta ligadas a carreira do professor e as mudanças em curso na legislação que tenham impacto sobre o tema; Relatórios com resultados de reuniões com o MEC com ações de valorização propostas pelas articulações anteriores;	instituições da sociedade civil organizada; Ministério da Educação Sindicatos dos professores nacional e dos estados; Comissões de educação das assembleias estaduais e câmara federal

			Ação 4.4.: Realizar seminários regionais oficinas e capacitações exclusivamente voltados aos profissionais da educação infantil (docentes, gestores públicos, técnicos secretarias municipais, cuidadores/auxiliares etc., com mesas redondas e debates nas diversas agendas necessárias para essa nível de ensino;	Anais dos seminários realizados; Documentos de avaliação das capacitações realizadas; Relatórios das reuniões técnicas realizadas com encaminhamentos; Instrumento de monitoramento às redes de educação para análise de aproveitamento das ações para mudanças nas práticas docentes e qualidade do ensino;	MEC Secretarias estaduais e municipais de educação Sudene
			Ação 4.5.: Realizar estudos e propor soluções acerca da necessidade de adaptação de métodos de atendimento (no formato de creches e de visitas e acompanhamento domiciliar) à população de 0 a 5 anos conforme as especificidades regionais.	Documento contendo resultado dos estudos com as soluções propostas; Relatórios de reuniões técnicas com secretarias de educação para apresentação dos resultados dos estudos; Documento de proposição ajustados aos contextos da secretarias após reuniões; Nota técnica do CNE sobre análise acerca de ajustes propostos pelas redes de educação; Novos regimentos publicados	MEC Secretarias estaduais e municipais de educação Sudene Conselho Nacional de Educação

				(por portarias ou decretos) com ajustes nos métodos de atendimento à primeira infância.	
--	--	--	--	---	--

EIXO 3		ENSINO FUNDAMENTAL
OBJETIVO CENTRAL	Melhoria da qualidade do ensino fundamental no Nordeste	
METAS	Alcançar, até 2021, média 6 nos anos iniciais do ensino fundamental em todas as escolas da área de atuação da Sudene;	
	Alcançar, até 2021, média 5,5 nos anos iniciais do ensino fundamental em todas as escolas da área de atuação da Sudene;	
	Garantir, até 2024, 100% de alcance da população de 6 a 14 anos que frequenta ou que já concluiu o ensino fundamental (taxa de escolarização líquida ajustada).	
	Reduzir, até 2024, para 5% as taxas de distorção idade-série no ensino fundamental nos estados e municípios de atuação da Sudene;	

	Assegurar, até 2022, que 100% dos professores do ensino fundamental possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.
	Formar, até 2024, em nível de pós-graduação 50% dos professores do ensino fundamental;
INDICADOR DE IMPACTO	IDEB dos anos iniciais do ensino fundamental;
	IDEB dos anos finais do ensino fundamental;
	Taxa de escolarização líquida;
	Taxa de distorção idade/série;
	Proporção de docentes do ensino fundamental com formação superior em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam;
	Percentual de professores do ensino fundamental com pós-graduação lato sensu ou stricto sensu.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	ESTADOS DE ABRANGÊNCIA E/OU EMERGENTES PARA AÇÃO	INDICADOR DE RESULTADOS	AÇÕES	INDICADOR DE PROCESSO	MAPA DE PARCEIROS
1) Apoiar a valorização e qualificação dos profissionais do ensino fundamental;	Abrangência: Todos os estados da área de atuação da Sudene Emergentes: Maranhão, Alagoas, Bahia, Ceará e Pernambuco (Urbano e Rural)	Profissionais do ensino fundamental preparados e motivados para o exercício de suas funções	Ação 1.1.: Criar grupo de trabalho (com os gestores educacionais do governo federal, estados e municípios) para realizar estudos de viabilidade das necessidades/demandas de docentes em cada região e desenhar coletivamente soluções viáveis, sob a luz da Lei de Responsabilidade Fiscal;	Portaria de criação do Grupo de Trabalho publicada; Relatórios das reuniões técnicas realizadas no GT; Edital de contratação de estudo de viabilidade para os ajustes necessários.	MEC Secretarias estaduais e municipais de educação Sudene Sindicato dos profissionais da educação; TCU Tribunais de Contas do Estados;
			Ação 1.2.: Realizar estudos de análise de adequação da formação docente e apoiar tecnicamente os municípios nos ajustes necessários à adequação;	Documento contendo resultado detalhado do estudo por município; Relatórios de apresentação dos resultados aos municípios com encaminhamentos aos ajustes;	MEC Secretarias estaduais e municipais de educação Sudene INEP
			Ação 1.3.: Articular termos de cooperação entre as universidades e os municípios para o planejamento conjunto de maneiras de superar os desafios dos professores que já estão	Relatórios de reuniões técnicas de articulação com pró-reitorias de extensão das universidades; Relatórios das reuniões técnicas com secretarias municipais e	Universidades (pró-reitorias de extensão) Governos municipais – secretarias de educação; Sudene

			na sala de aula há tempo e sem reciclagem adequada às novas teorias. As soluções podem partir de projetos de extensão, de forma a aproximar universidades e comunidades, a exemplo da evidência de Feira Nova;	estaduais de educação sobre proposta de programa de extensão como formação continuada dos professores das redes; Termos de cooperação assinados entre universidades, estados e municípios para implantação do programa;	
			Ação 1.4.: Propor junto ao MEC criação e financiamento de Programa de ampliação do repertório cultural dos professores (a exemplo do projeto OLHARES do município de Sobral);	Documento com Projeto a ser apresentado ao MEC; Relatório de reunião junto ao MEC sobre apresentação da proposta; Documentos que comprovem os encaminhamentos dados;	MEC Secretarias estaduais e municipais de educação Sudene Universidades
			Ação 1.5.: Apoiar e promover junto às instituições da sociedade civil engajadas na causa e do Ministério da Educação ações de estímulo à carreira docente com reajuste salarial diferenciado das demais categorias (a exemplo do município de Sobral)	Relatórios de reuniões técnicas com os sindicatos e sociedade civil organizada sobre apoio às agendas de valorização à carreira; Ofícios-consulta junto ao MEC, Câmara dos Deputados e Senado, solicitando pareceres técnicos das consultorias legislativas sobre a pauta ligadas a carreira do professor e as mudanças em curso na	Organizações Sociais ligadas à educação; MEC Sindicatos dos profissionais da educação; Secretarias estaduais e municipais de educação do NE

				legislação que tenham impacto sobre o tema; Relatórios com resultados de reuniões com o MEC com ações de valorização propostas pelas articulações anteriores;	
			Ação 1.6.: Realizar estudos para apoiar os municípios e estados para estabelecer como política de suas redes de educação a utilização de critérios técnicos para a seleção dos gestores escolares.	Documento contendo resultado dos estudos; Relatório de reuniões técnica de apresentação dos estudos aos municípios e estados; Decretos, portarias e mudanças legais dos estados e municípios sobre utilização de critérios técnicos para seleção de gestores.	MEC Secretarias municipais e estaduais de educação; Conselhos estaduais e nacional de educação Organizações sociais Assembléias legislativas e câmaras legislativas;
2) Realizar programas de aceleração para os alunos em atraso escolar;	Abrangência: Todos os estados da área de atuação da Sudene Emergentes: Sergipe (Rural), Sergipe, Bahia, Alagoas e Piauí (Urbano e Rural)	Evasão e abandono escolar reduzidos	Ação 2.1.: Propor fortalecimento institucional nos programas locais (estaduais e municipais) e federal de alfabetização da idade certa, bem como melhor integração entre as esferas administrativas para o monitoramento dos resultados;	Relatórios de reuniões agendadas e seus devidos encaminhamentos com estados e municípios sobre a agenda da alfabetização na idade Certa; Documento com sistematização do que está sendo feito como soluções à agenda nos estados e municípios; Documentos (decretos, portarias etc.) das soluções conjuntas encontradas para fortalecimento	MEC Redes estaduais e municipais de educação; Sudene

				da agenda da alfabetização na idade certa.	
			Ação 2.2.: Realização de estudos e proposição de soluções pedagógicas para minimização de uma transição abrupta do 5º ao 6º ano – do professor polivalente para sete ou oito diferentes professores. É nesta fase que as taxas de abandono e evasão crescem. Os dados demonstram que o grande “gargalo” está na saída do 5º ano e ingresso no 6º ano, portanto os esforços precisam ser redobrados considerando este recorte;	Documento com resultados dos estudos e proposições; Relatórios de apresentação dos resultados dos estudos aos estados e municípios; Documentos que comprovem encaminhamentos dados a partir da análise conjunta dos estudos;	Organizações Sociais ligadas à educação; Secretarias estaduais e municipais de educação; MEC Sudene INEP
			Ação 2.3.: Articular parcerias com ministérios, estados e municípios para desenvolver projeto conjunto de acompanhamento intersetorial (saúde, assistência, educação e proteção) para o acompanhamento dos estudantes que apresentam baixos resultados de aprendizagem (a exemplo de experiência no município de município de Araguaína-TO);	Portaria de Grupo de Trabalho intersetorial para criação de estratégias conjuntas; Relatórios de monitoramento das ações planejadas no GT.	Secretarias estaduais e municipais de educação; MEC Sudene Ministério da Saúde Ministério da Cidadania; Ministério da Mulher, Família e DH;

3) Promover ações de fortalecimento das propostas pedagógicas nas redes;	Abrangência: Todos os estados da área de atuação da Sudene Emergentes: Maranhão, Sergipe, Rio Grande do Norte, Alagoas, Paraíba, Bahia, Pernambuco, Piauí, (Urbano e Rural)	Alunos e professores com metas de aprendizagem claras	Ação 3.1.: Apoio técnico aos municípios para elaboração de proposta pedagógica curricular por ano/série com material didático específico por ano/série para os alunos, a exemplo da experiência de Sobral;	Documento com relatórios das reuniões de apresentação do estudo de caso de Sobral e da proposta de ajustes ao material dos municípios; Documentos com ajustes necessários nos materiais didáticos por ano/série a ser oferecido aos municípios.	Secretarias estaduais e municipais de educação; MEC Sudene Município de Sobral
			Ação 3.2.: Promover concurso de práticas pedagógicas de aprendizagem nas disciplinas de excelência como forma de apoiar e subsidiar melhores condições para aperfeiçoamento da própria prática (a exemplo da experiência do município de Sobral que dá apoio irrestrito às práticas que melhoram as aprendizagens dos estudantes);	Edital de concurso de práticas pedagógicas publicado; Relatório dos premiados no concurso; Publicação de livro sobre as melhores práticas.	Secretarias estaduais e municipais de educação; MEC Sudene Empresas parceiras da ação a serem captadas;
			Ação 3.3.: Promover intercâmbio entre estados e municípios para socialização de práticas docentes eficazes nas disciplinas de excelência acadêmica (a exemplo da experiência do município de Sobral);	Relatórios dos eventos de intercâmbio; Relatório de visitas técnicas entre os docentes para vivência das experiências exitosas; Instrumental de apoio aos participantes do intercâmbio para apoio nas mudanças de	Secretarias estaduais e municipais de educação; MEC Sudene Município de Sobral

				suas práticas;	
			Ação 3.4.: Promover premiação para as escolas que alcançarem metas de aprendizagem para incentivo à construção coletiva do trabalho (a exemplo do município de Sobral);	Edital de concurso entre as escolas publicado; Relatório dos premiados no concurso; Publicação de livro sobre as melhores práticas.	Secretarias estaduais e municipais de educação; MEC Sudene
			Ação 3.5.: Articulação junto ao MEC, estados, municípios e instituições ligadas à melhoria de políticas públicas de educação para discussão de ajustes às propostas pedagógicas dos anos finais do ensino fundamental. Deve-se re-significar o ensino com práticas voltadas ao protagonismo juvenil, à robótica, a cultura <i>maker</i> , às novas tecnologias de informação e comunicação, à educação financeira e ao empreendedorismo.	Relatório de reunião com instituições envolvidas na parceria para proposição de seminário sobre o tema; Relatório de seminário sobre práticas de inovação nas ações pedagógicas do ensino fundamental; Portaria/decreto publicando a destinação de apoio financeiro para os municípios e estados que desenvolverem práticas voltadas ao empreendedorismo e cultura da inovação.	Secretarias estaduais e municipais de educação; MEC Sudene Organizações sociais ligadas à educação; Centros de tecnologia das universidades e IFs; SEBRAE BNB; Empresas parceiras a serem captadas;

			Ação 3.6.: Promover a articulação entre as redes estaduais e municipais para a criação de uma estratégia pedagógica conjunta direcionada aos estudantes dos anos finais do Ensino Fundamental, de forma a melhorar a permanência na fase de transição ao Ensino Médio	Relatórios das reuniões de articulação entre estados e município, com seus devidos encaminhamentos; Portaria com criação de grupo de Trabalho para a construção de planejamento conjunto entre estados e municípios; Documentos que comprovem encaminhamentos dados a partir do GT;	Secretarias estaduais e municipais de educação; MEC Sudene
			Ação 3.7.: Realizar estudo de avaliação nas escolas rurais do Nordeste para mensurar se as peculiaridades (adequações necessárias aos conteúdos curriculares, organização escolar e metodologias apropriadas) da vida no campo e de cada região estão sendo garantidas e apoiadas pelas redes de educação.	Documento contendo resultado dos estudos sobre peculiaridades da educação nas escolas rurais; Parecer técnico com orientações de adequações que se fizerem necessárias às redes/escolas Relatórios das reuniões técnicas de apresentação dos resultados dos estudos às secretarias; Documentos de gestão e pedagógicos ajustados às necessidades do contexto rural	Inep - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira Secretarias estaduais e municipais de educação; MEC Sudene
			Ação 3.8.: Realizar ações de popularização da ciência e da tecnologia no ensino fundamental, tais como olimpíadas das disciplinas	Editais de concursos e festivais intra e intermunicipais e interestaduais publicados; Relatórios de reuniões técnicas	Secretarias estaduais e municipais de educação; MEC Sudene

			básicas com dimensão intra e intermunicipais e interescolares;	com as secretarias de educação para propor ações de parceria junto às secretarias de ciência e tecnologia	CNPq
			Ação 3.9.: Apoiar as redes de educação para ampliação da oferta de educação integral aos estudantes do ensino fundamental.	Relatório de articulação junto ao MEC para ampliação da transferência de repasse às escolas de educação integral; Publicação dos repasses destinados por meio do PDDEWeb às escolas de educação integral;	Secretarias estaduais e municipais de educação; MEC Sudene
4) Melhorar a infraestrutura das escolas com bibliotecas, laboratórios e banda larga.		Infraestrutura escolar melhorada para os alunos do ensino fundamental	Ação 4.1.: Apoiar estados e municípios na captação de recursos e programas junto ao FNDE que promovam melhorias de infraestrutura das escolas;	Relatório de articulação junto ao MEC priorização ao Nordeste de todos os programas de apoio na melhoria de infraestrutura das escolas;	Secretarias estaduais e municipais de educação; MEC/FNDE Sudene
	Abrangência: Todos os estados da área de atuação da Sudene		Ação 4.2.: Promover, em parceria com o MEC, capacitação específica aos gestores escolares sobre gestão de recursos para garantir melhor aproveitamentos dos recursos destinados à conservação escolar (PDDE e programas estaduais e municipais específicos);	Relatórios de avaliação de eventos de capacitação de gestores escolares sobre prestação de contas e gestão de recursos;	FNDE Secretarias estaduais e municipais de educação; Sudene

			Ação 4.3.: Realizar parceria com as secretarias de cultura e Ministério da Cultura para desenhar um programa de ampliação de bibliotecas escolares e comunitárias nas regiões mais carentes desse serviço;	Relatório de reuniões junto aos ministério e secretarias de cultura, com seus devidos encaminhamentos; Documento de criação de grupo de trabalho entre parceiros para elaboração do programa integrado; Documento com projeto desenhado do Programa de ampliação.	Ministério da Cultura Secretarias municipais e estaduais de cultura; Secretarias estaduais e municipais de educação; MEC Sudene
			Ação 4.4.: Realizar parceria com o Ministério de Ciência e Tecnologia para buscar soluções à ampliação de banda larga nas escolas.	Relatório das reuniões técnicas e de articulação com o ministério de ciência e Tecnologia Publicação da portaria com priorização das escolas do Nordeste para ampliação da banda larga nas escolas.	Ministério de Ciência e Tecnologia MEC Secretarias estaduais e municipais de educação Secretarias municipais e estaduais de ciência e tecnologia

EIXO 4		ENSINO MÉDIO
OBJETIVO CENTRAL	Melhoria da qualidade do ensino médio no Nordeste	

METAS	Promoção de habilidades relevantes e desenvolvimento de competências no Ensino Médio;				
	Contribuição para a redução da pobreza e das desigualdades sociais na região;				
	Preparação dos jovens para as exigências crescentes do mercado de trabalho.				
INDICADOR DE IMPACTO	IDEB do Ensino Médio				
	Taxa de Evasão do Ensino Médio				
	Taxa de Escolarização Líquida				
	Taxa de Proficiência em Português e Matemática				
	Percentual de alunos do ensino médio matriculados na educação em tempo integral e que estão em jornada de tempo integral.				
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	ESTADOS DE ABRANGÊNCIA E/OU EMERGENTES PARA AÇÃO	INDICADOR DE RESULTADOS	AÇÕES	INDICADOR DE PROCESSO	MAPA DE PARCEIROS
1) Ensino médio aderente a realidade	Abrangência: Todos os estados	Aumento do interesse dos	Ação 1.1.: Apoiar tecnicamente e financeiramente os estados (estudos,	Relatórios de sistematização das reuniões plenárias sobre	MEC/FNDE Secretarias estaduais e

dos jovens e adaptado à vida no século XXI;	da área de atuação da Sudene	jovens pela escola (permanência)	seminários, plenárias etc.) para discussão e ajustes em suas propostas pedagógicas visando melhorias no planejamento do ensino médio, a partir da Base Nacional Comum para o Ensino Médio e das Referências Curriculares para os itinerários formativos (referenciais para o Novo Ensino Médio);	BNCC nos estados e municípios, apontando dificuldades e soluções; Documento com estudos sobre aplicação da BNCC nos territórios	municipais de educação Sudene
	Emergentes: Bahia, Rio Grande do Norte, Alagoas, Maranhão, Paraíba e Minas Gerais (Urbano e Rural)		Ação 1.2.: Promover intercâmbios entre redes de educação para discussão sobre metodologias por resultados que tenham foco na aprendizagem dos estudantes e confiança na capacidade de aprender de todos os alunos, bem como apresentação e premiação de experiências bem sucedidas nessa ótica;	Relatórios dos eventos de intercâmbio; Relatório de visitas técnicas entre os docentes para vivência das experiências exitosas; Instrumental de apoio aos participantes do intercâmbio para apoio nas mudanças de suas práticas; Edital de concurso de experiências bem sucedidas; Relatório com evento de premiação das experiências	MEC Secretarias estaduais e municipais de educação Organizações Sociais ligadas à educação Empresas parceiras a serem captadas
			Ação 1.3.: Apoiar as Fundações de Amparo à Pesquisa (FAP's) de cada estado para desenvolverem programas de iniciação científica e incentivo à pesquisa, de forma a popularizar a	Relatórios de reuniões de articulação com MEC e Ministério da Ciência e Tecnologia para financiamento de editais de apoio à ciência;	Fundações de Amparo à Pesquisa (FAP's) de cada estado Ministério de Ciência e Tecnologia MEC

			Ciência e a Tecnologia entre os jovens, bem como colaborar com a autonomia dos alunos nos seus processos de construção do conhecimento.	Editais de apoio às Fundações publicados;	Secretarias estaduais e municipais de educação Secretarias municipais e estaduais de ciência e tecnologia Sudene
			Ação 1.4.: Desenvolver e implementar, em colaboração com as redes estaduais de educação, metodologias capazes de contextualizar o ensino para os jovens utilizando recursos multimídia, bem como diversificar as estratégias e procedimentos pedagógicos, além de incentivar a autonomia dos alunos na busca por novas informações, ampliando suas reelaborações acerca até dos conhecimentos apresentados nas escolas.	Documento com plano de ações de fortalecimento às metodologias baseada nas tecnologias multimídia;	MEC Secretarias estaduais e municipais de educação Sudene
			Ação 1.5.: Realizar concurso para fomentar a criação da cultura empreendedora entre estudantes do Ensino Médio, por meio da realização de projetos de empresas estudantis com experiências práticas em negócios, economia e gestão.	Edital de concurso sobre práticas empreendedoras nas escolas publicado; Relatório dos premiados no concurso; Publicação de livro sobre as melhores práticas.	SEBRAE MEC Secretarias estaduais e municipais de educação Instituições como Junior Archivment; Universidades

			Ação 1.6.: Realizar campanhas junto aos moradores e empresários do bairro em que a escola está inserida para sensibilização e conscientização do relevante papel da escola para aquela comunidade, promovendo valorização social dos estudantes e professores, de forma a transformar a sociedade parceira da escola;	Peças publicitárias com campanhas de valorização da escola junto às comunidades	MEC Secretarias estaduais e municipais de educação Empresas locais Associações de moradores
			Ação 1.7.: Expandir o programa já existente de fomento às escolas de Ensino Médio em tempo integral, priorizando as escolas de maior vulnerabilidade socioeconômica.	Publicação de disponibilidade orçamentária no PDDEWeb para as escolas de ensino médio de tempo integral;	MEC / FNDE Secretarias estaduais e municipais de educação Empresas parceiras localmente e em nível nacional
			Ação 1.8.: Apoiar estados e municípios na captação de recursos e programas junto ao FNDE que promovam melhorias de infraestrutura das escolas;	Relatório de articulação junto ao MEC priorização ao Nordeste de todos os programas de apoio na melhoria de infraestrutura das escolas;	FNDE Secretarias estaduais e municipais de educação
			Ação 1.9.: Realizar parceria com as secretarias de cultura e Ministério da Cultura para desenhar um programa de ampliação de bibliotecas escolares e	Relatório de reuniões junto aos ministério e secretarias de cultura, com devidos encaminhamentos;	MEC Ministério da Cultura Secretarias estaduais e municipais de educação Secretarias estaduais e

			comunitárias nas regiões mais carentes desse serviço;	Documento de criação de grupo de trabalho entre parceiros para elaboração do programa integrado; Documento com projeto desenhado do Programa de ampliação de bibliotecas.	municipais de cultura Rede Nacional de Bibliotecas Comunitárias
			Ação 1.10.: Realizar parceria com o Ministério de Ciência e Tecnologia para buscar soluções à ampliação de banda larga nas escolas	Relatório das reuniões técnicas e de articulação com o ministério de ciência e Tecnologia Publicação da portaria com priorização das escolas do Nordeste para ampliação da banda larga nas escolas.	Ministério de Ciência e Tecnologia MEC Secretarias estaduais e municipais de educação Secretarias municipais e estaduais de ciência e tecnologia Sudene
2) Desenvolver políticas de correção de fluxo para estudantes com distorção idade série;	Abrangência: Todos os estados da área de atuação da Sudene Emergentes: Paraíba, Sergipe, Piauí, Rio Grande do Norte, Bahia (Urbano e Rural)	Evasão e abandono escolar no ensino médio reduzidos	Ação 2.1.: Estimular, junto às secretarias estaduais, políticas de estímulo à criação de classes de aceleração da aprendizagem e realizar formação das equipes pedagógica e gestora no tema;	Reunião junto as secretarias de educação para discutir seminário de formação sobre classes de aceleração; Relatório de formação das equipes escolares sobre classes de aceleração;	MEC Secretarias estaduais e municipais de educação Sudene
			Ação 2.2.: Premiar melhores práticas de correção de fluxo para o ensino médio entre os governos estaduais e publicar experiências. Indica-se aqui a parceria com organizações sociais ligadas à	Edital de concurso de melhores práticas de correção de fluxo publicado; Relatório dos premiados no concurso;	Organizações sociais; MEC Secretarias estaduais e municipais de educação Sudene

			educação;	Publicação de livro sobre as melhores práticas.	
			Ação 2.3.: Realizar estudos aprofundados e propor soluções pedagógicas para minimização de uma transição do Ensino Fundamental para o Ensino médio. O 1º ano do Ensino Médio é mais uma fase (assim como o 6º ano do Fundamental) em que as taxas de abandono e evasão crescem exponencialmente;	Documento com resultados dos estudos e proposições; Relatórios de apresentação dos resultados dos estudos aos estados e municípios; Documentos que comprovem encaminhamentos dados a partir da análise conjunta dos estudos;	Organizações Sociais ligadas à educação; Secretarias estaduais e municipais de educação; MEC Sudene INEP
			Ação 2.4.: Propor parceria entre as redes de educação e as redes de assistência, cultura e saúde para encaminhamentos (atendimento e projetos desenvolvidos por cada rede direcionados ao público Juvenil) e acompanhamento focalizado dos estudantes em distorção idade-série;	Portaria de Grupo de Trabalho intersetorial para criação de estratégias conjuntas; Relatórios de monitoramento das ações planejadas no GT.	Secretarias estaduais e municipais de educação; MEC Sudene Ministério da Saúde Ministério da Cidadania; Ministério da Mulher, Família e DH; Instituto NET Claro Embratel UNICEF
			Ação 2.5.: Promover ações de aproximação da escola com as famílias dos estudantes, fazendo com que os pais e responsáveis estejam presentes e	Relatórios de acompanhamento das ações promovidas; Instrumental de avaliação a ser	Secretarias estaduais e municipais de educação; MEC Sudene Associações de pais e de

			acompanhando de perto o desenvolvimento escolar e as aprendizagens dos seus filhos;	respondido pelas escolas se houve mudanças no acompanhamento dos pais após a implementação das novas estratégias.	moradores.
			Ação 2.6.: Fomentar parceria/cooperação (por meio de projetos de extensão, estágios ou de bolsistas) entre as redes de educação e as universidades para que estudantes universitários ministrem aulas de reforço aos estudantes do ensino médio;	Documento contendo programa de extensão e estágio para aulas de reforço pelos universitários aos estudantes do ensino médio; Termo de cooperação entre universidade e redes de educação para início do projeto.	Secretarias estaduais e municipais de educação; Universidades MEC Sudene
			Ação 2.7.: Desenvolver programa específico para distorção idade-série em áreas rurais e apoiar os estados (com foco nos mapeados com maiores distorções rurais), técnica e financeiramente, na sua implementação.	Relatórios de reuniões técnicas com parceiros para proposição da criação do Programa; Documento com proposta do Programa de correção idade-série para as áreas rurais com piores índices; Apresentação de ajuste no PDDEWeb para dotação financeira ao Programa criado; Relatório das capacitações às secretarias estaduais de educação para implementação do novo programa.	Secretarias estaduais e municipais de educação; Universidades MEC/FNDE Sudene

			Ação 2.8.: Desenhar política especial de elevação de escolaridade para a população de 18 a 29 anos de idade residente na área rural, respeitando as peculiaridades da vida no campo e de cada região.	Portaria de publicação da nova política de elevação da escolaridade, contendo diretrizes, estratégias e metas	Secretarias estaduais e municipais de educação; Universidades MEC Sudene
3) Promover um ensino médio que desenvolva competências para o mundo do trabalho;	Abrangência: Todos os estados da área de atuação da Sudene	Jovens mais preparados para o ingresso no mundo do trabalho	Ação 3.1.: Realizar ações de apoio às pesquisas acerca de metodologias inovadoras para uma educação conectada com o mundo do trabalho no contexto da indústria 4.0	Editais de financiamento às pesquisas voltadas a educação integrada ao mundo do trabalho;	CNPq Secretarias estaduais e municipais de educação; Universidades MEC Sudene CVTs nos estados
			Ação 3.2.: Desenvolver e apoiar as rede de educação para a implementação programa de empreendedorismo capaz de fomentar ambientes empreendedores nas escolas, transformando as salas de aulas em protótipos de startups, voltadas à resolução de problemas por meio do desenvolvimento de projetos;	Documento com Programa de apoio ao empreendedorismo e ambientes empreendedores nas escolas criado; Pacto entre parceiros firmado para apoio à implementação do Programa;	Secretarias estaduais e municipais de educação; SEBRAE Junior Archivment MEC Sudene Incubadoras universitárias (startups)

			Ação 3.3.: Promover parcerias entre redes estaduais de educação, empresas ligadas às áreas de ciência e tecnologia e Centros Tecnológicos e Instituições de Pesquisa para oferecer bolsas de pesquisas e cursos às estudantes e professoras do ensino médio, nas áreas de biotecnologia, microeletrônica e nanotecnologia e outras ciências de ponta, para estimular o empoderamento feminino nas áreas de Ciência e Tecnologia, seguindo o exemplo do Programa Futuras Cientistas, desenvolvido pelo CETENE – Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste.	Termos de cooperação entre parceiros firmados; Edital de financiamento de bolsas em áreas específicas da Ciência publicado	Secretarias estaduais e municipais de educação; Universidades MEC Sudene CNPq Empresas de tecnologia Centros de tecnologia das universidades e IFs; Secretarias estaduais e municipais de Ciência e Tecnologia Ministério da Ciência e Tecnologia
			Ação 3.4.: Ampliar a oferta de educação profissional técnica de nível médio e realizar apoio técnico e elaboração de materiais didáticos em parceria com estados para fortalecimento do ensino médio associado aos cursos técnicos e profissionalizantes ligados a economia local.	Relatórios de encaminhamentos com articulação com MEC para ampliação da EPTNM; Materiais didáticos de cursos técnicos e profissionalizantes ajustados (ou elaborados) associados às demandas da economia local.	Sistema S Embrapa Senar Organizações sociais IFs Universidades Secretarias estaduais e municipais de educação Secretarias estaduais e municipais de desenvolvimento econômico MEC

					Ministério da integração Regional Sudene
4) Apoiar a valorização e a qualificação dos profissionais do ensino médio.	Abrangência: Todos os estados da área de atuação da Sudene Emergentes: Alagoas, Piauí, Ceará, Bahia, Paraíba, Pernambuco e Maranhão (Urbano e Rural)	Profissionais do ensino médio preparados e motivados para o exercício de suas funções	Ação 4.1.: Promover melhorias nas capacitações inicial e continuada de professores do ensino médio que contemple temas como uso da tecnologia em sala de aula, cyberbullying, cultura maker, robótica, dentre outros, que assegurem aos professores um bom trabalho com as tecnologias da informação e comunicação, de forma a desenvolver a cidadania digital nos docentes;	Relatório de articulações junto às universidades para ajustes nos programas dos cursos de licenciaturas de forma a desenvolver cidadania digital nos futuros docentes; Relatórios das capacitações realizadas com os professores e técnicos das secretarias de educação nas temáticas das tecnologias;	Secretarias estaduais e municipais de educação; Universidades – Centros de educação MEC Sudene Centros de tecnologia das universidades e IFs; Secretarias estaduais e municipais de Ciência e Tecnologia Ministério da Ciência e Tecnologia
			Ação 4.2: Realizar articulações e parcerias com o MEC e os cursos de licenciatura das universidades para redesenho de disciplinas como didática e metodologias de ensino de forma a inserir na formação inicial dos professores métodos práticos aplicados e técnicas capazes de contextualizar os temas trabalhados em sala de aula;	Solicitação de parecer técnico do CNE sobre a importância de reforma curricular para melhoria de disciplinas como didática e metodologias de ensino para o ensino médio; Relatórios de reuniões junto às universidades para discutir sobre a importância das mudanças; Relatórios das reuniões técnicas junto a SESU do MEC	Universidades – Centros de educação MEC Sudene Conselho Nacional de Educação Conselhos estaduais de educação

				(Secretaria de Educação Superior) para tratar sobre a proposta de reforma curricular;	
			Ação 4.3: Envolver os professores no alinhamento em torno do Projeto Pedagógico das escolas e da rede (que devem ter como foco a aprendizagem dos estudantes) elevando senso de responsabilidade profissional dos docentes em relação ao sucesso dos alunos;	Articulação junto às secretarias de educação para início de campanhas de elaboração e apoio aos PPP das escolas como instrumento de Planejamento participativo; Instrumentais de orientação á participação dos professores na elaboração dos PPPs das escolas; Documento legal que garanta o tempo de planejamento por parte dos professores fora de sala de aula; Campanhas de mobilização dos professores para maior participação destes na construção dos PPP das escolas em que atuam;	Secretarias estaduais e municipais de educação; MEC Sudene
			Ação 4.4.: Realizar estudos para apoiar os estados para estabelecer como política de suas redes de educação a utilização de critérios técnicos para a	Documento contendo resultado dos estudos; Relatório de reuniões técnica de apresentação dos estudos	MEC Secretarias municipais e estaduais de educação; Conselhos estaduais e

			seleção dos gestores escolares.	aos estados; Decretos, portarias e mudanças legais dos estados e municípios sobre utilização de critérios técnicos para seleção de gestores.	nacional de educação Organizações sociais Assembléias legislativas e câmaras legislativas;
			Ação 4.5.: Realizar estudos de análise de adequação da formação docente e apoiar tecnicamente os estados nos ajustes necessários à adequação docente;	Documento contendo resultado detalhado do estudo por estado; Relatórios de apresentação dos resultados aos estados com encaminhamentos aos ajustes; Relatórios de monitoramento junto a cada estado sobre a implementação dos ajustes.	MEC Secretarias estaduais e municipais de educação Sudene INEP

EIXO 5		EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA (EPT)
OBJETIVO CENTRAL	Promover qualificação profissional aos jovens e às populações mais vulneráveis à inserção econômica e social dessa fatia de nordestinos;	
	Fortalecer a oferta do Ensino Médio Integrado nos estados e municípios, a partir da expansão, interiorização e qualificação das Escolas Técnicas/Profissionais/Centros de Vocações Tecnológicas (CVT)	
METAS	Aumento do interesse dos jovens pela formação profissional através de um modelo atraente, eficaz e sustentável e adequado à realidade regional;	
	Preparação dos jovens para as crescentes exigências do mercado de trabalho ampliando as oportunidades de emprego e renda;	
	Contribuição para a redução da pobreza e das desigualdades sociais na região;	
	Contribuição para o aumento da produtividade e da competitividade da economia nordestina.	
INDICADOR DE IMPACTO	Nº absoluto de matrículas em Educação Profissional Técnica de Nível Médio;	
	Percentual de matrículas de EJA na forma integrada a Educação Profissional;	
	Novas formações na estrutura curricular das Escolas Técnicas.	

Formação Inicial e Continuada ou Qualificação Profissional

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	ESTADOS DE ABRANGÊNCIA E/OU EMERGENTES PARA AÇÃO	INDICADOR DE RESULTADOS	AÇÕES	INDICADOR DE PROCESSO	MAPA DE PARCEIROS
1) Ofertar qualificação profissional para os analfabetos e pessoas com baixa escolaridade	Abrangência: Todos os estados da área de atuação da Sudene Emergentes: Minas Gerais, Alagoas e Maranhão (Urbano e Rural)	Qualificação profissional oferecida às pessoas com baixa escolaridade e analfabetos	Ação 1.1.: Realizar articulação junto aos IFE's SENAR, SENAC, Embrapa, INSA e todas as instituições que recebem recursos públicos por meio da PNATER para discutir possibilidades de flexibilização e adequação dos requisitos de ingresso nos cursos de qualificação.	Ofícios de solicitação de informações às instituições sobre quais os critérios mínimos de escolarização exigidos para os cursos; Documento contendo sistematização acerca dos critérios mínimos das instituições; Documento com estudo contendo número de excluídos dos cursos diante dos critérios mínimos; Relatório de reuniões de articulação com instituições sobre flexibilização de requisitos de acesso aos cursos associados a estratégias de oferta de EJA.	IFE's SENAR, SENAC, Embrapa, INSA Outras organizações sociais que atuem com capacitações nos municípios

			Ação 1.2.: Apoiar técnica e financeiramente as instituições para readequação de seus conteúdos curriculares e metodologias de forma a atender públicos mais vulneráveis (tais como analfabetos e analfabetos funcionais).	Relatórios de reuniões técnicas junto às instituições para proposição de readequação curricular; Documentos com projetos de readequação curricular; Material pedagógico ajustado; Treinamento e capacitação dos formadores para novo formato;	MEC/FNDE Secretarias estaduais e municipais de educação Sudene Organizações sociais que já atuem com a temática no Brasil
			Ação 1.3.: Realizar uma busca ativa e acompanhamento permanente do público que nunca recebeu qualificação profissional por não preencher requisitos mínimos de formação. Também se sugere o cruzamento de informações junto a levantamentos censitários e instituições educacionais locais;	Documento com informações levantadas no cadastro dos desempregados dos estados; Levantamento de agências do trabalho municipais; Levantamento dos sindicatos dos trabalhadores rurais dos estados e municípios; Levantamento pelas secretarias de educação dos jovens e adultos matriculados na EJA que nunca receberam qualificação	IBGE/Censo (e Censo Agro) MEC Ministério da Agricultura Secretarias estaduais e municipais de educação Secretarias estaduais e municipais de agricultura Organizações sociais ligadas ao PNATER

			Ação 1.4.: Propor projeto de curso de qualificação customizado aos menos letrados com possibilidade de dedicação exclusiva, disponibilizando uma bolsa - auxílio aos participantes da qualificação durante o período do curso (inclusive para transporte/deslocamento) e com acompanhamento psicológico e assistencial, de forma complementar ao curso técnico oferecido em si (seguindo modelo de empresa setor sucroalcooleiro de Minas Gerais).	Documento com projeto de curso com previsão de bolsas e acompanhamento assistencial aos participantes; Peças publicitárias com lançamento do Programa elaborado;	MEC Organizações sociais ligadas ao PNATER Ministério da Agricultura Secretarias estaduais e municipais de educação Secretarias estaduais e municipais de agricultura Sistema S
			Ação 1.5.: Articular e desenvolver parcerias entre organizações sociais, associações de moradores locais e universidades, de forma a ampliar a participação da Universidade na formação dos educadores locais.	Relatórios de reuniões de articulação junto aos parceiros para formação de educadores locais; Projeto de formação de educadores locais; Relatórios de monitoramento das ações dos educadores locais;	organizações sociais; associações de moradores locais universidades (pró-reitorias de extensão)
			Ação 1.6.: Criar estratégias para ampliação da oferta de educação de jovens e adultos (priorizando a faixa etária dos 18 aos 29 anos) articulada	Relatórios com ações de articulação junto às redes federal e estaduais para oferta de EJA integrada à educação profissional;	Secretarias ligadas à capacitação profissional dos estados e municípios Secretarias estaduais e municipais de educação Secretarias das

			com a Educação Profissional;	Relatórios acerca da articulação junto ao MEC para oferta de assistência estudantil aos jovens e adultos matriculados na EJA integrada.	juventudes dos estados e municípios Universidades IFs
2) Promover formação profissional atraente aos jovens e adequada à realidade regional	Abrangência: Todos os estados da área de atuação da Sudene Emergentes: Maranhão, Alagoas, Piauí e Ceará (Urbano e Rural)	Formação profissional ajustada aos contextos juvenis e à realidade regional	Ação 2.1.: Fomentar a criação de startups nas escolas de educação profissional, como forma de motivar os jovens para ingresso no mundo do trabalho a partir do aproveitamento da cultura maker juvenil e seu universo tecnológico;	Peças publicitárias de workshops palestras, oficinas, minicursos realizados para fomento à criação de startups nas escolas de educação profissional dos estados; Termos de parceria estabelecidos com empresas para realização de concursos de empreendedorismo nas escolas de educação profissional;	Incubadoras de startups SEBRAE Empresas parceiras a serem captadas Secretarias estaduais e municipais de educação Secretarias estaduais e municipais de ciência e tecnologia MEC Ministério da Ciência e Tecnologia
			Ação 2.2.: Realizar mobilização junto às instituições que representam os maiores índices de empregabilidade (federações das indústrias de cada estado, câmara de dirigentes lojistas e entidades que representam o Sistema S – SESI, SENAC, SEBRAE, SENAI, SESC, SENAR etc.) e instituições educacionais para propor a criação de um grupo regional permanente capaz de promover as conexões entre oferta de ensino profissional e o	Relatórios das reuniões agendadas e posteriores encaminhamentos para a criação do Grupo Regional Permanente; Portaria publicada com criação do Grupo; Plano de trabalho com as ações previstas pelo grupo; Relatórios de monitoramento de execução das ações.	Federações das indústrias de cada estado, câmara de dirigentes lojistas Entidades que representam o Sistema S – SESI, SENAC, SEBRAE, SENAI, SESC, SENAR Secretarias estaduais e municipais de educação Secretarias estaduais e municipais de

			desenvolvimento econômico local;		desenvolvimento econômico Ministério da Economia MEC
			Ação 2.3.: Realizar estudos de oferta de cursos adequada à demanda de Arranjos Produtivos Locais (APLs), rotas de integração e demandas gerais do mercado;	Documento contendo resultados dos estudos.	Secretarias estaduais e municipais de educação Secretarias estaduais e municipais de desenvolvimento econômico Ministério da Economia MEC
			Ação 2.4.: promover campanhas de valorização da educação profissional como meio de atrair mais jovens para esta modalidade de ensino.	Portaria com grupo de trabalho instituído para elaboração das estratégias de valorização; Peças de campanhas publicitárias criadas;	Secretarias estaduais e municipais de educação MEC (Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica) Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif) e dos institutos federais de educação, ciência e

					tecnologia, Associação Nacional dos Tecnólogos, Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) Sudene
3) Ampliar e melhorar a qualidade e o acesso aos cursos de qualificação profissional	Abrangência: Todos os estados da área de atuação da Sudene	Oferta e qualidade de formação profissional ampliadas	Ação 3.1.: Realizar estudos propositivos à melhoria da qualidade do ensino profissional em parceria com o sistema S, IF's e órgãos do Governo para melhor integração das redes estaduais e federais de ensino.	Portaria publicada com criação do Grupo; Plano de trabalho com as ações previstas pelo grupo; Relatórios de monitoramento de execução das ações.	Sistema S IFs MEC Secretarias estaduais e municipais de educação Sudene
Educação Profissional Técnica de Nível Médio (EPTNM)					
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	ESTADOS DE ABRANGÊNCIA E/OU EMERGENTES PARA AÇÃO	INDICADOR DE RESULTADOS	AÇÕES	INDICADOR DE PROCESSO	MAPA DE PARCEIROS
1) Melhorar a infraestrutura física e tecnológica, com padrões mínimos	Abrangência: Todos os estados da área de atuação da Sudene	Infraestrutura física e tecnológica da EPTNM melhorada	Ação 1.1.: Investimentos em laboratórios, sistemas de gestão, sistemas de avaliação da aprendizagem do aluno, entre outros;	Relatórios de reuniões de articulações com MEC/FNDE para aporte de investimentos em laboratórios nas instituições ofertantes da	MEC/ FNDE INEP Organizações sociais Empresas parceiras a serem captadas

adequados				EPTNM; Portaria publicada com criação do Grupo Trabalho, com empresas convidadas para fortalecimento da EPTNM nas regiões; Plano de trabalho construído pelo GT com soluções de melhoria da EPTNM com vistas à qualificação para as vocações locais.	
			Ação 1.2.: Articulação junto as redes de educação estaduais para fomento, com recursos do governo federal, da oferta de EPTNM nas redes públicas de educação básica	Relatórios das primeiras reuniões entre parceiros para proposição do GT sobre EPTNM nas redes de educação básica; Portaria publicada com criação do Grupo Trabalho Plano de trabalho construído pelo GT com encaminhamentos para desenho do novo formato de oferta;	MEC/ FNDE Organizações sociais Sudene IFs Secretarias estaduais e municipais de Educação

2) Melhorar a qualidade da formação docente na EPTNM	Abrangência: Todos os estados da área de atuação da Sudene	Qualidade da formação docente na EPTNM melhorada	Ação 2.1.: Promover o debate sobre os processos formativos para a EPTNM nos Institutos Federais, como elemento identitário de seus cursos de licenciatura.	Relatórios de reuniões técnicas com os sindicatos, Institutos Federais e universidades sobre a agenda da formação docente à EPTNM; Portaria publicada com criação do grupo de trabalho para ajustes formativos para EPTNM; Currículos ajustados nos cursos de licenciaturas dos IFs	Universidades IFs MEC Secretarias estaduais e municipais de Educação Sudene
--	---	--	--	--	--

EIXO 6		EDUCAÇÃO SUPERIOR
OBJETIVO CENTRAL	Ampliação das oportunidades de formação superior de qualidade dos jovens nordestinos	
METAS	Formação de competências humanas de nível superior;	
	Ampliação das oportunidades de formação superior de qualidade dos jovens nordestinos;	
	Contribuição para a redução da pobreza e das desigualdades sociais na região;	
	Contribuição para o desenvolvimento regional com o aumento da produtividade e da competitividade da economia nordestina.	
INDICADOR DE IMPACTO	Percentual da população com nível superior completo	
	Nº absoluto de matrículas em IES	
	Novas formações na estrutura curricular das IES	
	Taxa líquida de escolarização na Educação Superior	
	Número de cursos em nível de pós-graduação multidisciplinar (CAPES)	

Índice de doutores e mestres por 100 mil habitantes em atuação nas IES.

**OBJETIVOS
ESPECÍFICOS**

**ESTADOS DE
ABRANGÊNCIA
E/OU
EMERGENTES
PARA AÇÃO**

**INDICADOR DE
RESULTADOS**

AÇÕES

INDICADOR DE PROCESSO

MAPA DE PARCEIROS

1) Desenvolver ações de inovação nas universidades para apoio ao desenvolvimento local

Abrangência:
Todos os estados da área de atuação da Sudene

Ações de inovação desenvolvidas nas universidades

Ação 1.1.: Articular junto ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) para a elaboração de um projeto de bolsistas específico para a região Nordeste, criando critérios de forma que os resultados das pesquisas desenvolvidas sejam voltados ao desenvolvimento local;

Relatórios das reuniões técnicas entre os parceiros com encaminhamentos para elaboração do Projeto;
Portaria publicada com a criação do Grupo de Trabalho entre os parceiros;
Projeto elaborado para bolsas que beneficiem o desenvolvimento do Nordeste;
Extrato do SIGEFWEB (Sistema Integrado de Gestão Financeira – MÓDULO FEDERAIS entre as entidades federais e o FNDE para repasses financeiros) para as bolsas do Projeto;

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)
MEC
Universidades
Secretarias estaduais e municipais de educação

			Ação 1.2.: Reestruturar os currículos dos cursos superiores adequando-os às necessidades dos territórios e às demandas atuais e futuras do mercado;	Relatórios de reuniões com Universidades, CNE e MEC para discussão acerca da reestruturação do currículo; Portaria de criação de GTS para início dos trabalhos de reestruturação; Documentos de reestruturação publicados.	Universidades Secretarias estaduais e municipais de educação Secretarias estaduais e municipais de desenvolvimento econômico MEC Ministério da economia
2) Otimizar e interiorizar os cursos de nível superior associados às estruturas já existentes	Abrangência: Todos os estados da área de atuação da Sudene	cursos de nível superior existentes interiorizados e otimizados	Ação 2.1.: Realizar levantamento das unidades já interiorizadas das instituições de ensino superior e seus respectivos cursos, bem como possibilidade de ampliação de novos cursos de forma a ampliar a oferta para a região onde está inserida.	Estudo com levantamento realizado; Estudo de viabilidade para ampliação de cursos superiores no Nordeste.	Universidades Secretarias estaduais e municipais de educação MEC

3) Capacitar e apoiar os professores universitários para a criação de ações e programas de fortalecimento da cultura empreendedora no ambiente universitário	Abrangência: Todos os estados da área de atuação da Sudene	Professores universitários apoiados e capacitados para criação de uma cultura empreendedora	Ação 3.1.: Articular junto às instituições de ensino superior (IES) para readequar os planos de ensino (incluindo trabalhos e discussões nas disciplinas, bem como promoção de eventos e de incubadoras), convergindo-os para uma aprendizagem focada nas competências exigidas por startups, bem como incentivar a ampliação da oferta de disciplinas sobre a temática empreendedora em cursos de todas as áreas de conhecimento.	Relatórios das reuniões com as IEs sobre apresentação da proposta e encaminhamentos dados; Portaria com criação dos GTs para readequação dos planos de ensino alinhados às novas agendas; Resultados de seminários realizados sobre fomento às startups e práticas empreendedoras nas universidades; Planos de cursos ajustados considerando a agenda do empreendedorismo.	Universidades IFs MEC Empresas incubadoras SEBRAE
			Ação 3.2.: Promover o aumento da densidade de startups no âmbito universitário;	Relatórios de reuniões realizadas entre MEC e Universidades para discussão sobre fomento as incubadoras nas universidades; Resultados de concursos de modelos de negócios promovidos entre as universidades; Termo de cooperação assinado entre universidades e empresas parceiras para apoio às startups e empresas Junior;	Empresas privadas SEBRAE Associações das empresas do setor Secretarias de ciência e tecnologia e de desenvolvimento econômico dos estados Universidades MEC

			Ação 3.3.: Propor programa de inclusão das universidades no ecossistema empreendedor das cidades, aproximando as disciplinas promotoras do empreendedorismo ao mercado local e global.	Relatórios de reuniões e encontros entre parceiros para proposição de Programa; Criação de GT para desenho do Programa elaborado coletivamente; Documento do Programa criado e publicado; Pacto regional entre universidades, empresas, governos e sociedade civil promovido e divulgado.	Empresas privadas SEBRAE Associações das empresas do setor Secretarias de ciência e tecnologia e de desenvolvimento econômico dos estados Universidades MEC
			Ação 3.4.: Realizar projeto de mentoria entre universitários e empresários para estimular a mentalidade empreendedora e criação de negócios entre os estudantes universitários, aos moldes da "Liga Empreendedora de Uberlândia (MG)".	Relatórios de reuniões entre as instituições parceiras para proposição do Projeto; Portaria de criação do GT para criação coletiva do Projeto; Projeto publicado; Relatório de monitoramento das atividades iniciadas; Relatório de avaliação do Projeto.	Junior Archivment Universidades Empresas privadas SEBRAE Associações das empresas do setor Secretarias de ciência e tecnologia e de desenvolvimento econômico dos estados MEC

REFERÊNCIAS:

- ARROYO, M. Saúde e educação como vetores de desenvolvimento. In: Pensar a Bahia: construindo o nosso futuro. Módulo II, 2010,
- BELLONI, Isaura; MAGALHÃES, Heitor de; SOUSA, Luiza Costa. Metodologia de avaliação em políticas públicas: uma experiência em educação profissional. São Paulo: Cortez, 2003.
- Banco Mundial. 2018. Competências e empregos: uma agenda para a juventude: Síntese de constatações, conclusões e recomendações de políticas (português) . Washington, DC: Grupo Banco Mundial. Disponível em: <http://documents.worldbank.org/curated/en/953891520403854615/Síntese-de-constatações-conclusões-e-recomendações-de-políticas>. Acesso em 27/03/18.
- BRASIL, INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Relatório do 2º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação – 2018. – Brasília, DF : Inep, 2018. 460 p. : il
- Brasil, MEC, INEP, DEED - Diretoria de Estatísticas Educacionais. O papel do gestor municipal no acompanhamento e preenchimento do censo escolar da Educação Básica, Brasília, 2018
- Brasil, MEC. Planejando a Próxima Década: Conhecendo as 20 Metas do Plano Nacional de Educação, Brasília, DF: MEC, 2014.
- BRASIL, IBGE. Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira : 2018 / IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. - Rio de Janeiro : IBGE, 2018.
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024: Linha de Base. – Brasília, DF: Inep, 2015.
- CARVALHO, Maria Regina Viveiros de. Perfil do professor da Educação Básica / Maria Regina Viveiros de Carvalho. – Brasília, DF : Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2018. 67 p. – (Série Documental. Relatos de Pesquisa, ISSN 0140-6551 ; n. 41)

CECCON, Ellen C. A privatização da Educação Básica na América Latina: análise de publicações científicas internacionais de 1990 a 2012. Campinas, SP: 2013. Disponível em www.grepe.fe.unicamp.br/pf-grepe/ceccon_e_tcc.pdf. Acesso em 02/03/2019.

CARMO, E. F. et al. Um estudo da relação entre a adequação na formação docente e o desempenho escolar no Ensino Médio regular. Educação e Fronteiras On-Line, Dourados/MS, v.4, n.12, p.24-37, set./dez. 2014

CARMO, E. F. et al. A ampliação do indicador de formação docente na melhoria do desempenho escolar. Revista Cadernos de Estudos e Pesquisa na Educação Básica, Recife, v. 1, n. 1, p. 11 - 32, 2015. CAp UFPE. Disponível em <https://periodicos.ufpe.br/revistas/cadernoscap/article/view/14991/17826>. Acesso em 20/02/19.

CAVALIERE, Ana Maria. Tempo de escola e qualidade na educação pública. Educ. Soc., Campinas, v. 28, n. 100, p. 1015-1035, Out. 2007. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302007000300018&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 15 Feb. de 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302007000300018>

COMIN, Flávio. Fundação Vale: um novo paradigma para o desenvolvimento Humano (Marco conceitual). Brasília, DF: 2012.

GATTI, B.; BARRETTO, E. S. Professores do Brasil: impasses e desafios. Brasília: UNESCO, 2009

UNESCO. Marco de Ação de Belém. In Sexta Conferência Internacional de Educação de Jovens e Adultos. UNESCO, 2010.

IBGE. Síntese de Indicadores Sociais: Uma análise das condições de vida da população brasileira, 2014. Estudos e Pesquisas Informação Demográfica e Socioeconômica - número 34. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv91983.pdf>. Acesso em 01/02/19

IBGE, PNAD. ISBN 978-85-240-4458-8. PNADcontinua_Educacao_2016-2017_20180514.indd. 2017. Disponível em https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101576_informativo.pdf. Acesso em 28-01-19.

LISITA, Frederico Olivieri. Considerações sobre a extensão rural no Brasil. O artigo não foi datado. Disponível em http://ambientes.ambientebrasil.com.br/agropecuário/artigo_agropecuário/consideracoes_sobre_a_extensao_rural_no_brasil.html. Acesso em 19/03/19.

MOLL, Jaqueline. Caderno Educação Integral : Série Mais Educação Brasília : MEC, SECAD, 2008. 50 p. : il. disponível em <https://docplayer.com.br/69376-Serie-mais-educacao-educacao-integral-texto-referencia-para-o-debate-nacional.html>. Acesso em 15-02-19.

SALVADOR. Saúde e educação como vetores de desenvolvimento (Anais...). Salvador: Seplan, 27 jan. 2010.

UNICEF. Caminhos do Direito de Aprender: Boas Práticas de 26 Municípios Que Melhoraram a Qualidade da Educação/Coordenação UNICEF. – Brasília, DF: UNICEF, 2010.

MENEZES, Janaína Specht da Silva e SOUZA, Donaldo Bello de. Monitoramento e avaliação nos Planos Estaduais de Educação consoantes ao novo PNE. Pro-Posições [online]. 2018, vol.29, n.3 [citado 2019-03-11], pp.614-639. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73072018000300614&lng=pt&nrm=iso>. ISSN 1980-6248.

Mapa da educação profissional e tecnológica: experiências internacionais e dinâmicas regionais brasileiras. – Brasília, DF : Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2015.

Ministério da Integração Nacional. Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR. Brasília, DF: MI, 2007.

Ministério da Integração Nacional – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste. Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste. PRDNE. Brasília, DF: MI, 2011.

JOMTIEN, 1990. Declaração Mundial sobre Educação para Todos: Satisfação das Necessidades Básicas de Aprendizagem.

Planos de Desenvolvimento dos estados: Alagoas, Bahia, Maranhão, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe, Paraíba, Minas Gerais e Espírito Santo.

SOBREIRA, Rogério; CAMPOS, Bruno César. Investimento público em educação fundamental e a qualidade do ensino: uma avaliação regional dos resultados do Fundef. *rap* – Rio de Janeiro 42(2):327-46, mar./abr. 2008

Populações e políticas sociais no Brasil: os desafios da transição demográfica e das migrações internacionais. Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2008.

Tribunal de Contas da União – TCU. Relatório Desenvolvimento Sustentável: Nordeste 2030. Relator: Ministro José Mucio Monteiro – Brasília, DF:TCU, 2017.

SOUZA, D. B.; RAMOS, M. N.; DELUIZ, N. Cobertura municipal de educação profissional via regime de colaboração: uma prática possível? *In* Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação. Fundação Cesgranrio – V. 15, n.54 (jan/mar/2007) Rio de Janeiro: A Fundação, 2007.

BID. Oficina de Evaluación (EVO), 1997. Evaluación: uma herramienta de gestión para mejorar El desempeño de los proyectos. Washington, BID/INDES. Internet.

INEP, Resumo Técnico - Resultados do índice de desenvolvimento da Educação Básica, 2017.

RIBEIRO, V.M.; JÚNIOR, R.C.; HADDAD, S. (ORGs). A avaliação da EJA no Brasil: insumos, processos, resultados. In *Série Documental Relatos de Pesquisa* 39. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2015, ISSN 0140-6551.

SOARES, Tufi M.; FERNANDES, Neimar S.; NÓBREGA, Mariana C.; NICOLELLA, Alexandre C.. Fatores associados ao abandono escolar no ensino médio público de Minas Gerais. *Educ. Pesqui.*, São Paulo, v. 41, n. 3, p. 757-772, jul./set. 2015. disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-9702201507138589>. Acesso em 20/02/19.

Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Parâmetros nacionais de qualidade para a educação infantil/Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica – Brasília. DF, 2006.

RODRIGUES, Hanslilian Correia Cruz; BONFIM, Hanslivian Correia Cruz. A educação do campo e seus aspectos legais *In* EDUCERE - Congresso Nacional de Educação, 2017. Disponível em http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/25287_12546.pdf. Acesso em 20/02/19.

ALMEIDA, Everaldo Nascimento de; BRIENZA JUNIOR, Silvio; XIMENES, Tereza; POÇA Raquel Rodrigues da, O MODELO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO PROAMBIENTE: UMA INOVAÇÃO NA AGROECOLOGIA. Anais SOBER - Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Santa Maria, agosto de 2017, 2017.

Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Secretaria de Agricultura Familiar (SAF), Grupo de Trabalho Ater. Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural: Versão Final: 25/05/2004, 2004.

Todos Pela Educação (TPE). Anuário Brasileiro da Educação Básica 2018. Editora Moderna, 2018. Disponível em https://todospelaeducacao.org.br/_uploads/20180824-Anuario_Educacao_2018_atualizado_WEB.pdf?utm_source=conteudoSite. Acesso em 20/02/19.

TODOS PELA EDUCAÇÃO (TPE). Educação Já - Uma proposta suprapartidária de estratégia para a Educação Básica brasileira e prioridades para o Governo Federal em 2019-2022 (VERSÃO PARA DEBATE), 2018a.

LOPES, Laís de Figueirêdo; SANTOS, Bianca dos; BROCHARDT, Viviane. Entenda o MROSC: Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil: Lei 13.019/2014. Secretaria de Governo da Presidência da República – Brasília: Presidência da República, 2016. Disponível em http://portal.convenios.gov.br/images/docs/MROSC/Publicacoes_SG_PR/LIVRETO_MROSC_WEB.pdf. Acesso em 06/03/2019.

SILVA, C. A contribuição dos cursos de formação profissional do SENAR na qualificação dos trabalhadores rurais – um estudo no município de Brasilândia – MS. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação Multi-institucional em Agronegócios. Consórcio entre Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Universidade de Brasília e Universidade Federal de Goiás, 2008.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Agropecuário 2017 - Resultados Preliminares. ISSN 0103-6157 (meio impresso). Rio de Janeiro: IBGE, 2018.

CUNHA, N. C. Formação profissional e qualificação rural - a importância da educação para a gestão de negócios rurais. Brasília, UNB, 2012. Disponível em http://bdm.unb.br/bitstream/10483/3953/1/2012_NayaraCostaCunha.pdf

BRASIL, MEC - Ministério da Educação/Secretaria da Educação Básica. Indicadores da Qualidade na Educação Infantil. Brasília: MEC/SEB, 2009.

GOMES, C. A.; VASCONCELOS, I. C. O.; COELHO, S. R. S. (Orgs.). Ensino Médio: impasses e dilemas. Sociedade Brasileira de Educação Comparada/ UNESCO, Brasília: Cidade Gráfica Editora, 2018.

UNESCO. Educação 2030: Declaração de Incheon e Marco de Ação. S/l., s/d. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0024/002432/243278POR.pdf>>. Acesso em: 01 março. 2019.

Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura – OEI. Plano Ibero-americano de Alfabetização e Aprendizagem ao longo da Vida 2015-2021 *In* XXIV Ibero-americana Conferência dos Ministros da Educação. Cidade do México, em 28 de agosto de 2014. OEI, 2014.

BARROS, Aparecida da Silva Xavier. Expansão da Educação Superior no Brasil: Limites e Possibilidades. Educ. Soc., Campinas, v. 36, nº. 131, p. 361-390, abr.-jun., 2015

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis nos 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o fundo de manutenção e desenvolvimento da educação básica e de valorização dos profissionais da educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Diário Oficial da União, Brasília, 17 fev. 2017. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13415.htm>. Acesso em: 5 abril. 2019.

CF - Constituição Federal de 1988 - Capítulo III, Da educação

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L9394.htm>.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 jun. 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm>.

NOVELLA, Rafael; REPETTO, Andrea; ROBINO, Carolina; RUCCI, Graciana. Millennials na América Latina e no Caribe: trabalhar ou estudar? (Sumário executivo). BID, 2018.

Brasil. Presidência da República. Secretaria de Governo. Índice de vulnerabilidade juvenil à violência 2017: desigualdade racial, municípios com mais de 100 mil habitantes / Secretaria de Governo da Presidência da República, Secretaria Nacional de Juventude e Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Brasília-DF: 2017.

Plano Nacional de Educação 2011-2020 (PNE) – Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.

Planos estaduais de educação (dos estados de atuação)

Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. (Educação Profissional)

Lei nº 11.534, de 25 de outubro de 2007. Dispõe sobre a criação de Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais e dá outras providências. (Educação Profissional)

Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017. Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica.

Resolução CNE/CEB nº 4, de 13 de julho de 2010 - Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica

Resolução CNE/CEB nº 3, de 15 de junho de 2010. Institui Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos nos aspectos relativos à duração dos cursos e idade mínima para ingresso nos cursos de EJA; idade mínima e certificação nos exames de

EJA; e Educação de Jovens e Adultos desenvolvida por meio da Educação a Distância. (EJA)

Resolução CNE/CEB nº 2, de 28 de abril de 2008. Estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo. (Educação do Campo)

Resolução CNE/CEB nº 6, de 20 de setembro de 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

DECRETO Nº 30.544, DE 14 DE FEVEREIRO DE 1952. Promulga a Carta da Organização dos Estados Americanos, firmada em Bogotá, a 30 de abril de 1948.

Pnud/Sudene - Rodrigues Fernandes do Rêgo, Milena - Produto II – Diagnóstico e Revisão da Literatura”, Pnud/Sudene, 2019.

Vencendo o desafio da aprendizagem nas séries iniciais : a experiência de Sobral/CE. – Brasília : Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2005.

Melhores práticas em escolas de ensino médio no Brasil. – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2010.

ORTEGÓN, E.; PACHECO, J.F.; PRIETO, A. Metodología del marco lógico para la planificación, el seguimiento y la evaluación de proyectos y programas. Santiago de Chile: CEPAL/ILPES, 2005. 124p. (Serie manuales; 42).

Bernardini, Rafael. Índice de Necessidade de Creches no Estado do Rio Grande do Sul e seus municípios / Rafael Bernardini, Thomas H. Kang, Marcos Vinício Wink Junior. - Porto Alegre : FEE, 2016.

Movimento Todos Pela Educação. Política Nacional Intersetorial para a Primeira Infância, 2018.

OLIVERIA, Elias Rodrigues. Reflexões e Percepções de Agricultores Familiares e Trabalhadores Rurais do Norte de Minas sobre as Ações Educativas do SENAR. Salvador, BA, EnANPAD, 30º encontro da ANPAD, setembro de 2006.

Política educacional: A estratégia de Sobral/CE. Apresentação institucional. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes->

permanentes/ce/audiencias-publicas-1/apresentacoes/apresentacao-secretario-julio-cesar

FERREIRA, Eliza Bartolozzi; RAGGI, Desirré; RESENDE, Maria José. A EJA INTEGRADA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO CEFET: AVANÇOS E CONTRADIÇÕES – CEFETES.

Disponível em

http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/sem_pedagogica/fev_2009/eja_integrada_cefet_ferreira.pdf

SEBRAE; Endeavor. Relatório Empreendedorismo nas Universidades Brasileiras - 2016.

Disponível em

<https://d335luupugsy2.cloudfront.net/cms%2Ffiles%2F6588%2F1476473621Relatorio+Endeavor+digital+%283%29.pdf>

PEREIRA, Samara Cristina Silva; PASSOS, Guiomar de Oliveira. EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA E SUAS INTERFACES COM A EDUCAÇÃO PROPEDÊUTICA DE NÍVEL MÉDIO. ETD–Educ.Tem. Dig.,Campinas, v.14,n.1,p.76-95, jan./jun.2012–ISSN 1676-2592

MARQUES, Rejane Siqueira Silva; SCOPINHO, Rosemeire Aparecida. QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DOS TRABALHADORES RURAIS CANAVIEIROS: QUEM SÃO OS ELEITOS?.

Disponível

em

http://www.estudosdotrabalho.org/texto/gt2/qualificacao_profissional.pdf. Acesso em 20/06/19.

DECRETO DE 7 DE MARÇO DE 2017. Cria o Conselho Nacional para a Desburocratização - Brasil Eficiente e dá outras providências.

Pnud/Sudene - Rodrigues Fernandes do Rêgo, Milena - Produto II – Diagnóstico e Revisão da Literatura”, Pnud/Sudene, 2019.

Pnud/Sudene - Rodrigues Fernandes do Rêgo, Milena - Produto III – Evidências, Propostas, Plano de Ação e Oportunidades., Pnud/Sudene, 2019.

Reuniões técnicas realizadas com seguimentos sociais: Todos Pela Educação. 22/03/19.

Reuniões técnicas realizadas com seguimentos sociais: sobre Educação profissional no Nordeste. 03/04/19.

Reuniões técnicas realizadas com seguimentos sociais: sobre Primeira Infância. 28/03/19.

Pnud/Sudene - Rodrigues Fernandes do Rêgo, Milena - Produto II – Diagnóstico e Revisão da Literatura”, Pnud/Sudene, 2019.

Pnud/Sudene - Rodrigues Fernandes do Rêgo, Milena - Produto III – Evidências, Propostas, Plano de Ação e Oportunidades., Pnud/Sudene, 2019.

Reuniões técnicas realizadas com seguimentos sociais: Todos Pela Educação. 22/03/19.

Reuniões técnicas realizadas com seguimentos sociais: sobre Educação profissional no Nordeste. 03/04/19.

Reuniões técnicas realizadas com seguimentos sociais: sobre Primeira Infância. 28/03/19.

Cesar JA et al. Indicadores básicos de saúde infantil em área urbana no extremo sul do Brasil: estimando prevalências e avaliando diferenciais. Saúde infantil em área urbana no sul do Brasil – Jornal de Pediatria – Vol. 82, Nº6, 2006. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/jped/v82n6/v82n6a08.pdf>

Panorama da Distorção Idade-Série no Brasil. UNICEF, 2018. Disponível em <https://www.unicef.org/brazil/media/461/file/Panorama%20da%20distor%C3%A7%C3%A3o%20idade-s%C3%A9rie%20no%20Brasil.pdf>

BRASIL. CATÁLOGO DE INDICADORES - PPA 2016 – 2019. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão – Secretaria de Planejamento e Assuntos Econômicos, Novembro – 2018

Brasil. Dicionário de Indicadores Educacionais – Fórmulas de Calculos. Ministério da Educação – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, MEC/INEP, Brasília, fevereiro de 2004.

LEITE, Denise; FERNANDES, Cleoni Barboza. Qualidade da educação superior: avaliação e implicações para o futuro da universidade. Porto Alegre : EDIPUCRS, 2012.

Sites visitados

<http://www.sudene.gov.br/prdne/consulta-publica>
<https://plataformaintegrada.mec.gov.br>
<https://www.cesar.org.br>
<https://www.cesar.school>
<https://www.cin.ufpe.br>
<http://www.portodigital.org>
<https://www.fablabrecife.com>
<http://www2.recife.pe.gov.br/noticias/13/03/2019/prefeito-recife-esta-na-vanguarda-em-robotica-na-america-latina>
<http://revista.algomas.com/colunistas/porto-digital-e-o-braco-de-inovacao-do-bradesco-assinam-acordo-de-parceria>
<https://inkinspira.com.br/teoria-de-mudanca-e-impacto-social/>
http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=9538-08122011-link-medalha&category_slug=dezembro-2011-pdf&Itemid=30192
<https://educacao.uol.com.br/colunas/priscila-cruz/2017/03/01/por-que-temos-tantos-analfabetos-no-brasil.htm>
<http://www.pim.saude.rs.gov.br/v2/o-pim/o-que-e/>
www.portaltransparencia.gov.br
www.pnud.org.br/atlas
www.ibge.gov.br/sinteseindicadoressociais
www.ibge.gov.br/censodemografico
www.fnde.gov.br
www.inep.gov.br
www.edudatabrasil.inep.gov.br
www.mi.gov.br
[www4.planalto.gov.br/legislação](http://www4.planalto.gov.br/legisla%C3%A7%C3%A3o)

www.nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030

www.scielo.br/

www.embrapa.br

<https://portal.insa.gov.br/>

<https://www.cnabrazil.org.br/senar>

<http://redefederal.mec.gov.br/>

<http://www.consed.org.br/>

<https://undime.org.br/>

<http://www.justica.gov.br/seus-direitos/politicas-de-justica/entidades/oscip-1/consulta-oscip>

<https://heckmanequation.org/resource/invest-in-early-childhood-development-reduce-deficits-strengthen-the-economy/>